

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ISIS SILVA ROZA

**TRAJETÓRIAS, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE
INTELECTUAIS NEGRAS E NEGROS DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-
BRASILEIROS DA REGIÃO SUDESTE**

Belo Horizonte
2022

ISIS SILVA ROZA

**TRAJETÓRIAS, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE
INTELECTUAIS NEGRAS E NEGROS DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-
BRASILEIROS DA REGIÃO SUDESTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação — Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas

Orientadora: Profa. Dra. Nilma Lino Gomes.

Belo Horizonte

2022

R893t T	<p>Roza, Isis Silva, 1983- Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos núcleos de estudos afro-brasileiros da região sudeste [manuscrito] / Isis Silva Roza. - Belo Horizonte, 2022. 259 f. : enc.</p> <p>Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Nilma Lino Gomes. Bibliografia: f. 221-235. Apêndices: f. 236-259.</p> <p>1. Educação -- Teses. 2. Intelectuais negros -- Teses. 3. Pesquisa educacional -- Brasil, Sudeste -- Teses. 4. Ensino superior -- Relações raciais -- Brasil, Sudeste -- Teses. 5. Ensino superior -- Relações étnicas -- Brasil, Sudeste -- Teses. 6. Universidades e faculdades -- Relações étnicas -- Brasil, Sudeste -- Teses. 7. Universidades e faculdades -- Relações raciais -- Brasil, Sudeste -- Teses. 8. Discriminação na educação -- Teses. I. Título. II. Gomes, Nilma Lino, 1964-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.</p>
------------	--

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da região sudeste.

ISIS SILVA ROZA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 30 de março de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Nilma Lino Gomes - Orientador
UFMG
Prof(a). Cléber Santos Vieira
UNIFESP
Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda
UFMG
Prof(a). Janete Flor de Maio Fonseca
UFOP
Prof(a). Miria Gomes de Oliveira
UFMG

Belo Horizonte, 18 de abril de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 19/04/2022, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1394132** e o código CRC **AD9C6546**.

AGRADECIMENTOS

Mutirão de amor!

Sinto que este momento de agradecer desagua em um “mutirão de amor” (Jorge Aragão), sem o qual esta trajetória não seria possível. Este momento pré-definido do “agradecer” nos trabalhos acadêmicos não é capaz de expressar minha gratidão por me tornar doutora pelo programa de Educação da FAE/UFMG. A todas e todos que, de forma direta ou indireta, possibilitaram este momento, meus agradecimentos.

Foram muitos os desafios nestes últimos anos. Agradeço a Deus e a Jesus Cristo pela vida, por terem me sustentado nos momentos mais difíceis, por toda a minha família, por terem me permitido entender que a vida é um ciclo, por eu não ter perdido minha alegria de viver, de celebrar a vida.

Minha mãe e meu pai, que são simplesmente maravilhosa(o). Como sou grata ao universo que me possibilitou ser filha de Sônia Aparecida Januário — “Sonsom” e de Luiz Carlos da Silva — “Beicho”. Mulher de garra, de luta, de superação, que prefere se despedaçar para manter as(os) outras(os) inteiras(os). Minha amiga e companheira. “Ainda me lembro com clareza. O que minha mãe me ensinou (...) Hoje eu sou minha. Minha tem razão.” (Maria Rita). Homem íntegro, de luta, bondoso, sindicalista, paizão. É importante que se diga — são de esquerda e acreditam na transformação social. Seria necessário um livro para dizer da trajetória e expressar o quanto são pessoas incríveis. Mas fica o registro.

Meu companheiro, amigo e marido Luciano Roza. Tudo começou no “Seu Balancê” (Zeca Pagodinho). Estamos juntos faz dezenove anos, destes, treze casados. Admiro e respeito demais esse homem, bem como a trajetória que construímos juntos. São muitas histórias, boas e difíceis, mas, nestes dezenove anos, buscamos ser companheiros. Não seria diferente nesta fase de escrita da tese. Apoio, trocas, dicas, conversas, disposição para me ouvir, ouvir e ouvir... “Quando o vento parou, e a água baixou, eu tive a certeza do seu amor.” (Zeca Pagodinho).

Danilo Silva Roza!!! “Lhe damos as boas-vindas. Boas-vindas, boas-vindas. Venha conhecer a vida. Eu digo que ela é gostosa.” (Gilberto Gil e Caetano Veloso). Foi ao som de “Boas-vindas” no qual Danilo chegou. Esta pessoinha que me faz viver os sentimentos mais intensos. Danilo é o meu pretinho, que me aglutina e me desconcerta, que me faz sentir a alegria mais intensa com o que parece tão pequeno, que me diverte, que me desperta para a vida, que me indaga, que tanto me ensina, que me encanta, mas que me deixa insegura, reflexiva. É uma explosão de emoções. Meu companheirinho Danilo, como é bom olhar para você, como amo simplesmente me sentar e conversar com você.

Meus avós, pessoas tão especiais, amadas e iluminadas. Augusta, Oliveira (em memória), que constituíram uma bela família e a mantiveram unida, com toda a resiliência e todo o amor que isso exige. Meus avós maternos, Terezinha e José Januário, que infelizmente não tive a oportunidade de conhecer, mas sei da luta de gente que sofre e busca seguir.

Meus irmãos, que estamos sempre juntos, faça chuva, faça sol; é de noite, é de dia; em dia de festa, em dia de dor. Marcelo, Ilan e Luiz Jr. (que fez a transcrição das entrevistas), cada um do seu jeito, bem diferentes, mas com uma personalidade em comum. É muito orgulho e respeito por esses três grandes homens. TMJ, rapaziada.

Meu sobrinho e minhas sobrinhas... como é bom ser tia Isis. Com esta turminha, me joga na adolescência e na infância sem medo de ser feliz. Yuri e Júlia sempre foram uma alegria na minha vida. Como era/é bom me desligar do trabalho, da tese, dos problemas, e me conectar com a beleza que a infância, agora adolescência traz. Dizem que sou bajuladora, mas nem sabem o bem que vocês me fazem. E, de repente, chegam BiLu, dose dupla, Beatriz e Luiza, para aumentarem nossa alegria, nossa capacidade de amar, de admirar, de encantar, de ser feliz.

Minhas tias e tios, em especial, aquelas que sempre foram um pouco mães, um pouco tias. Janete, Ivonete, Creuza e Maria Aparecida, mais conhecidas como ‘as meninas’ Nete, Teco, Creuza e Liu. Nem tenho palavras, são aquelas tias presentes. Sempre cuidaram muito bem de mim, inclusive estiveram junto com meus pais e meu, até então, namorado Luciano no momento mais difícil da minha vida, quando tive vasculite. Só gratidão mesmo. Ainda, tia Néria, junto com tia Alvanita, que me receberam tão bem na cidade de Mariana, com tanto carinho e cuidado que nem cabe nas palavras.

Drs. Achilles Cruz e Boris Cruz, pai e filho, médicos reumatologistas e grandes seres humanos que, junto da bondade divina e do esforço da minha família, permitiram que meus sonhos não fossem interrompidos aos vinte e quatro anos de idade.

Minhas primas e primos, que também fazem parte da minha história, em especial, Maria Eduarda, Mateus, Samuel, João Pedro e Thalita. Mais pessoas queridas que se somaram ao ciclo virtuoso de só entrar gente boa na família — tia Meire, esposa do meu pai, as cunhadinhas Fabiana e Bruna, sogrinha Geralda e sogrinho Castilho.

Família Silva! Família Januário! Os que vieram antes, os que virão. Encerro este ciclo com a certeza de que seremos sempre mais.

Bora agradecer à Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Já sei por quem vou começar, mas é difícil saber o que dizer, afinal, sou orientanda de Nilma Lino Gomes. Se o respeito pela intelectual negra é de longa data, não imaginava que

teria, nestes quatro anos, a possibilidade de estar próxima de um ser humano incrível. Nilma é de uma potência arrebatadora, mas de uma sensibilidade e delicadeza admirável, de rara força e beleza. Agradeço-lhe, Nilma, pelos ensinamentos, que vão muito além da tese, pela compreensão, pela acolhida, pelo respeito, pelo carinho. “Não é só orientação de tese...” Tenha certeza de que carregarei você nas minhas trajetórias pessoal e profissional. Filha da linda Dona Glória, que emana força, amor e a alegria de viver.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e ao Departamento de Serviço Social da UFOP, pela acolhida, pelas trocas e pela licença concedida para que eu pudesse realizar o doutorado. Cito as professoras negras amigas do curso representando o coletivo de professoras(es) — Jussara Lopes, Sheila Dias e Adriana Mesquita. Cada aluna, aluno, alunx que tive a oportunidade de conhecer, de ensinar, de aprender, de trocar, meu carinho e respeito, pois, de alguma forma, estão presentes nesta tese. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFOP, espaço que me fortaleceu para seguir nos estudos das relações étnico-raciais e onde me sinto em casa. Lembro aqui a professora Kassandra, que foi quem me convidou para participar do Núcleo em 2012, Adilson, com quem participei de uma coordenação coletiva do Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, no ano de 2017, e tantas outras pessoas potentes e queridas, como Erisvaldo, Janete, Cristina, Ana, Clézio, Luciano e as professoras já citadas.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FaE/ UFMG, em especial, a Linha Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas, meus agradecimentos às(aos) docentes, às(aos) discentes e funcionárias(os), por me possibilitarem fazer parte deste grupo. O Programa Ações Afirmativas, que tem uma força e uma energia, que nos faz acreditar em dias melhores. A minha incorporação, de forma muito generosa, na UFMG e na FaE, ocorre através do Ações. O “Afirmção na Pós”, no qual tive a grande oportunidade de participar como monitora em três edições. A Comissão de Ações Afirmativas do PPGE da FAE, Mônica Rahme, Shirley Miranda, Luiz Alberto, Filipe Fernandes, Ademilson Soares (Paco) e Francisco Coutinho, pelo respeito e por tantos aprendizados.

O Coletivo de Cotistas da Pós “Andrea Marques”, criado em 2018, por Andrea Marques (em memória), mulher de garra, baiana, e outras(os) estudantes cotistas, que viram a necessidade de discutirem diferentes questões que envolviam a entrada e a permanência de estudantes cotistas na pós. Agradeço a caminhada coletiva, as lutas e a solidariedade que construímos. Silvia, Aline, Michele, Matheus, Miriam, Ellen, Cláudia, Rosana e outras(os) que têm seguido na resistência preta coletiva.

Esta pesquisa não seria possível sem a participação e a generosidade das(os) intelectuais negras e negros colaboradoras(es) da pesquisa. Agradeço enormemente a Kassandra da Silva Muniz, Erisvaldo Pereira dos Santos, Rodrigo Ednilson de Jesus, Otair Fernandes de Oliveira, Ahyas Siss, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Patrícia Gomes Rufino Andrade.

Agradeço à banca de qualificação, que fez uma leitura cuidadosa, atenta e generosa do trabalho. Professora Shirley Miranda, uma pessoa que gosto e admiro muito, que me inspira, extremamente acolhedora, generosa e grande intelectual, sempre com questionamentos que nos deslocam. Shirley faz parte da minha trajetória na FaE antes mesmo da minha entrada no doutorado. O professor Cleber Vieira, que tive a grata oportunidade de conhecer. É atual presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN e uma referência de intelectual negro. A professora Janete, que foi suplente, mas, de forma muito generosa, dois dias após a qualificação, encaminhou um e-mail com reflexões da sua leitura sobre o texto. Agradeço a disponibilidade dos membros da banca de doutorado, titulares e suplentes, por aceitarem participar e pelas contribuições que virão: Shirley Miranda, Cleber Vieira, Licínia Correa, Janete Flor de Maio, Miria Gomes e Amauri Carlos Ferreira.

Pessoas de luta do Conselho Municipal da Igualdade Racial de Mariana, do qual faço parte desde 2018, agradeço-lhes, pelas construções coletivas, em especial, às queridas companheiras Aída, Adelina e Rosana.

Queridas(os) que ainda não foram contempladas(o) acima: meu amigo Esdras, Paula, Tati, Rosa, Carol e Fátima. Presenças iluminadas na minha caminhada. Aquele abraço!!!

Agradeço, por fim, as(aos) que não foram citadas(os), mas que de diferentes formas, possibilitaram a realização desta tese.

Como gostava de dizer Wilson das Neves e meu marido Luciano: “Oh sorte!”

Nas palavras da minha mãe Sonsom: “Só louvar e agradecer!”

Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.

Todas as manhãs
Conceição Evaristo, 2017, p.13.

RESUMO

A presente investigação objetiva compreender as trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros integrantes dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior na região sudeste. Os procedimentos metodológicos adotados são realização de entrevistas semiestruturadas e análise das produções teóricas. Foram realizadas entrevistas com sete professoras(es) integrantes de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros localizados na Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos e Universidade Federal do Espírito Santo. Duas produções teóricas de cada intelectual são colocadas em diálogo com as de outras(os) intelectuais negras(os), de outros momentos históricos, para refletirmos sobre como as temáticas — críticas às ciências hegemônicas e protagonismo negro — têm comparecido nas suas análises. Construiu-se, de forma coletiva, uma compreensão de intelectual negra e negro como um sujeito diverso, mas com alguns marcadores em comum. Atuando na academia, nas artes, nos movimentos sociais, entre outros espaços, são sujeitos que se posicionam de forma crítica diante da realidade social e têm seus conhecimentos, artes, ações políticas e produções teóricas ancorados nos saberes construídos pelo Movimento Negro, quer tenham participado organicamente deste ou vivenciado a sua influência. Destaca-se, nesse trabalho, as tensões em torno da percepção das relações de gênero e a presença de diversas formas de ser intelectual negra(o). As(os) intelectuais negras e negros partícipes desta pesquisa, são constituídas(os) a partir da experiência da negritude, do compromisso com a luta antirracista, o retorno para suas comunidades e a transformação social. A pesquisa aponta algumas conclusões: os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros podem ser compreendidos como campos de produção de conhecimento sobre relações étnico-raciais, de luta antirracista, de acolhida e afetividades. A politização do ser negra(o) e a participação e/ou inspiração em movimentos sociais aparecem como parte das ações contra hegemônicas, das(os) intelectuais negras(os), na ocupação de espaços acadêmicos e na realização de fissuras epistêmicas no campo do conhecimento. Quanto às suas produções teóricas, ressaltamos o protagonismo em rememorar a ação de sujeitos e coletividades negras ao longo da história, em detrimento da objetificação e simplificação impostas pelo racismo.

Palavras-chave: intelectuais negras(os), NEABs, trajetórias, negritude, pensamento negro.

ABSTRACT

The present investigation aims to understand the trajectories, practices and production of knowledge by black women and men, intellectuals, members of the Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs of the Public Federal Institutions of Higher Education in the southeastern region of Brazil. The methodology procedures adopted for the research are the development of semi structured interviews and the analysis of the theoretical productions. Interviews were carried out with seven professors (women and men) members of the Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros located in the Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos, and Universidade Federal do Espírito Santo. Two theoretical productions by each black intellectual are brought to dialogues with the ones by other black intellectuals, both women and men, from other historical moments, so that we can reflect on how the themes — criticisms to hegemonic sciences and black people protagonism — have appeared in such productions. Therefore, we have built, in a collective way, an understanding of black woman and man intellectual as something diverse, but with some markers in common. Acting in the academy, arts, social movements, among other areas, they are people who take a stand in a critical way on the social reality and have their knowledge, arts, political actions, and theoretical productions anchored in the knowledge built by the Black Movement, whether they have organically taken part of it or lived its influence. The tension surrounding the perception of genders relationships and the presence of several forms of being a black intellectual, woman or man, are highlighted in this work. About the black women and men intellectuals who took part in this research, they are intellectuals grown from the experience of blackness, committed with the antiracism fight, turning to their communities and social transformation. The research points to some conclusions: the Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros may be understood as fields for producing knowledge on the ethnic-racial relations, on the antiracism fight, of receptiveness and affection. The politization of the black human being and the participation and / or inspiration in the social movements appear as part of actions against hegemony, by black intellectuals, in the occupation of academic spaces and in the creation of epistemic cracks in the field of knowledge. As for their theoretical productions, we highlight the protagonism in remembering the action of black people and black collectivities along the history, in detriment of objectivation and simplification imposed by racism.

Key words: black women and men intellectuals, NEABs, trajectories, blackness, black thought.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo comprender las trayectorias, prácticas y producción de conocimiento de intelectuales negras y negros de los Núcleos de Estudios Afro-Brasileiros (NEABs) de las instituciones públicas federales de Educación Superior en la región sudeste de Brasil. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron: realización de entrevistas semiestructuradas y análisis de producciones teóricas. Fueron realizadas siete entrevistas con siete profesoras(es) integrantes de Núcleos de Estudios Afro-Brasileiros, localizados en la Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Carlos y Universidade Federal do Espírito Santo. Dos producciones teóricas de cada uno de las(os) intelectuales entrevistados fueron puestas en diálogo con las de otras(os) intelectuales negras(os) pertenecientes a otros momentos históricos, para reflexionar sobre la forma en que ciertas temáticas — de protagonismo negro y críticas a las ciencias hegemónicas — han estado presentes en sus análisis. Se construyó, colectivamente, una comprensión sobre las(os) intelectuales negra y negro, entendidos como sujetos diversos, pero con algunos elementos en común. Actuando en la academia, en las artes, en los movimientos sociales, entre otros espacios, se trata de sujetos que se posicionan críticamente frente a la realidad social y cuyos conocimientos, artes, acciones políticas y producciones teóricas, están anclados a los saberes construidos por el Movimiento Negro, ya sea participando orgánicamente en este o, en cambio, experimentando su influencia. Se destacan, en este trabajo, las tensiones en torno a la percepción de las relaciones de género y la presencia de diversas formas de ser intelectual negra(o). Las(os) intelectuales negras y negros que participan en esta investigación, se constituyen por, y a través de, la experiencia de la negritud, el compromiso con la lucha antirracista, el regreso a sus comunidades y la transformación social. La investigación apunta algunas conclusiones: los Núcleos de Estudios Afro-Brasileiros pueden ser comprendidos como campos de producción de conocimientos sobre las relaciones étnico-raciales, de lucha antirracista, de acogimiento y de afectividades. La politización del ser negra(o) y la participación y/o inspiración en movimientos sociales, se manifiestan como parte de las acciones contrahegemónicas de las(os) intelectuales negras(os) en la toma de espacios académicos y en la generación de fisuras epistémicas en el campo de conocimiento. En cuanto a sus producciones teóricas, resaltamos el protagonismo en recordar la acción de sujetos y colectividades negras a lo largo de la historia, en detrimento de la reificación y simplificación impuestas por el racismo.

Palabras-clave: intelectuales negras(os), NEABs, trayectorias, negritude, pensamiento negro.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AINALC – Associação de Investigadores Negros da América Latina
Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAB – Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CEAFRO - Comissão Permanente de Estudos Afro-Brasileiros
Cefets – Centro Federal de Educação e Tecnologia
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
COMPIR – Conselho de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONNEABs – Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as
CP – Conselho Pleno
DELET – Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto
DEEDU – Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto
ERERs – Educação das Relações Étnico-Raciais
EUA – Estados Unidos da América
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Ifcs – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
LEAFRO – Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros
MDH – Ministério dos Direitos Humanos
MEC – Ministério da Educação

MNU – Movimento Negro Unificado
NEABs – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
NEABI – Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEN – Núcleo de Estudos Negros
ONGs – Organizações não Governamentais
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PENESB – Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira
PFL – Partido da Frente Liberal
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPA – Plano Plurianual
ProUni – Programa Universidade para Todos
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ST – Sessão Temática
STF – Supremo Tribunal Federal
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCG – Universidade Católica de Goiás
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNIAFRO – Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior
WERA – World Education Research Association

SUMÁRIO

1	REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS	17
1.1	PERCURSOS METODOLÓGICOS	23
1.1.1	Definição das(os) colaboradoras(es) da pesquisa	25
1.1.2	Perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa	27
1.1.3	Entrevistas	30
1.1.4	Produção teórica	35
1.1.5	Atravessamentos	37
1.1.6	Perspectivas de análise	38
2	A EXPERIÊNCIA DA NEGRITUDE ATRAVESSA A EXCLUSIVIDADE INTELCTUAL	41
2.1	DISPUTAS EM TORNO DA CATEGORIA INTELCTUAL	42
2.2	INTELCTUAIS NEGRAS E NEGROS: SUJEITOS QUE SE INSURGEM CONTRA OS PADRÕES	56
2.3	CONHECIMENTO ENGAJADO, TRANSGRESSÃO E LUTA ANTIRRACISTA: SOBRE SER INTELCTUAL NEGRA E NEGRO	61
2.4	INTELCTUAIS NEGRAS E NEGROS: CORPOREIDADES PRESENTES E INSURGENTES	65
2.4.1	Experiência da negritude	66
2.4.2	Descolonização na produção de conhecimento	69
2.4.3	Articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas	71
2.4.4	Retorno para suas comunidades	74
2.4.5	Compromisso de transformação social	77
3	A POLISSEMIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO- BRASILEIROS: CONTEXTUALIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ATUAÇÃO	81
3.1	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPLEXO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS	82
3.2	SOBRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) E O CONSÓRCIO DE NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO- BRASILEIROS	91
3.3	OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS EM ANÁLISE	97

3.4	OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A DIVERSIDADE QUE ARRANHA A DINÂMICA UNIVERSITÁRIA	100
3.5	NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: ESPAÇOS DE ENCONTRO INTELLECTUAL, POLÍTICO E AFETIVO	107
3.5.1	Luta política de combate ao racismo	107
3.5.2	Produção de conhecimento antirracista	109
3.5.3	Espaços de encontro, acolhimento e solidariedade	111
3.5.4	Efetivação dos vínculos com a comunidade acadêmica e externa	113
3.6	NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS	115
4	TRAJETÓRIAS QUE FORMAM: INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS E LUTA ANTIRRACISTA	119
4.1	SOU EU UM(A) INTELLECTUAL NEGRA(O)?	120
4.2	CERTIDÕES DE NASCIMENTO: ME DESCOBRINDO NEGRA(O) EM UMA SOCIEDADE RACISTA	124
4.3	SOBRE-VIVÊNCIAS E TRANSGRESSÃO NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS	132
4.4	FORMAÇÃO POLÍTICA DAS(OS) INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS E MOVIMENTOS SOCIAIS	145
4.5	“ACEITO O DESAFIO”: RAÇA E FORMAÇÃO INTELLECTUAL	153
5	PRODUÇÃO TEÓRICA DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS: PROTAGONISMO HISTÓRICO NEGRO	157
5.1	ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA INTELLECTUALIDADE NEGRA BRASILEIRA	159
5.2	REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS	168
5.2.1	Questionamentos à ciência hegemônica	168
5.2.2	Protagonismo e reposicionamento da experiência negra brasileira	179
6	“QUANTO MAIS CRESPOS(S) SOMOS, MAIS INCÔMODOS CAUSAMOS”: REFLEXÕES SOBRE INTELLECTUALIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	185
6.1	VIVÊNCIAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS	186

6.2	PRESENÇAS E AUSÊNCIAS EM TORNO DO GÊNERO NOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS	196
6.3	INTELECTUALIDADE NEGRA E PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA	205
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICES	236

1 REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Oh! meu Deus quantas saudades
 Da minha infância ridente
 Não conhecia a degradingolada
 Que atinge a vida da gente
 Era criança não pensava
 Que existia o sofrimento
 Os brinquedos me fascinavam
 A todos os momentos.

(Carolina Maria de Jesus¹, Saudades de mãe, 1996, p. 81).

A história de Carolina Maria de Jesus², mulher, negra, intelectual, de favela, aproxima-se dos diálogos trazidos no presente trabalho. Insubmissa e transgressora, negando o lugar socialmente reservado para as mulheres negras, Carolina buscava refúgio nas palavras. Ao ter seu diário publicado — **Quarto de Despejo**, no ano de 1960, a intelectual negra supera o dilacerante cotidiano da fome, da miséria, ao mesmo tempo em que denuncia as mazelas sociais de uma mãe, moradora de favela, catadora de papel. Rompeu com esse lugar, mas sem romper com as estruturas racistas, machistas e classistas, Carolina de Jesus teve seu reconhecimento minado com o passar dos anos, entretanto ele vem sendo resgatado nas últimas décadas por

¹ Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma mulher negra, escritora e favelada. Catadora de papel, registrava suas histórias, memórias e reflexões em cadernos que encontrava. Teve seu primeiro livro publicado em 1960, **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada, que foi traduzido para catorze línguas. A escritora tratou sobre temas socialmente relevantes em suas obras, como política, desigualdades sociais, raça e gênero.

² No dia 25/02/2021, a escritora Carolina Maria de Jesus recebeu o título de Doutora Honoris Causa pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aprovado por unanimidade e aclamação. A homenagem póstuma foi sugerida pela Direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs) da UFRJ. (COUTINHO, 2021).

Na justificativa, a comissão acadêmica, composta por Maria Muanis, Maria de Fátima Galvão, Jeane Alves da Silva, Miriam Krenzinger e Vantuil Pereira, destaca a relevância da escritora, nascida na década de 1910 e falecida em 1977, tema de 58 teses e dissertações nos últimos seis anos, de acordo com o Portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). As motivações apresentadas enfatizam ainda que Maria Carolina de Jesus é uma autora “fundamental na luta antirracista”, tendo enfrentado em vida “questões relacionadas ao que se denominou ‘racismo estrutural’, que, dentre as suas mais variadas formas de produzir o apagamento do negro da história nacional, procurou silenciar mulheres como Carolina Maria de Jesus como parte da produção da literatura brasileira”.

O documento afirma a importância da concessão do título honorífico pela necessária “reparação histórica do apagamento não de uma personalidade, mas de um segmento étnico que historicamente foi negado o lugar na cultura nacional”. Ainda de acordo com as justificativas apresentadas, o papel da Universidade, nesse sentido, seria “não apenas no reconhecimento de injustiças do passado”, mas, sobretudo, o da “construção de novas possibilidades e percursos para mulheres negras, cuja marca de subalternidade, que alijou Carolina Maria de Jesus do espaço público e literário, ainda precisa ser superada”.

O parecer da Comissão Acadêmica concorda com a concessão do título “pelo incentivo a pesquisas que visem à elevação de figuras nacionais representativas da cultura negra; pela valorização de ações culturais, no campo de ensino e da extensão, que sigam na mesma direção”. Dessa forma, os conselheiros reconhecem “o apagamento das figuras negras da memória nacional”, que contou com a participação das próprias instituições acadêmicas, e afirmam a necessidade de “reparação que se inicia no interior da Universidade e deverá se espalhar para a sociedade com a concessão do título de Doutora Honoris. Causa para toda a sociedade”. (CFCH, 2020).

intelectuais negras e negros, em momento de luta, pelo imperativo do não esquecimento e ressignificação da história da população negra no Brasil.

Como um pêndulo que oscila entre a promessa da luminosidade e a sarjeta, os fragmentos da história de Carolina Maria de Jesus são significativos para compreendermos diversas passagens descortinadoras para esta pesquisa, sem perder de vista a heterogeneidade das trajetórias das(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es). As conexões identificadas são pensadas, neste trabalho, a partir da compreensão do racismo estrutural, que nos atravessa e nos aproxima enquanto negras e negros.

Em diálogo com intelectuais negras e negros, a pesquisa objetiva compreender as trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros partícipes dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior na região sudeste.

Os objetivos específicos são: analisar as tensões e as conquistas vividas pelas(os) intelectuais negras(os) dos NEABs no contexto acadêmico; refletir sobre as trajetórias das(os) intelectuais negras(os); compreender como é ser intelectual negra(o) vinculada(o) a um NEAB no contexto acadêmico nos próprios termos destes sujeitos; refletir sobre as contribuições teóricas das(os) intelectuais negras(os) vinculadas(os) aos NEABs; conhecer os avanços e desafios das(os) intelectuais negras(os) vinculadas(os) aos NEABs.

A categoria intelectual negra(o) tem aqui se construído como algo diverso, múltiplo, repleto de contradições. Nesse mesmo sentido, são diversas as possibilidades de ser intelectual negra(o). Ainda assim, algumas distintivas devem ser consideradas: sujeitos que, estando ou não no espaço acadêmico, posicionam-se de forma crítica diante da realidade social, são capazes de ir além do senso-comum, de provocar tensões e deslocamentos a partir da sua análise da realidade social; produzem um conhecimento que impacta a sociedade; são ainda sujeitos cuja produção teórica, independente da área e/ou temática de estudo, aparece ancorada nos saberes e lutas construídas pelos Movimentos Negros.

As potencialidades do ser intelectual negra(o) passam ainda por uma perspectiva de combate diante de uma estrutura racista capitalista, que dilacera corpos e subjetividades negras, promovendo o genocídio e a animalização dos negros, especialmente da juventude; a materialização das mulheres negras, que flutua entre os objetos sexuais e a domesticação no trabalho; promove uma subalternização introjetada em suas subjetividades; entre tantas incontáveis formas de violência.

Em um movimento contra hegemônico, diante de uma realidade social que asfixia a população negra, as(os) intelectuais negras(os) ressignificam a própria perspectiva de

intelectualidade, incorporando uma dimensão de coletividade, em que a(o) intelectual se faz com e para os seus, voltando sua prática para o compromisso de transformação social da sua comunidade.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros são espaços negros polissêmicos, onde se expressa a agência de intelectuais negras(os). Estão vinculados a instituições de ensino, especialmente de nível superior, e promovem o enegrecimento da produção de conhecimento de forma coletiva. São espaços de luta política antirracista, mas também de encontro, acolhimento e solidariedade. Tensionam e deslocam as universidades ao questionarem as lógicas horizontais e “meritocráticas” de organização, bem como o eurocentrismo, que predomina na produção de conhecimento.

Os importantes avanços em torno da questão racial, especialmente a partir do século XXI, tais como a Lei nº 10.639/2003³, a Lei nº 12.711/2012⁴ (Lei de Cotas), a Lei nº 12.990/2014⁵ (Lei de Cotas Raciais nos concursos públicos federais) e outros explicitados posteriormente na pesquisa, ainda não são capazes de alterar, de forma expressiva, os dados que confirmam a manutenção da desigualdade racial entre os professores universitários. De acordo com Moreno (2018), o levantamento realizado pelo Portal G1 de jornalismo, através de microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP de 2017, mostra que, no total de professores universitários (instituições públicas e privadas), 16% se declaram pretos ou pardos. Em 2010, este número era de 11,5%, apontando uma melhora, mas a permanência de um abismo entre brancos e negros. Entre 2010 e 2017, o número de professores universitários mestres aumentou de 85.655 para 115.869, deste total, o número de professores que se autodeclaram negros cresceu de 20% para 23%. Já o total de doutores passou de 53.006 para 100.354, deste total, o número daqueles que se autodeclaram negros aumentou de 11,4% para 17,6%. Notamos que, ao aumentar o grau de formação, reduz a presença de negros. Outros dois levantamentos acirram as desigualdades, conforme apresentado por Moreno (2018), através do Portal G1, em todos os grupos de professores universitários negros, o número de pretos é substancialmente inferior ao de pardos. Considerando o número de mulheres pretas, doutoras, que ocupam o cargo de professoras universitárias em tempo

³ A Lei nº 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

⁴ A Lei nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

⁵ A Lei nº 12.990/2014 reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

integral, com dedicação exclusiva em universidade pública, encontramos o alarmante número de 682 mulheres em todo o Brasil.

Esses dados são o retrato de uma asfixia que impede a população negra de respirar, que nega a existência e o protagonismo negro na história, que reforça os lugares de subalternização, que tem sua inscrição na pele, no corpo negro. Explicitam uma realidade condenável, mas também apontam para uma embrionária mudança. Ainda que numericamente abaixo, como esta tese demonstra, são sujeitos potentes, que, através dos NEABs e outras formas/espacos de mobilização, têm imprimido um processo coletivo de deslocar as universidades.

A existência do racismo em nossa sociedade, que deslegitima o lugar de produção de conhecimento a negras e negros, contribui para que sejam escassos os estudos que tratem sobre a temática “intelectuais negras(os)”. Além disso, ainda é forte a ideia de intelectual que aparece desencarnado do corpo negro. Refere-se a homens brancos, que se desvinculam da realidade prática e, através da *intelligentsia*, que lhes é própria, refletem e se posicionam sobre a sociedade.

Esta pesquisa busca dialogar com trabalhos que tratam sobre a intelectualidade negra, em diferentes recortes de espaço e tempo, sobre a inscrição dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas universidades, que pensam essa instituição como um espaço em constante disputa, que trazem a luta e a resistência antirracista em diferentes perspectivas. Enfim, aproxima-se de estudos que buscam traçar alternativas ao imperativo do apagamento e silenciamento da ação negra na história, para além de narrativas conectadas com a objetificação/mercadorização desses sujeitos.

A tese se constitui em sete capítulos, a partir da proposta de pesquisa, mas também a partir da realização das entrevistas semiestruturadas — conforme o questionário (Roteiro de entrevista) que se encontra no Apêndice B deste estudo — que conduziram toda a organização do trabalho e, por isso, estarão presentes no decorrer de todo o texto. Essa construção só reforça o quanto este é um trabalho coletivo, cujo comprometimento político, social e acadêmico das(os) colaboradoras(es) da pesquisa possibilitou um rico e franco debate sobre tantas questões que perpassam a intelectualidade negra inserida em Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.

Além desta introdução, o capítulo dois, intitulado “A experiência da negritude atravessa a exclusividade intelectual”, objetiva compreender o enegrecimento da categoria intelectual a partir da resignificação promovida por intelectuais negras e negros. Estruturado em quatro momentos: 2.1 “Disputas em torno da categoria intelectual”; 2.2 “Intelectuais negras e negros: sujeitos que se insurgem contra os padrões”; 2.3 “Conhecimento engajado, transgressão e luta antirracista: sobre ser intelectual negra e negro”; e 2.4 “Intelectuais negras e negros:

corporeidades presentes e insurgentes”. Iniciamos por realizar um levantamento teórico sobre o debate crítico em torno do conceito de intelectual, movimento necessário para demarcarmos a dimensão racial em uma categoria pensada socialmente como branca. Em seguida, avançamos para compreensão da categoria intelectual negra(o), pensando suas presenças e insurgências. Destacaremos cinco marcadores que têm particularizado muitas(os) intelectuais negras(os) que surgem, com maior robustez, nas últimas décadas, vinculadas(os) ao mundo acadêmico, quais sejam, experiência da negritude, descolonização na produção de conhecimento, articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas, retorno para suas comunidades, e compromisso de transformação social.

O capítulo três, intitulado “A polissemia dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: contextualização, institucionalização e atuação”, trata sobre a organização e mobilização de intelectuais negras(os) nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, bem como esses Núcleos fissuram as dinâmicas universitárias. As seções que compõem o capítulo são: 3.1 “Breves considerações sobre o complexo contexto de emergência dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros”; 3.2 “Sobre a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) e o Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros”; 3.3 “Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em análise”; 3.4 “Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e a diversidade que arranha a dinâmica universitária”; 3.5 “Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: espaços de encontro intelectual, político e afetivo”; e 3.6 “Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e a pedagogia das encruzilhadas”. A complexa, diversa e dinâmica rede constituída a partir dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs será pensada a partir da polissemia e como um processo em construção.

O capítulo quatro, intitulado “Trajetórias que formam: intelectuais negras e negros e luta antirracista”, fará uma discussão sobre a trajetória das(os) colaboradoras(es) da pesquisa no que tange a descoberta do ser negra(o), trajetória escolar, e participação em movimentos sociais. Os seguintes itens compõem o capítulo quatro: 4.1 “Sou eu um(a) intelectual negra(o)?”; 4.2 “Certidões de nascimento: me descobrindo negra(o) em uma sociedade racista”; 4.3 “Sobre-vivências e transgressão na trajetória escolar de intelectuais negras e negros”; 4.4 “Formação política das(os) intelectuais negras e negros e movimentos sociais”; e 4.5 “Aceito o desafio: raça e formação intelectual”. O percurso se inicia com a dificuldade das(os) entrevistadas(os) de se colocarem neste lugar de prestígio social destinado à branquitude, e a demarcação de um posicionamento contundente sobre o conceito de intelectual onde se localizam, em uma perspectiva de subversão. Buscamos, a partir das trajetórias, pensar as(os) intelectuais que são hoje e o que esses corpos levam para as universidades.

O capítulo cinco, “Produção teórica de intelectuais negras e negros: protagonismo histórico negro”, terá como foco refletir sobre a produção teórica de intelectuais negras(os), os diálogos com correntes teóricas, e dois pontos específicos: questionamentos às ciências hegemônicas e protagonismo negro. A partir de duas seções, “5.1 Elementos para compreensão das contribuições teóricas da intelectualidade negra brasileira”; e “5.2 Reflexões sobre a produção teórica de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros”, buscamos aproximações com a ideia de constituição de um pensamento negro brasileiro.

O capítulo seis, seguido das Considerações finais, Referências e Apêndices, intitulado “Quanto mais crespas(os) somos, mais incômodos causamos: reflexões sobre intelectualidade, relações de gênero e transformação social”, está subdividido em três seções: 6.1 “Vivências de intelectuais negras e negros”; 6.2 “Presenças e ausências em torno do gênero nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros” e 6.3 “Intelectualidade negra e projetos societários em disputa” traz as narrativas dos sujeitos sobre serem intelectuais negras(os), a percepção das(os) colaboradoras(es) da pesquisa sobre como a questão de gênero se configura nos NEABs, e por fim, a perspectiva de construção de um projeto de nação e transformação radical da sociedade.

Ressalto que faço parte de um processo, ainda inconcluso, de maior presença de negras e negros nas universidades públicas, inicialmente, como ingressante em um curso de graduação na primeira década do século XXI e, posteriormente, no mestrado. Sigo essa trajetória como docente em uma universidade pública de ensino superior e, então, estudante do doutorado. Sinto-me imbricada neste processo do ponto de vista existencial, político, ideológico, na defesa de uma universidade diversa, inclusiva, acolhedora. O lugar racial e social do qual faço parte provoca tensões em relação ao modelo hegemônico da docência universitária, majoritariamente masculino e branco, do qual me posiciono em oposição radical. Nas hierarquias criadas pelas universidades, faço parte de um lugar desvinculado das áreas de prestígio social, sou professora do curso de Serviço Social de uma universidade pública. Entendo que a posição que ocupo e a minha trajetória possibilitaram desenvolver certa sensibilidade para lidar com as questões que envolvem a diversidade, e a acolhida das(os) estudantes, mas também entendi que a universidade exige força para persistir na luta contra as diferentes tensões que envolvem o mundo universitário, inclusive de raça, classe e gênero. Fomentar o debate sobre racismo e sexismo ainda é menosprezado por uma parte significativa dos nossos pares, que consideram o debate menos relevante e/ou que se sentem ameaçados, seja por terem suas análises teóricas questionadas, seja pelas práticas que reproduzem. Nesse cenário, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) torna-se, para mim, referência acadêmica, política e simbólica. Se a minha experiência na universidade me conduz

à temática desta pesquisa, a aproximação com as(os) autoras(es) negras(os) que tratam sobre intelectuais negras(os) foi o arranque. Assim, venho me (re) (des)construindo na e pela relação com a temática em torno das(os) intelectuais negras(os) e dos NEABs.

A presente pesquisa, que não se pretende finalizadora do debate, busca trazer contribuições para o descortinamento das relações raciais nas estruturas universitárias, bem como a presença e a organização de intelectuais negras(os), que têm tensionado por dentro estas relações, e a própria produção de conhecimento. Os temas acadêmicos periféricos de interesse da comunidade negra brasileira precisam ocupar novos espaços. É urgente edificar a presença e a legitimidade das contribuições negras, no espaço acadêmico e fora dele.

Ressaltamos que esta tese vem se somar àquelas(es) que vieram antes, que são resistência, que têm lutado, dentro e fora da academia, para que os caminhos se abram para inscrição potente de negras e negros na sociedade. Neste momento, permitimo-nos citar Abdias do Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Kabenguele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes e tantas(os) mais que possibilitam que hoje seja possível dizer, na ambiência universitária, de intelectuais negras e negros.

Fechamos esta apresentação reforçando a força e potência das mulheres negras, representada, neste momento, por Carolina Maria de Jesus. A ancestralidade negra que nos representa, nos inspira, nos ensina a transgressão, uma fonte de conhecimentos inesgotável, que nos interconecta na diáspora.

Num país subdesenvolvido
Onde o povo não vai à escola
Por não ser bem esclarecido
O que aprende é pedir esmola.
(Carolina Maria de Jesus, Quadros, 1996, p. 207).

1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Se a consciência ocidental do Negro é um *juízo de identidade*, este texto segundo será, pelo contrário, uma *declaração de identidade*. Através dele, o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar, e muito menos onde o procuramos, mas antes no lugar onde não é pensado. (MBEMBE⁶, 2014, p. 59).

⁶ Joseph-Achille Mbembe nasceu em 1957, em Otélé, Camarões. O intelectual negro é filósofo, teórico e historiador. Atua em diversas áreas das ciências sociais. É um dos principais críticos nas ciências humanas, da contemporaneidade. Suas obras de maior impacto são **Necropolítica** e **Crítica da razão negra**.

As reflexões de Mbembe (2014), em seu livro **Crítica da razão negra**, sobre a consciência ocidental do Negro e a consciência negra do Negro são alicerces importantes para pensarmos em que perspectiva esta pesquisa se constitui ou se apoia. Nesse movimento contraditório, em que há, por um lado, uma construção de conhecimentos de subjugação em torno do Negro, a partir do imperativo do apagamento; e, em outro sentido, uma contra narrativa em que a agência negra é protagonista, em que os negros dizem de si e da sua história, que pensamos a consolidação de uma intelectualidade negra brasileira nas últimas décadas.

A consciência ocidental do negro trata-se de um processo de efabulação em torno do negro que, a partir da modernidade, do processo colonial e da criação de uma ciência moderna colonial, criou uma narrativa em que o africanismo se encontra no último patamar. Tal narrativa, dita científica, ganha força tamanha que se torna universal e naturalizada. Já a consciência negra do Negro refere-se a uma fala em primeira pessoa, que se constitui nas lutas por liberdade e contra o capitalismo, a partir do seu próprio território. Nega a lógica que nos engessa na objetificação, animalização, na a-historicidade. É ainda, uma escrita que se coloca para a edificação de uma comunidade que se une por uma consciência negra do Negro em todos os cantos do mundo (MBEMBE, 2014).

É a partir desse marcador, que dialoga com tantas outras(os) intelectuais que têm questionado a ciência hegemônica e, em especial, a produção de conhecimento sobre mulheres e homens negras(os), tais como Lélia Gonzalez, Frantz Fanon, Clóvis Moura, Stuart Hall, Patrícia Hill Collins, Nilma Lino Gomes, e tantas(os) mais, que buscaremos, por meio da análise qualitativa, analisar as trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros partícipes dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros na região sudeste.

A dimensão ética apresenta-se como central no decorrer de toda a realização da pesquisa, que foi encaminhada ao Conselho de Ética em Pesquisa de forma a garantir os direitos e proteger os sujeitos da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido individual – TCLE foi elaborado, impresso em duas vias e assinado por todas(os) entrevistadas(os) (APÊNDICE A). Houve ainda uma preocupação no sentido de que a pesquisa seja transparente, relevante e traga benefícios para os estudos das relações étnico-raciais, bem como para os sujeitos envolvidos.

Flick (2009) anuncia que a qualidade de uma pesquisa necessariamente passa por uma solidez ética. A ética deve estar presente desde o planejamento da pesquisa, do início ao fim. Mais específico sobre a constituição da entrevista, “devo ser sensível em relação onde aprofundar (ou não), como mediar perguntas sobre um tópico delicado e onde dar espaço aos participantes para falar de aspectos que são importantes para eles” (p. 159). O autor ainda diz

da necessária confiança que o entrevistado deve ter no entrevistador, entretanto, sem perder de vista que se trata de uma relação de pesquisa.

1.1.1 Definição das(os) colaboradoras(es) da pesquisa

A definição das(os) intelectuais negras(os), inseridas(os) em NEABs, convidadas(os) a participarem da pesquisa, foi um processo extenso e passou por vários caminhos. O primeiro deles foi o levantamento dos NEABs partícipes do Consórcio Nacional de NEABs da ABPN. Foram identificados um total de 126 NEABs, sendo desses, 13 na região norte, 25 na região nordeste, 18 na região centro-oeste, 34 na região sudeste, e 36 na região sul (ABPN, 2019).

Dentre os 13 NEABs da região norte, 08 estão localizados em instituições federais de ensino superior, 04 em institutos federais, e 01 em universidade estadual. Na região nordeste, de um total de 25 NEABs, 13 estão localizados em instituições federais de ensino superior, 06 em institutos federais, e 06 em universidades estaduais. Na região centro-oeste, dos 18 NEABs, 08 estão localizados em instituições federais de ensino superior, 06 em institutos federais, 03 em universidades estaduais, e 01 em outros. Na região sudeste, de um total de 34 NEABs, 14 estão localizados em instituições federais de ensino superior, 10 em institutos federais e Centros Federais de Educação e Tecnologia (Cefets), 07 em universidades estaduais, e 03 em outros. Na região sul, de 36 NEABs, 12 estão localizados em instituições federais de ensino superior, 08 em institutos federais, 08 em universidades estaduais, e 08 em outros.

Os dados atualizados em julho de 2021 indicam a existência de 157 NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos cadastrados na ABPN (2021). Por região do país, são 19 na região norte, 40 na região nordeste, 22 na região centro-oeste, 40 na região sudeste e 36 na região sul. Foram encontradas duplicidades de Núcleos, assim, há alguma divergência entre os números aqui apresentados e o número total de Núcleos na página do Consórcio.

A proposta inicial foi de realizar a pesquisa em NEABs localizados em instituições federais de ensino superior em Minas Gerais. O interesse em ampliar o campo de pesquisa e suas potencialidades, através do acesso a um grupo mais heterogêneo de intelectuais negras(os), fez com que considerássemos a possibilidade de pesquisar um NEAB por região do país. Entretanto, a dificuldade de acesso a informações de muitos desses Núcleos, especialmente dos membros que os compõem, fez com que recuássemos.

Por fim, chegamos à proposta que conferiu vida a esta pesquisa. Diante do universo instituições federais de ensino superior da região sudeste, definimos 01 NEAB no estado de São Paulo; 01 NEAB no estado do Rio de Janeiro; 01 NEAB no estado do Espírito Santo; e 02

NEABs no estado de Minas Gerais. A definição de 02 NEABs no último estado justifica-se pelo fato de ambos se adequarem às pretensões da pesquisa, mas também pela proximidade pessoal, uma possibilidade de conferir retorno às instituições das quais a pesquisadora faz parte.

A definição dos NEABs e intelectuais negras(os) partícipes da pesquisa ocorreu através de uma escolha intencional, tendo em vista a possibilidade de os sujeitos integrarem informações significativas, mas que também está atravessada por critérios orientadores. No que tange aos NEABs, avaliamos a disponibilidade de informações atualizadas através das mídias sociais, a presença de professoras(es) doutoras(es) de diferentes áreas e as produções e eventos realizados pelo Núcleo. Compreendemos que tais critérios estão associados tanto à realidade dos Núcleos quanto coerentes com a proposta da pesquisa.

Na definição dos sujeitos a serem entrevistados, buscamos compor um perfil diverso de intelectuais negras(os), coerente com o conceito que desenvolvemos no decorrer desta pesquisa. A definição foi realizada através do currículo lattes disponíveis na plataforma Lattes (BRASIL, 2018), em que se avaliou alguns aspectos — gênero, geração, atuação como coordenadora(r) do Núcleo; tempo de atuação como membro do NEAB; tempo de docência na universidade; participação em ações fora da universidade; e aproximação dos sujeitos com a definição de intelectual negra(o) aqui proposta. Optamos por compor um grupo heterogêneo de intelectuais negras(os) a ser pesquisado.

A partir dos critérios apresentados, os NEABs selecionados foram: Minas Gerais – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (NEABI/UFOP) e o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Rio de Janeiro – Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LEAFRO/UFRRJ); São Paulo – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCAR); e Espírito Santo – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES).

Definidos os Núcleos, duas(dois) professoras(es) de cada instituição foram convidadas(os) a participarem através de Carta Convite enviada pela orientadora. Em determinados momentos, também houve reforço do convite através de contato por redes digitais. Obtivemos retorno positivo de oito professoras(es). Destas(es), não foi possível realizar uma entrevista devido a condições particulares da entrevistada.

Cabe evidenciar que a perspectiva inicial era de convidar outras(os) intelectuais negras(os), para garantir a proposta inicial de dez entrevistadas(os), entretanto, no decorrer do processo, avaliamos que já havíamos contemplado o mínimo de uma entrevista por NEAB, e

que já tínhamos uma quantidade significativa de material, suficiente para responder os questionamentos propostos.

Durante a entrevista, todas(os) as(os) intelectuais negras(os), ao serem indagadas(os) se gostariam de ter o nome identificado na tese, responderam de forma positiva. Em duas ocasiões, a escolha da identificação ou não ficou a cargo da pesquisadora. Foi esclarecido às(aos) colaboradoras(es) que, caso desejassem, a qualquer momento, retirar o consentimento de divulgação do nome, poderiam entrar em contato. Em nenhum momento, houve manifestação em objeção.

Há uma dimensão ética importante que diz respeito à proteção das informações e opiniões dos sujeitos entrevistados. Entretanto, considerando os fins desta pesquisa, compreendemos que manter o anonimato não traz benefícios aos sujeitos, ao contrário, a invisibilidade pode gerar danos. A identidade visível é uma forma de nomearmos intelectuais negras e negros que têm construído trajetórias profissionais em resistência pela coletividade negra, mas, historicamente, foram invisibilizados e tiveram sua presença inviabilizada no interior das universidades.

Diante disso, as(os) intelectuais negras(os) partícipes da pesquisa são: Cassandra da Silva Muniz e Erisvaldo Pereira dos Santos (NEABI/UFOP); Rodrigo Ednilson de Jesus (Ações Afirmativas/UFMG); Otair Fernandes de Oliveira e Ahyas Siss (LEAFRO/UFRRJ); Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (NEAB/UFSCAR); e Patrícia Gomes Rufino Andrade (NEAB/UFES).

1.1.2 Perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa

Durante a pesquisa, esforçamo-nos para que as(os) intelectuais negras(os) envolvidas(os) se apresentassem como colaboradoras(res) e partícipes da investigação. Trabalhamos com referências de intelectuais negras(os) que nos inspiram.

O conceito de intelectual negra(o) no qual nos baseamos, no início da pesquisa, foi sendo modificado no decorrer do trabalho. Aos poucos, a nossa própria compreensão de intelectual negra(o) foi se reconstituindo, a partir da articulação entre os estudos das(os) autoras(es) de referência consultadas(os) e as narrativas das(dos) colaboradoras(es)⁷.

⁷ O conceito de intelectual negra(o) é desenvolvido no capítulo dois desta tese: A experiência da negritude atravessa a exclusividade intelectual, especialmente nos itens 2.2 Intelectuais negras e negros: sujeitos que se insurgem contra os padrões; 2.3 Conhecimento engajado, transgressão e luta antirracista: sobre ser intelectual negra e negro; e 2.4 Intelectuais negras e negros: corporeidades presentes e insurgentes.

Para a escolha das(os) entrevistadas(os), buscamos inspiração em pontos convergentes das reflexões de Sales Augusto dos Santos (2008), Nilma Lino Gomes (2010), Evaldo Ribeiro Oliveira (2014) e bell hooks (1995). Consideramos as contribuições de Sales Santos (2008), ao pensar os negros intelectuais enquanto sujeitos que sofrem influência dos movimentos sociais negros e possuem uma ética antirracista que irá orientar as ações destes sujeitos na academia, através de uma relação que envolve as dimensões política e acadêmico-científica. Consideramos as análises de Nilma Gomes (2010), ao dizer dos intelectuais negros(as) a partir dos anos 1990, quando negros(as) deixam de ser apenas objeto de estudo e se tornam pesquisadores(as); são sujeitos que possuem uma relação com os movimentos sociais, problematizam as teorias, constroem um conhecimento de denúncia e se posicionam de forma contrária ao epistemicídio dos conhecimentos subalternizados.

Tivemos como referência Evaldo Oliveira (2014), quando nos diz sobre negro-intelectual como uma palavra composta, em que uma adjetiva a outra e vice-versa, pois se trata de um processo de tornar-se negro e se tornar intelectual; em que resistência e coletividade marcam esses sujeitos. Utilizamos, ainda, bell hooks (1995) e a humanidade que a autora traz ao dizer das intelectuais negras; como a organização societária afugenta a mulher negra do trabalho intelectual, mas também as potencialidades políticas da relação trabalho intelectual e vida cotidiana.

A seguir, trazemos informações retiradas da Plataforma Lattes (BRASIL, 2018) das(os) intelectuais negros(os) entrevistadas(os), colaboradoras(es) da pesquisa, como uma maneira inicial de anunciá-las(os), conforme já mencionado neste capítulo.

Kassandra da Silva Muniz é Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora associada do Departamento de Letras – DELET da Universidade Federal de Ouro Preto, é docente na universidade desde 2010, período em que se vincula ao então Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFOP. Foi coordenadora do núcleo no período de 2010 a 2014. De acordo com informações disponíveis na Plataforma Lattes (MUNIZ, 2022), sua experiência profissional é na área de Linguagem e Educação, atuando especialmente nos temas: “Pragmática e estudos culturais, Filosofia da linguagem, Humor, Formação de Professores, Educação das relações étnico-raciais, Linguística Aplicada/ Linguagem e identidades, Literaturas africanas e afro-brasileiras, Manifestações afro-culturais na América Latina e Políticas Linguísticas”. Muniz se autodeclara negra.

Erisvaldo Pereira dos Santos é Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Graduado em Filosofia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de

Jesus. É professor associado do Departamento de Educação – DEEDU da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo docente desde 2006. Foi o primeiro coordenador do então Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, no período de 2008 e 2009. De acordo com o Currículo lattes (SANTOS, 2022), atua “na área de Metodologia Científica e de Relações Étnico-Raciais”, bem como “com a temática da cultura afro-brasileira e das religiões de matrizes africanas”. Santos se autodeclara negro.

Rodrigo Ednilson de Jesus é Doutor em Educação, Mestre em Sociologia e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor adjunto do Departamento de Administração Escolar, na Faculdade de Educação, pela mesma universidade. É docente na universidade desde 2012, mas o tempo de atuação no Ação Afirmativas é desde 2003, ainda como estudante da graduação. Atuou como coordenador do Núcleo no período compreendido entre 2013 e 2018 (BRASIL, 2021c). Jesus se autodeclara preto.

Otair Fernandes de Oliveira é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e Graduado em Ciências Sociais pela Fundação Educacional Unificada Campograndense, com Bacharelado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor associado do Departamento Educação e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é docente na instituição desde 2009, mesmo período em que se vincula ao Laboratório de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas, sendo coordenador entre 2014 e 2018. De acordo com o Currículo lattes (OLIVEIRA, 2021), atua em “Sociologia Política e Educação, especificamente nos campos políticas de ações afirmativas, ensino superior, ensino de sociologia, educação para as relações étnico-raciais, patrimônio cultural e cultura afro-brasileira”. Oliveira se autodeclara negro.

Ahyas Siss é Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professor associado do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atuando na universidade desde 2006. Foi o primeiro coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas, no período entre 2006 e 2011. De acordo com o currículo lattes (SISS, 2022), atua nas áreas de antropologia social, sociologia e educação, “atuando principalmente nas seguintes áreas: antropologia das populações afro-brasileiras, ação afirmativa e ensino superior, educação de relações étnico-raciais, formação de professores e Lei 10639/03”. Siss se autodeclara preto.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é Doutora e Mestre em Educação e Graduada em Português e Francês pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora titular do Departamento de Teoria e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos, estando em docência voluntária desde 2012. Participou da criação do NEAB, junto com os professores Valter Silvério e Álvaro Rizzoli. Esteve na coordenação do Núcleo durante vários anos e em períodos diferentes (SILVA, 2020). Silva se autodeclara preta.

Patrícia Gomes Rufino Andrade é Professora Doutora e Mestre em Educação, e Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Graduada ainda em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Professora Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade, atua na universidade desde 2015. É membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros desde 2007, durante o período do mestrado, tendo se afastado do Núcleo durante um determinado período. Atua como coordenadora desde 2016. De acordo com a plataforma Currículo lattes, “pesquisa Educação Quilombola, Educação do Campo, Práticas Pedagógicas para Educação Étnico-racial”, especialmente nos temas “currículo, política educacional, etnicidade, afro-brasileira, territorialidade e interculturalidade” (ANDRADE, 2021). Andrade se autodeclara preta/negra.

1.1.3 Entrevistas

A entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) trata-se do principal instrumento que nos possibilitou o levantamento de informações e a organização das narrativas dos sujeitos colaboradores da pesquisa. Entendemos que, com a entrevista, seria possível captar outros aspectos relevantes para esta proposta, além de trazer uma dimensão mais humana e próxima, a partir de como os sujeitos percebem a sua experiência de constituir-se enquanto intelectual negra(o), bem como diferentes aspectos do significado de ser intelectual negra(o), e a agência destes nos NEABs.

As entrevistas foram primordiais para avançarmos no entendimento acerca de como as(os) intelectuais negras(os): 1) se formam intelectuais negras(os), a partir da trajetória escolar e política; 2) vivem as tensões e conquistas enquanto intelectuais negras(os) inseridas(os) nos NEABs; 3) compreendem as concepções que perpassam o ser intelectual negra(o); 4) percebem uma possível disputa epistemológica a partir do conhecimento construído pelas(os) intelectuais negras(os); e 5) percebem a existência de intelectuais negras(os) e NEABs no espaço universitário.

A interação pesquisador(a)/entrevistado(a) é uma dimensão fulcral na realização de uma entrevista em pesquisa. Conforme nos alerta Mata-Machado (2002, p. 50), “analisar apenas as respostas dos entrevistados, independentemente da interação, é insuficiente para se compreender o material verbal produzido durante a entrevista, pois o entrevistador está presente na troca instituída”. Nesse sentido, consideramos relevante trazermos apontamentos sobre os processos de realização das entrevistas.

O primeiro entrevistado, o Professor Doutor Rodrigo Ednilson de Jesus, professor da UFMG, e membro do Ações Afirmativas, colocou-se prontamente à disposição para participar da pesquisa. Após o contato por e-mail, o professor informou que devido ao pós-doutorado, iria viajar para Portugal vinte dias após o contato. Então, agendamos a entrevista o quanto antes, que foi realizada no restaurante da sua sogra, próximo a sua casa. O entrevistado chegou na hora marcada e assinou o TCLE. Iniciamos a entrevista, que durou 1h22min. Rodrigo mostrou-se à vontade e falou da sua satisfação em poder contribuir com a pesquisa. Todo o processo ocorreu de forma tranquila e satisfatória. O professor demonstrou compromisso e sinceridade nas respostas. Além disso, ofereceu um livro organizado por ele próprio, intitulado **Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros[as] no ensino superior brasileiro** (2019).

Os dois seguintes entrevistados foram o Doutor Ahyas Siss e o Doutor Otair Fernandes de Oliveira, ambos professores da UFRRJ, campus Nova Iguaçu. O professor Otair sugeriu que a entrevista ocorresse durante a realização do III Copene Sudeste – “Vidas negras importam: afirmação de direitos das populações negras e indígenas e fortalecimento da luta antirracista”, que foi realizado entre os dias 24 e 26 de setembro de 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Goiabeiras. Da mesma forma, o professor Ahyas considerou positiva a proposta de realização da entrevista durante o evento. Assim, ficou acordado que nos encontraríamos no Copene Sudeste e agendaríamos as entrevistas.

No primeiro dia do evento, participei da Sessão Temática (ST), coordenada pelo professor Otair, intitulada “Patrimônio cultural, educação e ação afirmativa: valorizando identidades, memórias, re-existências e ancestralidades dos afro-brasileiros”, que ocorreu no período da tarde. Durante a ST, o professor Ahyas esteve presente em um determinado período, o que possibilitou que eu me apresentasse a ele. Após o encerramento, tive a oportunidade de me apresentar ao Otair também. Ambos disponibilizaram o telefone para que pudessemos ir conversando via aplicativo WhatsApp.

O professor Ahyas marcou a entrevista para o dia 26/09/2019, às 09h, e o professor Otair, para as 10h, no Teatro Universitário da UFES, onde estava ocorrendo parte da

programação do evento. No horário combinado, iniciamos a entrevista com o professor Ahyas, que assinou o TCLE. Após 1h18min, o professor demonstrou preocupação, já que ele iria participar de uma mesa às 10h. Assim, encerramos aquele momento e combinamos posteriormente de retornarmos para que ele pudesse responder a duas últimas perguntas que faltavam. Como Ahyas saiu para almoçar após a mesa, consegui encontrá-lo apenas na Assembleia de Encerramento do Evento. Ele respondeu às perguntas que faltavam na sala do NEAB da UFES, o que durou 5min. Conforme afirmei a ele, o mais importante do reencontro era a possibilidade de agradecer a disponibilidade, atenção e rica contribuição com a pesquisa.

A entrevista com o professor Otair iniciou-se logo após o término da primeira parte da entrevista com o Ahyas. O entrevistado assinou o TCLE. Otair, que já havia tido acesso às temáticas a serem abordadas na entrevista (não às perguntas), fez uma longa explanação que abarcou quase todas as perguntas que constavam no formulário. Assim, fomos dialogando a partir da sua explanação inicial e mais algumas perguntas foram realizadas, a partir das temáticas ainda não contempladas. A entrevista durou 1h39min e, durante todo o processo, o professor demonstrou uma criticidade diante dos temas abordados. De forma muito generosa, (re)afirmou a importância da pesquisa e agradeceu a oportunidade de participação.

A entrevista com o Professor Doutor Erisvaldo Pereira dos Santos foi agendada para o dia 15/10/2019, às 15h30min, em sua sala no ICHS / UFOP. Erisvaldo assinou o TCLE. Após duas horas de entrevista, conforme ele já havia sinalizado, ele sugeriu que continuássemos a entrevista em um outro dia, que já foi agendado, naquele mesmo momento, no dia 29/10, 16h30min. Esse segundo momento teve duração de 50min. O professor colocou-se de forma bastante contundente, demonstrando seriedade com a entrevista. As respostas dialogam em grande medida com as demais entrevistas realizadas. Erisvaldo colocou-se interessado em conhecer os resultados da pesquisa, dada a relevância e o interesse que ele possui pela temática.

A entrevista realizada com a Professora Doutora Kassandra da Silva Muniz ocorreu no dia 18/11/2019, em sua sala no ICHS/UFOP, após uma reunião do NEABI/UFOP. A primeira tentativa de realizar a entrevista não se concretizou, pois, ela não estava se sentindo bem e avaliamos que adiar seria melhor. A entrevista teve início às 17h40min e duração de 2h44min. A professora assinou o TCLE. Kassandra também se mostrou disponível a todo o momento em contribuir com a pesquisa, bem como demonstrou interesse em ter acesso ao trabalho final. As respostas também foram satisfatórias e significativas para a pesquisa, trouxeram também a dimensão da mulher negra, que ainda não havia aparecido, visto que os entrevistados anteriores eram do sexo masculino.

A entrevista com a Professora Doutora Patrícia Gomes Rufino Andrade ocorreu no dia 05/12/2019, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Foi realizada em diferentes momentos do dia, teve duração total de 1h30min. Patrícia assinou o TCLE. Ela demonstrou interesse em participar e contribuir com a pesquisa. O fato de a entrevista ter sido realizada em diversos momentos e com várias interrupções, a última parte foi realizada à noite e após um dia cansativo, são aspectos que podem ter interferido na condução do processo, mesmo com o resultado final positivo.

Por fim, a entrevista com a Professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi realizada no dia 11/03/2020, na Universidade Federal de São Carlos. A entrevista teve início às 14h e teve duração de 2h20min. A professora assinou o TCLE. Antes de iniciar a entrevista, a professora considerou relevante esclarecer que ela continua participando do NEAB, mas agora está relativamente distante do Núcleo, visto que, ela está aposentada faz 07 anos e, atualmente, é professora voluntária da UFSCAR. Está residindo em Porto Alegre, e diante da distância, ela se sente impossibilitada de responder às perguntas que dizem respeito à situação atual do Núcleo. Esclareci que tinha consciência do fato e que, para a pesquisa, a intensa participação e comprometimento dela desde o processo de criação do NEAB da UFSCAR era o motivo dela ter sido convidada para participar, e que, não havia dúvidas sobre a possibilidade de sua contribuição, assim como, caso ela não se sentisse confortável para responder alguma pergunta, ela poderia ficar à vontade. A entrevista foi uma oportunidade ímpar de ouvir uma intelectual negra protagonista na criação de um dos primeiros NEABs do Brasil. Ao finalizarmos, recebi um livro intitulado **A escravidão em São Carlos/SP: inventário analítico (2018)**, do autor Álvaro Rizzoli, fui convidada pela professora para tomar um café e, em seguida, participar de uma reunião do NEAB, que ocorreria logo posteriormente. A participação na reunião foi uma oportunidade para conhecer outros membros do NEAB, bem como compreender um pouco sobre a dinâmica interna e principais dilemas/demandas que envolvem o Núcleo. A sobrevivência financeira e psicológica das(os) estudantes negras(os) foi a principal pauta na referida reunião.

Assim, cabe ressaltar que, para concretização das entrevistas, foram realizadas duas viagens para Vitória, no Espírito Santo, onde, na primeira, foram realizadas as entrevistas com os professores Ahyas Siss e Otair Oliveira, e na segunda, com a professora Patrícia Andrade; duas entrevistas foram realizadas no município de Mariana, em Minas Gerais, com o professor Erisvaldo Santos e com a professora Kassandra da Silva Muniz; uma, no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, com o professor Rodrigo Ednilson de Jesus ; e uma entrevista em São Carlos, em São Paulo, com a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Durante a realização das entrevistas, não foi uma preocupação da entrevistadora de que as(os) colaboradoras(es) respondessem a todas as perguntas, conforme planejamento inicial. Somente em momentos centrais para a pesquisa, houve repetição da pergunta para que o foco fosse retomado. Assim, de forma geral, foi respeitada a leitura que a(o) entrevistada(o) fez das perguntas, houve, ainda, um cuidado para não influenciar nas respostas.

A(Os) professora(es) do NEABI/UFOP e do Ações Afirmativas/UFMG já me conheciam, devido ao vínculo que tenho com os dois programas. Em relação às demais entrevistas, as(os) intelectuais negras(os) pediram que eu me apresentasse. Ao dizer que era professora do curso de Serviço Social e membro do NEABI da UFOP, percebia uma certa empatia. Alguns ressaltaram, até mesmo, a importância de ter mulheres negras jovens e professoras universitárias. Esse lugar parecia trazer, em muitos momentos, a lógica para as(os) colaboradoras(es) de que eu entendia do que estavam dizendo, solicitando, por vezes, alguma comprovação da minha parte em relação ao que diziam.

Também nos chamaram a atenção algumas subversões em relação aos processos tradicionais de entrevista, avaliadas de forma muito positiva para a construção desta pesquisa. A principal delas trata-se do movimento de acolhida, que ocorreu anterior aos encontros e durante as entrevistas. O que criou um ambiente agradável e facilitou a condução de todo o processo, inclusive para que fosse possível dialogar para além do roteiro e esclarecer os pontos que não haviam ficado compreensíveis.

O professor Otair, que já havia tido acesso às temáticas que comporiam a entrevista, fez uma fala geral, que passou por diversos pontos. Foi importante porque sua fala foi muito além do que estava previsto no roteiro, que, por vezes, engessa as potencialidades de compartilhamento das(os) entrevistadas(os). Merecem destaque as colocações sobre se considerarem intelectuais negras(os) e a atuação em movimentos sociais, duas temáticas que não estavam previstas, mas que serão referenciadas no decorrer da tese.

Sugestões para o desenvolvimento da pesquisa também foram realizadas, além de dois livros que foram disponibilizados, pelo professor Rodrigo e pela professora Petronilha. Rodrigo fez, ainda, sugestões quanto às entrevistas e ao próprio texto, que deveria fazer alguma reflexão sobre a identificação dos nomes na tese. Mais uma vez, dizemos do envolvimento e compromisso dos sujeitos com este trabalho coletivo.

Por fim, chamou-nos a atenção a forma como as(os) colaboradoras(es) disseram da importância da pesquisa e de que gostariam de receber retorno sobre o trabalho final. O professor Erisvaldo, por exemplo, disse-me que queria muito saber o que os demais intelectuais

negros estão pensando sobre as temáticas apresentadas na entrevista, tendo em vista a relevância das questões.

A forma como as(os) intelectuais negras(os) se dispuseram a fazer parte desta pesquisa foi mais um elemento que me fez compreender o quanto este trabalho ultrapassa a construção de uma tese de doutorado, no sentido individual que carrega consigo, embora a escrita, em si, seja, muitas vezes, um ato solitário. Na minha compreensão, a produção de conhecimento no espaço acadêmico só faz sentido quando a energia imprimida é cíclica e coletiva. Não estaria no doutorado estudando esta temática sem os caminhos abertos por aquelas(es) que chegaram antes de mim. MODUPÉ⁸!

1.1.4 Produção teórica

A leitura e a proposição de reflexões em torno das produções teóricas das(os) intelectuais negras(os) já definidas(os) foram realizadas através de uma escolha direcionada de duas produções acadêmicas, com base no Currículo lattes, em que buscamos compreender se e de que forma os temas — questionamentos à ciência hegemônica e protagonismo negro — comparecem nas suas produções. Interessa-nos conhecer como intelectuais negras(os) têm buscado ressignificar as ciências hegemônicas, bem como fazem a leitura da atuação de negras e negros como sujeitos da história.

As produções que comporão o escopo de análise da pesquisa são as seguintes:

- **Kassandra da Silva Muniz**
 - MUNIZ, K. S. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, vol. 32, n. 03, p. 767-786, 2016.
 - MUNIZ, K. da S. Ações afirmativas no contexto das universidades: a identidade negra como reivindicação linguística e política. In: MUNIZ, K. da Silva; GONÇALVES, Clézio GOMES, DAMACENO, Roberto Janaína (Org.). **Pensando Áfricas e suas Diásporas: aportes teóricos para a discussão negro-brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015. p.135-153.
- **Erisvaldo Pereira dos Santos**

⁸ “Modupé quer dizer obrigado, em yorubá. Então, como em qualquer idioma em que esta palavra conheça equivalência, modupé traduz uma gentileza, um reconhecimento e, às vezes, uma amizade também.” (ATAYDE, 2017).

- SANTOS, E. P. dos. A educação das relações étnico-raciais, as religiões de matrizes africanas e a dupla pertença no episódio ‘O compadre de Ogum’ na literatura de Jorge Amado. **Currículo sem Fronteiras**, vol. 17, n. 3, p.756-768, set./dez. 2017.
- SANTOS, E. P. dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In: Clézio Roberto Gonçalves; Kassandra da Silva Muniz (Org.). **Educação como prática da igualdade racial na escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016. p. 25-48.
 - Rodrigo Ednilson de Jesus
- JESUS, R. E. de. Quem quer(pode) ser negro no Brasil? **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 31-52. (Coleção Cultura negra e identidades)
- JESUS, R. E. de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista** / Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, FaE/UFMG, vol. 34, n. 1, p. 37-54, mar. 2018.
 - Otair Fernandes de Oliveira
- FERNANDES, O. O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABs. **[SYN]THESIS**, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 191-204, 2014.
- OLIVEIRA, O. F. Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, p. 106-118, 2016.
 - Ahyas Siss
- SISS, A. Ações afirmativas, educação superior e NEABs: interseções históricas. **[SYN]THESIS**, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 181-190, 2014.
- SISS, A. O Leafro, relações étnico-raciais e a formação de professores: uma experiência de intervenção multicultural. SISS, Ahyas (Org.). **Diversidade Étnico Racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção**. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação Ltda, 2008. p. 15-40.
 - Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
- SILVA, P. B. G. e. Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância. **Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2011. p.141-158.

- SILVA, P. B. G. e. Crianças negras: entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica da Educação**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. p.161-187.

- Patrícia Gomes Rufino Andrade

- ANDRADE, P. G. R. Territórios quilombolas, regulamentação. **A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 83-98.

- ANDRADE, P. G. R. Reflexões sobre as vivências e perspectivas dos homens e mulheres negros, **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 14-21, 2018.

As leituras dos artigos, em diálogo com as entrevistas, e com outras(os) intelectuais negras e negros referência, dão-nos pistas de como essas e esses intelectuais avançam no debate teórico articulando-o com as suas vivências pessoais, políticas e acadêmicas e sinalizando a construção de um pensamento negro brasileiro. Uma outra produção de conhecimento. Um conhecimento engajado.

1.1.5 Atravessamentos

Alguns atravessamentos também compõem o exercício metodológico da presente pesquisa. Um deles trata-se das dificuldades de me organizar para fazer as entrevistas pessoalmente, já que nem sempre foi possível confirmar a entrevista com a antecedência necessária. Entretanto, esse não foi um empecilho e todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente a partir das datas propostas pelas(os) colaboradoras(es). Foi importante estar com todas(os) pessoalmente, estabelecendo uma maior empatia, o que, conforme nossa avaliação, foi importante na condução da entrevista, possibilitando os resultados positivos já descritos.

O número elevado de questões na entrevista também foi questionado por algumas(ns) colaboradoras(es). Esse aspecto foi pensado pela pesquisadora antes mesmo do pré-teste, que foi realizado com um intelectual negro vinculado ao NEABI da UFOP, momento em que a extensão do questionário também foi levantada. Foi realizada uma redução no número de perguntas, mas sabendo que ele permanecia extenso.

Essa opção não ocorre sem consequências. Em duas entrevistas, ficou em evidência que as(os) colaboradoras(es) passaram a dar respostas mais curtas em um determinado momento. Isso quando perceberam que ainda havia um número grande de questões a serem realizadas e já havia um tempo significativo de entrevista, o que acabou por trazer perdas para os debates finais.

Em movimento semelhante, suprimi determinadas perguntas para algumas(ns) colaboradoras(es), percebendo o cansaço apresentado e considerando que algumas perguntas poderiam ser desconsideradas, pois não estavam trazendo contribuições significativas para os objetivos do trabalho e/ou traziam respostas repetitivas em relação a outras perguntas.

A escrita desta tese foi realizada em contexto de crise: econômica, política, social, humanitária, ambiental e sanitária devido, especialmente, à pandemia do novo coronavírus SARS-Cov-2 (COVID-19), que se iniciou em 2020 no Brasil e vem ocorrendo para além do momento da finalização da escrita desta tese, resultando em uma quantidade de mortes sem precedentes. É também um momento de desgoverno federal com ataques explícitos à educação, à ciência, além de um clima de negacionismo atestado pelos noticiários nacionais e internacionais. Sem dúvida, esse foi o maior atravessamento que perpassou a realização deste trabalho. As perdas, incertezas, medos, inseguranças, mas principalmente, a necessidade de ressignificar a própria existência estão presentes nestas linhas, ainda que não seja de forma explícita.

1.1.6 Perspectivas de análise

Na análise das entrevistas, buscamos trazer e dizer das histórias que nos foram narradas, com foco nos sujeitos colaboradores. A organização das entrevistas ocorreu através das temáticas consideradas relevantes para compreensão dos objetivos aqui postos, mas não de forma rígida, tendo em vista que muitos pontos foram incorporados a partir do contato com as(os) colaboradoras(es). Além disso, temáticas menos recorrentes, mas consideradas relevantes, também foram sendo adicionadas para análise.

As análises aqui realizadas não passam por marcadores muito fixos, ainda que tenhamos recorrido a alguns aspectos pré-estabelecidos, tais como a busca por compreender, conceituar e/ou contextualizar intelectual negra(o), os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e as trajetórias negras.

Os silêncios também foram ouvidos e considerados, com destaque para o ponto “Trajetórias afrodiaspóricas: sou eu um(a) intelectual negra(o)?”, construído a partir da pergunta: “Você se considera um(a) intelectual negro(a)?”. Entendemos que esse foi o silêncio que mais nos disse, além de outros, que também aparecerão na análise das narrativas.

A análise das entrevistas passa, ainda, por considerar a mensagem como algo em disputa. Não se trata de entrevistadas(os) desinteressadas(os). Assim, a ênfase que é dada a determinadas questões, especialmente relacionadas ao racismo, ainda que esta dimensão não

estivesse em evidência na pergunta, conforme a nossa compreensão, passa pelo fato de estarem respondendo a uma entrevista a partir de um recorte racial muito evidente, bem como por suas trajetórias pessoal e profissional.

Nesse sentido, as reflexões em torno das entrevistas serão operadas a partir de um destaque para as falas dos sujeitos; levando em consideração o contexto mais amplo de uma sociedade racista, classista e machista; e a partir de conexões com produções teóricas e outras pesquisas realizadas.

Ainda que tenhamos guiado as narrativas através de perguntas prévias, buscamos respeitar a forma como os sujeitos construíram suas histórias, sem interrupções, respeitando a construção narrativa desenvolvida pelas(os) colaboradoras(es). Isso fica em evidência quando levamos em consideração que dois destes pontos (4.1 e 4.4) não foram pensados no momento da realização das entrevistas.

Já nas reflexões em torno das produções teóricas das(dos) intelectuais negras e negros, estaremos atentas a um aspecto específico, que diz respeito ao comparecimento das temáticas — questionamento à ciência hegemônica e protagonismo negro. Em diálogo com outras(os) autoras(es) de outros tempos históricos, buscaremos perceber se e de que forma as temáticas comparecem, tendo em vista o debate teórico realizado no decorrer da pesquisa no que tange às contribuições de intelectuais negras(os) a partir da resignificação de narrativas em torno da história do povo negro em diáspora.

Entendemos que seria importante dizer sobre as(os) autoras(es) e contextualizar as suas obras, que estarão em diálogo com as(os) intelectuais negras(os) partícipes da pesquisa, entretanto, faremos um movimento diferente, considerando o que nos toca neste momento, que é um pensamento intelectual negro, que vai além dos marcadores temporais.

Durante todos esses processos, interessa-nos compreender as trajetórias das(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa, a experiência de ser intelectual negra(o) acadêmica(o), suas práticas, a forma como estes sujeitos compreendem determinados fenômenos associados à questão racial no Brasil, bem como a agência destes sujeitos nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.

A densidade e a potência das narrativas compartilhadas pelas(os) intelectuais negras(os) no decorrer das entrevistas nos levou a organizar os capítulos da tese a partir dessas, e como as entrevistas serão referenciadas em todos os capítulos da tese, não terá um momento específico para a sua tratativa. Assim, ressaltamos que, além da presença de trechos das entrevistas em todos os capítulos, a própria constituição dos capítulos foi guiada pelas entrevistas. Quanto às

reflexões em torno das produções teóricas, haverá um capítulo específico para a tratativa, o capítulo cinco, mas mantendo o diálogo com as entrevistas.

Cabe ainda registrar que a escolha da minha narrativa em primeira pessoa do plural (nós) não significa o apelo à neutralidade da sujeita que produz a tese. Trata-se do reconhecimento de que esta é uma produção coletiva e nela ressoam as vozes e saberes da doutoranda, da orientadora, da banca de qualificação, de familiares, de autoras(es) que aciono e de tantas outras pessoas com as quais dialoguei durante o processo da pesquisa. A escolha deste nós coletivo não implica a retirada da minha responsabilidade como pesquisadora negra na produção de conhecimento que ora vem a público.

Por fim, é importante dizer de uma escolha política intencional pelo protagonismo negro na pesquisa, em contraposição à *consciência ocidental do Negro*, como nos diz Mbembe (2018), em contraposição a um movimento conscientemente produzido de subalternizar, desqualificar, apagar, ou, dependendo dos interesses, apropriar dos conhecimentos e a história negra. Trata-se de uma escolha a partir de um justo lugar pelo qual negras e negros têm entrado em diferentes campos de (re)existência.

2 A EXPERIÊNCIA DA NEGRITUDE ATRAVESSA A EXCLUSIVIDADE INTELECTUAL

É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos. (Conceição Evaristo⁹, 2018).

Quando perguntamos, em espaços acadêmicos, para públicos não pesquisadores da temática étnico-racial: “Você conhece algum(a) intelectual negro(a)?”, os espantos e silêncios são muitos. Ainda que estejamos dizendo de um país em que a maioria da população se autodeclara negra (preta ou parda), no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trazer essa população para um *locus* de igualdade social é algo que ainda provoca estranhamentos, visto que o corpo negro representa a antípoda da *intelligentsia*. Questionar os padrões construídos, que subalternizam e nos aprisionam no “Lugar de negro” (GONZALEZ, 1982), tem sido parte da constituição do ser intelectual negra(o).

Este capítulo constitui-se a partir de quatro momentos de discussão, que se interconectam. O primeiro trata-se da realização de um levantamento teórico em torno das reflexões críticas sobre intelectuais. Considerando a relevância, o reconhecimento e o alcance do debate realizado, trabalharemos especialmente com as(os) seguintes autoras(es) — Antonio Gramsci, Marilena Chauí, Edward Said, Michel Foucault Francisco de Oliveira, Noam Chomsky e Patrícia Hill Collins. Este momento será fundamental para avançarmos na dinâmica de pensar as(os) intelectuais sobre uma inscrição racial.

A opção por iniciar com essas(es) autoras e autores deve-se ao fato de que, grande parte do debate sobre quem é intelectual, no Brasil, reporta-se a alguns desses nomes, que são, em sua maioria, intelectuais brancos. Dessa relação, dois podem ser considerados não brancos, a saber, Edward Said e Patrícia Hill Collins. Ambos compareceram nesta primeira seleção e análise justamente para lançar indagações a respeito do tema e da hegemonia branca, que interfere na forma como tradicionalmente são vistas as(os) intelectuais.

Entendemos que é preciso conhecer minimamente o que dizem as pessoas consideradas como referências e que ocupam lugares hegemônicos no campo do conhecimento, justamente para indagar, divergir, trazer outra perspectiva de análise e de ciência. Não poderíamos deixar de considerar que fizemos a opção por um diálogo teórico com aquelas e aqueles que, mesmo

⁹ A escritora, poeta e intelectual negra Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em 1946, em Minas Gerais. É uma das principais escritoras negras do Brasil. Tem seus escritos publicados em várias línguas. Apresenta uma escrita engajada, subversiva, de denúncia e resistência.

ocupando lugares mais hegemônicos na ciência (embora saibamos que na história de cada um isso não ocorre de forma linear), possuem uma postura indagadora e emancipatória de conhecimento.

Assim, avançamos para um segundo momento que traz um enegrecimento da categoria intelectual — movimento necessário e urgente. O processo de enegrecer a intelectualidade, que atravessa a compreensão de intelectual abstrata, desencarnada da existência racializada, é um ato político que diz da melanina, mas também da ocupação de espaços historicamente negados e de construção de novas epistemologias que, de fato, deem conta da complexidade da história do povo preto em diáspora, e em diálogo com os ameríndios.

Seguimos, nos próximos tópicos, para compreensão do conceito de intelectual negra(o), em diálogo com outras(os) pesquisadoras(es) negras(os), como Nilma Gomes, Evaldo Oliveira, Sales Santos, bell hooks¹⁰ e Patrícia Collins e com os sujeitos colaboradores / entrevistados da pesquisa. A resignificação da intelectualidade, em diálogo com os Movimentos Sociais Negros, e indagando por dentro a ciência clássica, é um movimento que fissa tanto o conceito de intelectual quanto a organização da universidade e sua lógica “meritocrática”. Interessa-nos, ainda, trazer marcadores que têm particularizado a intelectuais negras(os) que surgem, com maior robustez, nas últimas décadas, quais sejam, experiência da negritude, descolonização na produção de conhecimento, articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas, retorno para suas comunidades, e compromisso de transformação social.

2.1 DISPUTAS EM TORNO DA CATEGORIA INTELECTUAL

A ideia hegemônica de intelectual¹¹ socialmente construída está associada à presença dos modernismos ocidentais no mundo. A representação em torno do intelectual, no masculino, é voltada ao sujeito detentor de uma erudição necessária para ter seu discurso público legitimado a partir de algumas características deste sujeito — o domínio das regras cultas, o letramento, a *intelligentsia* e a contemplação fazem do intelectual alguém respeitado e legitimado publicamente.

Embora não exista um consenso sobre o que é (ou o que foi) a modernidade como fenômeno histórico, consideramos que tal conjuntura — composta por um amplo conjunto de eventos ocorridos em diversos pontos geográficos, geralmente agrupados a partir das

¹⁰ O nome da intelectual bell hooks será utilizado em letras minúsculas, conforme opção política da autora.

¹¹ Williams (2007) e Wasserman (2015) trazem importantes contribuições sobre o surgimento do termo “intelectual”.

perspectivas de transformação, novidade e ruptura com aspectos da ordem social, econômica, política e cultural até então hegemônica — apresenta elementos importantes para a compreensão desta noção canônica de intelectual.

Entendemos que o processo retrospectivamente entendido como modernidade deve ser tratado considerando a diversidade de experiências históricas relativamente articuladas e de impactos diversos em diferentes espaços geográficos entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, adotamos a ideia de modernidade no plural. Esta leitura ancora-se em abordagens do fenômeno da modernidade como um acontecimento global, não restrito à Europa, que conectou de forma assimétrica e desigual diferentes pontos geográficos. As modernidades não se desenvolveram de forma similar, orientadas pelas promessas da emancipação advindas da luminosidade da razão. Muito embora a resistência fora a métrica presente na ação de diferentes grupos humanos que passam a ser inseridos nesta lógica, o projeto de incorporação de tais sujeitos ocorreu no avesso da ilustração e como parte da força motriz e combustível da modernização europeia (GILROY, 2001; MBEMBE, 2014; HALL, 2016a).

Diante da universalidade propagada pela modernidade, identificamos que a concepção hegemônica de intelectual carrega consigo essa perspectiva, ao entender que se trata de um sujeito universal, não constrangido por fronteiras nacionais, de gênero, étnico-raciais ou culturais e, portanto, um sujeito dono de uma fala universal e universalizante. O intelectual na acepção moderna é, antes de tudo, um livre pensador e autônomo, que se destaca dos demais sujeitos por suas habilidades em operar com os saberes, com a abstração e a erudição e que não fala em defesa de particularismo (autonomia) de qualquer natureza identitária.

Outro aspecto da modernidade, em diálogo com o intelectual, refere-se ao lugar ocupado pela ciência e pela razão enquanto potencialidade. Boaventura de Souza-Santos (1997) nos chama a atenção para essa dimensão que traz consigo a possibilidade de emancipação, mas que, em alguma medida, fora reduzida pela racionalidade cognitivo-instrumental, na gestão da apropriação do conhecimento socialmente produzido. No que tange a discussão sobre a conceituação de intelectual, é central o lugar do conhecimento científico e da racionalidade. O domínio dos protocolos científicos e da razão possibilita aos intelectuais destacarem-se das massas ignorantes de tais protocolos, que os colocam em lugares de autoridade. Partindo dessa assertiva, percebemos que os indivíduos não detentores de tais conhecimentos estariam interditados e impedidos de serem socialmente compreendidos como intelectuais.

As afirmações de Max Weber, em **A ciência como vocação** (2005), contribuem para a explicitação de um projeto excludente e de assassinato epistemológico. Conforme o sociólogo alemão, o trabalho científico é pensado a partir de uma perspectiva considerada racional de

progresso e o indivíduo capacitado e responsável para tal trabalho. Trata-se de um sujeito sábio, que possui vocação, paixão, dom e inspiração para o trabalho científico.

Ao definir e caracterizar a especificidade do fazer intelectual, Weber (2005) traz um exemplo que, segundo o autor, diferencia a racionalização intelectualista da prática de atividades tecnicamente orientadas para a resolução de questões da vida prática, onde o autor localiza os conhecimentos indígenas e dos hotentotes¹², considerados selvagens por ele.

Os selvagens podem conhecer bem as suas condições de vida, conhecem bem os processos de sobrevivência, acumular experiências a partir de suas ações e observações, sem, contudo, criar racionalizações e abstrações sobre os processos por eles experimentados. De acordo com Weber (2005):

O selvagem, pelo contrário, sabe muito bem como obter o seu alimento quotidiano, e quais as instituições que nisso o ajudam. A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento das condições gerais da vida, mas algo de muito diverso: o saber ou a crença em que, se alguém *simplesmente quisesse*, poderia, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos e imprevisíveis, que nela interfiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem — em princípio — ser *dominadas* mediante o *cálculo*. Quer isto dizer: o desencantamento do mundo. Diferentemente do selvagem, para o qual tais poderes existem, já não temos de recorrer a meios mágicos para controlar ou invocar os espíritos. Isso consegue-se graças aos meios técnicos e ao cálculo. Tal é, essencialmente, o significado da intelectualização. (WEBER, 2005, p. 13-14 – grifos do autor).

Ao considerar que somente as sociedades autodenominadas civilizadas seriam capazes de produzir trabalho intelectual, Weber opera com uma concepção dominante de modernidade, na qual a ideia de produção de conhecimentos é cindida por uma distinção binária original e essencializada. Nessa fissura da humanidade, de um lado, localizavam-se os grupos humanos capazes de promover reflexões racionalizadas, abstratas e universalizantes; de outro, os povos condenados às formas primitivas e “pré-rationais” de compreensão do mundo, nas quais aspectos mágico-religiosos estavam presentes.

De acordo com Mbembe (2014), o contexto intelectual do norte ocidental do século XX, ambiente no qual as ideias de Weber foram suscitadas, foi marcado pela circulação de um

¹² A chamada “Vênus Hotentote” é um exemplo da construção da animalização e patologização de sujeitos africanos por parte da Europa ocidental. Conforme Hall (2016b, p. 201-202), Saartje Baartman “foi levada para a Inglaterra, em 1810, em um navio africano, por um agricultor bôer da região do Cabo, África do Sul, e por um médico. Saartje foi exibida regularmente por cerca de cinco anos em Londres e Paris. Em suas primeiras ‘apresentações’, ela aparecia em um palco elevado como um animal selvagem, caminhava em sua jaula quando era ordenada, parecia ‘mais um urso acorrentado do que um ser humano’, como foi descrita na edição de 26 de novembro de 1810 do jornal **The Times**. (...)”. Culturalmente e anatomicamente, foi comparada aos macacos.

conjunto de “considerações especulativas” tributárias da etnologia ocidental e das filosofias da história e que “Assentam na ideia segunda a qual existiram dois tipos de sociedades humanas — as sociedades primitivas, regidas pela “mentalidade selvagem”, e as sociedades civilizadas, governadas pela razão e dotadas, entre outras coisas, do poder conferido pela escrita” (MBEMBE, 2014, p. 81).

Ao partirmos do exposto, podemos considerar que, para Weber, em sua elaboração idealizada sobre o trabalho racionalmente sustentado e seus agentes, não seja possível, para sujeitos pertencentes à temporalidade “pré-lógica” das alter-denominadas sociedades primitivas, desenvolver tais habilidades cognitivas.

As concepções acerca de grupos humanos supostamente inaptos à racionalidade, enclausurados na temporalidade primitiva, naturalmente avessos às luzes da razão, tal como Weber (2005) afirma, formam as bases estruturais das diversas camadas de ações voltadas para expropriação material e simbólica da existência humana negra. Tais concepções, mesmo estando no mundo das ideias, dialogam, alimentam-se e se conectam a empreendimentos norteados que produziram violência, sofrimento, objetificação e morte.

Cabe, aqui registrar que, ainda que tal discussão tenha se desenvolvido em outro momento, o antagonismo deste projeto, com a representação daqueles sujeitos que, submersos na lógica colonial, tiveram seus conhecimentos invalidados, permanece pulsante.

Os estudos gramscianos são fecundos na contraposição de um padrão de excepcionalidade e distinção do intelectual. Ao contrário, o intelectual orgânico é um sujeito político, educativo, que tem um papel central na organização das classes. O que faz com que as contribuições do autor se mantenham socialmente vivas, necessárias e atuais.

Na relação Gramsci e o seu vínculo à teoria marxiana, Hall (2006, p. 276) afirma que: “Contudo, ele revisou, renovou e sofisticou amplamente muitos dos aspectos dessa estrutura teórica para torná-la mais pertinente às relações sociais contemporâneas no século vinte”, mantendo-se vinculado às discussões sobre as bases econômicas, mas avançando em análises conjunturais, questões políticas e ideológicas. Hall considera ainda que a perspectiva gramsciana tem contribuições importantes para análise do racismo, mesmo não tratando especificamente sobre essa temática, o que será desenvolvido no texto “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnia” (HALL, 2006), que é uma indicação importante, ainda que não seja nosso foco.

Sobre os intelectuais em Gramsci, Duriguetto (2014) afirma que:

Gramsci explicita e aprofunda essa inseparável relação dialética entre intelectual e mundo circunstante, dotando os intelectuais *orgânicos* aos interesses das classes subalternas de uma função central nos processos e lutas de formação de uma contra hegemonia contrária aos interesses do capital e dos seus intelectuais tradicionais e orgânicos. (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

Diante da preocupação de Gramsci em torno da emancipação dos grupos subalternos, o autor fala-nos de intelectuais orgânicos que, para chegar até os sujeitos, desenvolve um trabalho educativo com base na realidade concreta, e não em princípios. Já os intelectuais tradicionais são vinculados aos grupos dominantes, ainda que se coloquem como independentes, autônomos, o que, para Gramsci, é uma utopia social, pois atuam pela continuidade histórica. Assim, “todo grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2011, p.203).

É interessante pensar como é recorrente a ligação do intelectual com a realidade social concreta. Trata-se de um sujeito que estabelece vínculos orgânicos com a classe social, não apenas sendo crítico teoricamente, mas atuando em prol desta classe na formação de um pensamento crítico.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, ainda que nem todos exerçam esta função na sociedade. Todos os homens exercem alguma ação intelectual em algum momento, construindo concepções de mundo e formas de pensar. Entretanto, os desafios passam pela constituição de novas camadas de intelectuais, considerando-se que “a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos” (GRAMSCI, 2011, p. 207).

Na relação com os sujeitos com os quais mantém vínculos, os intelectuais devem construir suas formulações teóricas e políticas, de forma calcada na realidade, mas que também seja crítica diante do senso comum. Não são neutros, ao contrário, estão politicamente imbricados e têm a função de tornar acessível o conhecimento produzido, que é uma ferramenta de luta, formando novos grupos de intelectuais.

É ainda importante situar a “superestrutura”, onde os intelectuais, segundo Gramsci (2011), localizam-se e atuam como funcionários, e a luta pela hegemonia. Na superestrutura, Gramsci (2011, p. 208) localiza dois “grandes” planos:

O que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de

“domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2011, p. 208).

Tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, ocorre a atuação dos intelectuais, na construção de hegemonia. Para Gramsci, este não é um processo homogêneo, predeterminado ou sem contradições, como bem afirmado por Hall (2006):

Ele recusa inteiramente qualquer ideia de um sujeito ideológico unificado e predeterminado — por exemplo, o proletário com seus pensamentos revolucionários “corretos” ou os negros com sua consciência geral antirracista já garantida. Reconhece a pluralidade dos eus e identidades que compõem o chamado “sujeito” do pensamento. Argumenta que a natureza multifacetada da consciência não é um fenômeno individual, mas coletivo, uma consequência do relacionamento entre “o eu” e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade. (HALL, 2006, p. 305).

Para a manutenção da hegemonia na sociedade, os grupos dominantes contam com os intelectuais que os representam, desenvolvendo uma função organizativa. Ao explicar a manutenção de grupos no poder, que não representam os interesses da maioria da população, Gramsci aponta o papel dos intelectuais na construção de um consenso “espontâneo”; já para aqueles que não se enquadram, a resposta é a coerção estatal.

A ação política deve ocorrer através de uma “direção consciente” dos sujeitos partícipes, de forma a romper com o senso-comum. É nas classes subalternas que está a possibilidade de construção de uma nova hegemonia, ou seja, de um novo projeto societário.

Ainda que Gramsci não considere a dimensão racial, as contribuições do seu pensamento são reconhecidas também por intelectuais negras(os). Como ocorreu em duas entrevistas, em que, ao serem perguntados, “Você se considera um intelectual negro?”, os entrevistados fizeram referência a uma perspectiva gramsciana de intelectual orgânico: “Então, eu me considero uma intelectualidade negra, e nessa perspectiva orgânica, que é o intelectual comprometido com sua classe, e aí vamos trazer para suas questões, para uma transformação social (...)” (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04). Nesse mesmo direcionamento, Ahyas Siss (ENTREVISTA 05) também fez referência às reflexões gramscianas: “(...) e aí volta aquela pergunta que você me fez, intelectual, o que é, se for na perspectiva gramsciana, aí tudo bem, eu me qualifico como intelectual e todos meus colegas que produzem conhecimento, estando na academia ou fora dela”.

Referenciamos, ainda, a tese de doutorado intitulada **A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown**, na qual Rogério de Souza Silva (2012, p.167-

168), recorre a Gramsci e a sua concepção de intelectual orgânico para localizar Mano Brown e outros rappers enquanto “organizadores do mundo simbólico das classes populares que estão diretamente ligados, ou seja, intelectuais das periferias das grandes cidades brasileiras”.

São referências que ratificam a importância das reflexões de Gramsci em torno do intelectual orgânico para uma parcela da intelectualidade negra. Principalmente ao retirar do pedestal um grupo que se distingue, deslocado da realidade vivida, ainda que as particularidades deste grupo não devam ser desconsideradas, conforme desenvolveremos posteriormente.

Ainda em uma perspectiva de diálogo com o marxismo, trazemos Marilena Chauí (2006), que localiza, em “Intelectual engajado: uma figura em extinção?”, alguns desafios e questionamentos contemporâneos em torno do papel dos intelectuais, com foco em uma perspectiva de classe.

Sobre as tensões em torno de qual deva ser a postura intelectual diante das questões imediatas que perpassam a sociedade, sejam de engajamento e exposição pública, sejam de recolhimento e distanciamento, a autora irá ilustrar os paradoxos dessas relações a partir de divergências de pensamento entre Sartre e Merleau-Ponty. Após narrar situações de críticas mútuas em torno da autonomia / engajamento do intelectual, interessa-nos especialmente os impasses postos:

Para Sartre, visto que a consciência é leve e insubstancial, o filósofo pode aceitar o apelo de todos os fatos e de todos os acontecimentos, não se deixando impregnar por eles, conservando a soberania. Para Merleau-Ponty, porque a consciência é encarnada num corpo e situada na intercorporeidade e na intersubjetividade, o filósofo não pode, para usarmos a expressão que emprega no *Elogio da filosofia*, “dar o assentimento imediato e direto a todas as coisas, sem considerandos”. Isso significa, como escreve, que “é preciso ser capaz de tomar distância para ser capaz de um engajamento verdadeiro, o qual é sempre também um engajamento na verdade”. (CHAUÍ, 2006, p. 24).

Chauí (2006) expõe a necessidade de pensar os intelectuais enquanto sujeitos que também não escapam da ordem social capitalista, já que se constituem enquanto intelectuais nesta sociedade. Ela utiliza os termos de Souza-Santos para se referir ao projeto de modernidade, a autora trará dois pilares — o da emancipação e o da regulação. É diante à vitória do pilar da regulação, que podemos dizer do retraimento da figura do intelectual engajado, que tem suas causas na: incredulidade diante das utopias revolucionárias e da política, o que leva a um silenciamento dos intelectuais diante da ausência de formulação de possibilidades; privatização do público em detrimento do privado, que se acirra no neoliberalismo e acaba por entrar em sintonia com a despolitização da sociedade e a valorização do especialista

competente; e o lugar ocupado pelo saber e pela tecnologia, que vão se tornando agentes de acumulação do capital, assim, o que se valoriza é o conhecimento aplicável, rentável (CHAUÍ, 2006).

Nesse cenário, Chauí destaca que as ciências humanas e sociais aplicadas também vão se inserindo na lógica mercadológica, demandando financiamentos privados para pesquisas, através de índices de produtividade, criando e vendendo serviços para empresas. Assim, Chauí (2008, p.12) indaga: “Ora, a autonomia racional era a condição tanto da qualidade do saber como da autoridade do intelectual engajado para transgredir a ordem vigente. Perdida a autonomia, que resta senão o silêncio?”.

Destarte, a autonomia dos intelectuais só pode ser afirmada através de um posicionamento na luta de classes, diante de um engajamento contrário aos dominantes, o que implica — “transgressão da ordem”, “crítica do existente”, e “crítica da forma e do conteúdo da própria atividade das artes, ciências, técnicas, filosofia e direito” (CHAUÍ, 2006, p. 28).

Ao partirmos para as reflexões que trazem o intelectual e as relações de poder, bem como a crítica aos saberes científicos modernos, dialogamos, neste momento, com Foucault e Said. Em “Os intelectuais e o poder”, entrevista realizada com G. Deleuze, Foucault (2006) se mostra crítico diante de uma referência em que o intelectual só pode existir a partir do lugar que ocupa na sociedade capitalista, enquanto um sujeito com legitimidade para levar a verdade aos que ainda não conseguem compreender.

Ora, o que esses intelectuais descobriram depois da recente arremetida é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muitíssimo bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda a rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, fazem parte desse sistema de poder; a ideia de que eles são os agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se posicionar “um pouco à frente e um pouco ao lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso”. (FOUCAULT, 2006, p. 39).

Assim, Foucault não considera que as massas não têm conhecimento de suas realidades, mas sim, de que há um sistema de poderes que invalida esses saberes, do qual os próprios intelectuais fazem parte. Não se trata de uma “tomada de consciência”, tendo em vista que ela já está presente nas massas. Assim como para Gramsci, os intelectuais devem ser sujeitos de

luta, mas há um deslocamento quando Foucault traça como alvo as formas de poder, o que inclui a luta proletária, mas não se fecha nessa.

Quanto ao pós-colonial Edward W. Said, merecem destaque suas contribuições quanto as relações e as exigências do poder ao intelectual. Também, de forma inaugural, introduz a dimensão do lugar do intelectual marcado etnicamente, racialmente, enquanto o “outro”, não branco, constituído pelo pensamento ocidental.

No livro **Representações do intelectual**: As Conferências Reith de 1993, Said irá apresentar o texto das Conferências Reith realizadas por ele em 1993. Diante da importância e do alcance das Conferências, o autor afirma, ainda na Introdução, que, quando seu nome foi divulgado pela British Broadcasting Corporation¹³ (BBC), as críticas apareceram, especialmente, acusando-o de ser um ativista palestino, antiocidental, entre outros posicionamentos anti-intelectuais e preconceituosos. É interessante pensar que as críticas feitas a ele justamente apoiavam a tese de Said sobre o intelectual enquanto um perturbador do status quo, alguém que nega estereótipos e pensamentos reducionistas. “O que meus livros tentavam combater era a construção de ficções como ‘Oriente’ e ‘Ocidente’, isso sem falar de essências racialistas, tais como raças subjugadas, orientais, arianos, negros e outros” (SAID, 2005, p.11).

Esse lugar de Said, um palestino que viveu grande parte da vida nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), que se tornou um importante intelectual, e cuja trajetória o tornou crítico diante dos reducionismos ocidentais na leitura do chamado Oriente, é importante para compreendermos as ricas e inquietantes contribuições de Said sobre o intelectual. É relevante assinalar conforme a afirmação do autor de que, de forma alguma, trata-se de uma cegueira, de defender um lado em detrimento do outro. Ao contrário, o posicionamento crítico deve estar acima desses lugares, mas também diz que não somos sujeitos neutros, fora do tempo e do espaço. A compreensão de Said (2005, p. 12), apresentada nas Conferências, sobre os intelectuais passa por:

(...) aquelas figuras cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido. O que tentei sugerir é que os padrões de verdade sobre a miséria humana e a opressão deveriam ser mantidos, apesar da filiação partidária do intelectual enquanto indivíduo, das origens e de lealdades ancestrais. Nada distorce mais o desempenho público do intelectual do que os floreios retóricos, o silêncio cauteloso, a jactância patriótica e a apostasia retrospectiva e autodramática. (SAID, 2005, p. 12).

¹³ Corporação Britânica de Radiodifusão (Tradução nossa).

Tendo em vista os tempos atuais, em que temos um crescimento significativo de especialistas e consultores, que se inserem no mercado através da autoridade presente no seu trabalho, a defesa de Said é por intelectuais que busquem uma relativa independência, que procurem falar a verdade ao poder. A todo o momento, a ideia de defender os grupos menos favorecidos aparece. A crítica de Said é de que, entre os intelectuais que estão no poder, a indiferença diante da realidade dos oprimidos prevalece.

Uma questão fulcral para Said trata-se do papel público do intelectual. O intelectual não pode escapar da política, não é possuidor de um pensamento puro, ou uma objetividade desinteressada. É um sujeito da refutação, da negação do status quo, do naturalizado.

No fundo, o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis, ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. (SAID, 2005, p. 35-36).

Outra contribuição de Said é na constatação de que temos grande número de estudos que definem intelectual, “e pouca atenção tem-se dado à imagem, às características pessoais, à intervenção efetiva e ao desempenho, que, juntos, constituem a própria força vital de todo verdadeiro intelectual” (SAID, 2005, p. 27).

Ao se utilizar de Fanon e Aimé Césaire, Said afirma o reconhecimento do valor que possui o intelectual que age em tempos de extrema emergência nacional pela sobrevivência da comunidade. Mas é preciso ainda não perder o censo crítico e tratar sobre libertação política, pensar possibilidades que não estejam na centralidade das batalhas. “Penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros” (SAID, 2005, p.53).

Quanto às possibilidades de independência dos intelectuais em relação aos poderes e outros interesses, com o aumento de um grupo chamado intelectual, composto por diferentes especialistas, tais como professores, jornalistas, consultores, entre outros prestadores de serviços, Said se questiona sobre a possibilidade de subsistência de uma voz independente.

O profissionalismo, como também as demandas do mercado, geram diferentes pressões nos intelectuais, que, de forma geral, independem da sua vontade. A primeira delas, apresentada por Said, é a especialização, que tem levado a um conhecimento restrito. Para Said (2005), os problemas causados pela especialização significa perder a ideia da descoberta e seguir restrito

ao que tem sido feito naquela especialidade; bem como quando se desconsidera tudo que está fora do escopo da especialização. O autor ainda nos fala sobre a expertise, que se baseia no trabalho técnico, e vai se fazendo através de moldes, de ideias pré-formatadas.

Tendo em vista o profissionalismo, as exigências do poder acabam por ditar as agendas dos especialistas, que ainda se formam para serem empregados por ele. Said (2005) é bastante crítico a essa postura:

Ao passarmos muito tempo preocupados com as restrições impostas à liberdade intelectual e de pensamento em sistemas de governos totalitários, não fomos tão exigentes em relação às ameaças, para o intelectual enquanto indivíduo, de um sistema que recompensa a conformidade intelectual, bem como a participação voluntária em objetivos que foram estabelecidos não pela ciência, mas pelo governo. (SAID, 2005, p. 85).

Em diálogo com as críticas realizadas por Said, do trabalho intelectual a partir de uma perspectiva dos especialistas, do profissionalismo, do tecnicismo e de uma atuação voltada para os interesses do mercado, Francisco de Oliveira (2015), de forma crítica e pessimista, diz sobre sujeitos que, cada vez mais, fechados nas especializações, levam à transformação do conhecimento em mercadoria. Diante de um contexto em que ocorre a simplificação do conhecimento, transformando-o em informação, Oliveira (2015, p.12 8) traz a polêmica afirmação: “O intelectual deixou de ser um intelectual; é um comunicador”, em contraposição, o pensamento que se diferencia é objeto de crítica.

Diante de tantas amarras e armadilhas, para Said (2005), “Falar a verdade ao poder” e não se sucumbir diante de objetivos governamentais, de corporações e até mesmo de associações profissionais devem ser um compromisso do intelectual.

Falar a verdade, para Said (2005), não significa mostrar que está certo, mas refere-se a uma análise mais profunda dos processos, que deve ser relacionada a princípios morais e ter aplicabilidade. Ainda que trate de objetivos idealistas, é importante defender tal postura em detrimento da acomodação, de posturas que estão preocupadas com aprovação, com o recebimento de prêmios, com o alcance de cargos e a aprovação do poder.

Um exemplo apresentado por Said (2005) é bastante pertinente. Ele afirma o quanto é difícil apresentar uma postura crítica diante da política externa norte-americana nos grandes meios de comunicação ocidentais; ao contrário, são bem-vindas as análises hostis aos árabes ou ao islamismo. No mesmo sentido, um intelectual árabe aprovando a política dos EUA é ainda mais motivo para euforia.

Considerando a dicotomia proclamada ocidente e oriente, “O novo Deus é, evidentemente, o ocidente. (...) Nós, os árabes e muçulmanos, somos os perturbados, os problemas são nossos, totalmente autoinfligidos” (SAID, 2005, p.119). Perante a dicotomia que define o deus, o outro lado é o demônio; um lado é bom, o outro ruim; um lado inocente, o outro perverso.

Trata-se de crítica semelhante ao que Noam Chomsky (1968) traz no livro **A responsabilidade dos intelectuais**. O autor faz duras críticas a intelectuais que não se comprometem em dizer a verdade, ao contrário, defendem o poder e seus projetos de dominação. Da mesma forma, o silêncio da comunidade intelectual diante de posicionamentos supremacistas também é questionável. Com destaque para as posturas dos intelectuais norte-americanos diante da invasão do Vietnã¹⁴, citando também a da Guatemala, a intervenção na República Dominicana e o patrocínio de tentativa de derrubada de Fidel Castro, Chomsky (1968) diz da hipocrisia intelectual:

Não somos, com toda a certeza, o primeiro país que, no decorrer dos tempos, tem tentado combinar interesses materiais, enorme capacidade tecnológica e um manifesto desprezo pelo sofrimento e pela miséria das camadas inferiores. A longa tradição de ingenuidade e de hipocrisia, que desfigura a nossa história intelectual, deve, no entanto, servir de prevenção ao Terceiro Mundo, se é que é necessária uma tal prevenção, de como os nossos protestos de sinceridade e de boas intenções devem ser interpretados. (CHOMSKY, 1968, p. 25).

Para Chomsky (1986), a atuação dos intelectuais é preponderante na disputa pública acerca dos significados dos eventos e acontecimentos do mundo social e político em seu tempo presente. Ao dizer das invasões estadunidenses, critica vigorosamente a incorporação do discurso oficial pelos intelectuais, que ao justificar tais invasões como parte do dever cívico de garantir e defender a existência do “mundo livre” contra o avanço do comunismo internacional, suprimem outros sentidos destes eventos, tais como o avanço dos interesses corporativos do imperialismo estadunidense sobre a América Latina e o Sudeste Asiático; o desrespeito à autodeterminação dos povos protagonizado pelos EUA; assim como a montagem e atuação da mais bem equipada e financiada máquina de guerra do século XX, movida muitas vezes pela energia e o sacrifício humano de negros, latinos e afro-asiáticos.

¹⁴ Angela Davis (2016) relata e, assim, mantém viva a denúncia do cruel uso do estupro como uma estratégia de guerra no Vietnã. “Uma vez que foi incutida na cabeça dos soldados dos Estados Unidos a visão de que lutavam contra uma raça inferior, eles acabaram aprendendo que estuprar as vietnamitas era um dever militar necessário” (DAVIS, 2016, p. 181).

As ponderações de Said (2005) são bastante pertinentes para o momento, ao questionar o lugar do intelectual neste cenário já descrito e que se complementa pelas diferentes contribuições dos autores aqui trabalhados.

O verdadeiro intelectual é, por contraste, um ser secular. Apesar de muitos intelectuais desejarem que suas representações expressem coisas superiores ou valores absolutos, a conduta ética e os princípios morais começam com sua atividade no nosso mundo secular – onde tais princípios e condutas se realizam, a quais interesses servem (...). Aqueles deuses que sempre falham acabam exigindo do intelectual uma espécie de certeza absoluta e uma visão total e sem costura da realidade, visão e certeza de que reconhecem apenas discípulos ou inimigos. (SAID, 2005, p.120).

Por fim, a partir de um recorte interseccional de raça, gênero e classe, dialogamos com a ativista e intelectual negra Patrícia Hill Collins, que faz uma necessária interrogação radical epistêmica. Ao questionar a própria intelectualidade, Collins (2013) irá dizer do ativismo intelectual e do (não)lugar — “insiders” e “outsiders” a partir de um pertencimento racial, de gênero e classe.

Para Collins (2013), o ativismo intelectual está em colocar o poder das ideias a serviço da justiça social. Ao citar o exemplo de Mari Evans, autora do livro **I Am a Black Woman** (1970), ela refuta binarismos, ao reafirmar como o conhecimento e o ativismo são inseparáveis, assim como a escola e a sociedade, o pensar e o fazer; defende a criatividade livre e articulada. Em diferentes áreas, de diferentes expressões, o ativismo intelectual se coloca para a transformação social.

O olhar do sujeito sobre seu pertencimento, estando, simultaneamente, inserido em alguns grupos e excluído de outros, o que a autora denomina de “insider” e “outsider”, será central para pensarmos o ativista intelectual. “Ao longo da minha carreira profissional, eu lutei para ter claro entendimento sobre como os padrões de pertencimento e exclusão em constante transformação, moldaram a forma do meu ativismo intelectual” (COLLINS, 2013, p. 11 — tradução nossa).

Collins (2013) compreende que o pensar a produção de conhecimento de fora para dentro da universidade leva a alguns dilemas. No âmbito da universidade, os ‘insiders’ ainda se colocam de forma depreciativa diante de trabalhos engajados socialmente, tratando-os como não acadêmicos. Já os ativistas ‘outsiders’ não reconhecem, muitas vezes, um real comprometimento do ativista acadêmico com os movimentos políticos e sociais, bem como não se entendem como os maiores interessados na produção de conhecimento que ocorre na universidade.

Esta perspectiva que vislumbra o trabalho intelectual acontecendo principalmente nos ambientes acadêmicos, ocupados por professores e estudiosos mimados, e a militância ou o ativismo situado no chamado mundo real, construída por ativistas e membros da massa, fragmenta o pensar as relações de poder. Esta visão binária simplista de ver o mundo obscurece as complexidades do engajamento no ativismo intelectual em ambos os espaços sociais, bem como a conexão entre eles. Enxergar apenas duas escolhas limita nossas escolhas. No mais, pelo fato das ideias e a política estarem em todos os espaços, o potencial do ativismo intelectual também se mostra possível em todos os espaços. (COLLINS, 2013, p. 12 –Tradução nossa).

Duas estratégias principais estruturam o ativismo intelectual contemporâneo, sendo esses, falar a verdade ao poder e falar a verdade diretamente às pessoas. Em relação a dizer a verdade ao poder, Collins (2013) afirma a relevância de confrontar as relações de poder, propor análises alternativas diante das injustiças sociais, e através das ideias, reconstruir a estrutura social societária, o que significa assumir um caminho alternativo na produção do conhecimento, alvo, muitas vezes, de hostilidade e desprezo no âmbito acadêmico.

Ao propor outras formas de produção de conhecimento, Collins (2019) questiona a validação deste conhecimento produzido por mulheres negras estadunidenses (*outsiders*), em academias dominadas por homens brancos de elite (*insiders*), em que, desafiar o conhecimento hegemônico e questionar a constituição da inferioridade feminista negra pode levar a rejeição e ao isolamento.

É fundamental, ainda, estabelecer diálogos com as massas. “Tal sinceridade requer diálogo, racionalidade, honestidade, amor, coragem e cuidado” (COLLINS, 2013, p. 13 — tradução nossa). Realidade distante daqueles que estão interessados apenas nas nomeações, promoções, palestras e em aulas tradicionais. Ao contrário, falar a verdade com as pessoas exige tempo, raciocínio coletivo, entrega e um olhar que eleve o amor, mas não, as hierarquias.

Patrícia Hill Collins tem se colocado para o ativismo intelectual enquanto práxis. Dedicar-se a desenvolver conhecimento sobre estratégias de desenvolvimento do ativismo intelectual, bem como, ao praticá-lo, está atenta para que seu trabalho seja acessível a públicos “outsiders” à universidade, sem, contudo, negligenciar o rigor acadêmico. Sua compreensão é de que suas análises mais importantes se processam no engajamento em diálogos, de envolvimento com o público, quando fala com pessoas e não para as pessoas.

Esse breve giro em torno da categoria intelectual é um movimento necessário, que aponta para inúmeras possibilidades de compreensão do conceito, ao mesmo tempo em que deixa em evidência a exclusividade intelectual que vai sendo rasurada, e ganhará outros direcionamentos a partir de intelectuais negras e negros, conforme desenvolveremos adiante.

2.2 INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS: SUJEITOS QUE SE INSURGEM CONTRA OS PADRÕES

O debate sobre intelectual negra e negro trata-se de uma questão viva e necessária. As reflexões que atravessam o ser intelectual negra(o), seja conceitualmente, seja através das experiências destes sujeitos, trazem-nos alguns questionamentos que indagam, deslocam e irrompem as compreensões em torno do conceito sobre quem são as(os) intelectuais. Algumas questões se apresentam: É possível compreender as(os) intelectuais negras(os), desconsiderando o debate corrente em torno das(os) intelectuais, mesmo que este não contemple as(os) intelectuais negras(os) como discutiremos no item anterior desse capítulo? Para se compreender a presença e a produção de conhecimento sobre relações raciais e racismo, no Brasil, produzida por pesquisadoras e pesquisadores negras(os), é necessário racializar a categoria “intelectual”? Quais são as contribuições em torno do debate genérico sobre intelectuais para compreensão das(os) intelectuais negras(os)? E quais são as contribuições do debate das(os) intelectuais negras(os) para o desvelamento da suposta universalidade da categoria intelectual, usualmente adotada no campo da produção científica a qual, no contexto das relações de poder na sociedade e na ciência, geralmente aparece sem raça, sexo, idade e classe social? Algumas dessas questões serão respondidas explicitamente neste trabalho, outras poderão ser lidas na própria análise das narrativas das(os) colaboradoras(es) e outras responderemos, posteriormente, nos desdobramentos da presente tese.

Uma primeira reflexão é de que não é possível compreender “intelectuais negras(os)” desconsiderando o que está sendo construído em torno do que seja a tentativa de universalizar e homogeneizar a ideia de quem pode ser considerado como intelectual. Isso não significa dizer que a(o) intelectual negra(o) passe apenas por uma adjetivação do conceito genérico de intelectual, mas que a categoria negra tem uma dimensão político-ideológica, ou seja, ela não foi pensada a partir de um vazio, mas sim, da necessidade de se insurgir contra um posicionamento racial particular que tenta se universalizar. E que posicionamento é esse? É aquele que, a partir da expansão colonial, circunscreve a intelectualidade ao homem branco, heteronormativamente orientado, de idade avançada, enfim, um sujeito de suposta “fala universal”.

Trata-se de uma construção racial, de gênero, etnia, classe e orientação sexual, construída no contexto das relações desiguais de poder na sociedade e no campo da ciência que traz em si o estereótipo de alguém de inteligência excepcional, apartado dos problemas cotidianos, dos prazeres, um ser ensimesmado. Ou, por vezes, um ser totalmente desorientado

devido a sua inteligência excepcional e com escasso ou nenhum domínio da “razão” sobre as emoções.

Trazer o debate, mesmo que breve, em torno da discussão genérica sobre as(os) intelectuais, bem como mostrar os deslocamentos internos na forma de ser e compreender o que é um intelectual feito por autoras e autores que, mesmo pertencendo ao grupo social e racial preponderante, indagaram o próprio conceito trazendo-o mais perto da realidade social e das desigualdades — tais como Gramsci, Foucault, e Chauí — significa desvelar que não há unanimidade no pensamento do que seja um(a) intelectual na sociedade. E que os sujeitos a quem foi negado o direito de se entenderem, verem e serem também considerados intelectuais se impõem na sociedade e no campo científico problematizando, ampliando e mudando esse conceito.

Não se pode negar que a categoria intelectual negra(o) surge a partir da tensão com as conceituações hegemônicas e rompe com ela demarcando a importância política e epistemológica do pertencimento racial, principalmente, quando este é associado ao compromisso com a luta antirracista, a necessária perspectiva de coletividade e a crítica a uma epistemologia hegemônica ocidentalizada. A partir deste posicionamento, outro questionamento se coloca. Uma outra categoria não daria conta de expressar o que estamos aqui chamando de intelectual negra(o)? Um rompimento mais radical com uma categoria preponderante que expressa a “branquitude”¹⁵ não seria o melhor caminho?

Para Evaldo Oliveira (2014), apesar da palavra intelectual ter uma perspectiva europeia, e não dialogar com a ideia de negritude, é preciso questionar o termo e buscar novos significados. Ao mesmo tempo, afirmar as(os) negras(os) neste lugar de construtores de saberes, mas sem desconsiderar suas comunidades e as raízes africanas que as(os) tornam negras(os)-intelectuais.

As(os) intelectuais negras(os), ainda que trazendo práticas e posicionamentos teóricos de questionamento e subversão, estão marcadas(os) pelo tempo histórico e, com ele, as contradições que este momento carrega consigo. Vivemos as relações sociais do modo de produção capitalista e racista, estamos inseridos em suas contradições, que geram desigualdades, violências, explorações, opressões, na qual, a própria ciência e as experiências

¹⁵ De acordo com Priscila Silva (2017, p. 27-28), “a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios”.

sociais, culturais, políticas e educacionais dos sujeitos se inserem. É a partir desse lugar que intelectuais negras e negros, em resistência, vão se constituindo e tensionando os padrões historicamente construídos. Duas perspectivas estão postas, de rompimento radical com este sistema e, assim, com o que esse representa; e outra de sobrevivência e resistência dentro desse sistema. As(os) intelectuais negras(os) estão inseridas(os) nessa lógica capitalista e racista. O que, em nossa compreensão, não justifica romper com o conceito, sem que uma dimensão radical e geral de ruptura esteja presente na realidade.

Avançamos, assim, para a seguinte questão: Por que não dizer apenas sobre intelectuais, sem adjetivação? Defendemos que a experiência histórica é a chave de resposta. Determinadas(os) intelectuais são aqui adjetivadas(os) como negras(os), com o intuito de referendar que tal prática está ancorada em um tipo particular de experiência, que neste caso é a vivência do ser negra(o) em uma sociedade racista. Diferentemente do conceito preponderante de intelectual que se apoia em um tipo particular de experiência de quem social e racialmente sempre ocupou os lugares de poder. Nesse sentido, a adjetivação refere-se a um posicionamento político e epistemológico.

É importante compreender, no momento histórico atual, a necessária afirmação de uma identificação racial estratégica desses sujeitos, trazendo, para o debate público, político e acadêmico, as experiências, as cosmovisões, e aprendizados da vivência nos movimentos sociais, as indagações à ciência e às relações de poder e a produção de conhecimento de sujeitos historicamente considerados pelo racismo como inferiores, com baixa capacidade intelectual e vinculados apenas ao mundo da prática e nunca das ideias. Negras e negros pensam, agem, irrompem com os padrões racistas e produzem conhecimentos elaborados sobre os vínculos entre a exploração capitalista e o racismo. As mulheres negras trazem elaborações ainda mais potentes ao articularem raça, gênero, classe, orientação sexual.

Assim, ao adjetivar a palavra intelectual para falar de sujeitos pertencentes a um segmento étnico-racial que produz conhecimento vinculado a uma realidade social, política e cultural de combate ao racismo, subvertemos a lógica do universal, mostrando o quanto ele também é um particular e damos a devida importância a uma outra particularidade que emancipa e não obstrui o sujeito. A raça e o racial, por nós adotadas, são feitas numa perspectiva emancipatória e não biologizante e inferiorizante.

É importante dizer que a preocupação desta pesquisa é com intelectuais negras(os) inseridas(os) na academia e busca compreender as questões imbricadas no ser intelectual negra(o) acadêmica(o). A universidade é aqui considerada como um dos lócus centrais de produção do conhecimento e também um espaço de poder. Mas isso não quer dizer que não

entendemos o conceito de intelectual negra(o) de maneira mais ampliada, considerando como intelectuais negras(os), aquelas e aqueles que não estão vinculadas(os) à universidade e que também impactam a sociedade com a sua prática e reflexão arguta sobre o mundo e a realidade em que vivem.

Esta reflexão da presença de intelectuais fora do mundo acadêmico aparece com frequência nas entrevistas, demonstrando um claro reconhecimento da importância da atuação destes sujeitos, sem hierarquias. Para Ahyas Siss (ENTREVISTA 05): “tem intelectuais que estão fora da academia, alguns que não tem curso superior, outros que são até analfabetos, não dominam o código linguístico, mas são intelectuais, estão aí trabalhando nas comunidades, [Organizações não governamentais] ONGs, movimento sindical, entre outros.”

Além disso, utilizaremos o termo intelectual negra(o), sem desconhecer a escolha dos autores que empregam o conceito negro(a) intelectual, como o faz Sales Augusto dos Santos (2008), ao explicitar sobre uma nova categoria de intelectuais, que se formam na relação com os Movimentos Sociais Negros e levam consigo uma ética antirracista, ou seja, os negros intelectuais se constroem nos âmbitos político e acadêmico-científico.

A opção, nesta pesquisa, por trabalhar com a categoria “intelectual negra(o)” está ancorada na ideia de, em primeira instância, dar centralidade a dimensão de poder presente no uso preponderante e generalizado desse termo no imaginário social e acadêmico, o qual predominantemente se reporta apenas à relação das pessoas brancas com o conhecimento, o intelecto, apartadas de uma imersão e compromisso com a prática social. Ao fazer isso, desafiamos o padrão hegemônico presente na sociedade e no campo acadêmico ao definir quem pode e é considerada(o) intelectual. Explicitamos e indagamos a constituição ocidental do saber que restringe o lugar de intelectual a um determinado perfil racial, étnico, de gênero e de classe social.

Por isso, atentando para o lugar de poder ocupado pelo termo intelectual, buscamos adjetivar o intelectual como negra e negro, afirmando que existem na sociedade brasileira e nos mais variados lugares do mundo, pessoas negras que se dedicam a atividade reflexiva, indagadora, problematizadora sobre a vida, as relações sociais, as violências, o poder, a ciência, o conhecimento e escolhem produzir conhecimento mediante uma intervenção política e social sintonizada com a sociedade.

Essas(es) intelectuais negras e negros pensam e intervêm no mundo por meio da sua vivência racial, a qual é um eixo orientador e político para melhor compreender a dinâmica social, cultural, política e histórica do contexto em que vivem e de outros lugares do mundo. Embora a vivência e a identidade raciais assumam essa importante dimensão na vida destes

sujeitos, não se perdem nelas mesmas, pois estão sintonizadas(os) com as interseccionalidades da complexa sociedade em que vivem.

Preferimos, portanto, não adotar o termo “negro intelectual”. Ao invés de adjetivar o sujeito negro, preferimos adjetivar o termo intelectual, que é usual na tradição acadêmica, problematizando-o, ressignificando-o à luz de uma perspectiva de raça que o enxerga para além do lugar da reflexão, ideologicamente apresentada como apartada de uma intervenção social. Isso porque a postura de refletir sobre a vida e produzir conhecimento sobre ela, divulgando-a e popularizando-a, por si só, significa um ato político e uma tomada de posição. A questão é, o racismo e o elitismo acadêmico tentam separar o conceito preponderante de intelectual desta realidade, estigmatizando aquelas e aqueles que publicamente e politicamente explicitam que a sua produção, reflexão e elaboração conceituais estão intrinsecamente ligadas às experiências sociais, políticas, econômicas, de gênero e raciais e o compromisso de desvelá-las e superá-las.

É importante considerar que o lugar preponderante de intelectual (branco) na sociedade brasileira, vinculado às relações de poder, econômicas e a um pertencimento racial, também está ligado às condições de produção e disseminação de suas ideias. Isso possibilita-lhe não somente ocupar lugares sociais, políticos e acadêmicos privilegiados como, também, permite-lhe extrapolar muito mais facilmente os contextos nacionais e se internacionalizar. As próprias condições socioeconômicas dos sujeitos e dos grupos a que se vincula, possibilita-lhe uma maior circulação espacial nacional e internacional, o diálogo com pares em outros lugares do mundo, a veiculação de suas ideias, produções e opiniões na mídia hegemônica e nas mídias sociais e, inclusive, a adoção de suas ideias por governos e pela comunidade científica, chegando inclusive às salas de aula da Educação Básica e do Ensino Superior. Um caminho ainda não totalmente consolidado pelas(os) intelectuais negras e negros do passado e do presente, salvo raras exceções, em função de todas as questões apresentadas nesta pesquisa.

Consideramos, ainda, a existência de sujeitos que se autodeclaram negras(os), mas que não dialogam com os Movimentos Sociais Negros, nem com suas pautas, ao contrário, posicionam-se de forma conservadora diante da realidade social. Compreendemos que estas(es) não sejam intelectuais negras(os) na perspectiva que estamos pensando o conceito, mas se aproximam do que poderíamos chamar de “intelectuais negras(os) de direita” ou “intelectuais negras(os) conservadores”. Nesse caso, apesar do pertencimento racial também se destacar, o seu marcador mais forte é o do conservadorismo e não a raça. Conforme Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), “agora, verdade, tem intelectual negro que funciona com uma cabeça eurocentrada, então ele só é negro na pele, como é que dizia, jabuticaba, branco por dentro, preto por fora (...) então tu és um intelectual, mas não é um intelectual negro(...)”.

Ou nas palavras radicais de Wilson do Nascimento Barbosa (1982, p. 05): “(...) Não há, aqui, intelectuais negros da cultura negra, mas intelectuais brancos da cultura branca, ainda quando negros de pele”.

É possível também existir intelectuais negras(os) que não explicitam a sua posição política de indagação do racismo e das desigualdades raciais, mas operam ainda na lógica preponderante de distanciamento da imersão política na realidade. Esse também não é o tipo de intelectual que a pesquisa privilegia.

Abrir a possibilidade dessas duas outras possíveis formas de ser intelectual negra(o) significa não reduzir esta intelectualidade a uma só leitura e um só conceito. Enfatizamos que, neste trabalho, não privilegiaremos essa abordagem, uma vez que tratamos de uma perspectiva crítica e política de caráter emancipatório de intelectual.

Mesmo que no Brasil não tenhamos a presença marcante de pessoas vinculadas à vida intelectual, dentro ou fora da academia, com características de direita e conservadora ocupando lugares de visibilidade, esse perfil pode aparecer, principalmente após as mudanças políticas dos últimos anos e a virada à direita na política nacional. A presença da extrema direita no poder após o impeachment da ex-presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, e a ascensão da extrema direita ao executivo federal, em 2018, abriram portas para o crescimento de um grupo de pessoas de perfil conservador nos mais diversos lugares. Assim como acontece em outros países, por exemplo, nos EUA, esse perfil pode emergir em nosso país trazendo mais tensão ao campo das relações raciais e a luta antirracista.

As análises apresentadas neste item são introdutórias para trazermos a nossa compreensão de intelectual negra(o), que será apresentada nos próximos pontos, em que dialogaremos com as produções sobre intelectualidade negra, bem como as reflexões apresentadas no decorrer das entrevistas.

2.3 CONHECIMENTO ENGAJADO, TRANSGRESSÃO E LUTA ANTIRRACISTA: SOBRE SER INTELECTUAL NEGRA E NEGRO

Seguimos com as produções teóricas que nos inspiram a pensar o conceito de intelectual negra(o), reforçando o salto teórico para o debate sobre intelectualidade e as contribuições para o campo das relações étnico-raciais. Nesse momento, dialogamos com Sales Augusto dos Santos (2008), Nilma Lino Gomes (2010), Evaldo Ribeiro Oliveira (2014) e bell hooks (1995).

Sales Santos (2008), em “De militantes negros a negros intelectuais” versa sobre a perspectiva de diferenciação entre intelectuais negros e negros intelectuais, conforme afirmado

no ponto anterior. Entretanto, para além do trocadilho nas palavras, interessa-nos o significado trazido pelo autor sobre negros intelectuais e as potencialidades desse conceito, ressignificando intelectualidade somada à dimensão racial, e incorporando a ética antirracista, em diálogo com os Movimentos Sociais Negros.

Negros(as) intelectuais são em realidade os(as) intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção antirracismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes(as) intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). (SANTOS, 2008, p. 1).

De forma aproximativa, Oliveira (2014) traz a proposta de utilizar a palavra composta “negro-intelectual”, pois são dois substantivos interligados, um adjetivando o outro e vice-versa, a partir de uma perspectiva de processo — ser negro e se constituir intelectual.

São negros porque nas experiências das pessoas desta pesquisa, constituem-se primeiro como tal, desde a infância, no seio familiar. São intelectuais porque foram se constituindo com compromisso com a comunidade negra, com os estudos escolarizados e universitários, com o estudo do Movimento Negro, da sociedade, da realidade vivida. (OLIVEIRA, 2014, p. 167).

As dimensões de lugar de origem, pertencimento étnico-racial, resistência nos seus espaços de atuação, coletividade, relação com a comunidade, bem como a descolonização do saber eurocentrado são elementos essenciais para se pensar os negros-intelectuais. Conforme Oliveira (2014).

Negros-intelectuais e Negras-intelectuais são pessoas persistentes, perseverantes, transformadoras, capazes de provocar mudanças na sociedade. São pessoas que não esmorecem diante das adversidades, que lutam, combatem. São aquelas que abrem lacunas, preenchem espaços, transformando-os, inclusive aqueles resistentes às demandas da população negra, em um espaço negro. São pessoas que mantêm a esperança e a perseverança na construção de uma sociedade justa, igualitária, sem qualquer forma de preconceito. (OLIVEIRA, 2014, p. 185).

Já Nilma Lino Gomes (2010), cita Sales Santos (2008), mas, assim como nesta pesquisa, não se atém à diferenciação entre intelectuais negros e negros intelectuais, entretanto reconhece nos intelectuais negros que emergem, especialmente, a partir dos anos 1990, uma associação ao

que o autor irá chamar de negros intelectuais. Nesse sentido, “a interatividade entre o ethos político da discussão da temática racial e o ethos acadêmico-científico adquirido no mundo da ciência moderna” (GOMES, 2010, p. 500) será um marcador importante na trajetória destes intelectuais.

A demarcação temporal — anos 1980/1990 — comparece nas três produções (SANTOS, 2008; GOMES, 2010; OLIVEIRA, 2014) e não por acaso. A força que o debate sobre intelectualidade negra tem ganhado nos últimos anos é também um acerto com o passado. Afinal, era impraticável, como diz Santos (2008), a existência de intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras até os anos 1975. Cita Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento como exemplos de negros intelectuais que precisaram sair do país para obterem o reconhecimento intelectual.

Para além do reconhecimento acadêmico, intelectuais negras e negros foram sujeitos importantes na constituição de um pensamento negro na sociedade brasileira também do século XX, e na construção social da raça e do racismo para as comunidades negras. Como demonstram as pesquisas de Paulina Alberto (2017) e Felipe Alves de Oliveira (2021).

Uma das principais contribuições advindas com o crescimento das(os) intelectuais negras(os) trata-se das novas perspectivas também para os estudos das relações étnico-raciais, conforme Santos (2008), que cita a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que traz contribuições significativas para a área da educação e relações étnico-raciais.

Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) ressalta a importância deste movimento, protagonizado por intelectuais negras e negros, de levar para suas áreas de atuação, as relações étnico-raciais. Ela cita diversas áreas, como Serviço Social, Literatura, Linguística, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, História e outras, em que tal movimento é menos incipiente, mas que já está presente, como Biblioteconomia, Economia, Medicina, Tecnologia, Ciências Exatas e da Saúde em geral, em que, mesmo que isoladas(os) em seus Departamentos, intelectuais negras e negros provocam um tensionamento teórico e metodológico nas temáticas clássicas e trazem as lentes raciais para suas reflexões.

Gomes (2010) afirma que uma prática acadêmica que questiona a ciência clássica é central, assim como interpela também a própria desigualdade na distribuição de conhecimento.

O intelectual negro é também aquele que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas que, na sua produção, esvaziam a riqueza e a problemática racial ou transformam a raça em mera categoria analítica retirando-lhe o seu caráter de construção social, cultural e política. E ainda, é aquele que coloca em diálogo com a

ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra. (GOMES, 2010, p. 500).

A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, neste processo de organização, e por ser um espaço constituído por e de referência para a intelectualidade negra, merece destaque. Gomes (2010) trata da relação ciência e lutas sociais dos negros, dando centralidade para a ABPN como instituição organizativa dos intelectuais negros. Ao questionar sobre os caminhos que iremos construir nesta relação, as contribuições de Gomes (2010) apresentam-se profícuas e consideram a importância de uma luta que não seja fechada a negras e negros, mas que também esteja atenta para que não haja reprodução do racismo nestas alianças.

Uma articulação aberta o suficiente para construir alianças com intelectuais de outros pertencimentos étnico-raciais engajados nas lutas emancipatórias, no debate e na produção teórica sobre a questão racial e, ao mesmo tempo, prudente o suficiente para desconfiar e inibir supostas alianças que, na realidade, são formas reeditadas do racismo científico. (GOMES, 2010, p. 512).

Já a partir de um outro lugar, com contribuições extremamente relevantes para os estudos das relações étnico-raciais no Brasil, dialogamos com a intelectual negra norte-americana bell hooks (1995), em que fica em evidência uma perspectiva que traz a existência do ser intelectual negra, com um recorte de gênero muito bem definido. A autora aborda, especialmente, as dificuldades para uma mulher negra se tornar intelectual e em que sentido a organização societária afugenta as mulheres negras do trabalho intelectual.

Ao dizer de um contexto mais geral, hooks (1995) reivindica contra a invisibilidade das intelectuais negras, que está arraigada no racismo, sexismo e exploração de classe. Assim, ser intelectual negra significa romper com essa estrutura opressora. A autora discorre, especialmente, sobre as intelectuais negras engajadas, que expressam um pensamento crítico, e questionam o status quo.

Sobre o distanciamento entre a mulher negra e o trabalho intelectual, hooks (1995) apresenta-nos algumas indicações. A primeira delas está associada ao imaginário social em torno da mulher preta, que é vista como um ‘corpo sem mente’. Tais mulheres são encaradas como símbolos sexuais, destinadas a servir e incapazes para a vida intelectual. Relacionada ao primeiro aspecto, a formação das mulheres negras ensina que os afazeres domésticos devem ser prioritários em relação a quaisquer outras atividades. Nesse contexto, a escrita torna-se um desafio.

A gente escreve sozinha, em geral, passando muito tempo isolada. Muitas vezes é difícil manter um senso de compromisso com a comunidade. As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros, às vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solitária. Isso se aplica especialmente às negras que são mães. (hooks, 1995, p. 471).

Ao mesmo tempo, a escrita reconhecidamente acadêmica pode estar afastada do público negro mais amplo. Nesse sentido, a escrita acadêmica convencional, considerada como a de maior legitimidade por um grupo de pessoas, pode significar um isolamento diante dos não acadêmicos. Mas, também, enquadrar-se nos padrões tradicionais não garante uma aceitação no espaço acadêmico, já que há sempre uma desconfiança em torno da capacidade intelectual da mulher negra.

Diante de todas as barreiras a serem rompidas, hooks acredita no trabalho intelectual da mulher negra, bem como nas potencialidades políticas dele. Para a intelectual negra bell hooks (1995, p.478): “Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.” As autoras e os autores trabalhadas(os) neste ponto são referências importantes no debate sobre intelectuais negras(os), com as(os) quais manteremos os diálogos no próximo ponto, em que buscamos seguir avançando na nossa compreensão de intelectuais negras(os).

2.4 INTELECTUAIS NEGRAS E NEGROS: CORPOREIDADES PRESENTES E INSURGENTES

No Brasil, mais recentemente a discussão sobre intelectualidade negra ganhou espaço nos debates acadêmicos e políticos. Isso não quer dizer que nomes como Clóvis Moura, Abdias Nascimento, Lélia González, Thereza Santos, Beatriz Nascimento, Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, dentre outras(os), não se pensassem/pensem ou não ocupassem/ocupem um lugar de produção intelectual.

Contudo, a maior entrada de negras e negros nas universidades como docentes, pesquisadores, formuladores e divulgadores de um pensamento negro, sobretudo nas áreas das humanidades e sociais, trouxe uma inflexão não somente no lugar, mas provocou maior visibilidade e oportunidade para que um grupo de negras(os) colocassem o seu pensamento no debate acadêmico, político e público, influenciando as novas gerações, indagando lugares de poder na sociedade, problematizando as ações afirmativas e analisando e denunciando o

racismo. Entretanto, como já foi dito, embora seja o eixo das entrevistas e das análises deste trabalho, a nossa compreensão de intelectuais negras(os) vai além do mundo acadêmico.

Atuando na universidade, música, literatura, artes, política entre outros espaços, sujeitos negras e negros com posicionamentos políticos críticos, emancipatórios, concepções teóricas e de vida cuja reflexão e atuação na sociedade indaga poderes instaurados, denuncia, contribui para emancipação de raça, gênero, classe; sujeitos cuja história passa por apagamentos e, ao se posicionarem criticamente, dão visibilidade às suas histórias e se tornam corporeidades presentes e insurgentes. Esses sujeitos são intelectuais negras e negros que atuam numa produção que vai além da academia.

Quanto às intelectuais negras e negros acadêmicas(os) que tem emergido nas últimas décadas, foco desta pesquisa, trabalharemos com cinco marcadores que têm sido importantes para muitos destes sujeitos, quais sejam, experiência da negritude, descolonização na produção de conhecimento, articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas, retorno para suas comunidades e compromisso de transformação social.

Buscaremos aprofundar nessas cinco características que consideramos basilares para as(os) intelectuais negras(os), a partir de um diálogo entre o que a literatura já consolidada tem trabalhado, as percepções dos sujeitos desta pesquisa e as nossas reflexões sobre a temática.

2.4.1 Experiência da negritude

Primeiramente é um negro (...). (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

(...) se ele simplesmente é preto, mas produz conhecimento na sua área, ele também é intelectual negro. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

Ao dizermos de intelectuais negras e negros brasileiras(os), um primeiro aspecto a ser considerado trata-se da experiência da negritude, que irá ser fundamental nas demais características que marcam tal intelectualidade, aqui referenciadas. Não trabalhamos com a perspectiva de intelectual negra(o), citada acima por Siss (ENTREVISTA 05), conforme já foi debatido no item 1.2 deste trabalho. Entretanto a afirmação de Jesus e Siss trazem pistas importantes para ressaltarmos a dimensão do ser negro e as vivências que vêm a partir daí. Seguindo, buscamos compreender a complexidade do conceito de negritude.

A negritude surge como um movimento, na década de 1930, encabeçado pelo poeta de Martinica, Aimé Césaire, e outros artistas negros, conforme afirmado por Ellis Cashmore (2000,

p. 388), “que queriam redescobrir antigos valores e modos de pensar africanos, pelo qual pretendiam promover o sentimento de orgulho e dignidade de sua herança”.

Esse não foi um movimento homogêneo e sem contradições, como nos afirma Clóvis Moura (1983b), que diz das disputas em torno do conceito e sua materialidade. Para o autor, o próprio surgimento deste conceito tem relação com uma origem aristocrática. “Como todos nós sabemos, a negritude nasceu de um protesto *intelectual* de negros de formação cultural europeia” (p. 101). Nesse contexto, havia também diferenciações entre as perspectivas que defendiam, especialmente, uma voltada para o reconhecimento do ser negro e outra voltada para os valores africanos.

As contradições deste movimento também são abordadas por Carlos Moore (2010), ao mesmo tempo em que reconhece na negritude um conceito de potência revolucionária. De acordo com o autor, a negritude, que surgiu como um movimento literário, criado por Léon Gontran Damas, Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire, foi ganhando novos contornos, especialmente com o protagonismo de Césaire, que traz uma perspectiva de denúncia e transformação social.

Senghor, entretanto, segue uma linha de pacificação entre colonizados e colonizadores, propondo, até mesmo, a construção de uma “Euráfrica” (MOORE, 2010). O fato de Césaire e Damas terem se calado diante de Senghor criou muito incômodo, mas Moore (2010) nos ajuda a compreender esta relação:

Assim, a versão senghoriana da Negritude opera, principalmente, para encobrir o fato doloroso da submissão continuada da África aos desígnios imperialistas do Ocidente racializador. Césaire e Damas sabiam, mas se calaram. Talvez porque um outro fato aumentava seu embaraço: eles próprios não propuseram, para as dependências francesas do Caribe, outra coisa senão uma *autonomia*. (MOORE, 2010, p. 31).

Em seu último pronunciamento, Aimé Césaire (2010) reafirma, de forma contundente, a necessária radicalidade da negritude, mas também entendendo que este conceito já o transcendia. Dizer que o conceito já não os pertencia apresenta-se como um posicionamento relevante, especialmente pelas críticas diante de um não posicionamento radical quanto à situação de Martinica. Sobre a negritude, Césaire (2010) afirma:

Vale dizer que a Negritude, em seu estágio inicial, pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como solidariedade.
Mas a negritude não é apenas passiva. Ela não é da ordem do esmorecimento e do sofrimento.

Ela não é nem da ordem do patético nem do choramingo.
 A negritude resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito.
 Ela é um despertar; despertar de dignidade.
 Ela é uma rejeição; rejeição da opressão.
 Ela é luta, isto é, luta contra a desigualdade.
 (...) (CÉSAIRE, 2010, p. 109).

Retomamos Clovis Moura (1983b), pois ele também traz contribuições para pensarmos a negritude, compreendendo-a como práxis. Moura (1983b) cita a reunião realizada em Dakar em 1974 — “Negritude e América Latina” —, em que o autor é crítico a posicionamentos como o de German de Gandra (Espanha) e Renê Ribeiro (Brasil) que, ainda que minoritários, reduziam a negritude a uma questão teórica, a ser estudada, e não como práxis, ou seja, como conhecimento associado a uma realidade a ser vivida e transformada.

Mas, se a *negritude* (ou qualquer outro nome que a designe) é a generalização das contradições criadas em uma sociedade opressiva e se ela exterioriza — em termos de conscientização — exatamente o lado mais irracional dessas contradições, então é um instrumento de conhecimento válido a partir daquele conceito de Hans Freyer, segundo o qual só sabe algo sociologicamente quem quer algo socialmente. Isto é: a negritude como método de observação participante, representa a unidade entre a teoria e a prática no sentido de desalienar não apenas as populações negras, mas todos aqueles estratos populacionais que, de uma maneira ou de outra, se sentem oprimidos e/ou marginalizados pelo sistema dominante em qualquer parte. (MOURA, 1983b, p. 100).

A experiência da negritude também não é unívoca na realidade brasileira, considerando uma série de fatores que irão interferir nesta experiência, como associados à situação econômica, politização, militância, regionalidade, religiosidade e outras expressões culturais. Entretanto, essa diversidade não elimina alguns elos. Sobre a negritude, Kabengele Munanga (2009) afirma que:

Uma perspectiva mais viável seria situar e colocar a questão da negritude e da identidade dentro do movimento histórico, apontando seus lugares de emergência e seus contextos de desenvolvimento. Se historicamente a negritude é, sem dúvida, uma reação racial negra a uma agressão racial branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la sem aproximá-la do racismo do qual é consequência e resultado. (MUNANGA, 2009, p. 15).

Assim, a negritude tem um marcador que está associado a ser negro em uma sociedade racista, e outro de resposta a esse racismo, que está voltado para a organização política e a constituição de valores voltados para a valorização do ser negro, suas origens e suas histórias.

Para Munanga (2009), a negritude não está associada a fatores de ordem biológica, tampouco a pigmentação da pele, e vai além de referir-se à cultura de povos de pele negra. O termo negritude une os sujeitos a partir do fato “de terem sido vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas” (MUNANGA, 2009, p. 20). Esse processo não ocorreu sem respostas, sendo o próprio resgate da negritude, uma das formas de transmutação, sem deixar de considerar tantas múltiplas organizações de resistência que marcam a história do povo preto.

Nesse sentido, retomamos a experiência da negritude para pensarmos a(o) intelectual negra(o), enquanto uma vivência que é individual, mas fundamentalmente coletiva, de compreensão das opressões provocadas pelo racismo, que vai além, provoca mobilizações, resistências, lutas que coadunam com o reconhecimento e valorização do ser negro.

Ao afirmarmos a experiência da negritude como um primeiro elemento que marca as(os) intelectuais negras e negros, isso significa dizer que estamos tratando de mulheres e homens negras(os), mas para além disso, a forma como irão viver a negritude — seja pelas estruturas racistas da sociedade, seja pela formação de uma consciência política voltada para as relações raciais que provoca mobilização — será o alicerce para a constituição de uma intelectualidade negra marcada pela descolonização na produção de conhecimento, articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas, retorno para suas comunidades e seu compromisso de transformação social.

2.4.2 Descolonização na produção de conhecimento

O intelectual negro é aquele que vem construindo suas teorias, suas bases epistemológicas a partir do conhecimento da realidade brasileira, e de outras realidades também, mas principalmente a partir dos enfrentamentos ao racismo que nós temos aqui no Brasil, então não necessariamente dentro da academia. (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

A dimensão relativa à produção de conhecimento é central para avançarmos na compreensão do que vem marcando essa intelectualidade negra acadêmica, que surge, especialmente a partir dos anos 1980/90 no Brasil. A perspectiva apontada por Gomes (2010) acerca da centralidade da resignificação da raça como categoria analítica estruturante para a compreensão das relações raciais na produção de intelectuais negras(os) é apropriada aqui como um dos elementos que marca a produção de conhecimentos acadêmicos de tais sujeitos.

Os intelectuais negros, ao elegerem a ressignificação da raça, como categoria útil de análise para entender as relações raciais, colocam-se no terreno político e epistemológico de ‘desconstrução mental’, ressignificação e descolonização de conceitos e categorias. (...) os intelectuais negros repolitizam a raça e ressemantizam-na. (GOMES, 2010, p. 504).

A assertiva traz consigo a possibilidade de compreendermos que, por meio da atuação de intelectuais negras e negros, temáticas relativas às relações étnico-raciais, assim como às múltiplas e diversas experiências históricas negras, passem a ser reinterpretadas por pesquisadoras(es) que evidenciam a dimensão de raça como elemento estruturante para a interpretação da realidade sócio-histórica. Dessa forma, aspectos sociológicos e históricos de sociedades racializadas, como a brasileira, investigados na academia a algum tempo e tratados somente com objetivos de investigação, são reinterpretados e ressignificados por sujeitos outrora numericamente pouco inseridos no circuito de produção de conhecimentos acadêmicos.

O apontamento de Patrícia Andrade (ENTREVISTA 07), citado anteriormente, quando ela diz de uma produção associada ao enfrentamento ao racismo, chama-nos a atenção para como a produção intelectual negra está umbilicalmente associada à experiência da negritude, marcada pela existência do racismo e, principalmente, pelo seu enfrentamento no mundo social. Uma vez que, dessa experiência, é possível ocorrer o desenvolvimento de bases epistemológicas para a produção de conhecimentos acadêmicos ou não.

As perspectivas positivadas dos saberes e epistemologias negras como parte da experiência da negritude, historicamente, estiveram fora da academia, uma forma de epistemicídio. Sobre o conceito de epistemicídio, Sueli Carneiro (2005) dialoga com o conceito de Boaventura de Sousa Santos enquanto um instrumento eficaz e duradouro de dominação étnico-racial, ao negar a legitimidade da produção de conhecimento dos sujeitos que compõem os grupos dominados, assim, retira-lhes a afirmação enquanto sujeitos de conhecimento. Entretanto, a autora amplia o conceito, ao afirmar que:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte

a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Diante da longa duração da presença da interdição e da desqualificação de saberes e conhecimentos (epistemes) de povos subjugados nos circuitos de produção de conhecimento acadêmico, consideramos como pressuposto que a presença de intelectuais negras(os) na universidade, sujeitos cujos corpos foram inviabilizados e invisibilizados no interior da academia, possa provocar tensões, rasuras, fissuras, espaços de concorrência no interior da produção intelectual.

Se a assertiva sobre a inserção de “outros sujeitos” na ambiência acadêmica provoca o desenvolvimento de “outras pedagogias”, como menciona Miguel Arroyo (2014), é importante considerarmos que a agência¹⁶ das(os) intelectuais negras(os) tem o potencial de incorporar ao conhecimento acadêmico elementos pertencentes às perspectivas positivadas dos saberes e epistemologias negras, fissurando a hegemonia epistemicida na universidade brasileira. A afirmativa de Audre Lorde (2019), ao subverter a lógica acadêmica branca, de forma provocativa e poética, nos convida à reflexão.

Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mãe negra dentro de cada uma de nós — a poeta — sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”. A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade. (LORDE, 2019, p.48).

Ao questionar a universidade e suas estruturas de poder, ao interpelar a produção de conhecimento colonial e denunciar as estruturas racistas sobre as quais foi constituída a sociedade brasileira, intelectuais negras e negros deslocam estruturas, articulando produção de conhecimento e luta antirracista.

2.4.3 Articulação entre produção de conhecimento e luta antirracistas

Pois é, eu quero sair dessa ideia do “o intelectual”, porque a gente sempre passa por uma ideia de individualidade, a ideia de uma pessoa, para vim para

¹⁶ Pereira e Pereira (2021, p. 38) afirmam sobre agência: “Um dos aspectos mais relevantes acerca da ideia e do sentido de agência está relacionado, portanto, à intencionalidade com que os sujeitos sociais agem e produzem ação para transformarem dadas estruturas. Sob este ponto de vista, agência é a capacidade e/ou desejo para transformar que supõe, por outro lado, deter o poder para fazê-lo ou para mobilizar recursos ao seu projeto, seja ele em um período imediato ou ao longo do tempo.”

ideia da intelectualidade. Eu acho que existe uma intelectualidade negra, onde existe uma maneira de pensar, e produzir conhecimento antirracista na sociedade brasileira, voltado para transformação, e para a luta contra as diferentes formas de preconceito, e na luta para uma construção de uma sociedade em que os valores da pluralidade, do respeito a diferença, onde os negros realmente sejam reconhecidos por aquilo que eles de fato são. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Primeiro, é aquele que, de fato, se sente pensador, pesquisador na lógica de uma reflexão focada na dimensão da raça negra. É esse sentir pensador, pesquisador na lógica, pressupõe algum tipo de vínculo pregresso com as questões ligadas à luta antirracista no Brasil. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Não há dúvidas que, quando envolve as questões negras, tem um comprometimento de não só dar uma aula, escrever um texto, mas de colocar as questões políticas que tem nisso, aliás as questões políticas pra mim estão em tudo, eu acho que quando a gente é um intelectual negro e uma intelectual negra, digamos, deixamos essas questões políticas mais visíveis, para gente e para outras pessoas. Acho que isso é fundamental. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A articulação entre a produção de conhecimento antirracista e a luta antirracista é uma dimensão necessária e presente para as(os) intelectuais negras(os) partícipes. Esses sujeitos têm desenvolvido um trabalho de reflexão e conscientização, que é um passo fundamental para desmascarar a lógica da harmonia racial, fortemente difundida e incorporada na realidade brasileira, criando e legitimando estudos que comprovam que o Brasil foi calcado e ainda se mantém estruturado em bases racistas, machistas e classistas.

Dois movimentos são pensados a partir da prática política antirracista de intelectuais negras e negros. Um deles é voltado para as pesquisas, que são realizadas em sintonia e diálogo com os Movimentos Sociais Negros. Os sujeitos negros não são colocados no lugar de objeto de pesquisa, mas coparticipantes na produção de conhecimento, movimento essencial no combate aos dualismos e subalternização de negras e negros.

O outro movimento é da articulação pensamento e ação voltada para transformação social, seja no âmbito micro, em seu núcleo mais próximo de trabalho e comunitário, seja no âmbito macro, a partir das lutas que chegam a espaços mais amplos, em perspectiva regional e nacional. Sem hierarquizações nas atuações micro/macro, mas com objetivos muito bem definidos de combate ao racismo e a desigualdade racial.

Essa dimensão dialoga com a perspectiva abordada por Sales Augusto dos Santos (2008), quando este diz dos negros intelectuais a partir da relação da ética acadêmico-científica e a ética antirracista, incorporada dos movimentos sociais, que irá direcionar a ação destes

sujeitos. Trata-se de um movimento articulado, para muitas(os) intelectuais negras(os), inseparável, tendo em vista que a produção de conhecimento tem de provocar mudanças na realidade social.

Assim, trazer a produção de conhecimento e a luta antirracistas para pensar a(o) intelectual negra(o) significa tencionar a participação desses sujeitos na sociedade, para além dos muros da universidade; a densidade da análise teórica, capaz de desestabilizar os posicionamentos do senso-comum, mas também as produções científicas racistas; enfim, a capacidade de provocar tensões e movimentações no mundo acadêmico e fora dele.

“Preta, lésbica, mãe, guerreira, poeta”, é assim que a intelectual negra Audre Lorde se definia. A autora traz reflexões que contribuem para pensarmos a dimensão epistemológica para as(os) intelectuais negras(os), de forma associada à vida cotidiana. Lorde afirma (2019):

O tipo de luz sob a qual examinamos nossas vidas influencia diretamente o modo como vivemos, os resultados que obtemos e as mudanças que esperamos promover através dessas vidas. É nos limites dessa luz que formamos aquelas ideias pelas quais vamos em busca de nossa mágica e a tornamos realidade. (LORDE, 2019, p. 45).

Em detrimento de referências europeias, a autora sugere que busquemos nossas referências a partir das nossas ancestralidades, pois, “é delas que surge o verdadeiro conhecimento e, com eles, as atitudes duradouras” (LORDE, 2019, p. 46). A autora compreende que conhecendo, aceitando e explorando nossos sentimentos, somos capazes de trazermos a mudança à tona e realizarmos ações significativas.

O “ativismo intelectual” já referenciado de Collins (2013), bem como a “intelectual engajada”, de hooks (1995), trata-se também de referências na relação produção de conhecimento e luta antirracistas para a realidade brasileira. A militância ainda é tratada com desdém no meio acadêmico tradicional, que utiliza, muitas vezes, de argumentos vazios para desqualificar pesquisas sérias com comprometimento social, a partir de um discurso de neutralidade científica e de impossibilidade de desenvolver ciência, estando envolvido com práticas militantes.

Outro desafio para pensar o ativismo político é descrito por Angela Davis (2017), quando ela diz da sua própria trajetória, em que intelectualidade e militância não se separam. A tensão, neste momento apresentada, corresponde à necessidade de tomar posição diante dos problemas atuais. A autora afirma:

O principal desafio a ser enfrentado no ativismo é responder plenamente às necessidades do momento e fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro. Mas, óbvio, ninguém jamais pode ter certeza de que seus posicionamentos e análises conservarão a validade para além do imediatismo do momento. (DAVIS, 2017, p. 11).

A produção de conhecimento e luta antirracistas ganham contornos a partir das referências da negritude, em que a(o) intelectual negra(o), direta ou indiretamente, incorpora a luta antirracista dos Movimentos Sociais Negros, e faz de sua vivência acadêmica, uma articulação entre produção teórica e prática antirracista. Com frequência, para a intelectualidade negra, essa articulação não é uma escolha, pois o contexto da sua comunidade exige uma atuação acadêmica conectada com a transformação social.

2.4.4 Retorno para suas comunidades

O que eu vou dizer tem a ver com minha pesquisa na África do Sul (...). Eu entendo o intelectual negro, não é necessariamente aquele que tem muitas leituras, muitos estudos, ou que até mesmo pesquisa questões que podem ser de interesse da comunidade negra, mas que fica só no âmbito dos pesquisadores, dos centros de pesquisa, o intelectual negro é aquele que faz daquilo que ele aprende, seja lá aonde for, um meio de fortalecer sua comunidade. (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

Naquela pesquisa que eu fiz na África do Sul, aquele que se forma como intelectual e se desliga da comunidade, para a comunidade ele não é um intelectual, ele se desliga, ele deixou de fazer parte, então se eu estudo, e o que eu aprendo, é para passar, e para fortalecer a minha comunidade. (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

Wilson do Nascimento Barbosa (1982), em “Língua de Branco, Língua de Negro”, traz importantes reflexões sobre as comunidades negras, relevantes para referenciarmos o conceito. O autor afirma que, quando os negros chegaram ao Brasil, escravizados, criaram uma “Comunidade Negra dos Despossuídos”, em que, as diferentes origens desses sujeitos africanos eram menos relevantes, pois tratava-se de unirem diante das violências as quais eram submetidos.

A identidade constituída do negro e sua intelectualidade, naquele período, para o autor, é do tipo *valandi*, devido a sua autenticidade negra. “A identidade assim forjada é nitidamente uma identidade revolucionária, uma identidade negra de novo tipo, um salto sobre o futuro” (BARBOSA, 1982, p. 02).

Entretanto, um novo período, que surge a partir da Abolição, da República e da Revolução de 1930, provoca a desagregação da “Comunidade Negra dos Despossuídos”, restando ao negro adaptar-se, embranquecer-se e buscar sua sobrevivência através da inserção no mercado de trabalho.

A crueldade moral, teleológica e social implicadas no avanço do capital, ficam aqui patentes. Nestas condições, a família negra que opta pelo embranquecimento, à semelhança dos negros da África do Sul, troca o tambor pelo toca-fitas; troca o fazer cultural pela participação televisiva; troca a sua intelectualidade *valandi* pela intelectualidade europeia *chilungu*. (BARBOSA, 1982, p. 04).

Cabe ressaltar o movimento negro *chilungu* enquanto um movimento embranquecido, que não tem como referência a cultura negra, ao contrário, reforçam o etnocentrismo, as referências europeias, a dominação ocidental. Ao mesmo tempo, Barbosa (1982) não deixa de lembrar a fênix que renasce das cinzas, enquanto possibilidade de fazer frente ao *chilungu*, e recuperar o que realmente transforma a vida da população negra.

Um discurso *valandi* sobre as comunidades negras dos diferentes estados brasileiros há de referir-se aos seus problemas efetivos: econômicos, sociais, culturais e políticos. Somente nesta direção é que o MN pode se afirmar como um movimento *valandi*, um movimento que não tem outro objetivo senão os interesses socialmente gerados pelas forças sociais que dele participam. (BARBOSA, 1982, p. 10).

A comunidade negra também é tratada por Clóvis Moura (1994), que diz especificamente sobre negros urbanos da cidade de São Paulo, até os anos 1990. A comunidade negra é pensada de forma “flutuante, tem conotações que se diversificam na função e na dinâmica de acontecimentos e decisões da grande sociedade, os seus grupos de decisão, e comportamento governamental” (MOURA, 1994, p. 222).

O autor atesta que a comunidade negra se divide em dois grupos, que serão definidos como letrados e plebeus. Os primeiro é constituído por um grupo minoritário de negros de classe média e o segundo é composto pela grande massa marginalizada. Existe algo que une estes grupos, que é o preconceito racial, entretanto, Moura (1994) faz duras críticas a uma classe média intelectualizada negra que se afastou das demandas sociais dos plebeus.

As afirmações de Barbosa (1982) e Moura (1994) são fundamentais para não termos uma leitura idealizada da comunidade negra, que não é unívoca. Entretanto, é interessante pensar que a intelectualidade negra, letrada, que surge a partir dos anos 1990, tem percorrido

caminhos que se aproximam dos Movimentos Negros, sendo, até mesmo, parte deles, ou sofrendo influência direta ou indireta deles, seja através da busca por referências teóricas, políticas, religiosas e culturais negras (valandi), seja buscando elos com as classes populares (letrados e pebleus). Também é importante esclarecer que, não necessariamente, a intelectualidade negra referenciada nessa pesquisa tenha superado os problemas de âmbito econômico e social, pois, mesmo tendo conseguido alguma mobilidade social, ela é ainda individual. Elas e eles continuam pertencendo a famílias pobres. Muitas(os), inclusive, continuam arcando com as despesas de uma família estendida e não possuem patrimônios ou heranças. Mantêm, também, vínculos fortes com a comunidade negra.

Césaire (2010), em seu pronunciamento sobre negritude, ajuda-nos a compreender esses fortes vínculos das(os) intelectuais negras(os) que extrapolam a família e abarcam a comunidade negra. Não falamos, aqui, de qualquer comunidade.

Sim, nós constituímos uma comunidade, mas uma comunidade de um tipo bem particular, reconhecível pelo que ela é, pelo que ela foi; que, apesar de tudo, se constituiu em uma comunidade: primeiramente, uma comunidade de opressão sofrida, uma comunidade de exclusão imposta, uma comunidade de discriminação profunda. Bem entendido, e em sua honra, ela é uma comunidade de resistência contínua, de luta tenaz pela liberdade e de indubitável esperança. (CÉSAIRE, 2010, p. 108).

Assim, fica em evidência para intelectuais negras(os), a importância do retorno para suas comunidades, mais uma vez, uma perspectiva coletiva de se pensar tal intelectualidade. No entanto, especialmente a população negra ter acesso a um curso superior e ir se constituindo enquanto intelectual trazem uma série de desafios na relação com sua comunidade de origem. Onde é comum, um estranhamento de ambos os lados, seja daquele que vem se intelectualizando e já não vê com naturalidade determinadas relações de sua comunidade, seja dos membros da comunidade, que se incomodam com os questionamentos daquela(e) que vai se intelectualizando.

bell hooks (1995) compreende que há potencialidades importantes no elo intelectual/comunidade, e que a formação intelectual não deve levar a uma fragilidade na relação com a família e a comunidade de origem, ao contrário, pode ganhar em qualidade neste contexto. Afirma, ainda, o vínculo intrínseco entre seu trabalho intelectual e a política cotidiana, que tem solo fértil nas comunidades.

O protagonismo da luta da intelectualidade negra brasileira, acadêmica ou não, tem gerado frutos importantes para as comunidades negras nas últimas décadas. Os estudos

acadêmicos sobre relações étnico-raciais — que desmontam a lógica da democracia racial, que comprovam a inexistência de igualdades de acesso, em detrimentos sociais e raciais, e analisam o racismo como estruturante e estruturado da organização societária —, somados às diferentes estratégias de mobilizações, levaram a avanços que têm impactado a inserção negra na sociedade. Merecem destaque a Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" na educação básica e a Lei nº 12711/2012, Lei de Cotas. São legislações que tocam diretamente a vida das comunidades negras.

Nas entrevistas, ao serem questionadas(os) — “Socialmente, o intelectual negro é intelectual?” —, as respostas de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06) e Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) contribuem para pensarmos essa relação de intelectuais negros(os) com suas comunidades negras. Para além das problematizações realizadas nas demais entrevistas, que envolvem especialmente, mas não apenas, o corpo negro e a antítese que esse corpo representa à intelectualidade, ressaltamos que, para Petronilha e Otair, o reconhecimento intelectual vem dos seus. Assim, Petronilha (ENTREVISTA 06) afirma que, se você produz e atua pela sua comunidade, você será reconhecido como intelectual negro(o) por ela. Nesse mesmo sentido, Otair (ENTREVISTA 04) ressalta o reconhecimento por parte das(os) estudantes que leem essa intelectualidade negra, integrantes de movimentos populares e grupos que lutam pela transformação societária. Essas falas indicam um indissociabilidade entre intelectual negro(o) e comunidade negra.

2.4.5 Compromisso de transformação social

Primeiramente é um negro, e aí não dá para ser um intelectual do mesmo modo, não dá para ser um intelectual, “um livre pensador”, uma pessoa desinteressada na transformação do mundo, então na medida que você se reconhece negro você se reconhece no meio de uma estrutura de poder, privilégio, desigualdade, racismo, e implica num compromisso de transformação. (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

Ser intelectual negro(o) e se colocar comprometida(o) com a transformação social tornam-se um grande desafio. Entretanto, é importante reafirmar esse lugar da intelectualidade negra, na medida em que não é possível superar o racismo estrutural sem uma perspectiva mais contundente de transformação social.

O intelectual negro Kabengele Munanga, em entrevista concedida a Gabriel Rocha Gaspar, faz uma importante diferenciação entre cientista e intelectual, cabendo a este agir pela transformação social. “Intelectual é um cientista que influencia na mudança da sociedade

humana. Você pode ser um cientista que passa a vida no laboratório, mas não se incomoda com os rumos da sociedade. É cientista sim, mas não é intelectual” (MUNANGA, 2020, s/p.).

A perspectiva de transformação social não é uma exclusividade da intelectualidade negra e nem deve ser um projeto apenas de negras(os) e para negras(os). Ela deveria ser um alvo de todas e todos que lutam pela democracia, igualdade, equidade, contra o racismo, machismo e outras opressões. Contudo, diante do racismo, a narrativa ideológica do mito da democracia racial e as disputas por poder, nem todos os projetos de transformação social incluem a pauta racial. A tarefa de exigir esse aprofundamento acaba ficando com as(os) intelectuais e ativistas negras(os). Situação que mostra o forte viés classista do próprio campo emancipatório que, mesmo lutando contra o capitalismo, acaba considerando a raça como epifenômeno da classe e o racismo como um mal menor ao ser comparado com o capitalismo.

A intelectual negra Angela Davis (2017) afirma que a afiliação ao Partido Comunista e às lutas progressistas de transformação social foram tratadas como justificativas para demissão da Universidade da Califórnia e, até mesmo, prisão sob acusações falsas. Ainda assim, conforme a própria Davis (2017) afirma, ela manteve a sua militância em partidos e associações progressistas. Mais uma vez, a partir de uma compreensão de que as lutas e conquistas só fazem sentido se forem de forma coletiva, a autora afirma: “Meu trabalho nas últimas duas décadas terá valido a pena de modo extraordinário se tiver realmente ajudado em alguma pequena medida a despertar e a encorajar esse novo ativismo” (DAVIS, 2017, p. 12).

As estruturas de poder pautadas na raça, classe e gênero irão se expressar através de diferentes formas de violências nos corpos negros — inferiorização, genocídio, encarceramento, feminicídio, epistemicídio, entre tantas outras. Lélia Gonzalez (2018a) é outra grande referência para pensarmos um projeto de transformação social que consiga resolver as diferentes formas de opressões.

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vividas. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 2018a, p. 366).

bell hooks (1995) e Patrícia Hill Collins (2013) irão dizer da intelectualidade negra engajada se colocar pela justiça social e buscar romper com a estrutura opressora capitalista. Collins (2013) afirma como o conhecimento e ativismo são inseparáveis, assim como a escola

e a sociedade, o pensar e o fazer; assim, defende a criatividade livre e articulada. Em diferentes áreas, de diferentes expressões, o ativismo intelectual se coloca para a transformação social. hooks (1995, p.478) defende as potencialidades políticas do trabalho intelectual: “Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.” (hooks, 1995, p. 478).

Descolonizar corpos e mentes, em conjunto com os movimentos sociais, torna-se um desafio para intelectual negra(o). Ter como objetivo maior a construção de uma ordem social capaz de superar as opressões pautadas no racismo, capitalismo e sexismo é lutar pelo direito de existir da população negra.

Se a incorporação de pautas específicas da população negra sempre foi uma questão polêmica em grupos de esquerda, nas últimas décadas, experimentamos um protagonismo da negritude nas diferentes lutas sociais, e não somente em questões específicas da dimensão racial, como muitas vezes os negros são acusados. Ainda que compreendamos que diante da estrutura racial sob a qual a sociedade se estruturou, raça e racismo perpassam, direta ou indiretamente, as múltiplas relações sociais que nos configuram.

São muitos e diversos os movimentos de transformação social protagonizados pela população negra, conforme retomaremos no capítulo seis desta tese.

Neste momento, ressaltamos uma afirmativa do movimento Pan-africanista¹⁷, conforme Abisogun Olátúnjí (2019):

É importante que se diga que estamos apenas dando continuidade a uma luta secular pela sobrevivência das pessoas pretas, pela busca de dignidade e um estado de bem-estar social, com conforto e condições para que esta gente possa desenvolver todo o seu potencial humano, nas mais variadas áreas da vida; além, é óbvio, do mais importante que é a perpetuação da espécie preta-africana e de sua melanina; pois, como defendeu a UNIA [Associação Universal para o Progresso do Negro] e Marcus Mosiah Garvey no início do século XX: “Somos africanos na África e no estrangeiro” — leia-se diáspora. (ODÛDUWÀ, 2019, p. 8).

Enfim desatacamos que, em diferentes métricas, a experiência da negritude, a descolonização na produção de conhecimento, a articulação entre produção de conhecimento e

¹⁷ “Entendemos o *pan-africanismo por essência* como sendo um tipo de comportamento fundamentado no sentimento de amor, responsabilidade, comprometimento, solidariedade, cooperação, cuidado e acima de tudo integridade e honestidade na busca por melhores condições de vida para as pessoas pretas, seja como indivíduos ou no coletivo; além do reconhecimento, entendimento, apreensão e resgate de um *ethos comum* entre as pessoas pretas espalhadas por todas as partes do mundo – na África e na diáspora africana.” (ODÛDUWÀ, 2019, p. 12).

a luta antirracistas, o retorno para suas comunidades e o compromisso de transformação social são aspectos que marcam as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa. As entrevistas realizadas, as produções teóricas com as quais dialogamos, assim como minha vivência como mulher negra, docente do Ensino Superior, sócia da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras e integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFOP me possibilitam dizer que tais aspectos são comuns na vida de muitas e muitos intelectuais negras e negros do passado e do presente.

Outras questões voltadas para as(os) intelectuais negras(os) se mantêm em aberto: Quem são os sujeitos que formam a intelectualidade negra? Como tem se dado a produção de conhecimento para estes grupos? Como tem ocorrido a formação de uma nova intelectualidade negra? Que perspectiva de nação estamos construindo? São inquietações, não possíveis de serem findadas a partir de um estudo, mas que buscaremos nos aproximar no decorrer dos outros capítulos.

3 A POLISSEMIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: CONTEXTUALIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E ATUAÇÃO

A diáspora africana é um empreendimento inacabado que continua cotidianamente a traçar fluxos e travessias, configurando a formação de uma rede de *encruzilhadas*. A encruzilhada potencializa a compreensão das experiências de deslocamento, nos favorecendo a pensar esses trânsitos, fluxos ou travessias como possibilidades de constantes recriações das culturas. (Luiz Rufino¹⁸, **Pedagogia das Encruzilhadas**, 2019, p. 106).

A existência dos NEABs, a partir da organização e da mobilização das(os) intelectuais negras(os) e a polissemia com que se configuram, demonstra que são experiências organizativas em movimento, que produzem energia, que deslocam ao mesmo tempo em que são deslocados, pela dinâmica das instituições e da própria sociedade. Não se trata de projetos acabados de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e seus correlatos. Entretanto a dinâmica da instituição, dos sujeitos que o compõem — docentes, técnico-administrativos, discentes, comunidade externa —, as possibilidades de avanços e recuos, as demandas que tencionam estes Núcleos vão moldando essa complexa rede institucional, que tem sido protagonista no combate ao racismo dentro e fora das universidades e demais instituições de ensino onde se localizam.

Este capítulo apresenta um primeiro momento mais pragmático, em que entendemos como é necessário contextualizar a expansão e o fortalecimento dos NEABs combinados a um entrecruzamento de ações que vêm sendo desenvolvidas e associadas às políticas de ações afirmativas. Não obstante, sem perder de vista a organização do capital no contexto contemporâneo e as ameaças advindas que asfixiam as potencialidades dos avanços conquistados. Localizamos a ABPN e o Consórcio de NEABs, que são organizações que congregam a intelectualidade negra, fomentam a existência dos Núcleos e, fundamentalmente, possuem um papel político de combate ao racismo, dentro e fora do mundo acadêmico.

Caminhamos, problematizando a polissemia dos NEABs a partir de alguns aspectos que se apresentam marcantes, como as denominações, a institucionalização, a localização, a participação de pessoas não negras vinculadas à luta antirracista, a relação entre a constituição

¹⁸ Luiz Rufino Rodrigues Júnior é pedagogo, doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor do livro **Pedagogia das Encruzilhadas**.

dos Núcleos e as demandas contextuais e, especialmente, os deslocamentos que estes provocam na dinâmica vertical hierárquica universitária.

O que é *sui generis* aos NEABs será destacado a partir de quatro eixos orientadores: a luta política de combate ao racismo; a produção de conhecimento antirracista; os NEABs enquanto espaços de encontro, de acolhimento e solidariedade; e a efetivação dos vínculos com a comunidade acadêmica e externa.

Por fim, o que Luiz Rufino (2019) denomina de Pedagogia das Encruzilhadas e os diferentes deslocamentos que ela provoca ao desencadeiar a modernidade ocidental, sua noção de verdade e o absolutismo com que ela se coloca em detrimento dos “outros”. Contribui para entendermos a dinâmica dos NEABs e suas potencialidades como um processo em construção, que ginga e se fortalece com os seus, mas que subverte e fissa a dinâmica ocidentalizada, branca, elitista e machista de sociedade.

3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPLEXO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Nas primeiras décadas do século XXI, no Brasil, um conjunto de ações e políticas de promoção da igualdade racial foram implementadas. Tais ações trouxeram, material e simbolicamente, uma série de tensões, possibilidades e desafios a partir das novas experiências e perspectivas voltadas para a tentativa de superação de práticas discriminatórias e racistas.

No que tange ao debate em torno das ações afirmativas, são centrais a Conferência de Durban; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR); a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 2003), ao tornar obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições do Ensino Básico; o Decreto nº 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), a Lei de Cotas em Concursos Públicos (Lei nº 12.990/2014) e a Portaria Normativa nº 13/2016, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação. Tais medidas vão ocorrendo de forma articulada e expressam conquistas advindas das lutas e das reivindicações dos Movimentos Sociais Negros e das(os) intelectuais negras(os), bem como as respostas do Estado, que nem sempre foram dadas com a radicalidade contida na demanda política, às denúncias de racismo.

Um importante marcador no debate das ações afirmativas, por um lado, trata-se da Conferência de Durban, realizada em 2001, na África do Sul, que contou com a participação de lideranças negras brasileiras. Por outro, tantas foram as tensões e os desafios na realização da conferência, que Sueli Carneiro (2019) chama um dos seus artigos de “A batalha de Durban”. Uma vez que as dificuldades em torno da Conferência Mundial Contra o Racismo ocorreram desde a preparação do evento até sua fase final.

Dois movimentos contraditórios, apresentados por José Augusto Lindgren Alves (2002), merecem destaque: um deles refere-se ao banimento do uso do termo *ação afirmativa*, diante do posicionamento das delegações norte-americanas, ainda que fosse um termo corrente no evento; o segundo, ainda que não tenha sido acolhido pelo coletivo, precisa ser explicitado, na medida em que algumas delegações europeias se posicionaram contra a noção do termo *raça*. O significado político do termo *raça* era fundamental naquele contexto, entretanto, o posicionamento contrário ao termo significava negar a necessidade de realização da própria conferência, visto que, se não existe *raça*, infere-se que não existe racismo.

Carneiro (2019, p.190) ressalta ainda a não aprovação do “reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade e de reparações pelos séculos de escravidão e de exploração colonial do continente africano”, pois tal reconhecimento abriria possibilidades de demandas por reparações. O que revela para o conservadorismo diante das pautas raciais e, principalmente, o interesse dos grandes centros que promoveram a colonização em ignorar toda a tragédia humanitária causada à população negra em África e em diáspora. Sobre os resultados, segundo Alves (2002):

Sem dúvida, menos incisivos e menos propícios à abertura de processos indenizatórios do que desejavam países e movimentos sociais, eles são, ainda assim, o que de mais avançado existe na esfera internacional como condenação semi-jurídica ao colonialismo, à escravidão e ao tráfico de escravos, incriminados, inclusive, como origem de muitos dos sofrimentos presentes, de índios e afrodescendentes. (ALVES, 2002, p. 214).

Ainda assim, mesmo diante de tantas forças em contrário, as recomendações aos Estados sugerem caminhos promissores de eliminação das desigualdades raciais. “O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas” (CARNEIRO, 2019, p. 193).

No Brasil, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR)¹⁹, em 2003, foi mais um movimento importante pensando na necessidade de ir além das políticas universais, tendo em vista as particularidades de grupos raciais socialmente marginalizados e a intrínseca relação entre raça e desigualdades sociais.

A aprovação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições do ensino Básico no Brasil, e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, é de fato, mais um ato de força política e de redefinição simbólica na discussão de natureza étnico-racial na educação brasileira.

Sincronicamente, as(os) intelectuais negras(os), em especial aquelas e aqueles que atuam nas instituições de ensino superior, acompanhando essa demanda histórica do Movimento Negro, foram centrais nas ações de institucionalização e implementação da Lei, principalmente nas ações ligadas à sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e a realização da pesquisa, do ensino e da extensão. Esse processo produziu novos significados na agenda da intelectualidade negra e dos NEABs, na medida em que a obrigatoriedade presente na Lei vem produzindo tensões e inquietações de ordem política, pedagógica, historiográfica, entre outras. Tal assertiva pode ser notada na proliferação do debate público, bem como na produção acadêmica e didática sobre a temática em questão.

O Decreto nº 4887/2003 tem uma relevância especial em relação à justiça social e ao direito à terra e ao território das comunidades quilombolas. Ele faz uma inflexão no Brasil em relação às formas de regulamentação e ao direito dos quilombolas ao reconhecimento e titulação de suas terras.

Tal é a sua importância no contexto das tensões entre ruralistas e quilombolas que, em 2004, o Partido Democratas (Partido da Frente Liberal – PFL, à época) ajuizou, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239, contra a titulação das terras quilombolas. Em 08/02/2018, por dez votos a um, os ministros do STF declararam o decreto constitucional. Foi uma grande vitória dos povos e comunidades quilombolas em nosso país, que teve a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades

¹⁹A SEPPPIR, pós Golpe de 2016 foi extinta no governo golpista, sendo incorporada ao Ministério dos Direitos Humanos (MDH), à época, juntamente com as agendas das mulheres e da juventude. Posteriormente, transformou-se em uma coordenação dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo de extrema direita que assumiu o executivo federal, em 2018. Além disso, em 2020, o Programa 2034, Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, foi extinto do PPA, retirando qualquer possibilidade de inclusão das políticas de igualdade racial e da pauta quilombola do orçamento da União.

Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) como protagonista nessa luta, juntamente com outros parceiros do campo progressista.

A Lei nº 12.288, de 20 de outubro de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial. Em “Carta do Ilustríssimo Professor Kabengele Munanga às/aos Colegas, companheiras e companheiros do CNPIR”, Munanga fala dos desafios enfrentados para aprovação do Estatuto, bem como dos avanços e recuos que o documento apresenta.

Considerando todas essas dificuldades, penso que o resultado obtido pela aprovação deste estatuto que passou por numerosas negociações acompanhadas de modificações é muito significativo para uma luta feita com armas tão desiguais. Pensem que os africanos resistiram contra a invasão dos colonizadores ocidentais com arcos e flechas ou com fuzis de pólvora obsoletos contra as metralhadoras. Finalmente, perderam e suas terras foram ocupadas porque não houve equilíbrio das relações de força. Mas continuamos a defender nossa dignidade humana que foi coroada pelas independências. Estamos travando novas lutas para construir as nacionalidades, a democracia e o bem-estar dos povos. É um longo processo cuja duração não podemos medir, mas que certamente terminará com a vitória. (MUNANGA, 2010, s/p).

As cotas sociais e raciais, um dos principais avanços em direção à redução das desigualdades raciais, foram regulamentadas pelo Decreto nº 7824, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Assim, a Lei garante a reserva de 50% das vagas, em cursos e turnos, a estudantes oriundos de escolas públicas. A aplicação da Lei deveria ocorrer gradualmente, nos quatro anos subsequentes. Em relação a pretos, pardos e índios, a oferta de vagas está inclusa nas cotas e sua porcentagem deverá variar considerando a porcentagem de pretos, pardos e índios no estado, tendo como referência os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cabe ressaltar que a implantação do sistema de cotas nas instituições federais de ensino já vinha ocorrendo antes mesmo do decreto.

Em 2014, a Lei nº 12.990, Lei de Cotas em Concursos Públicos, foi aprovada como mais um importante avanço no âmbito das ações afirmativas. Diante da baixa presença de negros nos serviços públicos federais considerando o número total de negros no Brasil, a Lei garante a reserva de 20% das vagas de concursos “no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”. Essa medida contribuiu no tensionamento do Movimento Negro nos estados e municípios que já exigiam medida semelhante. Atualmente, vários deles implementam legislação semelhante, sempre em meio a muitas tensões e questionamentos da sociedade.

Em 2016, em um momento tenso do Brasil, o impeachment da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, o Ministério da Educação (MEC) aprova a Portaria normativa nº 13/2016, que induz a adoção de cotas na pós-graduação acompanhando uma demanda do Movimento Negro, dos egressos das cotas e dos NEABs, pela continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. Essa portaria tem possibilitado o debate e a adoção da medida por várias instituições federais em nível superior.

Assim, fica em evidência de que tal contexto, juntamente com uma significativa ampliação do número de instituições públicas federais do ensino superior, possibilitou uma maior inserção de negras e negros como docentes e discentes²⁰, ao mesmo tempo em que possibilitou uma maior visibilidade da intelectualidade negra. A organização política das(os) intelectuais negras(os) irá se expressar em diferentes espaços, resultando em importantes ações governamentais e não governamentais de caráter nacional e internacional, eventos, projetos e associações, tais como: o grupo de trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação – Anped, (GT 21), criado em 2001; Uniafro – programa federal de assistência financeira às instituições de ensino superior federais e estaduais para fomento de ações de formação continuada a professores da educação básica e elaboração de material didático no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra, criado em 2008; Programa Negro e Educação (Anped, Ação Educativa, Fundação Ford), criado em 1999; o Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira (Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/ Fundação Ford), criado em 2001; o Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford, criado em 2009; o Programa *de Desenvolvimento Acadêmico* Abdias Nascimento (Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford), criado em 2013; o Programa de Formação Pré-acadêmica: Equidade na Pós-graduação (Fundação Carlos Chagas/ Fundação Ford), iniciado em 2010; a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, criada em 2002; Congresso Nacional de Pesquisadores Negros – COPENE, desde 2000; Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – CONNEABs em 2004; assim como a ampliação significativa dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEABs.

²⁰ Outras iniciativas que coadunam com a presença de negras(os) nas universidades, ainda que não tenham como central a questão racial: Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância que têm exercido papel importante, porém limitado, na redistribuição de oportunidades às pessoas negras e às pessoas pobres no Ensino Superior.

Entre a esperança que não aliena e a desesperança que não impede a luta, tratemos sobre o contexto neoliberal adverso ao avanço das diferentes pautas sociais e raciais, no qual o capitalismo se retroalimenta nas últimas décadas. Nos versos de Emicida (2015):

Água em escassez, bem na nossa vez
 Assim não resta nem as barata (É memo!)
 Injustos fazem leis, e o que resta pro cês?
 Escolha qual veneno te mata
 (...)

A “Água em escassez” pode/deve ser lida como uma metáfora, que explicita bem como a chegada da comunidade negra, nas universidades, está associada, propositalmente ou não, à escassez de recursos e à precarização das universidades (carreiras, cortes de bolsas, ataques de cunho ideológico e político). Otair Fernandes (2014) problematiza esse contexto macro, em que, mesmo com tantos avanços nas pautas raciais, o racismo ainda é vigoroso.

O problema é que tudo isso ocorre no contexto de uma sociedade liberal-conservadora, plural, estratificada, hierarquizada, marcada por contradições e conflitos, cuja principal característica histórica tem sido a persistência do racismo nas suas variadas dimensões e formas. (FERNANDES, 2014, p. 192).

Não podemos desconsiderar a centralidade do racismo na estruturação do capitalismo e no ordenamento da modernidade, que se organizou por meio de relações umbilicais entre a racialização dos povos originários dos continentes africano e americano e a estrutura produtiva do colonialismo e da escravização moderna. Segundo Achille Mbembe (2014, p. 12), nesta etapa do capitalismo “a espoliação organizada quando, em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda”. A articulação na racialização e escravização dos povos africanos, a partir do domínio colonial e a produção de capital excedente são condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo. Compartilhamos da assertiva de Mbembe de que (2014, p. 19) “o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria — a cripta viva do capital”.

Se é histórico o caráter predatório do capitalismo, com um forte recorte por exploração de raça, classe e gênero, não devemos desconsiderar que está em curso um processo de reconfigurações estruturais pelas quais o sistema capitalista vem passando a partir das últimas décadas do século XX — que, em graus diversos, impactam, individual e coletivamente, material e subjetivamente, parcelas numericamente mais expressivas dos seres humanos.

Na esfera econômica, ocorre um fortalecimento de dispositivos administrativos organizados para a financeirização da economia, a reestruturação precária das relações de trabalho e de produção com a finalidade de redução dos custos, a extensão exponencial do mercado de consumo através da criação de necessidades infundáveis. Assim como a ampliação da influência do receituário neoliberal como modelo de administração pública e de governança, em que o Estado se desresponsabiliza pelas pautas sociais, colocando o fundo público a serviço de uma pequena elite. Sobre o neoliberalismo, em diálogo com a economia política, Mbembe (2014) afirma:

(...) é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual “todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor de mercado”. Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença, a codificação paranoica da vida social em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. [...] o capital, designadamente o financeiro, define-se agora como ilimitado, tanto do ponto de vista dos seus fins como dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas as relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa infinita série de dívidas estruturalmente insolúveis. (MBEMBE, 2014, p. 14).

A precarização da vida como subproduto da reorganização do mundo da produção capitalista em um momento no qual a própria produção de bens e serviços não necessita para sua manutenção numericamente de mão de obra como outrora, vem provocando a mundialização de relações informais de trabalho, o desmonte e a desregulamentação de sistemas protetivos de direitos sociais, a concentração de poder e recurso financeiros em posse de algumas corporações globais (mas, geralmente, sediadas no norte global), a formação de amplos grupos de trabalhadores expostos à luta diária pela sobrevivência física e psíquica, assim como a supervalorização de um discurso sistematicamente organizado para a busca e “conquista” individual do “sucesso”.

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômadas do trabalho. Se, ontem, o drama dos sujeitos era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. (...) vai-se instalando a ficção de um novo ser humano, “empresário de si mesmo”, plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefatos que a época oferece. (...) Este novo homem, sujeito do mercado e da dívida, acha-se um puro produto do

acaso natural. (...) capaz de se vestir de todos os conteúdos, é típica da civilização da imagem e das novas relações que ela estabelece entre os factos e as ficções. (MBEMBE, 2014, p. 14).

A atomização da vida social, a privatização do usufruto dos bens socialmente produzidos e dos recursos naturais, a produção de indiferença e amnésia social, a busca constante de sensações de felicidade imediata, a percepção de viver um presente *continuum* e a formação de nano comunidades de supostos pares em ambiente mediados pelas tecnologias eletrônicas e digitais são outras características do tempo presente importantes para compreensão da contemporaneidade. Mbembe (2014) considera que a subjetividade emergente no contexto apresentado estimula a emergência de:

(...) um indivíduo aprisionado no seu desejo. A sua felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como um produto de troca. (...) Condenado à aprendizagem para toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, abraça a sua condição de sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se outro. (MBEMBE, 2014, p. 15).

Esse complexo processo em curso exige esforços das intelectualidades negra e não negra progressistas, em que já não é mais possível ignorar a forma como negras e negros se inserem na história ocidental e todo o horror causado pela exploração colonial, toda violência material e simbólica a que foi submetida — “Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo” (CESAIRE, 1978, p.26); e como o contexto contemporâneo do capitalismo impacta de forma mais cruel estes sujeitos que historicamente são o principal alvo de exploração.

Sobre a contemporaneidade, para além da questão específica da população negra, ainda que sejamos parte deste processo, Mbembe (2014) nos provoca sobre um acirramento das diferenciações e a busca de uma pureza identitária.

À semelhança de outros tempos, o mundo contemporâneo é modelado e condicionado profundamente por estas formas ancestrais da vida cultural, jurídica e política, que são a da clausura, da cerca, do muro, do campo, do cerco e, no final de contas, da fronteira. Por todo o lado, são recuperados processos de diferenciação, de classificação e de hierarquização para fins de exclusão e de erradicação. Novas vozes se levantam para proclamar que o universal humano ou não existe ou limita-se ao que é comum, não a todos os homens, mas apenas a alguns deles. Outros afirmam a necessidade individual de se santuarizar a sua própria lei e a sua morada ou habitação, consagrando, de uma ou de outra maneira, as suas próprias origens e a sua própria memória ao divino, afastando-se assim de qualquer interrogação de natureza histórica e fixando-as definitivamente num campo inteiramente teológico. O início do

século XXI aproxima-se do início do século XIX, neste ponto de vista, enquanto importante momento de divisão, de diferenciação universal e de procura da identidade pura. (MBEMBE, 2014, p. 51-52).

No Brasil, país que se insere nessa lógica global, e tendo o neoliberalismo ainda mais acirrado pós golpe de 2016, as pressões por minar os avanços raciais e reduzir os seus impactos é forte, além de uma desqualificação das pautas de luta da população negra, mas abrindo algumas possibilidades para o negro consumidor. Renato Emerson Nascimento dos Santos (2020) afirma sobre a “virada política neoconservadora” no Brasil:

Este processo que levou ao que podemos chamar de uma “virada política neoconservadora” teve, no golpe de 2016 um momento ímpar de convergência de forças sociais — que, nem nas eleições de 2018 foi repetida. Trabalhamos com a ideia de que a perpetração do golpe não foi obra “da” direita, mas sim, “das” direitas — aqui, apontamos uma “direita econômica” (setores empresariais tendo à frente a FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, incomodados com direitos trabalhistas e a repartição de ganhos com os trabalhadores, o capital financeiro, de olho em maiores fatias do fundo público sobretudo através da dívida interna e das taxas de juros, e o setor produtor de commodities, desejoso de flexibilizações de legislações reguladoras ambientais e trabalhistas e das estruturas de fiscalização correspondentes), uma “direita política” (representada aí, principalmente, pelas bancadas temáticas BBB — do Boi, da Bala e da Bíblia, além de outros grupos, unificados por esquemas coligados de financiamento empresarial de campanha) e uma direita “moral” (setores conservadores vinculados a igrejas, sobretudo evangélicas e neopentecostais, incomodados com o avanço de pautas de liberais de transformação de costumes, e classes médias urbanas estabelecidas, sentindo-se perdedoras de signos de distinção em relação aos pobres, como o acesso à universidade e outros bens difundidos no período anterior). (SANTOS, 2020, p. 214).

A “universalização” das relações informais de trabalho, bem como o desmonte dos frágeis sistemas de proteção social atingem radicalmente a população negra que, historicamente, é a mais golpeada pelos efeitos perversos do capital. A desumanidade se ressignifica em tempos neoliberais, pois, como nos alerta Mbembe (2014), a humanidade se torna menos necessária ao desenvolvimento do capital.

Sobre o enfraquecimento das políticas de promoção da igualdade racial pós golpe de 2016, Santos (2020) nos aponta alguns sinais inequívocos de retrocessos, em ações contrárias ao que vinha se consolidando nas últimas décadas, com ampla articulação dos Movimentos Negros em diálogos com o Estado.

Discursos contrários a tais políticas, muitos em tons agressivos, questionando sua pertinência e a legitimidade dos grupos que as reivindicam, as

conquistaram e construíram; nomeação de gestores publicamente contrários ou sem diálogo com tais grupos, e que se tornam alvos de denúncias e protestos; as mudanças na composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; o rebaixamento institucional de tais agendas; a iminente queda no número de reconhecimentos e titulações quilombolas; e, como reação, o crescente acionamento da esfera judicial por parte de entidades e organizações para buscar que os órgãos responsáveis pela promoção da igualdade, princípio constitucional, seja materializado pelos órgãos e instâncias competentes. (SANTOS, 2020, p. 221).

Nesse contexto brutal, a população negra segue resistindo. O engajamento da intelectualidade negra nos/com os Movimentos Sociais Negros merecem destaque. As lutas sociais são essenciais para o grupo racial que mais sofre os efeitos do capital, mas, ela vem associada à luta contra o racismo e outras intolerâncias, pelo resgate da história, pelo não apagamento, pela cultura e religiosidade negras.

A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra.

Realizar a igualdade de direitos e tornar-se um ser humano pleno e prenhe de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero é o sentido final desta luta. (CARNEIRO, 2019, p. 184).

Se as últimas décadas apontam aberturas profícuas realizadas pelos Movimentos Negros e a intelectualidade negra, conforme buscamos demonstrar, também não é possível mitigar, pois o racismo não permite tréguas e, de diferentes formas, (re)organiza-se para estrangular os avanços raciais. Prosseguimos, inserindo a ABPN e o CONNEABs neste debate.

3.2 SOBRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS) E O CONSÓRCIO DE NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

A constituição da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e do Consórcio de NEABs se confunde com a consolidação de uma negritude intelectual acadêmica. Isso, principalmente a partir das últimas décadas do século XX e o século XXI e com a ampliação e fortalecimento dos próprios NEABs. São instituições constituídas por e como referência para a intelectualidade negra partícipe.

O primeiro Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE) ocorreu em 2000, na cidade de Recife. O evento, que é bienal, foi realizado, em 2002, na cidade de São Carlos/

São Paulo, onde, de acordo com Nilma Lino Gomes (2004, p. 16), foi aprovada por unanimidade a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), “com o objetivo principal de congregar pesquisadores que tratem da questão racial, de maneira direta ou indireta, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra no Brasil”. Desde então, é a ABPN quem organiza os COPENEs²¹.

A criação da ABPN, de acordo com Mara Fernanda Chiari Pires (2014), “se insere nos novos tipos de lutas coletivas e individuais contra o racismo surgidas no Brasil, após a fundação do Movimento Negro Unificado em 18 de junho de 1978”. Localizar a ABPN, os NEABs e a própria ampliação e consolidação da intelectualidade negra em um conjunto de lutas mais ampla do Movimento Negro é uma reflexão necessária, fruto de um processo coletivo. Essa relação está presente tanto nas entrevistas quanto em produções acadêmicas, como afirmam Alex Ratts (2009), Cláudia Miranda (2018) e Otair Fernandes (2014).

Conforme disposto no site da ABPN, trata-se de uma “associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil”(ABPN, 2018).

A Associação, para além de uma atuação acadêmica, extrapola os muros das universidades, e se destaca e se diferencia de outras associações de pesquisadores, pelo seu papel político no combate ao racismo. Para a intelectualidade negra, diante de inúmeras formas de opressão e massacre de seu povo, chegar até a academia não é apenas para se adaptar ao que já está posto (chilungu), mas para desestabilizar as estruturas (valandi), conforme Wilson do Nascimento Barbosa (1982).

²¹ O I COPENE foi realizado de 22 a 25 de novembro de 2000, em Recife (Pernambuco); o II COPENE ocorreu de 25 a 29 de agosto de 2002, em São Carlos (São Paulo), com tema “De Preto a Afrodescendente: a Pesquisa”; o III COPENE ocorreu de 06 a 10 de setembro de 2004, em São Luís do Maranhão (Maranhão), com tema “Pesquisa Social e Ações Afirmativas para Afrodescendentes”; o IV COPENE ocorreu em Salvador (Bahia), de 13 a 16 de setembro, com tema “O Brasil Negro e suas Africanidades: Produção e Transmissão de Conhecimentos”; o V COPENE ocorreu de 29 de julho a 1º de agosto de 2018, em Goiânia (Goiás), com tema “Pensamento Negro e Anti-Racismo: Diferenciações e Percursos”; o VI COPENE ocorreu de 26 a 29 de julho de 2010, na cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), com a temática “Afro-Diáspora, Saberes Pós-Coloniais, Poderes e Movimentos Sociais”; o VII COPENE ocorreu em Florianópolis (Santa Catarina), entre 16 e 20 de julho de 2012, com temática “Os desafios da luta antirracista do século XXI”; o VIII COPENE ocorreu no Belém (Pará) de 29 de julho a 02 de agosto, com temática “Ações Afirmativas: cidadania e relações étnico-raciais”; o IX COPENE ocorreu de 19 a 23 de julho de 2016, em Dourados (Mato Grosso do Sul), com temática “Novas Fronteiras da Intolerância Racial: Velhas Práticas de Discriminação e Novos Espaços – Universo Web”; o X COPENE ocorreu em Uberlândia (Minas Gerais), de 12 a 17 de outubro de 2018, com temática “(RE) Existência Intelectual Negra e Ancestral”; por fim, o XI COPENE ocorreu entre os dias 09 e 12 de novembro de 2020, com temática “Escrevivências, Interseccionalidades e Engenhosidades”, de forma remota, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus - Covid19. (ABPN, 2020).

Atualmente a ABPN é um dos órgãos fundamentais da rede de instituições que atuam no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, com vistas à formulação, à implementação, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas para uma sociedade justa e equânime. A atuação da ABPN acontece em três grandes áreas: Divulgação acadêmica; Articulação social; Formação de lideranças.(ABPN, 2021).

Nos objetivos da ABPN, conforme disposto abaixo, identificamos que as dimensões acima relatadas na citação, de articulação social e formação de lideranças, não comparecem, ao contrário da divulgação acadêmica, que tem mais peso. Entretanto, ao observar as ações realizadas pela Associação, especialmente a articulação social, é uma constante. Os objetivos descritos na página da ABPN (2018) são:

- I - Congregar os Pesquisadores Negros Brasileiros;
- II - Congregar os Pesquisadores que trabalham com temas de interesse direto das populações negras no Brasil;
- III - Assistir e defender os interesses da ABPN e dos sócios, perante os poderes públicos em geral ou entidades autárquicas;
- IV - Promover conferências, reuniões, cursos e debates no interesse da pesquisa sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil;
- V - Possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas de interesse direto das populações negras no Brasil;
- VI - Manter intercâmbio com associações congêneres do país e do exterior;
- VII - Defender e zelar pela manutenção da Pesquisa com financiamento Público e dos Institutos de Pesquisa em Geral, propondo medidas para seu aprimoramento, fortalecimento e consolidação;
- VIII - Propor medidas para a política de ciência e tecnologia do País. (ABPN, 2018).

Sobre os objetivos, Pires (2014, p.90) faz outra provocação necessária. “Estranhamente, não ressaltam a necessidade de repensar a universidade, as relações aí estabelecidas e a veiculação de um conhecimento que privilegia grupos e mantém um racismo institucional”. Entendemos que essa tem sido uma dimensão central para a intelectualidade negra, deslocar a universidade e sua produção de conhecimento, com outros referenciais teóricos, inclusive não acadêmicos, e com os questionamentos aos cânones eurocêtricos. Se não comparece entre os objetivos, Pires (2014) identifica que as produções acadêmicas da ABPN têm estado atentas a essa dimensão:

É interessante observar que a tônica dos encontros e produções de todos os COPENEs recai sobre a urgência de se produzir e difundir saberes comprometidos com a história e perspectiva de realidade do povo negro, que raramente encontra espaço no interior da academia. Além disto, através de trabalho constante de divulgação de livros, teses e dissertações, eventos,

seminários e congressos, a ABPN mobiliza acadêmicos, pesquisadores e intelectuais negros, congregando esforços que garantam uma efetiva participação da população negra na vida universitária e na vida política brasileira. (PIRES, 2014, p. 93).

A valorização e a divulgação do conhecimento produzido por aqueles que se colocam política e intelectualmente contra o racismo são a essência da ABPN. Porque ela, além de organizar os COPENEs nacionais e regionais, possui uma revista classificada como Qualis B e um banco de teses e dissertações aberto para divulgação, incentivando a leitura e a citação de pesquisadoras(es) negras(os).

A Revista da ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, é marcada pela escolha de suas temáticas e o teor de suas publicações na divulgação e promoção dos Direitos Humanos da população negra na América Latina e Caribe, promovendo ações multidisciplinares e/ou interdisciplinares na formação de pesquisadores e na produção de conhecimento, assim como incentivando a colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas com vistas a realização de trabalhos e formação que considere as pluriépistemias e incentive o diálogo com os saberes tradicionais. (ABPN, 2021).

Ter uma revista que permita o diálogo entre intelectuais negras(os) e não negras(os) que tematizam a questão racial possibilita a constituição de um espaço plural e potente de publicação. É uma alternativa, na medida em que muitas(os) pesquisadoras(es) têm suas pesquisas subalternizadas em suas áreas, seja pela temática, seja pelos referenciais teóricos utilizados; torna-se, ainda, um espaço referenciado e organizado para quem busca pesquisas sobre as relações étnico-raciais.

Além da revista, a ABPN possui uma Biblioteca Virtual e um Banco de Teses, sendo mais espaços que congregam e possibilitam uma maior circulação da produção realizada por intelectuais negras(os). Ao mesmo tempo, rompe com padrões racistas que resistem ao tempo, como o de que não exista uma intelectualidade negra e permite que estes sujeitos se encontrem e se referenciem, dados os limites de encontrarmos produções de intelectuais negras(os) nos currículos das diferentes áreas das universidades.

Envolvida com questões para além do mundo acadêmico, a ABPN está representada nos mais diversos fóruns acadêmicos e políticos, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no estatal, que tratam da temática racial e igualdade racial, em órgãos nacionais e internacionais, incluindo o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR; a Associação de Investigadores Negros da América Latina e Caribe – AINALC; o Conselho Nacional de Educação – CNE; a Comissão de Acompanhamento da Lei de Cotas/MEC; Adami Advogados

para ações junto ao STF; Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR); o World Education Research Association – WERA; e o GT criado pelo Ministério Público do Trabalho para elaborar o Pacto pela Inclusão de Jovens Negros no Mercado de Trabalho.

Assim, a ABPN tem produzido um conhecimento engajado e se posicionado de forma contundente diante das questões que envolvem a população negra, atuando contra a violação de direitos, mas também lutando por políticas públicas que promovam a igualdade racial, com destaque para o protagonismo diante do debate nacional em torno das ações afirmativas.

A ABPN possui doze áreas científicas, todas perpassadas pela temática étnico-racial, o que tem um potencial importante para a ocupação/ a expansão em outras áreas, para além das ciências humanas e sociais. O que ainda é um gargalo das ações afirmativas, a baixa ocupação de negras(os) em áreas de maior prestígio social, e uma maior resistência para pesquisas que contemplem a questão racial.

O Consórcio de NEABs, nesse mesmo movimento, constitui-se vinculado à ABPN, nesta conjuntura de ampliação de acadêmicas(os) negras(os) vinculadas(os) aos movimentos sociais. De acordo com Wilson Mattos e Eugênia Portela de Siqueira Marques (2016, p. 5), o CONNEABs “proporciona uma integração de experiências e saberes que se constroem no cotidiano de cada Núcleo”.

O CONNEAB foi concretizado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), no Maranhão, com o objetivo principal de desenvolver ações através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de caráter interinstitucional e multidisciplinar voltadas para a avaliação e acompanhamento da implementação do Parecer CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE 001/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Relações Étnico-Raciais e Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, dentre outros. (FERNANDES, 2014, p. 203).

Ainda que seja parte da ABPN, o CONNEABs possui um perfil mais restrito de sujeitos partícipes. São coordenadores e membros de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. A coordenação do Consórcio é composta por dois coordenadores gerais, além de dois membros por coordenação regional — norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.

§ 1º - Faz-se saber que o CONNEABs é um grupo de saberes na medida em que congrega um conjunto de conhecimentos específicos: acadêmicos e tradicionais, originado em um locus específico e com uma finalidade pontual, por meio de ações de pesquisa, ensino e extensão, desenvolver políticas de promoção de igualdade e desenvolvimento das populações negras e (se for o caso) indígenas. (ABPN; CONNEABs, 2017, p. 02-03).

O CONNEABs possui um grupo através do aplicativo WhatsApp, como uma forma de diálogo direta e rápida entre seus membros. Temáticas recorrentes no grupo estão voltadas à implementação das ações afirmativas nas universidades, bancas de heteroidentificação e expressões do racismo na sociedade, especialmente à violência policial contra a população negra.

Assim, a ABPN e o CONNEABs exercem um papel protagonista na luta antirracista, tanto no espaço acadêmico quanto fora dele. Essas instituições são, para Otair Fernandes (2014, p.199), “exemplos concretos da atuação organizada desses intelectuais enquanto sujeitos coletivos”.

Destarte, ficam em evidência as potencialidades de um campo fértil para o aumento e o incremento dos NEABs nas universidades públicas, privadas e institutos federais. Esses movimentos irão tencionar as legislações, em que há um reconhecimento desses Núcleos enquanto espaços de produção de conhecimento e de capacitação sobre as relações étnico-raciais. Ao mesmo tempo em que a presença de intelectuais negras(os) nestes espaços de poder também provoca para que ocorra uma legitimação destes Núcleos. Citemos a Resolução CNE/CP nº 01, de junho de 2004, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; a Resolução nº 14, de 28 de abril de 2008, do Fundo Nacional de Educação, que

Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO). (BRASIL, 2008).

Também o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, em suas versões de 2009 e 2013.

Fica em evidência que a ampliação dos NEABs, NEABIs e grupos correlatos, nos últimos anos, está localizada em um contexto de organização e de lutas da intelectualidade negra, exigindo uma universidade plural e popular, que não seja mais negligente e promotora de apropriação e apagamento dos conhecimentos ancestrais negros. O próximo tópico dedica-se a trazer informações sobre os Núcleos partícipes da pesquisa.

3.3 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS EM ANÁLISE

De acordo com o site do CONNEABs, temos, atualmente, 157 NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos cadastrados²². Por região do país, são 19 na região norte, 40 na região nordeste, 22 na região centro-oeste, 40 na região sudeste e 36 na região sul (ABPN, 2021). Foram encontradas duplicidades de Núcleos, assim, há alguma divergência entre os números aqui apresentados e o número total de Núcleos na página do Consórcio.

Dos 19 Núcleos da região norte, 10 se localizam em universidades federais, 02 em universidades estaduais e 07 em institutos federais. Na região nordeste, são 13 em universidades federais, 07 em universidades estaduais e 20 em institutos federais. Na região centro-oeste, são 09 em universidades federais, 03 em universidades estaduais, 08 em institutos federais, 01 em universidade particular e 01 em outros. Na região sudeste, são 15 em universidades federais, 08 em universidades estaduais, 10 em institutos federais, 02 em universidades particulares e 05 em outros. Na região sul, foram identificados 14 em universidades federais, 06 em universidades estaduais, 10 em institutos federais, 06 em universidade particular.

Os NEABs dos quais fazem parte as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) deste trabalho são: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto; Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais; Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo; e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. Seguimos com algumas informações mais gerais e introdutórias sobre os Núcleos.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto, de acordo com Adilson Pereira dos Santos e Kassandra Muniz, ambos membros do Núcleo, foi criado oficialmente em 2012, mas já desenvolvia atividades desde 2008. “Com a expansão das matrículas e a conseqüente admissão de novos professores, estudiosos do tema têm chegado à UFOP ampliando a massa crítica que pesquisa o assunto” (SANTOS, MUNIZ, 2014, p. 148).

Nesse contexto de 2014, são citados grupos de pesquisas, Ciclos de Conferências, curso de Especialização UNIAFRO, a participação no PIBID, projetos de extensão, que possibilitam uma maior proximidade com a comunidade, e a realização de um congresso de abrangência

²² Em 27 de maio de 2019, foram contabilizados 126 NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos.

nacional, já em sua terceira edição, o “Pensando Áfricas e suas Diásporas” (SANTOS, MUNIZ, 2014).

O surgimento do Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais, de acordo com Nilma Lino Gomes, então coordenadora do programa, e as então bolsistas de extensão, Fernanda Silva de Oliveira e Shirley Pereira Raimundo (2004), está associado à aprovação no “Concurso Nacional Cor no Ensino Superior”, do “Programa Políticas da Cor”, do “Laboratório de Políticas Públicas da UERJ” e apoio da Fundação Ford. Suas atividades se iniciam em agosto de 2002. Uma série de atividades, tais como, seminários, cursos, oficinas e ciclos de debates são desenvolvidas, a partir dos objetivos abaixo:

a construção de estratégias de intervenção com vistas a reduzir os ditos efeitos e a promover a permanência bem-sucedida de estudantes negros/as e pobres nos diversos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais; a entrada na pós-graduação e a ampliação da compreensão da questão racial na sociedade brasileira, a partir de uma proposta pedagógica voltada para valorização da cultura negra. (GOMES, OLIVEIRA, RAIMUNDO, 2004, p. 2).

O artigo “Processos formativos e as contribuições dos NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UFES E DA UFRRJ”, do Ahyas Siss, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto e Otair Fernandes de Oliveira traz informações sobre o NEAB da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO – NEAB da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2006. Sua institucionalização e consolidação no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ garantiram a continuidade do desenvolvimento de pesquisas voltadas para a produção e divulgação de conhecimentos acadêmicos e de intervenção, principalmente nos processos de formação inicial e continuada de professores da Baixada Fluminense em uma perspectiva inter/multicultural, nas modalidades presencial e à distância. (SISS, BARRETO, OLIVEIRA, 2013, p. 7).

Os autores localizam o LEAFRO no âmbito mais geral do CONNEABs e ressaltam que tem atuação voltada para a política de ações afirmativas, pelo ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena, na produção de conhecimentos na área das relações étnico-raciais, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo inicia suas mobilizações em 1998, mas é reconhecido e institucionalizado apenas em 2006, tendo como objetivo geral “se constituir como um centro de referência que articule e promova atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo de estudos Afro-Brasileiros” (SISS, BARRETO, OLIVEIRA, 2013, p. 7). A produção de conhecimento também tem centralidade para o NEAB da UFES, na medida em que, visa, ainda, “produzir conhecimentos referentes ao campo de estudos; difundir conhecimentos produzidos na área de estudos; promover intercâmbio de informações; constituir fórum de articulação e discussão das ações desenvolvidas na UFES sobre África e africanidades no Brasil” (SISS, BARRETO, OLIVEIRA, 2013, p. 7).

Por fim, O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, que de acordo com o site, foi criado em 1991, por professores, técnicos, estudantes da universidade, e também militantes do Movimento Negro de São Carlos. Os objetivos do NEAB/UFSCar são:

Realizar estudos cujos resultados possam ser aplicados na formulação e execução de políticas públicas de promoção da equidade racial; estudar e divulgar a realidade dos descendentes de africanos na sociedade brasileira; analisar as relações inter-pessoais, culturais, sociais, econômicas mantidas pelos descendentes de africanos com outros grupos étnico-culturais com que convivem, com vistas a criar mecanismos de combate ao racismo e as discriminações; registrar a memória social afro-brasileira; promover a formação de professores, agentes comunitários e outros educadores, para que promovam atitudes de respeito às culturas dos grupos de diferentes etnias e classes sociais presentes na escola, bem como organizem programas e materiais de ensino que visem ao diálogo entre estas culturas e que a escola tem por meta transmitir (UFSCar, 2021).

São informações que possibilitam uma breve contextualização dos Núcleos, envolvidos nesta pesquisa, através das(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) desta tese. Como trata-se de informações que não foram levantadas nas entrevistas, buscamos publicações que se dedicassem aos Núcleos em foco. Seguimos, indagando os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.

3.4 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A DIVERSIDADE QUE ARRANHA A DINÂMICA UNIVERSITÁRIA

Os NEABs são espaços majoritariamente negros engendrados pela intelectualidade negra no âmbito das universidades e outras instituições de ensino. São um encontro, que se faz no ambiente acadêmico, com o intuito de enegrecer a produção de conhecimento, de ser um espaço de referência para intelectuais negras(os) e não negras(os) nas universidades, que tematizam a questão étnico-racial e se dedicam às lutas antirracistas, de ser um encontro acadêmico, político e afetivo.

A polissemia desses Núcleos fica em evidência nas próprias denominações dos NEABs e na forma como esses se inserem na dinâmica institucional. São Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, e outros grupos correlatos, como Laboratórios, Programas, Grupos, Centros, Observatórios, Redes e Órgãos.

A relação NEABs e institucionalização também é diversa e complexa. NEABs que nascem institucionalizados, seja com a denominação NEAB ou com outros nomes e outras formas de se inserirem na dinâmica institucional. Também é frequente a institucionalização após um tempo de existência do Núcleo, e ainda há NEABs que existem, resistem, mas ainda não são reconhecidos institucionalmente.

Moisés Santana e Wilma Coelho (2014) abordam a não institucionalização de muitos NEABs, dizem da importância de reverter este quadro, de forma a atingir legitimidade institucional e avançar nas pautas de erradicação do racismo e da discriminação racial. De acordo com a(o) autora(or), a institucionalização:

Em primeiro lugar, ela garante existência jurídica aos Núcleos, corroborando sua ligação com os espaços institucionais em que se inserem. Em segundo lugar, ela representa o reconhecimento das mesmas instituições nas demandas incorporadas pelos NEABs. Em terceiro lugar, ela faculta a ação política dos grupos a partir de sua caracterização como instâncias oficiais, garantindo a legitimidade de demandas por espaço físico, equipamentos, pessoal especializado etc. (SANTANA, COELHO, 2014, p. 7).

Se concordamos com a afirmativa de Santana e Coelho (2014), também não desconsideramos as reflexões de Ahyas Siss (ENTREVISTA 05), ao dizer dos limites da institucionalização, na medida em que traz consigo exigências de enquadramento na dinâmica organizacional. Nas falas de Patrícia Andrade (ENTREVISTA 07), também é recorrente o incômodo diante de tantas potencialidades que são minadas pela forma como a universidade

está organizada. Nesse sentido, se a institucionalização permite acessos, a não institucionalização permite uma maior autonomia.

Shirley Miranda e outras/os autoras/es (2018), ao identificarem uma variabilidade significativa em torno da institucionalização dos NEABs, uma vez que, em alguns casos, os Núcleos sequer são considerados nos meios de divulgação das instituições de ensino, subvertem as reflexões em torno destas informações: “A multiplicidade de vínculos é indício de que as estratégias de constituição dos NEABs e grupos correlatos decorrem de circunstâncias particulares de cada instituição” (MIRANDA et al., 2018, p. 629).

A polissemia em torno dos NEABs passa por inúmeros fatores. Ela diz da própria trajetória desses Núcleos, da inserção da intelectualidade negra (e não negra aliada) nesses espaços, e se explica a partir de estratégias desenvolvidas no ambiente institucional — seja para se inserirem no organograma da universidade, para conseguirem recursos, a partir de demandas específicas do coletivo institucional, seja por seguirem sua própria dinâmica —, sem se interessarem pelo enquadramento institucional.

A complexidade da luta política no interior das instituições possibilitou esse mosaico de denominações, mas que também faz a força política desses Núcleos, seja institucionalmente, seja em âmbito nacional, em uma perspectiva de organização mais coletiva.

Esses Núcleos estão presentes em universidades federais, estaduais, privadas, institutos federais, escolas técnicas, colégios, entre outros, ainda que a maioria esteja presente nas universidades, até mesmo pela dinâmica dos próprios Núcleos. Quanto aos institutos federais, esses já nascem com a denominação de NEABs, a partir das demandas geradas pelas Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008. Ressaltamos essa presença de Núcleos para além das universidades, como um movimento necessário de fortalecimento do debate étnico-racial também no ensino médio.

Os NEABs não seguem uma mesma dinâmica nacional, conforme já demonstrado, e, muitas vezes, não seguem a própria lógica das instituições nas quais estão inseridos. Vinculados a reitorias, pró-reitorias, institutos, departamentos ou cursos, para além de garantir a existência, buscam estratégias para desequilibrar as relações de poder universitárias. A presença dos Núcleos atravessa os espaços decisórios, assim como as lógicas das disciplinas, dos currículos, dos departamentos, da pesquisa, da extensão.

Os NEABs provocam diferentes tensões e deslocamentos no interior da universidade: no diálogo estabelecido com a comunidade externa, especialmente quando essa comunidade ocupa o espaço universitário; no questionamento da dinâmica vertical universitária; no questionamento da meritocracia; nas subversões da lógica universitária; no questionamento das

produções eurocêntricas e subalternizantes da população negra; e na própria presença dos corpos negros, com o que esses corpos trazem de seus ancestrais e tudo que representam.

Ao mesmo tempo em que estão inseridos na dinâmica institucional, os NEABs a subvertem, seja como estratégia de sobrevivência e fortalecimento, seja com o intuito de provocar deslocamentos na estrutura universitária eurocêntrica, hierárquica, enquadrada, com seus órgãos colegiados, estatutos e regimentos que privilegiam a hierarquia do professor e a lógica meritocrática excludente, descontextualizada da realidade social do país.

Os ataques constantes aliados a um processo de precarização das universidades públicas, insere os NEABs em desafios que vão para além da dimensão racial. A “universidade operacional”, questionada por Marilena Chauí (2018, p. 185-186), traz uma lógica produtivista, com o “aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc.”. Nesse contexto, com a chegada de estudantes e professoras(es) negras(os) nas universidades, há desafios que pairam em torno da chegada e sobrevivência desses corpos nas universidades, mas há também uma luta pelo fortalecimento da universidade e seu caráter público e democrático. Nesse caso, um público que de fato, esteja voltado para as necessidades sociais da sociedade brasileira.

Outro aspecto a ser tratado é, se há um evidente protagonismo da intelectualidade negra nos NEABs, não devemos deixar de considerar, ainda, a presença de intelectuais brancas(os) antirracistas nesses espaços, pois, são sujeitos políticos importantes na luta de combate ao racismo e não devem ser inviabilizados. Os estudos de branquitude são importantes para pensarmos o papel da intelectualidade branca nesses Núcleos.

A tese de doutorado de Ana Amélia de Paula Laborne (2014), intitulada **Branquitude em foco**: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil, é importante nesta problematização que envolve a presença de intelectuais não negras(os) nos NEABs, tendo em vista que as(os) partícipes da pesquisa foram indicadas(os) por NEABs do Brasil enquanto pesquisadoras(es) brancas(os) de referência nos estudos das relações étnico-raciais.

A pesquisadora reconhece tensões e conflitos que envolvem o fato de serem socialmente brancas(os) e pesquisarem relações raciais. Identifica identidades múltiplas e diversas, mas que apontam para questionamentos em torno dos privilégios simbólicos e materiais brancos, e a necessidade de ressignificarem suas identidades raciais.

Bas’llele Malomalo (2017) afirma que, nos estudos de branquitude, há um reconhecimento de que a branquitude é uma identidade racial plural, e que há um esforço em

diferenciar as(os) brancas(os) racistas e antirracistas. Cabendo a estes se reconhecerem enquanto brancas(os), renunciarem aos seus privilégios e aderirem à luta antirracista, ainda que este não seja um movimento individual, e, conseqüentemente, o sujeito não deixe de usufruir indiretamente ao privilégio branco.

O retrato da branquitude antirracista, do ponto de vista da epistemologia da macumba, significa uma postura epistemológica, política, estética e ética dos/as brancos/as em diálogo com a perspectiva negra. O diálogo intercultural e inter-racial aqui sugerido significa o estabelecimento de compromissos para se tornar defensores/as dos direitos de negros/as e aliados/as na luta contra o racismo, sem, com isso, virar protagonista da luta dos/as negros/as, e sem ser paternalista. É, pelo contrário, parafraseando Muniz Sodré, descobrir “a verdade seduzida” da cultura negra e da macumba; a sua gramática que tenciona para a humanização cósmica. (MALOMALO, 2017, p. 273).

Denise Carreira (2018), que se afirma “mulher branca, feminista, educadora, pesquisadora e ativista que busca se construir há muitos anos como um sujeito antirracista” (p.128), também trata sobre o papel do sujeito branco na luta antirracista, colocando a importância da desconstrução do privilégio branco, e enfrentamento do racismo, que deve ocorrer com os movimentos negros, indígenas e outros grupos discriminados.

Por fim, vale dizer que a transformação almejada exige, sobretudo, uma disposição para que as pessoas brancas se coloquem ativamente como aprendizes nessa reconstrução das relações raciais, enfrentando o desconforto, o medo, o desconhecimento; reeducando olhares e escutas; refletindo e avaliando suas ações em diálogo com pessoas negras e indígenas; desconstruindo a produção de privilégios, das discriminações e das violências no cotidiano e nas instituições e se abrindo para descobrir tudo aquilo que perdemos aos longo de séculos e atualmente — como seres humanos — ao negar o reconhecimento da dignidade, dos conhecimentos, da história, das culturas e dos valores civilizatórios dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. (CARREIRA, 2018, p. 135).

Parece evidente que os estudos de Laborne (2014), Malomalo (2017) e Carreira (2018), assim como outras referências na área, Maria Aparecida da Silva Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2017) nos permitem pensar a importância das(os) brancas(os) nos NEABs enquanto sujeitos aliados na luta antirracista, que renunciam a seus privilégios e lutam coletivamente com

pessoas negras no combate ao racismo, na universidade e fora dela. Esse debate é necessário no âmbito dos NEABs, para que a presença de pessoas brancas seja um somatório de forças²³.

Outra reflexão importante para compreensão desses espaços negros, especialmente nas universidades, mas também em outras instituições de ensino e até mesmo fora dela, trata-se das diferentes formas e momentos em que os NEABs se constituíram, nos indicando, mais uma vez, um caminho que se mistura aos Movimentos Negros e a realidade social da população negra no Brasil. Fica, em evidência, o que foi ressaltado em algumas entrevistas, de que a criação e trajetória desses Núcleos se relacionam à dimensão histórico temporal.

O primeiro Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, vinculado às Instituições de Ensino Superior, foi criado na Universidade Federal da Bahia, em 1959, o Centro de Estudos Afro-Orientais. Posteriormente, outras IES passaram a privilegiar a sigla NEAB. Os NEABs, incluindo a temática indígena, ganham mais força a partir das Leis nº 10639/2003 e nº 11645/08, ao incluírem as temáticas afro-brasileiras e indígenas no ensino (UNIPAMPA, 2022).

Alex Ratts (2009) traz outros Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que surgiram nos anos 1980 e 1990 e foram, em maioria, criados por ativistas negros(as) acadêmicos(as). O resgate dessa memória de resistência é extremamente relevante para a população negra: “[Centro de Estudos Afro-brasileiros] CEAB/ [Universidade Católica de Goiás] UCG (1983), NEAB/ [Universidade Federal de Alagoas] UFAL (1983), NEAB/ [Universidade Federal do Maranhão] UFMA (1985), NEN/ [Universidade Federal de Santa Catarina] UFSC (1986), PENESB/ [Universidade Federal Fluminense] UFF (1995), NEAB/ [Universidade Federal de – São Carlos] UFSCar (1995), e NEAB/ [Universidade do Estado de Santa Catarina] UDESC (1995)” (RATTS, 2009, p.6-7).

Otair Fernandes (2014) também associa o crescimento dos NEABs ao contexto mais amplo de articulação política e de reivindicações por ações afirmativas por parte de ativistas negros. Em que a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995, merece destaque, por ser um momento ímpar de articulação política do Movimento Negro, ressignificando a luta antirracista no Brasil.

²³ Ressaltamos, ainda, a relevância das diferentes pesquisas de autoras(es) brancas(os) que indagam a branquitude. Conforme Lia Vainer Schucman (2014), em “Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana”, há poucos estudos sobre branquitude, na medida em que brancas(os) não se consideram sujeitos racializados, contribuindo para (re)produção do padrão normativo branco e manutenção de privilégios. Em pesquisa realizada sobre branquitude, na cidade de São Paulo, Schucman (2014) relata como as(os) entrevistadas(os) se sentiram à vontade para afirmar a superioridade branca em padrões estéticos, morais e intelectuais. No livro **Aqui ninguém é branco**, Liv Sovik (2009), questiona os silenciamentos de privilégios e hierarquias em torno da branquitude brasileira, que se utiliza de subterfúgios como o do “afeto inter-racial, o da identificação com o popular e o da grande família brasileira” (p. 16).

De uma maneira mais geral, os Neabs ganharam forma e força pós Marcha 1995 no contexto das reivindicações do Movimento Negro Brasileiro por ações afirmativas, numa conjuntura onde ativistas negros em diferentes espaços institucionais, entre os quais se destacam as universidades públicas e órgãos do governo federal, empreenderam movimentos distintos, porém complementares, no combate ao racismo e à discriminação racial. (FERNANDES, 2014, p. 199).

Assim, fica em evidência que a própria conjuntura revela novas exigências aos NEABs. A constituição dos Núcleos no contexto universitário em período anterior e inicial de implementação das ações afirmativas, momento ainda mais hostil para pesquisadoras(es) negras(os), exigia outras estratégias de (re)existência. O relato de Ahyas Siss (ENTREVISTA 05), que foi protagonista na construção do LEAFRO em 2006, é importante para esta reflexão:

Para mim o NEAB no início era um local de guerrilha, onde aqueles pesquisadores pretos se juntavam e diziam, “Olha, a universidade é branca, racista, vamos bater, vamos mostrar que estamos aqui, vamos mostrar que existe produção de conhecimento por intelectuais negros e vamos forçar a universidade a pensar sobre isso. (...) além dessa produção, que nós fossemos reconhecidos pelas universidades, pelas faculdades, pelos centros universitários, como atores intelectuais e políticos, demandar políticas de inserção, de integração(...)”. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), uma das fundadoras do NEAB da UFSCar, em 1991²⁴, relata que este Núcleo surge a partir de uma mobilização anterior de um grupo de Congada que se reunia na universidade aos domingos, pela manhã. Além da dança, muitos utilizavam aquele encontro para estudar. Foi a partir daquela experiência que o NEAB foi criado. É interessante pensar a riqueza desse processo constitutivo, que nasce de fora para dentro da universidade, em diálogo com a comunidade negra.

Sobre o Programa Ações Afirmativas da UFMG, que inicia suas atividades em 2002, Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03) também associa a constituição do Núcleo ao cenário e as demandas pela presença da população negra nas universidades. Afirma que o Ações surge como um “programa de fomento a presença da população negra na graduação, então o Ações vai se construindo Núcleo de pesquisa depois”.

Ao sinalizar para um outro momento, de políticas de ações afirmativas, Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03) aponta para o surgimento de muitos NEABs, “influenciados pelos editais do UNIAFRO, como um espaço de pesquisa e produção acadêmica

²⁴ Utilizamos a data disponível em NEAB/UFScar (2021), que diverge da apresentada por Ratts (2009).

sobre relações raciais, na esteira da lei”. Os editais²⁵ foram importantes tanto no surgimento quanto no fortalecimento dos Núcleos já existentes, como nos diz Muniz.

Quando vêm as políticas do governo Lula, principalmente, políticas como UNIAFRO, voltados para Educação Quilombola, quando esses editais vêm, o resultado foi de fortalecimento dos Núcleos. Esses editais acabam colocando os Núcleos num lugar de visibilidade, que nos ajudou muito, em termos de tudo, da infraestrutura, das possibilidades, aí depois que você tem também o programa Abdias do Nascimento (...). (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A partir de um reconhecimento e até institucionalização de muitos NEABs, por parte das universidades, novas questões são postas. Ahyas Siss (ENTREVISTA 05) relata que, no Rio de Janeiro, era forte o discurso no Sindicato dos Professores, de que era preciso estar dentro do Estado, para mudá-lo. Entretanto, para Siss, “mera ilusão, você entra, você é assimilado, você entra na lógica do estado, ou seja, você é mais um incorporado. Com os NEABs, alguns deles, aconteceu exatamente isso”.

A problematização que o entrevistado traz exige reflexões profundas da intelectualidade negra e de outros grupos progressistas da sociedade, tendo em vista que essa discussão extrapola o nível dos NEABs. Não se trata de não haver possibilidades de resistência e deslocamentos, mas nos coloca a interrogação, sobre quais estratégias de luta temos a possibilidade de adotar em espaços institucionalizados, enquanto funcionários públicos que devem responder a uma série de legislações. Somado a um, cada vez maior, e constante estado de vigilância de grupos reacionários de extrema direita.

Sobre esses momentos de constituição dos NEABs, ressaltamos, por fim, que Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) afirma o quanto os NEABs se expandiram para outras instituições de ensino, para além das universidades. Estão hoje em faculdades particulares, no Ensino médio, como no Colégio Pedro II, no DEGASE no Rio de Janeiro, que é ligado ao sistema prisional, o que coloca outras demandas para estes Núcleos, para além das fronteiras acadêmicas, do doutor.

²⁵ Por meio da Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008, o Ministério da Educação estabeleceu critérios para assistência financeira às instituições de educação superior com o objetivo de fomentar ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica e para a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro). Os cursos de formação inicial e continuada, assim como os materiais didáticos, visam à implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à promoção do estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de educação básica no Brasil. (BRASIL, 2022).

Essas reflexões em torno dos NEABs nos permitem pensar a construção de uma rede complexa de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e seus grupos correlatos, que se fortalece pela diversidade de denominações, pelo período em que foram criados, pelos sujeitos que os compõem, pelas formas como se inserem e se organizam nas instituições (ainda que o foco deste trabalho esteja no âmbito das universidades públicas). Mobiliza-nos, então, compreender o que particulariza os NEABs através das suas organizações e práticas.

3.5 NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: ESPAÇOS DE ENCONTRO INTELECTUAL, POLÍTICO E AFETIVO

As questões que perpassam os NEABs nos instigam a pensar o que os particulariza de outros Núcleos no interior das universidades. Sem a pretensão de esgotar este debate e sem desconsiderar a multiplicidade de NEABs, NEABIs e seus grupos correlatos, bem como a multiplicidade de outros Núcleos e as formas como estes outros surgem e se organizam. O que é *sui generis* aos NEABs, de acordo com as entrevistas e as produções da área, será destacado a partir de quatro eixos orientadores: a luta política de combate ao racismo; a produção de conhecimento antirracista; os NEABs enquanto espaços de encontro, de acolhimento e de solidariedade; e a efetivação dos vínculos com a comunidade acadêmica e externa.

3.5.1 Luta política de combate ao racismo

A luta política de combate ao racismo é uma dimensão frequentemente citada no decorrer das entrevistas, tanto em aspectos mais gerais, de uma sociedade fundada em bases racistas e que reverbera nas instituições, quanto a partir de situações racistas mais explícitas que ocorrem nas universidades e, até mesmo, para além das instituições. A própria compreensão de Marta Mariano Alves (2017) sobre os NEABs está sedimentada na luta política e ideológica de combate ao racismo. É interessante notar que essa luta vai além das universidades, pensando a organização racista da sociedade brasileira.

Dessa forma, observa-se que o NEAB tem em si, como elemento intrínseco, o potencial de compor as forças contra hegemônicas em um processo de luta que envolve representações, o simbólico e a semântica que permeiam questões étnico raciais. Uma luta contra as consequências sociais, psicológicas, econômicas e jurídicas do racismo, que exclui uma parcela da população de direitos considerados constitucionais e humanos. (ALVES, 2017, p. 114).

Nesse mesmo sentido, a luta ideológica contra o racismo como o aspecto que diferencia os NEABs dos demais Núcleos de ensino, pesquisa e extensão, que existem nas universidades é ressaltada por Siss, Barreto e Oliveira (2013, p. 10): “Os trabalhos desenvolvidos pelos NEABs nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão no interior das universidades por todo o país os distinguem dos demais espaços e os caracterizam como sujeitos ativos e coletivos no contexto da luta ideológica contra o racismo”.

São Núcleos que surgem através de uma mobilização de indivíduos, mas que é, antes de tudo, coletiva, diante da necessária articulação pelo combate ao racismo. Ainda que traga essa potencialidade do coletivo, Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) não deixa de considerar que os NEABs são espaços ainda muito acadêmicos, mas encontram-se, para além dos muros universitários, “os instrumentos e armas para combater esta racionalidade epistêmica ocidental da ciência moderna”.

Então, como a gente traduz este espaço para os nossos interesses? Para nossa luta? Para transformar? Só há um sentido de a gente conquistar o poder – poder transformar. Reproduzir isto que está aí não faz sentido. Só faz sentido ter a negrada lá se for para transformar, então, isso está inerente aos NEABs. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

O fato de ser um Núcleo não apenas de pesquisa, mas também político, e não se enquadrar nas normas universitárias, não deixa de provocar desafios, na medida em que é constante o tensionamento para a universidade compreender suas reais possibilidades. Patrícia Andrade (ENTREVISTA 07) relata que o NEAB da UFES poderia ter um papel mais protagonista na universidade, o que não ocorre por desconhecimento institucional e pelos poucos recursos humanos e materiais.

Ainda que diante de muitos limites, os NEABs têm sido espaços de ativismo negro na universidade e têm provocado muitos deslocamentos.

Os NEABs, na verdade, eles se constituem como um produto desse ativismo negro dentro da universidade. E que conseguiu pautar a temática racial no sentido de rever o currículo, de rever procedimentos, de rever o acesso e a permanência de negros, de rever, do ponto de vista crítico e no ponto de vista político, o acesso e a permanência de negros dentro da universidade. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

A luta política de combate ao racismo acaba por ter uma centralidade importante nos NEABs, tendo em vista que, quando se tem um compromisso de fato com a questão racial, e não apenas com as pesquisas, publicações e outras demandas do mundo do Currículo lattes, a

intervenção prática na realidade social torna-se inerente à dinâmica institucional dos Núcleos. Essa dimensão política não se faz desassociada da produção de conhecimento antirracista.

3.5.2 Produção de conhecimento antirracista

Ressaltamos os NEABs enquanto espaços centrais que contrapõem a uma inviabilização e invisibilização da produção de conhecimento da intelectualidade negra. Quando Henrique Cunha (2012) relata os avanços nas pesquisas desenvolvidas pela intelectual negra Beatriz Nascimento sobre os quilombos e a forma como a Universidade de São Paulo rejeitou suas pesquisas e a estigmatizou de desequilibrada mental, levando-a a desistir do mestrado, é um exemplo de que desqualificar conhecimentos contestatórios foi uma estratégia importante de expurgar corpos negros e manter a hegemonia na produção de conhecimentos. Foi o Movimento Negro que reconheceu as potencialidades do seu trabalho, sendo através da União dos Coletivos Pan-Africanistas que, em 2018, ocorreu o lançamento de uma importante coletânea da sua obra.

Os NEABs, de forma articulada à ABPN, organizam-se para reverter esse quadro, para garantir a sobrevivência de negras(os) e viabilizar a produção negra de conhecimento na universidade. Shirley Miranda e outras(o) autoras/es (2018) reafirmam o protagonismo dos NEABs e grupos correlatos na construção de saberes em torno da discussão racial, saberes esses que buscam uma inflexão epistemológica que questiona a construção de conhecimentos eurocêntricos em torno da raça.

Apontam, ainda, para uma contribuição significativa dos NEABs e grupos correlatos na contraposição ao que Carvalho chama de “confinamento racial no ensino superior” da intelectualidade negra, na medida em que reúne estes sujeitos e reivindicam outros saberes e criam disputas em torno de interpretações da sociedade brasileira e como o racismo opera.

Os NEABs representam avanços diante da “sociologia branca”, devidamente criticada por Clovis Moura (1988), que se apresentava deslocada da realidade do negro brasileiro.

A sociologia do negro é, por estas razões, mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca. E quando escrevemos branca não queremos dizer que o autor é negro, branco, mulato, mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco que é aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira. (MOURA, 1988, p. 9).

Tais críticas só reforçam a potencialidade da produção teórica de intelectuais negras e negros, nas últimas décadas, que vem contrapondo a produção de conhecimento referenciada na branquitude, especialmente quando localizamos enquanto uma produção coletiva, contra hegemônica, subversiva, contestadora, potencializada no âmbito dos NEABs.

Nesse mesmo sentido, Luiz Gustavo Santos da Silva (2019) ressalta o caráter antirracista presente nas produções da ABPN e dos NEABs, ao mesmo tempo que nos alerta para uma “polifonia que os constitui, nos fazendo perceber as múltiplas vozes, desconstruindo a ilusão de unidade que se apresenta nos enunciados” (SILVA, 2019, p.30). Retomaremos essa discussão no capítulo cinco desta tese, mas, se não há uma homogeneidade na forma de pensar a realidade social, e é importante que assim seja, há um fio condutor que é antirracista. A pluralidade teórica progressista e antirracista é necessária para formação desta forte rede nacional de intelectuais negras(os), que se conectam através dos NEABs.

Durante a entrevista, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06) conta sobre os desafios de um tempo em que eram três professoras(es) negras(os) na UFSCAR, aponta para os tensionamentos na produção de conhecimento, nos deslocamentos que esses profissionais causaram e causam, ao desenvolverem e orientarem pesquisas com temáticas marginalizadas pela universidade.

Nós éramos três professores negros na universidade, o Valter, a Lúcia e eu, na universidade inteira, então, para os alunos também era uma possibilidade de reconhecimento. Uma coisa interessante no início, é que qualquer problema que o povo tinha, nos procuravam. Eu lembro uma vez, veio uma estudante e me disse: “Professora, eu quero fazer pesquisa sobre AIDS, me disseram então que eu procurasse a senhora”. Eu disse “Graças a Deus que eu já tenho outra professora que vai cuidar disso, que é a professora Waldenez”, porque assim, tudo que era diferente a gente recebia. Por exemplo, no início do mestrado em Educação, eu orientei, não aqui, médico eu orientei na PUC do Rio Grande do Sul, mas aqui, fonoaudiólogo, fisioterapeuta. (Petronilha Beatriz Gonçalves SILVA – ENTREVISTA 06).

O relato de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva demonstra que a produção de conhecimento dos NEABs se insere em um complexo, e muitas vezes implícito, jogo de poderes nas universidades, reafirma a ginga que fratura a ciência hegemônica e provoca o acolhimento aos que são marginalizados por romperem com os paradigmas das áreas. Os NEABs são, ainda, espaços de afetividades.

3.5.3 Espaços de encontro, acolhimento e solidariedade

O NEAB enquanto espaço de encontro, de acolhimento e de solidariedade para estudantes e professoras(es) negras(os), aparece como um diferencial necessário, em diferentes momentos das entrevistas, na medida em que estamos dizendo de sujeitos negros em universidades dominadas pela branquitude. Essa dimensão nos remete aos traumas causados pela experiência colonial e suas consequências que ainda persistem, como o corpo negro enquanto a antípoda da beleza, do intelectualismo, do poder, da civilização, e o lugar social historicamente ocupado pelas pessoas negras. Saber como é opressor e, muitas vezes, doloroso ocupar espaços hegemonicamente brancos pode motivar o acolher e o desejar ser acolhido.

Foi e tem sido o espaço para agregar jovens estudantes e professores, que chegam interessados na temática. (...) Então, o NEABI tem sido este espaço de acolhimento e que, efetivamente, pode pautar, com certa legitimidade esta temática, a partir do acolhimento também de professores que trazem estas experiências e estas temáticas. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

O NEAB enquanto um espaço de encontro negro e de afetividade, tão ressaltado nas entrevistas, ganha em significado a partir do que Vilma Piedade chama de dororidade, conceito constituído a partir do conceito de sororidade — que diz da empatia e companheirismo entre mulheres —, mas que ganha novos sentidos a partir das mulheres negras.

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. (PIEDADE, 2017, p. 16).

Um lugar-ausência provocado pelo Racismo, descrito por Piedade (2017), é justamente o que é descrito no interior das universidades brasileiras no que diz respeito a corpos não brancos, somente aceitos e tolerados em serviços subalternizados pela sociedade capitalista. Trata-se de um acolher pela experiência individual e coletiva do racismo.

A relação com as estudantes negras é descrita de forma intensa por Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01), em que a trajetória dela vai se confundindo com a das estudantes, incluindo também estudantes brancas que a procuram, e formam um sustentáculo para professoras negras.

De forma distinta das outras entrevistas, a professora Patrícia Gomes Rufino Andrade (ENTREVISTA 07) relata um certo distanciamento do NEAB com as(os) estudantes. Mesmo fazendo muitas coisas, o Núcleo do qual ela participa não consegue estar tão próximo, principalmente, segundo ela, pela infraestrutura, que é muito pequena e básica, e por falta de possibilidades internas.

O “abrir caminhos” é outro enfoque relatado em todas as entrevistas, apresentando-se como um diferencial dos NEABs em relação a outros Núcleos universitários. Sobre o Programa Ações Afirmativas, Rodrigo Ednilson de Jesus afirma que:

O Ações enfrentou um desafio, que o Observatório não enfrentou inicialmente, que era abrir caminhos para um número de pessoas estarem na universidade, então se for pensar nesses termos, foi uma missão super bem sucedida, e se a gente for quantificar o número de cursos, de formações de professores, como a gente é muito engajado na transformação, as vezes a gente não dá conta de fazer um balanço do que a gente fez, então a gente está mirando lá na frente, sempre o que falta fazer e isso gera uma angústia, mas eu acho que tanto a apropriação de referenciais teóricos, que falem sobre si, sobre sua população, é estratégico para permanência desses estudantes, o fato de encontrar com outros, de formar redes, é fundamental, de ter um lugar na universidade, e eu acho a possibilidade de encontrar pessoas que possam servir de referencial e inspiração, de falar assim: ali que eu quero também ocupar.” (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

O apagamento, criminalização e, até mesmo, satanização da identidade, religiosidade, história e cultura africana e afro-brasileira, somados à ausência/baixa presença de referências negras em lugares sociais de prestígio social, colocam as(os) professoras(es) universitárias(os) negras(os) em um lugar diferenciado, de referência positiva para as(os) que chegam.

Mesmo com tantas potencialidades, Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) questiona muitos movimentos complicados, separatistas, agressivos, trazendo desafios para a interlocução entre professoras(es) e estudantes negras(os). Ao mesmo tempo, ele considera a necessidade de que haja mais diálogo e abertura para o ouvir, tanto por parte de professoras(es), que precisam se deslocar deste lugar de doutor, quanto de estudantes, que precisam entender que existe uma trajetória de lutas anterior a chegada deles.

Ainda que não estivesse previsto em nenhum regulamento, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06) ressalta também a formação de lideranças negras como um papel do NEAB. E que era importante que as(os) estudantes participassem de todos os processos e fossem protagonistas na organização das atividades dos Núcleos, o que muitas vezes ocorria até por falta de pessoal, mas as(os) estudantes sempre deram conta, e ali se formava lideranças.

Se a acolhida é um diferencial dos NEABs enquanto Núcleos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das universidades, também não se trata de um espaço sem contradições, como fica em evidência nas falas. A afetividade e o acolhimento também não são uma especificidade dos NEABs, mas o diferencial está na centralidade desta dimensão a partir das dororidades causadas pelo racismo.

3.5.4 Efetivação dos vínculos com a comunidade acadêmica e externa

A relação dos NEABs com as comunidades internas e externas à universidade fica em evidência nas práticas desenvolvidas pelos Núcleos. O ativismo negro nas universidades, compreendendo os NEABs enquanto espaço de encontro político, tem sido importante pelos tensionamentos e conquistas geradas no interior das universidades e fora dela.

Sobre as indagações realizadas por Clóvis Moura (1994), em relação aos letrados e plebeus, de dois universos negros, que não se harmonizam, destacamos que os NEABs têm se constituído a partir de práticas que revertem estes distanciamentos e chegam até as comunidades negras. Cleber Santos Vieira (2017) ressalta o quanto esta aproximação política é necessária e potente.

Assim, nos dias de hoje, em uma conjuntura tão adversa para a população negra, marcada pelo avanço do capitalismo neoliberal, do pensamento e práticas racistas, assumir uma posição dinâmica e radical capaz de construir espaços de aproximação política entre “letrados e plebeus” talvez seja mais do que nunca necessária para reescrever e viver a história do Brasil negro, uma história pontilhada de derrotas, na qual “há mártires-heróis negros, mas não há heróis vencedores negros” (MOURA, 2014, p.542): história escarificada na qual se forjou uma resiliente cultura de resistência contra o racismo. (VIEIRA, 2017, p.542).

Para além de ser um grupo acadêmico de produção científica, o NEAB, de acordo com Petronilha Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), é “(...)também um grupo do Movimento Negro, quer dizer, o NEAB não é só um grupo de pesquisa, é um grupo que tem ligações com a comunidade, próxima e menos próxima, que seriam cidades de entorno”.

A representação em Conselhos de Direito da Igualdade Racial (ou correlatos) é um desses movimentos, citados por Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06). O que demonstra o reconhecimento social e público dos Núcleos enquanto espaço de organização e de luta contra o racismo, ao mesmo tempo que os conecta a universidade às comunidades externas.

Alguns de nós estão presentes em representações de instituições civis, sempre tem alguns de nós envolvidos com movimentos organizados da cidade de Mariana e Ouro Preto, sempre tem alguma pessoa que faz parte do COMPIR, ou vai fazer algum trabalho com as prefeituras, ou vai dar formação. (...)É interessante que não são só os docentes envolvidos nestas ações, eu vejo técnicos e estudantes que estão no NEABI e são extremamente participantes em ações que são tidas como fora da universidade. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

Vários eventos realizados em parceria com a comunidade externa à universidade foram citados. O reconhecimento de tantas parcerias foi lembrado na entrevista da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06).

Quando eu aposentei, decidi que voltaria a morar em Porto Alegre, quando o Núcleo Municipal do Negro, eles fizeram um quadro, pegaram fotografias em que eu estava em eventos deles, me emocionei muito, e me escreveram “O Grupo Municipal do Negro agradece 25 anos de colaboração”, muito bacana, é um quadro grande que eu tenho lá em casa pendurado. (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

Assim como há um protagonismo da intelectualidade negra (e dos Movimentos Negros) nas lutas mais amplas pela aprovação das ações afirmativas, identificamos o mesmo na implementação dessas políticas no âmbito das universidades, sendo os NEABs o *locus* de referência nestes processos. Três aspectos dessa política aparecem com maior frequência e é comum às entrevistas — a implementação das cotas na graduação e na pós, as comissões de heteroidentificação e a aprovação de disciplinas sobre relações étnico-raciais.

Ahyas Siss (ENTREVISTA 05) afirma a organização, através do LEAFRO, pela aprovação das cotas na UFRRJ antes mesmo da Lei nº 12711 de 2012 e com direito a recebimento de bolsa. Um mês depois da aprovação na UFRRJ, a Lei de Cotas foi aprovada e a universidade seguiu as diretrizes nacionais, e recuando quanto ao recebimento das bolsas pelos cotistas. Ahyas Siss cita, ainda, a presença do LEAFRO na aprovação de cotas na pós-graduação da Educação, a participação nas bancas de heteroidentificação, e aprovação de disciplina obrigatória sobre educação afro-brasileira e africana para todos os cursos de licenciatura. “(...) ou seja, a gente consegue impactar a vida acadêmica, eu acho que isso é interessante, acho que pode contribuir um pouquinho aí, e acho isso bacana.” (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

A reeducação para as relações étnico-raciais tem sido um papel necessário dos NEABs, buscando romper com lógicas raciais desiguais e discriminatórias, que se reproduzem e servem para diferenciar e subalternizar grupos em detrimento de outros. Desnaturalizar o racismo,

entendendo que somos educados para vermos e pensarmos racialmente. As entrevistas de Muniz (01), Andrade (07) e Silva (06) reforçam, como central, esta reeducação para as relações étnico-raciais, que é ofertada tanto para estudantes, técnicos, quanto para a comunidade externa, especialmente professoras(es) da educação básica.

Notamos que os percursos trilhados pela intelectualidade negra destacada nesse trabalho e discutida no capítulo dois se confundem com a trajetória dos NEABs, especialmente no que é *sui generis* aos Núcleos. Evidencia a formação de uma rede complexa, que se movimenta, ocupa espaços, forma novas lideranças e reivindica pautas que possibilitem reverter as hierarquias raciais, o que abre trilhas para pensarmos os NEABs e a pedagogia das encruzilhadas.

3.6 NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E A PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS

Em que a pedagogia das encruzilhadas contribuem para pensarmos os NEABs? O referencial utilizado, para esse encontro, é Luiz Rufino (2019), em **Pedagogia das Encruzilhadas**. Também não se trata de uma leitura religiosa, como o próprio Rufino afirma, mas de um deslocamento do “orixá (força cósmica) de uma leitura centrada nos limites religiosos”. Sobre a encruzilhada:

A encruzilhada não é aqui reivindicada para negar a presença da modernidade ocidental, mas para desencadeirá-la do seu trono e desnudá-la, evidenciando o fato de que ela é tão parcial e contaminada quanto as outras formas que julga. O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O *cruzo* é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital. (RUFINO, 2019, p. 18).

Quando falamos de encruzilhadas, estamos nos referindo a interseções, caminhos de possibilidades inacabadas, e é isso que identificamos nos NEABs. São mulheres e homens negras(os), junto de aliadas(os) da luta antirracista não negras(os), que chegam até a universidade hegemonicamente branca, nos corpos e no pensar, e nutrem em si uma necessidade

de luta política de transformação, que os mobilizam coletivamente, para criar fissuras na universidade, para criar atravessamentos enegrecidos e mais plurais.

Os homens, mulheres e pessoas trans que integram os NEABs, no prisma de Rufino (2019), atuam na perspectiva do *cruzo*, ou seja, participam de “uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão” (p. 18). Elas e eles agem sem a pretensão de exterminar o outro, a ciência, mas aprendem a jogar com ela, perturbam-na com a sua ginga, com a sabedoria adquirida na luta pela sobrevivência e pela dignidade, produzem outros conhecimentos e exigem que sejam considerados enquanto tais. Afirmam-se como sujeitos de conhecimento e de produção de um conhecimento engajado.

O corpo violentado, golpeado, humilhado é o mesmo corpo que ginga, que não se acomoda, que ressignifica a raça, que ressignifica a história, que combate o apagamento, o silenciamento, a subalternização de seus corpos e seus seres, mas que também não compactua com a política do esquecimento.

Sobre o imperativo do não esquecimento, ressaltamos a contraposição à lógica do silenciamento e do apagamento, evidenciando o protagonismo e a participação ativa de negras e negros em diversos aspectos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, por um lado; e a contraposição ao apagamento das violências e opressões as quais negras e negros foram submetidas(os), individual e coletivamente, por outro. As experiências de opressão não devem cair no esquecimento, como muitos negacionistas desejam, para que a premência das políticas afirmativas não seja questionada e para que não seja admitida a expectativa de voltarem a existir.

As possibilidades de conhecimento teórico desenvolvidas por intelectuais negras e negros, e aí recorremos, mais uma vez, em primeira instância aos que vieram antes de nós, como Alberto Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Tereza Silva, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, e assim por diante, têm sido potencializadas a partir da organização coletiva nos NEABs, na ABPN, no CONNEABs, nos COPENEs, constituindo-se em um conhecimento inquieto, contestador, que não se acomoda, e especialmente, potente. Nas palavras de Rufino (2019, p. 10), uma tática de guerrilha do conhecimento: “Essa estratégia de luta tem como principal meta atacar as supremacias das razões brancas e denunciar seus privilégios, fragilidades e apresentar outros caminhos a partir de referenciais subalternos e do *cruzo* desses com os historiadores dominantes”.

A partir da pedagogia das encruzilhadas, Rufino (2019) ressalta os mesmos caminhos que foram propostos nas entrevistas de Erisvaldo Pereira dos Santos (ENTREVISTA 02), Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) e Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA

03), de que é preciso “ler os clássicos”, pois não se trata de negar/ignorar/queimar tudo que foi produzido até então na lógica ocidental moderna.

O que se propõe não é a negação ou ignorância das produções do conhecimento ocidental e dos seus acúmulos, tampouco a troca de posição entre o Norte e o Sul, entre o colonizador e o colonizado, entre os eurocentrismos modernos e outras opções emergentes. O que se versa nas potências de Exu é a esculhambação das lógicas dicotômicas para a reinvenção cruzada. (RUFINO, 2019, p. 37).

Os NEABs se constituem de sujeitos ativos, políticos, que atuam “em meio a batalhas, jogos dribles, rasuras, sucateios, ressignificações e estripulias praticadas nas frestas” (RUFINO, 2019, p. 42). Especialmente, nas frestas das universidades, e se fortalecendo com o que está fora dela, a intelectualidade negra age.

Identificamos uma lógica do enquadramento e do não-enquadramento importante nesses Núcleos, que é/ou pode ser acionada para potencializar as frestas. A variedade de denominações, a presença do vínculo institucional ou não, a localização dos NEABs no organograma institucional, a diversidade de sujeitos partícipes destes Núcleos, seja pelo pertencimento étnico-racial, seja pelo vínculo com a universidade, inclusive como comunidade externa, apontam para a diversidade e para caminhos sempre abertos, inacabados, em construção. “(...) eu acho bacana também essa esquizofrenia, porque nos obriga a nos repensar o tempo inteiro, a repensar o que a gente está fazendo enquanto NEAB”. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

Os conflitos também fazem parte deste potente mosaico. Disputas de ego, falta de alteridade em alguns momentos (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02), e descomprometimento (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01) são conflitos trazidos nas entrevistas. O que valorizamos, na medida em que foram pensados desafios internos, e não externos às possibilidades dos Núcleos. Desconstruir um ideal de NEAB como um espaço que congrega sujeitos que pensam da mesma forma e têm os mesmos objetivos é importante. Até mesmo questionar o quanto as pessoas estão dispostas a renunciar a objetivos pessoais por questões de ordem coletiva é importante, de forma alguma, neste trabalho, julgando as decisões individuais. Sigamos, afinal, “os campos de batalha são também campos de mandinga. (...) lançamo-nos ao jogo com nossos corpos marcados pelo poder da encruzilhada.” (RUFINO, 2019, p. 150).

Ao mesmo tempo, quando as(os) intelectuais negras(os) dizem do acolher, do estar junto, das trocas, entendemos o quanto essas práticas deslocam a lógica racional moderna e dita

meritocrática da universidade. Rufino (2019, p. 09) nos instiga ao afirmar o ser como primordial para manifestação do saber, assim, “a problemática do saber é imanente à vida, às existências em sua diversidade”. Ainda que o ser tenha sido negado na universidade, em nome de uma dita neutralidade científica, esse pensamento tem sido cada vez mais questionado, se mostrando enviesado e limitado.

A referência aos sujeitos brancos na pesquisa também nos chama a atenção. O movimento apresentado pelas(os) colaboradoras(es), definitivamente, não é de criar um gueto, mas, como afirma Rufino (2019, p. 18), não há pretensão de exterminar, mas “engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital”. Engolir e restituir de maneira transformada. Beatriz Nascimento já falava sobre em 1977²⁶, em uma perspectiva de quilombo que acolhe:

Este homem ainda resiste. A favela, o grito do carnaval, o Black-Rio, o branco solidário está conosco nesta luta de resistência. Eu, como mulher negra, tenho poder para afirmar que a pele branca não representa nada para mim. Porque como todos negros eu tenho minha beleza, minha força e meu saber. Mas eu também dou minha vida pelo branco, me dou, dou a minha cultura, o meu saber. Eu sou suficientemente forte para querer o branco comigo enquanto ele não estiver contra mim. Ao longo dos anos essa tem sido a lei do quilombo. (NASCIMENTO, 2018f, p. 194).

Por fim, fica em evidência no decorrer do capítulo que os NEABs, NEABIs e grupos correlatos não estão interessados em homogeneidade, ao contrário, é a diversidade de sujeitos, de vínculos, de inserção na dinâmica institucional, de denominações, de parcerias, de ações, que também são maleáveis, que provocam transgressões e atravessamentos que desmontam a lógica universitária.

²⁶ “Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval”. Publicado originalmente no jornal **Movimento**, em maio de 1977.

4 TRAJETÓRIAS QUE FORMAM: INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS E LUTA ANTIRRACISTA

Elas vieram
Virando o jogo
chutando o balde
buscando a água
carregando a lenha
superando todas as tragédias

Mas também
parindo livros
sonhando poemas
construindo pontes
esculpindo artes (...)
(Vera Duarte²⁷, Lins popular, 2013, p.42).

O percurso da intelectualidade negra partícipe da pesquisa é repleto de fraturas, desafios, contradições, conquistas e superações. Trata-se de reflexões complexas com base em um recorte na memória realizado pelas(os) entrevistadas(os) a partir das provocações que lhes foram sendo realizadas. As trajetórias descritas são extremamente relevantes, pois irão dizer das(os) intelectuais negras(os) que se formaram e de suas práticas.

Assim, não há uma busca fiel pelos fatos ocorridos, mas busca-se compreender, a partir das temáticas: sou eu uma(m) intelectual negra(o), descobrir-se negra(o), trajetória escolar e formação política, de que forma a experiência desses sujeitos é importante na constituição das(os) intelectuais negras(os) que são hoje.

Traremos reflexões que dizem respeito à ocupação desse lugar de prestígio onde se localiza o intelectual. Entretanto, contrariando o imaginário social, mais uma vez, estamos nos referindo a pessoas negras. São incontáveis as amarras do racismo e as formas como elas marcam as vidas dos sujeitos negros, e uma delas pode estar associada à dificuldade de se colocar nesse lugar da intelectualidade. Ao mesmo tempo, a apropriação da intelectualidade traz a insubordinação, a necessidade de redefinir a compreensão de intelectualidade negra onde estes sujeitos se localizam. São algumas problematizações realizadas neste momento.

Em “Certidões de nascimento: me descobrindo negra(o) em uma sociedade racista”, trazemos reflexões em torno do racismo estrutural e de representações racializadas, para pensar

²⁷ Vera Valentina Benrós de Melo Duarte Lobo de Pina é jurista e escritora cabo verdiana, nascida em 1952. Foi juíza conselheira do Supremo Tribunal da Justiça e Conselheira do Presidente da República, em Cabo Verde. Recebeu o prêmio Norte-Sul de Lisboa do Conselho da Europa por sua atuação pelos direitos humanos.

as expressões do racismo descritas pelas(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa como parte de um movimento mais amplo e estrutural da organização capitalista racista. Em contraposição, a politização da raça aparece enquanto um movimento contra hegemônico de ressignificação do ser negro, tanto de forma individual quanto coletiva.

Seguimos, tratando dos percursos escolares das(os) partícipes da pesquisa, em que as narrativas são muito contundentes ao demonstrar o significado da escola e das experiências escolares na vida desses sujeitos até os dias atuais. Esteve muito presente a expressão “Eu lembro disso até hoje”, demonstrando o quanto essas experiências são intensas e deixam marcas, tanto positivas quanto negativas. As expressões do racismo relatadas contribuem para pensarmos o quanto são significativos, especialmente para a vivência escolar das crianças negras, os avanços na área das relações étnico-raciais na educação, com destaque para a Lei nº 10639/2003, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições do Ensino Básico.

Na relação formação política e movimentos sociais, chama a atenção o fato de não ter sido realizada a pergunta que se referisse à participação das(os) intelectuais negras(os) em movimentos sociais. Entretanto, essa foi uma temática que esteve presente em seis das sete entrevistas, o que nos indica a importância desta militância na formação desses sujeitos enquanto intelectuais negras(os). Os movimentos sociais serão tanto um espaço de formação política quanto de luta pela transformação da realidade.

Ao finalizarmos o capítulo, destacaremos a potencialidade da trajetória desses sujeitos que, conforme as palavras de Vera Duarte (2013), compreendemos que a intelectualidade coletiva desses sujeitos se constitui “Virando o jogo”, “parindo livros”, “sonhando poemas” e “construindo pontes”.

4.1 SOU EU UM(A) INTELLECTUAL NEGRA(O)?

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem — desde que eu tivesse oportunidade para isso — e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 13 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, s/p).

Esse é parte do discurso proferido por Sojourner Truth (2014), abolicionista negra norte-americana, em 1851, na *Women's Rights Convention em Akron, Ohio*, após ter sido questionada sobre ser mulher. Como um tsunami, Truth passa aniquilando os discursos que desumanizam a mulher negra, desconsiderando sua capacidade de passar pela dor profunda, de fazer trabalhos pesados e de, ainda assim, manter-se de luta. Destrói, ainda, com a construção de uma feminilidade frágil da mulher. Afinal, as mulheres negras não seriam mulheres?

O discurso de Sojourner Truth, que causa tantos deslocamentos, especialmente no período em que foi proferido, inspira-nos a pensar os questionamentos sobre ser intelectual negra(o) na realidade brasileira, atualmente. Ao perguntarmos às(aos) intelectuais negras(os) partícipes, com produções teóricas significativas e um histórico importante de luta antirracista — “Você se considera um(a) intelectual negra(o)?” —, tratava-se de uma pergunta proforma, uma vez que se somava às questões iniciais, apenas para confirmação de informações, tendo em vista que todos os sujeitos partícipes foram convidados para participar de uma pesquisa realizada com intelectuais negras(os).

Entretanto, um mosaico complexo foi se formando a partir da questão apresentada, que tem relação direta com a forma como os sujeitos se veem, especialmente as(os) negras(os), mas também com uma nova perspectiva que vem se construindo em torno de um conceito que carrega em si múltiplas possibilidades, afinal, de que se trata quando dizemos de “intelectual negra(o)”?

É importante ressaltar que todas(os) colaboradoras(es) se afirmaram enquanto intelectuais negras(os), mas uma resposta afirmativa rápida só ocorreu em duas entrevistas — 03 e 06 — ainda assim, não sem justificativas.

Sim. (...) Então, não é na universidade, ao contrário de alguns intelectuais negros, que se fazem intelectuais negros a partir da atividade de pesquisa e acadêmica na universidade. No meu caso, eu faço parte daquele grupo de ativistas negros que entenderam que era preciso ocupar o espaço da universidade para pautar a luta antirracista. (...) A minha construção como intelectual negro, ela passa por uma trajetória de ativismo dentro e fora do ambiente da universidade, nos grupos de luta contra o racismo. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

O colaborador da pesquisa traz uma dimensão importante para pensar a intelectualidade negra ao se colocar como sujeito que se forma intelectual fora do espaço acadêmico, pois a ocupação da universidade é uma opção que também é política. A discussão realizada por Cláudia Miranda (2018), diz de militantes dos Movimentos Sociais Negros que veem a ocupação de seus corpos na universidade como um movimento insurgente e de disputa de poder.

Nesse artigo, o mote para uma discussão sobre os caminhos e descaminhos rumo à universidade, é a saga em curso, de um movimento insurgente que se desloca e que tem como objetivo disputar sentidos outros para o projeto de país tentando examinar em que medida esta guinada representa desestabilização das formas vigentes de produção do conhecimento. Segundo intelectuais negras/os atuantes neste deslocamento — do lugar de subalternização —, a experiência afrodescendente no acontecimento acadêmico pode fazer emergir outras temáticas e novos interesses. (MIRANDA, 2018, p. 332).

Uma concepção de intelectual negra(o) como um conceito em disputa fica em evidência em todas as narrativas. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), que também se afirma nesse lugar de imediato, faz a seguinte afirmação: “Eu sou negra, e sou intelectual (risos), então não sei se sou uma negra intelectual, ou se sou uma intelectual negra, depende do ponto de vista que a gente estiver falando.” Esta é uma discussão realizada, especialmente, por Sales Augusto dos Santos (2008) e Evaldo Ribeiro Oliveira (2014), e já pontuada neste trabalho.

Em outro sentido, os silêncios e os questionamentos advindos com a pergunta sugerem uma certa dificuldade de se verem e/ou se colocarem nesse lugar de intelectual, que está associado, socialmente, ao âmbito do conhecimento, da inteligência, do erudito e da branquitude. Nos questionamos em que medida o racismo nos retira a possibilidade de estarmos nesse lugar.

Eu percebo que aos poucos eu vou me tornando um intelectual, que é também quase um pedido de autorização, porque como a ideia de intelectual é uma ideia tão assim imponente, você precisa se autorizar estar nesse lugar, e essa autorização também ela é produto do reconhecimento dos outros (...). (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

A vivência da intelectualidade é historicamente restrita, um lugar fechado com cerca elétrica, alcançável apenas aos iluminados, com suas grandiosas teorias complexas e de difíceis compreensão. A afirmativa de Jesus (ENTREVISTA 03) faz todo o sentido quando pensamos que esse espaço sempre foi negado às(aos) intelectuais negras(os). Vejamos Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, que, conforme Sales Augusto dos Santos (2008), precisaram sair do país para obterem reconhecimento intelectual; Carolina de Jesus, que tem maior reconhecimento de sua obra no exterior do que no Brasil, ou Conceição Evaristo, que teve sua obra reconhecida tardiamente; o silenciamento em torno das produções de Clóvis Moura, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, que, de forma geral, não são lidos e citados em suas áreas de produção de conhecimento. Entretanto, nas últimas décadas, podemos dizer de uma intelectualidade negra, que vem cortando as cercas e forçando a passagem.

Intelectuais negras e negros têm sido responsáveis pelo reconhecimento acadêmico e social de várias autoras e autores negros brasileiras (os) e estrangeiras(os) como intelectuais. Elas e eles, juntamente com uma parcela da juventude negra, têm contribuído para a publicização das suas produções. Esta maior visibilidade das(os) intelectuais negras(os) do passado e do presente têm inclusive despertado o mercado editorial, que, nos últimos dez anos, passou a investir um pouco mais em publicações e traduções das obras dessas autoras e autores.

Para intelectuais negras e negros, identificamos um duplo lugar, que é de se relacionar com o conceito hegemônico de intelectual, mas, subvertendo-o. Muito além de não se enquadrar socialmente no âmbito do intelectual, o que esses sujeitos trazem é uma transgressão e insurgência, criando uma outra categoria que não apenas lhes caiba, mas especialmente que as(os) represente. Nessa ressignificação, identificamos um sujeito coletivo, que não se faz e que não caminha sozinho.

Sob que perspectiva? Quando a gente trabalha essa questão do intelectual, eu gosto de trabalhar com a questão de intelectualidade, mais do que a pessoa intelectual, eu considero que eu me filio a uma certa intelectualidade, que tenha essa questão racial como uma questão de fundo, do ponto de vista da produção do conhecimento, do engajamento político, do compromisso político de transformação da realidade, que hoje ocupamos um espaço dentro da universidade voltado para o ensino, pesquisa, extensão, com essa temática, então eu me considero uma intelectualidade negra, e nessa perspectiva orgânica, que é o intelectual comprometido com sua classe, e aí vamos trazer para suas questões, para uma transformação social. (...) aí me considero um intelectual negro enquanto um sujeito coletivo. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Esse sujeito coletivo reaparece em Ahyas Siss (ENTREVISTA 05), mas de forma singular, em uma perspectiva gramsciana, incorporando os sujeitos de luta para além dos muros da universidade. “(...) e aí volta aquela pergunta que você me fez, intelectual, o que é, se for na perspectiva gramsciana, aí tudo bem, eu me qualifico como intelectual e todos meus colegas que produzem conhecimento, estando na academia ou fora dela”.

Entre as disputas em torno do conceito, que serão reforçadas nas diferentes entrevistas, e que são condição *sine qua non* para a autoafirmação enquanto intelectuais, Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) reforça a dimensão da transgressão, pois não se trata apenas de atravessar as fronteiras que nos afugentam, mas é preciso enegrecer esses espaços.

Bom, eu me considero uma mulher negra, que atua no espaço acadêmico, e aí a questão de ser intelectual para mim ela tem que passar muito por uma visão que eu gosto muito que a bell hooks tem, essa ideia de que primeiro que intelectual não precisa estar na academia, então você, principalmente para nós

negros, negras, para mim nossa intelectualidade passa por outros lugares além da academia, mesmo eu sendo uma pessoa que vai viver essas questões negras dentro da academia, mas quando ela define a questão da intelectualidade como um pensamento que subverte, que digamos assim que não é só para acomodar a estrutura que tem, mas que vai trazer novas inquietações, nesse sentido sim. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A fala de Sojourner Truth é extremamente relevante e inspiradora para que negras e negros ocupem lugares que lhes foram negados. Falas, expressões corporais, escritos, posicionamentos contundentes foram e ainda são imprescindíveis, para que a sociedade se desloque e questione os lugares sociais que, até então, estavam naturalizados no imaginário social.

Por fim, cabe ressaltar que este mosaico complexo não está presente apenas nas pessoas negras, se pensando enquanto intelectuais, entretanto, as(os) intelectuais brancas(os) geralmente não trazem essas problematizações, na medida em que a branquitude e/ou o privilégio de classe já as(os) concede a possibilidade de ocupar este lugar.

4.2 CERTIDÕES DE NASCIMENTO: ME DESCOBRINDO NEGRA(O) EM UMA SOCIEDADE RACISTA

Silvio de Almeida (2018b, s/p) afirma em entrevista que “Todo negro, toda mulher negra tem duas certidões de nascimento: uma é aquela fornecida pelo Estado, a outra é quando você descobre que é negro”. Essa afirmação nos diz de muitas complexidades, incluindo a ambiguidade da modernidade, que lança uma série de dispositivos que “garantam” a cidadania e pertencimento a uma coletividade, como documentos que vão mapeando a vida de seus cidadãos, do berço à cova. Entretanto, em contraposição, mas também de forma harmônica para funcionamento do sistema, a modernidade cria a racialização dos sujeitos, que gera essa segunda certidão de nascimento descrita por Almeida (2018b), tão dolorosa para a população negra. Se nessa primeira certidão, você tem uma promessa de acessos pela via da cidadania, em que os cidadãos são sujeitos abstratos e universais, a segunda certidão refere-se à sua antípoda, à vida real, em que este sujeito tem raça, classe, gênero, e que, para as(os) negras(os), tem um significante negatizado, que os interdita.

Nesse sentido, ainda que as entrevistas tragam, em alguns momentos, episódios racistas dos quais foram vítimas, que, de forma geral, são tratados como resultado do racismo individual pela sociedade, a nossa concepção é de que estes casos vão muito além de atitudes individuais, ao contrário, são parte do racismo estrutural.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (...). (ALMEIDA, 2018a, p. 38).

O racismo é estrutural, pois a dimensão racial é um alicerce da formação do capitalismo. A criação da ideia de raça e a inferiorização dos não brancos foi fundamental para justificar a desumanização a qual foram submetidos esses sujeitos, que serão violentados em todos os sentidos, de forma a garantir os recursos necessários para desenvolvimento da industrialização na Europa.

Tendo em vista a exploração e a desigualdade social como elementos essenciais na sobrevivência do capitalismo, pós-período colonial, a desigualdade racial e o racismo são ressignificados, através da colonialidade. De acordo com Aníbal Quijano (1992):

El racismo y el etnicismo fueron inicialmente producidos en América y reproducidos después en el resto del mundo colonizado (...). Extinguido el colonialismo como sistema político formal, el poder social está aún constituido sobre la base de criterios originados en la relación colonial²⁸. (QUIJANO, 1992, p. 1).

É justamente na relação racismo e colonialidade que está a base da formação sócio-histórica brasileira. Para Lélia Gonzalez (1979, p.78): “O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho”, o que empurra a população negra para precárias condições de vida.

Silvio de Almeida (2018a) afirma que tratar o racismo como estrutural não significa dizer que seja algo incontornável ou que os sujeitos que cometem racismo não devam ser culpabilizados pelo ato. Mas se trata de um processo que vai muito além de expressões individuais ou institucionais do racismo.

Se na realidade brasileira, as desigualdades de raça e gênero são responsáveis pela reprodução do capitalismo, em nível macro, podemos dizer da colonização de países da África, ainda mais violenta que a realizada nas Américas, que só findou em meados do século XX, confirmando como o desenvolvimento europeu está sustentado na exploração de povos não brancos.

²⁸ “O racismo e o etnicismo foram produzidos inicialmente na América e posteriormente reproduzidos no resto do mundo colonizado (...). Extinto o colonialismo como sistema político formal, o poder social ainda se constitui com base em critérios originados na relação colonial” (Tradução nossa).

Sem desconsiderar o racismo como estruturante e estruturado da formação sócio-histórica brasileira, retomamos as entrevistas. Ao serem questionadas(os): “Quando e como você se descobriu enquanto negra(o)?”, três dimensões se destacam nas respostas: a educação para a negritude no espaço familiar; a percepção de ser negro como algo inferiorizante pela sociedade; e a construção da politização da raça; sendo que as duas últimas estão articuladas.

As respostas apontam para a ideia de representações racializadas, pois se descobrir negra(o) tem um autoconhecimento, mas numa relação direta com o outro, e como este outro o vê. Sobre representações, Roger Chartier (1990, p.17) afirma que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

As contribuições de Chartier são importantes, entretanto, identificamos a ausência do marcador racial que, para nós, é fundamental para pensarmos essa compreensão do ser negro em uma sociedade racista. As representações racializadas se constituem a partir de um olhar complexo, repleto de expressões de uma sociedade branca, hetero, machista e racista, desconsiderando a potência de negras e negros e os avanços de todos os movimentos de resistência que sempre existiram na realidade brasileira.

A dimensão racial nas representações tem como alicerce a estruturação da raça na constituição do modo de produção capitalista. Sem compreender que o processo de escravização de negros foi fundamental no financiamento da consolidação do capitalismo (QUIJANO, 1992; MBEMBE, 2014; ALMEIDA, 2018a), e que, também em outros países da América Latina, mas especificamente tratando sobre o Brasil “pós-abolição”²⁹, as estratégias de inferiorização dos negros se mantêm, tanto economicamente quanto no imaginário social, garantindo a reprodução das desigualdades e a exploração de classe, não é possível dar conta da complexidade das representações racializadas.

²⁹ O termo aparece entre aspas na medida em que tal período não deve ser pensado como uma data específica, mas como um período complexo, de longa duração e que envolve uma série de acontecimentos. Além disso, o término formal do período escravocrata não veio associado à construção de estratégias de incorporação do negro à sociedade, ao contrário, à política estatal era de marginalização e subjugação dos referidos sujeitos.

Se as representações racializadas constituídas em torno da população negra possuem um viés inferiorizante, estas convivem com inúmeras outras possibilidades de representações. Ainda que estejamos tratando de períodos em que o acesso aos conteúdos que reforçam uma positividade em torno do negro não estivesse posto como nos últimos anos no Brasil, possibilitados, especialmente, pelas redes sociais, é importante que duas colaboradoras tenham dito de uma formação no espaço familiar que já trouxesse a valorização do ser negro.

Sobre as famílias negras, Angela Davis (2017) afirma que o deslocamento forçado do povo africano para os EUA vem provocando, desde então, o desejo de liberdade, representado pelas crianças negras. “Mesmo quando os esforços da população negra para manter e estreitar seus laços familiares eram cruelmente atacados, a família continuava sendo um importante caldeirão de resistência, gerando e preservando o legado vital da luta coletiva por liberdade” (DAVIS, 2017, p. 69).

As famílias negras não correspondem ao ideal de família nuclear ocidental, o que é importante para entendermos como a família comparece no decorrer das entrevistas. Esta não correspondência tem relação com as tradições culturais africanas, com questões econômicas e advindas do período escravocrata, e a própria necessidade de sobrevivência, conforme afirma Davis (2017), ao se referir à realidade norte-americana:

Em primeiro lugar, as tradições culturais africanas originais tinham uma definição muito mais ampla de família em relação àquela em vigor nesta sociedade; ela não se limitava simplesmente ao pai e à mãe biológica e à sua descendência. (...) Em segundo lugar, as brutais pressões econômicas e políticas ligadas à escravidão e mantidas ao longo dos períodos históricos subsequentes evitaram de forma sistemática que as estruturas familiares afro-americanas se adaptassem aos modelos familiares dominantes. Por fim, o povo negro, tanto durante como após o período da escravidão, foi forçado a construir, de modo criativo e frequentemente improvisado, uma vida familiar compatível com os ditames da sobrevivência. (DAVIS, 2017, p.70-71).

As reflexões de Davis (2017) contribuem para pensarmos a família negra a partir de outros lugares, para além da família tradicional, seja pelas formas de organização familiar que vieram da África³⁰ e seguem influenciando os sujeitos, mesmo com toda a violência imprimida às práticas culturais não eurocêtricas, seja pelas condições econômicas, políticas e sociais.

³⁰ No texto, “Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”, Oyèrónké Oyèwùmí (2018) apresenta outra forma de organização familiar, não marcada pela lógica eurocêntrica, a família Yorùbá, em que o princípio de organização está pautado na senioridade. As questões levantadas por Oyèwùmí (2018) são importantes para pensarmos a influência de outras culturas na formação da família negra também em diáspora.

Entretanto, reconhecemos o *locus* privilegiado que, historicamente, vem sendo constituído à família enquanto espaço de educação e socialização.

Além disso, todas(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa disseram da família durante a realização da entrevista, apontando aspectos positivados e negativados, ainda que não tivesse nenhuma pergunta específica que trouxesse esta temática, o que aponta para a importância desta instituição secular.

A forma como as relações se constroem no âmbito familiar possibilitam pensar uma educação positivada para as relações étnico-raciais. Diante do racismo expresso pela sociedade através de representações inferiorizantes da população negra que, ainda que não reflitam a realidade, agem sobre ela, criando estigmas e engessando potencialidades, que se refletirão em marginalização. Para a(o) negra(o), a família tem um papel central de fortalecer estes sujeitos diante da discriminação racial a que serão submetidos, visto que, direta ou indiretamente, o racismo faz parte da realidade, tendo ou não o sujeito consciência desse processo. Conforme nos indica Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), ao estabelecer a ponte do sujeito com a sociedade, a família tem um papel central de fortalecimento e reconhecimento.

Uma coisa que eu aprendi, e aprendi na educação familiar, com minha mãe, meus tios, meus padrinhos, que eu posso me comunicar com os outros se eu me fortaleço no meu grupo, porque aí eu posso ser quem eu sou, seja com cabelo crespo, de turbante, seja com cabelo alisado, seja lá como for, mas é com eles que eu me fortaleço, deles que eu me lembro quando eu tenho que enfrentar (...). (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

A autoidentificação enquanto negras(os) no ambiente familiar e sua posituação aparecem como estratégias importantes na autoafirmação e na valorização do ser negro, com potencial de transformar-se em combate aos estereótipos raciais. De acordo com Viviane Fernandes e Maria Cecília de Souza (2016, p.114): “No processo de afirmação identitária, a revalorização das culturas africanas constitui-se em pilar para a identidade negra, pois pode servir para desconstruir representações que alienam a pessoa negra de seu próprio corpo e suas raízes étnico-raciais”. A família, nesse contexto, pode tornar-se o alicerce onde esta afirmação se desenvolva.

Eu não tive esse momento assim, porque a minha negritude se deu desde pequena, desde a minha infância, com os meus referenciais. (...) eu nunca me vi de outra forma, eu sempre me vi como uma mulher negra, nunca me vi de outra forma. (...) minha família (...) sempre disseram para mim, “Você é negra” (...). Acho que essa resistência de casa é muito importante para essa formação. (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

Os Movimentos Negros desenvolveram e ainda desenvolvem, porque ainda se faz necessário, ações educativas para as relações étnico-raciais, que têm o potencial de chegarem em diferentes espaços, inclusive nas instituições familiares. A tese desenvolvida por Nilma Lino Gomes (2017, p.14) subsidia nossas reflexões: “Este trabalho tem como tese principal o papel do Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil”. Sem essa compreensão, corremos o risco de negligenciar a capacidade da luta antirracista organizada e desenvolvermos uma leitura individualista em torno do racismo e seu contrário, a positivação da raça negra.

Importante destacar que este é um movimento necessário apenas para os grupos historicamente subalternizados — construído enquanto “o outro”. Não cabe aos brancos terem de fortalecer a sua descendência para lidar com a dimensão racial na sociedade, já que a positivação da branquitude é um processo naturalizado socialmente e, por isso, facilmente assimilado.

Compreendemos um potencial emancipador da família na educação para as relações étnico-raciais. O empoderamento construído no ambiente familiar possibilita não apenas o autorreconhecimento, mas a capacidade de ser um difusor de africanidades, de quebra de estereótipos, e de combate ao racismo, a partir de uma conscientização denunciativa em torno do imperativo eurocêntrico nas nossas relações sociais.

Quanto à percepção de ser negro como algo inferiorizante pela sociedade, que irá se articular com a construção da politização da negritude, já que esta segunda dimensão foi ressaltada por todas(os) as(os) colaboradoras(es), recorremos a Frantz Fanon (2008), em sua obra **Pele negra, máscaras brancas**. O autor é importante para pensarmos a inscrição negra no mundo, a partir de uma leitura diaspórica e submetida à experiência colonial.

O padrão civilizatório europeu e seu discurso universal, sustentado pelo terror colonial, promoveram a degradação de povos não brancos, inseridos no projeto da modernidade apenas como massa a ser explorada. “O mundo branco, o único honesto, rejeitava a minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro — ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo” (FANON, 2008, p. 107).

A inferiorização racial, estratégia central da empreitada colonial, é apropriada enquanto projeto de nação em diversas realidades geográficas da diáspora africana, tal como ocorreu no Brasil. A efetividade de tal projeto se apresenta até mesmo nas representações de negros em torno de si próprios, trata-se de uma espécie de regime de representação racializado, no qual a raça é fator estrutural e o reconhecimento corporal passa pelo crivo do branco. “No mundo

branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera de incertezas.” (FANON, 2008, p.104). O relato de Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) contribui para nossa compreensão dessa realidade macro se manifestando na vida cotidiana.

Eu sou de Recife, de Pernambuco e lá a gente tem uma narrativa de que não há muitos negros (...) então, colocasse como todo mundo fosse meio, sei lá, nem preto, nem branco, nem sei o quê, e aí então sempre fui morena escura etc. Aos 13 anos eu vi essa reportagem de um homem negro muito escuro, muito velhinho, muito velhinho, e ele dizia que era moreno. Quando eu vi essa reportagem, isso me deu um click na hora, porque eu pensei – olha, para uma pessoa dessa, com essa história de vida (a história de vida estava no rosto dele, nas marcas dele, nas marcas de expressão, da velhice e tal, e ele com a pele muito escura), eu falei, para uma pessoa dar uma resposta dessa, ela tem muita dor nessa identificação, mas ao mesmo tempo, eu acho que a gente precisa reverter isso. (...) e aí só aos 13 anos que eu resolvi dentro de casa, na rua, na escola e depois na faculdade, realmente tem que lutar por essa identidade negra, acredite se quiser, sendo preta como eu sou. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

Fanon (2008) demonstra que a eficiência do projeto colonial se desvenda até mesmo na inferiorização do negro diante do seu próprio corpo. O autor afirma que o complexo de inferioridade tem como fundamento o processo de subalternização econômica e de epidermização de uma inferioridade construída pela branquitude, mas que também será interiorizada. Sobre a expressão do significado da branquitude na vida dos sujeitos, Ahyas Siss afirma.

Eu estava com os colegas conversando, e eu tinha tomado um tombo na rua, me machucado, eu vou para escola, mas vou comprar um curativo band-aid da cor da pele que aí não aparece tanto, aí viraram os colegas brancos, aqueles com franjas caídas na testa, “ê, oh maninho (me chamavam de maninho), não tem curativo cor da pele para você não, não tem curativo cor de piche, nem de carvão. Aí fulano, ele quer um curativo cor de asfalto” (...). A partir daquele momento, eu tive a ideia que eu não era só alguém de cor diferente, eu era alguém que você podia fazer qualquer tipo de brincadeira, ou praticar qualquer desrespeito, porque era comum, e socialmente aceito, e aí, claro que não com essas categorias, e aí comecei a deixar esses colegas de lado e tal. Tinha uns 10 para 11 anos, (...) eu me lembro também, que as pessoas que falaram isso, nunca mais fique junto delas. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

Assim, é possível compreender que há uma representação branca e elitista sobre os corpos negros, mas que também atinge de forma dilacerante o olhar dos negros sobre si próprios. E como bem afirma hooks (2019, p.32-33), são modos “de ver, pensar e ser que

bloqueiam nossa capacidade de nos vermos em outra perspectiva, nos imaginarmos, nos descrevermos e nos inventarmos de modos que sejam libertadores”.

Na escolarização, ensino fundamental, ensino médio, que você percebe que determinados olhares, ir na casa dos colegas, sentir vergonha de você mesmo, a questão do seu cabelo, da cor da pele, aí o cara vem: “Otair é negro, mas é gente boa”, então você percebe isso, mas não atua (...) agora, quando eu fui canalizar isso tudo, essa energia, pensando no engajamento político de luta contra o racismo, isso vem com a adolescência. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

O projeto de embranquecimento também compõe o rol de representações em torno do negro. Kabengele Munanga (2004, p. 101) afirma que: “Para Abdias, o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio. Esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou produtos de sangue misto(...)” Em muitos momentos, o branqueamento foi estratégia de sobrevivência para a população negra, uma forma de suas gerações serem aceitas, visto que, a partir da constituição de um projeto de nação para o Brasil, o clareamento da pele e perda dos traços negroides foi construído como algo positivo em relação aos negros de pele retinta. Essa dimensão é problematizada em três entrevistas (Kassandra Muniz, Otair de Oliveira e Erisvaldo Santos).

Porque eu me identifico como negro, mas eu cresci como um pardo. E pardo, quando a gente se descobre negro, nas classes populares, isso não é muito fácil. Porque negro é o outro da cor “mais retinta”. O branqueamento, ele é perverso. (...) Quer dizer, se entender negro é uma construção social. Né? Não é algo de um passe de mágicas porque pressupõe o rompimento com o funcionamento da ideologia do branqueamento. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Então, é aquela coisa que a minha avó falava com minhas irmãs: “oh fulana, arranja um branquinho para clarear a raça”, aqueles termos, “oh neguinho safado”. Ou seja, toda vez que associava o termo negro, associava a coisa ruim. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Essa dinâmica racializada e estereotipada encontra-se estruturada em diversos artefatos da modernidade ocidental, tais como no sistema educacional, nos meios de comunicação de massa, na indústria cultural, na produção intelectual etc.. A inscrição dos sujeitos negros em arquétipos estereotipados — que não atinge apenas as mulheres negras, mas que possuem particularidades —, é lembrado por Lélia Gonzalez (1979), ao considerar como esses estereótipos interferem na base material da sociedade e na distribuição dos bens materiais e simbólicos.

Para as(os) colaboradoras(es) e para autoras(es) como Lélia Gonzalez e Frantz Fanon, ao problematizarmos as representações, também está presente a preocupação com certa perspectiva emancipatória negra. Nesse mesmo sentido, as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) dizem da politização como um novo processo de relação com o ser negra(o). Através do texto “Morre mais um neguinho”, citado por Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03), ilustramos essa passagem, que se configura enquanto um processo emancipatório.

Se às vezes eu era visto, e me via, apenas como mais um neguinho, vivendo num mundo dos brancos, feito para os brancos e com as regras dos brancos, hoje eu me vejo, e faço questão de que me vejam, como um *black.d.verdade*, vivendo num mundo dos brancos, feito para os brancos e com as regras dos brancos. O que está diferente é que agora eu já não sou passivo ao processo. (JESUS, 2004, p. 271).

Ressaltamos o necessário reconhecimento dos Movimentos Negros a partir do pós-abolição, em uma perspectiva de não esquecimento e valorização desses coletivos, também como uma forma de lutar contra estereótipos que apontam o negro como passivo na história brasileira.

Ainda, o fortalecimento da construção de contra narrativas em torno da experiência histórica negro-brasileira, desencadeando outras representações que apontem para a multiplicidade das experiências negras e, ao mesmo tempo, busquem problematizar, deslocar, desnaturalizar, desconstruir um regime de representação racializado.

Diante desse cenário de representações racializadas que amarram os sujeitos negros no lugar de sujeição, ganha sentido a afirmativa de bell hooks (2019) de que amar a negritude é um ato de resistência política, que só é possível a partir do rompimento com o pensamento supremacista branco, ou seja, em um processo de descolonização da mente.

4.3 SOBREVIVÊNCIAS E TRANSGRESSÃO NA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS

As trajetórias escolares das intelectuais negras(os) partícipes são aqui pensadas enquanto caminhos percorridos de formas diversas e não lineares, que também passam por múltiplos momentos e diferentes experiências. Ao serem questionadas(os) sobre suas trajetórias escolares, as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) dizem das suas memórias marcantes, que se mantem vivas. Assim, ainda que a trajetória escolar tenha um marco temporal de início

e de término, compreendemos que as questões aqui apontadas não estão aprisionadas em tal marcador, na medida em que estão sendo refletidas no tempo presente, ainda que tenham ocorrido no passado.

Em “Ensinando a transgredir”, bell hooks (2017) traz a sua experiência em escolas frequentadas somente por negros, em que o aprendizado era um ato político e revolucionário. “Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista” (hooks, 2017, p.10). A autora descreve o prazer que sentia ao ser transformada por novas ideias, ainda que, muitos desses conhecimentos não pudessem ser compartilhados em casa, diante dos valores familiares.

Experiência que se colide com o potencial transformador da educação é descrita por hooks (2017, p.12) a partir da integração racial. “De repente, passamos a ter aula com professores brancos cujas lições reforçavam os estereótipos racistas. Para as crianças negras, a educação já não tinha a ver com a prática da liberdade. Quando percebi isso, perdi o gosto pela escola”.

As duas experiências descritas por hooks (2017), respeitadas as particularidades da realidade brasileira, especialmente por não ter ocorrido uma segregação institucional explícita tal como na realidade norte-americana, trazem contribuições significativas para pensarmos o papel da educação para crianças negras e o impacto desse processo educativo na vida desses sujeitos. Tanto as potencialidades quanto os retraimentos, presentes a todo o momento nas falas das(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa, vão tendo um papel significativo na trajetória de vida desses sujeitos.

Sem desconsiderar a heterogeneidade de intelectuais negras(os), bem como a diversidade de experiências em uma mesma trajetória, e tendo como foco, aqui apresentado, a educação básica, ressaltamos que alguns fatores se evidenciam, para além da questão racial, quais sejam, gênero, familiares, econômicos e colorismo da pele, entre outros. Assim, se tem um marcador que é universal nas entrevistas, que é a dimensão racial, alguns distanciamentos também são identificados.

Tais fatores são pensados inseridos em um contexto mais amplo, em que “(...) o racismo ambíguo brasileiro é um dos pulmões por meio do qual se exala a colonialidade e o colonialismo presentes no imaginário e nas práticas sociais, culturais, políticas e epistemológicas brasileiras” (GOMES, 2018, p.225), o que irá reverberar no cotidiano escolar. O racismo estrutural aparece associado a outros marcadores.

Os espaços escolares, na maioria das entrevistas, serão ambientes paradoxais, em que o considerado sucesso escolar, obtido através das notas, tem seu contraditório nas lembranças do racismo que, por vezes, levavam ao considerado mal comportamento. Se por um lado, a experiência escolar possibilitou ascensão social, por outro, o não enquadramento fiel a esse espaço gerou e ainda gera contestações e transgressões. Esta dimensão é apontada nas entrevistas de Kassandra Muniz, Rodrigo de Jesus e Patrícia Gomes Rufino Andrade.

Eu acabei sempre sendo assim, me constituindo sempre como melhor aluna da turma, entre as melhores alunas da turma, mas eu sabia qual era o meu lugar na escola desde cedo. Eu lembro que eu estava no que hoje é educação infantil, e eu tinha, lembro disso até hoje (...), naquele dia eu entendi o que é ser negro na escola (...) por mais que eu fosse uma excelente aluna, ainda não era o suficiente para a escola. E isso eu era criancinha, tinha o quê? 4, 5 anos, eu entrei para a escola (...) nesse dia especificamente, eu lembro que eu tinha que fazer o ma-me-mi-mo-mu, e por alguma razão assim, muito estúpida, eu não lembrei do mu, e tinha uma menina branca, bem magrinha, toda frágil, isso me persegue a vida toda gente, sempre tá eu assim, grande com essa voz, e sempre tem alguém muito frágil, o que aparentemente é mais fraco e eu tenho que ser a forte. Tinha essa menina frágil lá, magrinha, pequena como eu, mas branca, e aí a professora me passou o maior sermão, e tinha uma coisa de no final da aula tinha um trenzinho, e ela não me deixou ir para o trenzinho porque eu não acertei o mu, eu tinha acertado tudo, menos o mu (...). E aí eu lembro como essa menina chorou, chorou, não acertou nada, ela só chorou, e ela foi para o trenzinho, e eu nunca esqueci disso, (...) eu acho que foi a primeira vez que eu consegui refletir mesmo o que era ser, essa relação de ser negro no campo da educação. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A lembrança da entrevistada nos diz muito de relações que estão dentro e fora da escola, em que o racismo exprime quem deve ser forte, resistir a violências³¹, ignorar suas dores, não expressar sentimentos, ser “duas vezes melhor”. No âmbito das relações familiares, é comum que a educação de crianças negras seja perpassada por tais constatações dolorosas, uma tentativa de formação para encarar o racismo.

Aí um dia meu pai chegou para mim e falou assim: “Ahyas, presta atenção, meu filho. Ahyas, você nessa vida, você vai ter que ser bom em tudo, e vai ter que ser bom duas vezes”. E eu perguntei para ele: “Por que pai?”, ele respondeu: “Primeiro, porque tem que ser bom mesmo para passar nos concursos e empregos e tal, o outro porque você é preto, preto tem que ser bom duas vezes”. E eu ouvia aquilo do meu pai, branco, ficou na minha cabeça como um conselho útil, mas na época eu não concordei, nem discordo da coisa. Ficou mais evidente assim quando eu venho para o Rio de Janeiro, fui

³¹ A violência obstétrica é uma das dimensões deste mito de que a mulher negra possui uma maior resistência à dor, ainda que não haja nenhum estudo científico que comprove este mito. É o que nos mostra Maria do Carmo Leal et al. (2017), no artigo “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”.

fazer engenharia, na minha turma éramos eu e mais um rapaz preto, os outros todos, todos, todos brancos, eu não me esqueço disso. (Ahyas SISS, ENTREVISTA 05).

A escola enquanto um espaço contraditório é ressaltada por Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03), por ter um bom desempenho escolar, mas não ter, muitas vezes, seu corpo respeitado por outros alunos. “Então, assim, era uma experiência contraditória, um destaque assim em termos escolares, sempre fui um bom aluno, mas eu não conseguia exatamente nomear como racismo essas coisas que eu vivia de enfrentamento com os alunos.” Essa afirmação atesta que a presença é ainda muito pouco para garantir a efetivação do direito à educação, quando seu corpo, sua história, sua cultura, sua religiosidade, ao não estarem inseridos no padrão etnocêntrico, não terão suas expressões aceitas.

A perspectiva de construção de um contexto escolar antirracista passa pela compreensão das relações de opressão que estruturam nossa sociedade. O entendimento sobre o papel das instituições de ensino deve afastar-se de uma razão instrumental e neutra, ao contrário, é preciso estar atento e voltado para as questões socialmente relevantes da nossa sociedade, como são as relações étnico-raciais. Trata-se de “desaprender o racismo para aprender sobre a colonização e a descolonização e compreender plenamente a necessidade de criar uma experiência democrática de aprendizado das artes liberais” (hooks, 2017, p. 55).

A forma como os alunos expressam os preconceitos que aprendem na família e na sociedade, no ambiente escolar, de acordo com Nilma Lino Gomes (2018), reforça a necessária inclusão de estudos críticos voltados para a temática étnico-racial como uma das funções da escola. O silenciamento, estratégia comumente adotada nas escolas, diante das relações étnico-raciais, associada a um discurso de igualdade, de que somos todos humanos, não é capaz de responder às necessidades das crianças negras, contribuindo para a proliferação das expressões do racismo. É preciso compreender, para falar, problematizar e criar estratégias de combate ao racismo, dentro e fora do contexto escolar.

A escola pode desencadear processos de afirmação e de recomposição da historicidade negada, desvalorizada por verdades que se querem dominantes na sociedade. E poderá fazê-lo, reeducando relações até então conduzidas por hierarquias sociais de superioridade/inferioridade, em desigual exercício dos direitos de cidadania. (SILVA, 2011, p.155-156).

A escola tem um papel estratégico na reeducação das relações étnico-raciais, em que se deve considerar como central a dimensão relacional e de aprendizagem do racismo. Comprendemos que o racismo é construído por meio de relações sociais e de poder desiguais,

e que a naturalização de tais relações ocorre por meio de práticas e representações que “(des)educam” os sujeitos para o desenvolvimento de ações e pensamentos racialmente orientados.

Caminhar em direção contrária, para o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista, faz-se necessário a construção de proposições orientadas para a reeducação das relações étnico-raciais de forma positivada no que tange ao respeito à diversidade dos grupos humanos em seus múltiplos pertencimentos.

Mais uma vez, através do relato de Patrícia Gomes Rufino Andrade (ENTREVISTA 07), vem à tona como a raça interfere no ambiente escolar, para além do que se espera do desempenho escolar. A educação, muitas vezes, exerce um papel de reforço dos estereótipos racistas, em que todo o processo de dominação colonial irá reverberar na educação de crianças negras: “minha primeira à quarta foi em escola particular e foi lá que eu enfrentei as coisas mais difíceis do racismo e isso me atrapalhou bastante” (ANDRADE – ENTREVISTA 07). Ela faz um desabafo com muita emoção, de algo que ainda se mantém vivo.

Antes de chegar na quinta série teve um fato que me marcou muito, que eu além de dormir, eu queria ser criança, queria brincar, sempre fui muito alegre, brincava muito, eu fazia isso com muita facilidade na escola, isso perturbava todo mundo, com certeza (...) [A diretora] e um dia ela perguntou para mim o quê que eu iria ser, porque ela falou comigo que eu não seria nada na vida, “você não vai ser nada na vida não, porque você não estuda né”, e eu inteligente pra caramba, fazia tudo, e ficava de recuperação toda vez na matemática, porque não era minha praia, e a escola nunca respeitou isso nos alunos (...). Eu não era fraca em matemática nada, eu só não estudava matemática, eu não gostava daquilo, enfim, mas era aquele conteúdo e não adiantava eu teimar com a escola, e quando ela falou para mim que eu não ia ser nada na vida eu fiquei com muita raiva, eu virei para ela e falei “eu vou ser sim, eu vou provar para você que eu vou ser”, não foram com essas palavras, mas foi mais ou menos isso, então ela falou que eu era respondona (...). Então eu sei que essa fala emblemática, essa questão só me veio mesmo à memória quando eu terminei o doutorado que eu resolvi fazer, olha bem o percurso, que eu resolvi fazer uns convites para entregar para as pessoas irem participar da minha tese, e um desses convites, eu imprimi poucos convites, e um desses foi para essa diretora, eu fui lá na casa dela entregar ela, você acredita que eu chorei nesse dia, até hoje eu me lembro disso, dá vontade de chorar, porque na hora que eu entreguei esse convite para ela, ela falou a mesma coisa, sabe, ela falou assim - que interessante que os melhores alunos dela não tinham sido ninguém na vida, e os piores alunos estavam dando uma lição para ela. (...) Aí, eu olhei para cara dela assim, e falei “A senhora não tem jeito, a senhora não vai entender nada nunca”, e fui embora (...). (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

Ações desenvolvidas por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011), em parceria com Raquel de Oliveira, professora doutora da rede pública de São Paulo, contribuem para

entendermos o relato exposto, ao dizer da sua preocupação na realização de cursos de capacitação, em que as práticas consideradas de indisciplina pudessem ser lidas também como busca por reconhecimento. “Pretendíamos que se avaliassem resistências, tidas como má-criação, obstinação, teimosia, na perspectiva de quem pretende ser reconhecido, sem se submeter a relações inumanas dirigidas, cotidianamente, aos negros” (SILVA, 2011, p. 125).

Um dos grandes avanços do sistema escolar, trata-se da educação como direito e a obrigatoriedade de o Estado garantir as condições necessárias para que crianças e adolescentes possam exercer tal direito. Miguel Arroyo (2007, p.115) diz da estratégia de “checar e intervir nas estruturas e nas lógicas do sistema que tem como *vício de origem* a exclusão e seletividade dos setores populares e a marginalização das crianças, adolescentes e jovens negros”. Os *vícios de origem* ainda não foram plenamente superados, mas, em contexto anterior, a exclusão a partir das desigualdades de raça e classe fica ainda mais em evidência.

A localização temporal da relação escolar dos entrevistados, em período anterior à aprovação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Instituições do Ensino Básico no Brasil, e à publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (2004), não deve ser desconsiderada. As legislações progressistas são fundamentais para um reposicionando do lugar negro na memória e história brasileira, trazendo a necessidade de formar novas pesquisadoras e novos pesquisadores(es) orientadas(os) por epistemologias contrastivas ao pensamento abissal³² que sustentam a colonialidade. Entretanto, as legislações não trazem, por si só, a capacidade de superação do racismo no ambiente escolar.

Pelos persistentes dados de seleção na entrada e de reprovação no percurso dos pobres e negros, o nosso sistema se tem revelado eficiente nos propósitos excludentes para que foi estruturado. Nessa função vem mostrando extrema qualidade. Por aí o racismo estrutural de nossa sociedade se concretiza nas estruturas seletivas do sistema escolar. Não esqueçamos que essa estrutura racista até nossos dias nas turmas especiais, de repetentes, desacelerados... uma espécie de sistema paralelo para as crianças e adolescentes pobres e negros. As turmas da EJA revelam em sua cor as lógicas racistas do nosso sistema. (ARROYO, 2007, p. 116).

³² “No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não científicas de verdade”. (SANTOS, 2010, p. 33).

Em pesquisa mais recente, de caráter nacional, Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus (2013) trazem dados importantes sobre a implementação da Lei nº 10639/2003 nas escolas. As realidades das instituições analisadas são muito distintas, apontando para desde o desinteresse pelas relações étnico-raciais e pela intolerância religiosa até o desenvolvimento de práticas transformadoras. É problemático o quanto a aplicação de uma lei fica à cargo de iniciativas individuais, desconsiderando a obrigatoriedade e, até mesmo, o caráter democrático e inclusivo da referida lei. Mas, como afirmam a(o) autora(r): “As mudanças a que assistimos nas práticas escolares observadas podem ainda não ser do tamanho que a superação do racismo na educação escolar exige, mas é certo que algum movimento afirmativo está acontecendo” (GOMES, JESUS, 2013). Afirmam ainda:

Como foi visto durante o trabalho de campo, o caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional. (GOMES, JESUS, 2013, p. 32).

Na entrevista de Erisvaldo Pereira dos Santos (ENTREVISTA 02), o marcador econômico/social se destaca, até mesmo em relação à questão racial. Ele afirma que teve muitas dificuldades de aprendizado no início da vida escolar, diferente das outras entrevistas, indo para o ginásio sem saber ler bem, o que ele atribui ao fato de não ter acesso ao mínimo que a escola exigia, especialmente livros e uniforme. “Você não trouxe o livro ainda? Não vai entrar?”, mas em casa os pais diziam “Não tem dinheiro pra comprar livro”. No bairro onde morava, os meninos sequer chegavam ao ginásio, as exceções eram aqueles que as famílias tinham uma condição econômica um pouco melhor, um pequeno comércio no bairro, a mãe ser faxineira de um hospital. Erisvaldo abandonou a escola algumas vezes, inclusive, quando o pai faleceu e ele precisava ajudar financeiramente em casa.

Eu terminei o processo de alfabetização, mas não sabia ler. Não sabia ler, porque não tinha livros em casa. E a escola não tava interessada em saber das condições sociais e econômicas da família. O menino tinha que chegar lá com o livro... “Você não trouxe o livro ainda? Cadê o livro? Você não vai entrar.”. Você voltava para casa, “Olha, a professora...”. O pai dizia, “Não tem dinheiro para comprar livro. Não tenho como comprar esse livro.”. Mas a escola não queria saber disso. (...) Eu me lembro, a professora de matemática ainda puxou minhas orelhas. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Se a questão econômica é forte nas diferentes entrevistas (exceção para a entrevista do Ahyas Siss, o que não significa definir a classe econômica da sua família de origem), notamos que a situação de pobreza em que vivia a família de Erisvaldo é bastante particular, na medida em que o impossibilitou de ter acessos mínimos para o desenvolvimento educacional. Observamos, na pesquisa, uma certa maleabilidade, típica da sociedade brasileira, tanto no “ser negra(o)” quanto no “ser pobre”. Ainda que Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva venha de uma família pobre, como ela afirma, sabemos o quanto condições de estudar com qualidade e ter acesso a livros solicitados pela escola, mas também de uma pequena “biblioteca” em casa fazem a diferença.

Você estudou em boas escolas?

Muito boas, não posso me queixar da vida. (...) Sempre públicas, porque nós nem tínhamos dinheiro, minha mãe viúva, professora primária, dava aula particular para complementar a renda. Particular nunca passou pela minha cabeça a possibilidade, além do mais as escolas públicas tinham muito mais prestígio naquela época. (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

A entrevista de Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) aponta, ainda, para uma dura realidade para mulheres negras — o trabalho doméstico. Além dela, Erisvaldo Santos e Otair Oliveira dizem das mães, que eram domésticas, e Patrícia Andrade faz referência a sua avó doméstica. Mas, para Kassandra, essa foi uma realidade na sua infância, quando morava, com a mãe, na casa da sua tia e ambas trabalhavam na casa.

A gente morava de favor na casa da minha tia, de favor não, que minha mãe trabalhava sem receber e eu também, mamãe como empregada doméstica e eu também, mesmo sendo criança, e depois adolescente tal. Por esse trabalho, eu estudava, era moeda de troca, muito injusta, mas eu estudei na escola particular até a oitava série, uma escola que minha tia também não pagava porque ela fornecia docinhos e tal. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A questão é que minha mãe se casou com meu pai, embora seja uma família de negros e mesmo que sendo mais claros de pele, cabelo também liso, enfim, tem um componente mais indígena na família do meu pai. Meu pai era um homem negro, de pele escura, cabelo que não dava uma volta, então isso já colocava ele e boa parte dessa minha família por parte de pai em outro lugar de negritude, índio, moreno, tudo menos negro, e minha mãe era empregada, então quando meu pai se envolve com a minha mãe, a gente automaticamente, digamos assim, nós não éramos sobrinhos e primos, eu sempre filha da empregada, e empregada em todo lugar que a minha família se reportava a mim. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

As narrativas de Kassandra Muniz são parte do descortinamento realizado por Lélia Gonzalez (2018), em 1980, no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, sobre a rejeição/integração da mulher negra na formação cultural brasileira e sua transmutação de mucama em mulata e doméstica. “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (GONZALEZ, 2018, p. 199). É um lugar naturalizado destinado às mulheres negras, que tinham o trabalho doméstico quase como única possibilidade de trabalho, ao mesmo tempo, em que ser negra, por si só, já coloca a mulher no lugar de doméstica.

Já no que se espera da masculinidade, Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03) afirma que sua mãe foi matriculá-lo e a irmã no ensino técnico. Eram dois cursos, magistério e contabilidade. A mãe matriculou a filha no magistério e ele na contabilidade. Ambos, insatisfeitos, trocaram as matrículas. Rodrigo e sua irmã negaram esse enquadramento de profissões masculinizadas e feminilizadas.

Não se deve desconsiderar, ainda, que a escolarização de negras(os) não aparece apenas circunscrita aos contraditórios, assim como as escolas e seus sujeitos não são homogêneos, o que foi possível identificar através de relatos que ressaltam, especialmente, os aspectos positivos da experiência escolar, incluindo a valorização da diversidade e a aproximação com o contexto familiar e social dos estudantes.

O respeito à diversidade deve se materializar em práticas que tratem positivamente o multiculturalismo. A escola necessita funcionar como um propulsor de potencialidades, estando atenta para que, diante do racismo, as virtualidades dos estudantes negros não seja apagada. O reconhecimento dessas competências também é lembrado pelas(os) intelectuais negras(os).

(...) concurso sobre a Madre superiora, a fundadora da escola, era um concurso de redação, a escola toda participou, eu e um grande amigo meu ganhamos o concurso, então nós ganhamos uma viagem para Santa Catarina com as Freiras, lá aos nove anos de idade. (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

Tendo em vista as condições econômicas, sociais e raciais, incluindo as desigualdades educacionais, a perspectiva de realização de curso superior não fazia parte da realidade de quatro colaboradoras(es) da pesquisa, o que não é difícil de ser compreendido.

Segundo o UNICEF (2012), a discriminação racial é uma das principais barreiras que os jovens adolescentes brasileiros enfrentam para ter garantido seu direito à educação. Do total de excluídos da escola, a maioria é negra e parda. E a discriminação não se manifesta apenas na dificuldade de acesso,

mas também na continuidade da vida escolar. A média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos ante 8,4 da média da população branca. (DAYRELL, JESUS, 2016, p.410).

Não ter como horizonte de expectativa o curso superior tem relação com opressões de raça e classe, em que o acesso por pobres e negras(os) sempre foi restrito e distante da vida das classes populares. O curso superior não atravessava a realidade cotidiana desses sujeitos, não havia referências, e por isso, não era uma possibilidade. O racismo se manifesta, ainda, na ausência de representatividade, o que tem sido uma luta importante dos Movimentos Negros nas últimas décadas e que tem alcançado avanços, tanto do ponto de vista legal, quanto através de boicotes e críticas públicas a empresas que não estão atentas à diversidade. A ampliação das universidades e relativa popularização com as políticas de ações afirmativas trazem um novo cenário, com perspectivas mais democráticas de acesso.

As(os) colaboradoras(es) ressaltam algumas crenças populares que ouviam com frequência, como “Está estudando demais, vai ficar doida(o)” e “Estudar não enche barriga”, sem exclusão do apoio, orgulho e os sacrifícios realizados pela família para concretização dos estudos.

(...) todo mundo dizia, “poxa, esse garoto estuda demais, vai ficar maluco”, porque estudar não era uma questão, meu pai só fez até a quarta série, minha mãe analfabeta, mas eles valorizaram o estudo, diziam que tem que estudar para ser alguém na vida, mas esse estudo aí, era até o antigo segundo grau. (Otair Fernandes de OLIVIEIRA – ENTREVISTA 04).

São dois movimentos aparentemente contraditórios, por um lado, na medida em que, a ausência de referências de pessoas com alta escolarização gera um desconhecimento, que irá se manifestar em falas como “Está estudando demais, vai ficar doida(o)”, expressão comum nas classes populares e que aparece em Erisvaldo Santos e Otair Oliveira. Por outro, há uma compreensão de que a educação possibilita ascensão social, assim, ela é estimulada. Além disso, o diploma tem um papel simbólico relevante para estas famílias, sendo, muitas vezes, uma conquista para todas(os).

Petronilha Silva afirma que sua mãe a instruía a fazer magistério, profissão historicamente feminilizada, no entanto, Ahyas Siss afirma sobre uma perspectiva para que ele cursasse engenharia, profissão historicamente masculina e elitizada. Já Patrícia Andrade não diz sobre a perspectiva de realização de curso superior, mas, ainda muito nova, insere-se em uma universidade pública, mas com muitos desafios.

Eu consegui me formar, eu saio com 16 anos do ensino médio, eu comecei a fazer vestibular com 17, e com 18 eu já entrei na universidade pública, e foi outra situação porque eu não curti a universidade pública, eu vim para cá já com uma situação familiar muito complicada, a saúde da minha mãe já tinha complicado muito, eu precisava ter algum recurso para pagar a passagem, ou então para comprar livro, eu tinha muito medo porque eu fui a primeira a entrar na universidade, como ninguém acreditava, eu entrei assim mesmo, e isso foi uma vitória muito grande para minha família e como sendo uma vitória foi assim que eu encarei, mas eu precisei sair logo para poder pagar meus estudos, sair logo para poder trabalhar. (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

O entrevistado Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) relata, ainda, quando percebeu os limites impostos pela raça para ascensão na carreira militar, sendo os mesmos descritos por Geórgia Moraes (2006) em reportagem publicada pela Agência Câmara de Notícias.

O jornalista Leandro Fortes, que também participou do seminário, afirmou que, apesar de existirem muitos negros nas Forças Armadas, eles ocupam postos subalternos. Para Fortes, há um mito de que a ascensão nas Forças Armadas é democrática. "Precisamos acabar com essa concepção hipócrita de que somos uma democracia racial. Temos que pensar como resolver isso discutindo, por exemplo, a política de cotas, inclusive, nas Forças Armadas. (MORAES, 2006, s. p.).

Pesquisa realizada pelo jornalista Sionei Ricardo Leão (MORAES, 2006) aponta um sistema que inclui, excluindo, não permitindo que negros ocupem cargos de poder. Tem uma história, em 2006, de 358 anos, apenas cinco negros haviam chegado ao cargo de general.

(...) então o quartel me possibilitou fazer a faculdade, o dinheiro, o quartel me possibilitou dar uma condição para minha mãe, fiz curso de cabo, de sargento, aí eu percebi que as forças armadas, principalmente o exército, era um meio de mobilidade dos negros, entendeu, mas uma mobilidade limitada, até sargento, subtenente, raramente você via um oficial negro, muito raramente um general negro. (Otair Fernandes de OLIVIEIRA – ENTREVISTA 04).

As trajetórias escolares das(dos) intelectuais negras(os) não aparecem desvinculada de seus contextos socioculturais. O papel da família aparece em todas as entrevistas, sendo que a politização quanto à questão racial (independente da escolarização familiar) é um fator extremamente relevante que traz empoderamento e uma afirmação positiva quanto a identidade racial em diferentes espaços, como na escola. No relato abaixo, fica em evidência a importância da família no desenvolvimento do gosto pela leitura e um equívoco em uma pesquisa, que pode ser lido como expressão do racismo.

(...) eu insisto um pouco na história de que a gente tinha livros, porque tem uma pesquisadora, lá no Rio Grande do Sul, um grupo de pesquisa, que fez uma pesquisa escolar, justamente no grupo em que eu estudei, e entrevistaram a mim e uma amiga minha, uma amiga de infância, a gente é amiga até hoje, e a gente disse nessa entrevista que a gente gostava muito da biblioteca, dos livros da biblioteca, mas nós também tínhamos dito, que a gente tinha livros em casa, que a gente trocava com as crianças, os adolescentes sobretudo, a gente trocava os livros (...); e aí ela entrevistou uma outra estudante, hoje uma senhora, claro, branca que morava no nosso bairro e que frequentou a mesma escola, e como ela nos entrevistou primeiro e a gente falou – “olha tinha a dona Belonina na biblioteca que ela auxiliava as crianças, como tudo que bibliotecária faz”, e aí essa pessoa, essa informante branca, quando ela perguntou: “tu gostavas da biblioteca?”, porque nós falamos tão bem, ela disse “não, não me interessava, porque na minha casa tinha uma biblioteca”. Bom até aí, e a pesquisadora concluiu que nós gostávamos da biblioteca porque nós éramos negros e não tínhamos livros em casa, mas nós tínhamos contado que a gente tinha o hábito da leitura, nós não contamos certamente que na nossa casa tinha um armário, que chamava armário dos livros, onde eram guardados os livros que interessavam as crianças e os adultos, enfim, tinha livros de romance, livros que minha mãe lia, que a família lia e, e ela escreveu um artigo e ainda me deu o livro, não só me deu, como nos deu o livro, em que está o artigo e o que não é verdade, não deve ser verdade que essa moça tivesse, não sei porque eu nunca fui na casa dela, nem antes nem depois, pode ser que ela tivesse, só que biblioteca, assim falado (...). (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA – ENTREVISTA 06).

O estudar, ainda que a escola seja um ambiente repleto de contradições e racismos, também é apresentado como refúgio e conforto diante do cotidiano.

A questão da educação para mim sempre foi também um lugar de refúgio do que eu vivia no meu cotidiano, então eu acho que além do fato de eu sempre ter gostado mesmo de estudar, de ler, fazer uma série de coisas, mas desde muito cedo a escola ficou sendo (...)um lugar de refúgio, de conforto, apesar do que a escola é do ponto de vista racial (...). (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

É também o que relata bell hooks (1995), que associa a sua inserção na vida intelectual como uma forma de sobrevivência, de refúgio diante dos sofrimentos da infância. Ao ter crescido em uma comunidade segregada sulista e pobre, a autora percebeu que a qualificação acadêmica, especialmente por ser uma forma de ascensão social, era algo bem-visto, mas ser erudito e intelectual não era bem-visto.

Em sentido semelhante, Beatriz Nascimento também diz de uma infância em que tirar nota 100 na escola era um refúgio, mas um refúgio da sua cor, por ser negra em uma escola branca, uma estratégia de sobrevivência.

Quando eu comecei a mergulhar dentro de mim, como negra, foi justamente na escola que era um ambiente onde eu convivía com a agressão pura e simples, com o isolamento, com as interpretações errôneas, estúpidas das professoras, a ausência de pessoas da minha cor na sala de aula, a falta de referência. No meu caso específico, o mecanismo para romper com esta situação de adversidade em que eu vivia era justamente estudar e tirar cem, que era a nota máxima na minha época. Eu era uma criança extremamente bem-comportada na escola primária, muitas vezes era elogiada pelas professoras porque eu era a mais educada, não pedia nem para ir lá fora durante a aula. O que eu era, era muito reprimida. Imagine uma criança que não pede para ir lá fora. (NASCIMENTO, 2018c, p. 251).

Não nos parece coincidência que os relatos que trazem o estudar e a conexão com os livros como uma forma de refúgio, como uma resposta ao sofrimento, inclusive o causado pela escola, sejam todos de mulheres e negras. É importante considerar que o racismo atinge, de forma diferente, também a partir do gênero. As mulheres negras se encontram na base mais baixa da pirâmide social e os livros aparecem como refúgio diante da solidão da mulher negra, estigmatizadas como “só corpo, sem mente”.

Enfim, ressaltamos que são sujeitos que se tornaram intelectuais negras(os) acadêmicas(os), e que as vivências, sobre-vivências e transgressões trazem importantes reflexões e contribuições para ressignificação da relação negras(os) e espaço escolar, incluindo através da ocupação dos Movimentos Negros (conforme veremos no próximo item) — que têm uma função central na reeducação das relações étnico-raciais.

Nessa trajetória de luta por uma educação antirracista, destacamos as articulações, embates, os estudos e as produções de outros conhecimentos pelos Movimentos Negros (GOMES, 2007) e pelas(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa. Também podemos pensar em uma perspectiva negra decolonial brasileira (GOMES, 2018). Dialogar com a sociedade sobre o eurocentrismo presente nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas pedagógicas, geralmente tratados enquanto recursos neutros, e, ao mesmo tempo, a produção de conteúdo que reconhece e valoriza as trajetórias negras, são movimentos sem os quais avanços legais e práticos não se materializariam nas últimas décadas. Trata-se, ainda, de um movimento mais amplo, que deve chegar nas estruturas da sociedade brasileira, para que a educação se concretize, de fato, enquanto antirracista, libertária, emancipatória.

É importante, também, destacar a perspectiva de negras e negros em movimento (GOMES, 2017), quando analisamos as narrativas das mulheres e dos homens negros colaboradoras(es). Todas(os) nos apresentam situações de dor causadas pelo racismo durante a trajetória escolar e suas estratégias individuais de enfrentamento, bem como as tentativas de proteção familiar, mesmo que ainda presas na leitura do racismo de que negras e negros têm de

se superar para não serem discriminadas(os). Na medida em que vão construindo uma identidade negra afirmativa, por meio de uma série de ações, apoios, aprendizados, repensar sobre si mesmos, esses sujeitos vão se afirmando como negras e negros.

4.4 FORMAÇÃO POLÍTICA DAS(OS) INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS E MOVIMENTOS SOCIAIS

A formação política e a participação em movimentos sociais não foram uma questão apresentada às(aos) intelectuais negras(os) colaboradoras(es). Entretanto, nas entrevistas, essa foi uma temática recorrente, que surgiu de forma espontânea, em diferentes graus, em seis das sete entrevistas, exceção para Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03). Compreendemos tal presença como um aspecto relevante na formação desses sujeitos enquanto intelectuais negras(os). O que fica em evidência, ainda, no conceito de intelectual negra(o) construído pelas(os) colaboradoras(es), quando dizem da agência política antirracista e do compromisso de transformação social.

Merecem atenção a preocupação e o envolvimento de intelectuais negras(os) com questões voltadas para o mundo social, para além da dimensão racial — ainda que não avaliemos como possível, na realidade social, fazer tal separação —, o que fica em evidência com a participação destes sujeitos nos diferentes movimentos sociais citados. Tal cenário contradiz tanto as narrativas de que as lutas da esquerda foram construídas apenas por brancas(os) quanto a de que sujeitos negros se envolvem apenas com as lutas de “ordem identitária”.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que as lutas protagonizadas pelos diversos e múltiplos Movimentos Negros — até mesmo pela organização social da sociedade brasileira, em que raça, classe e gênero se constituem de forma imbricada —, ainda que tenham uma perspectiva de ordem cultural em sua constituição, não deixam de ser movimentos políticos e atentos às diferentes demandas daqueles sujeitos que o constituem, para além da dimensão racial em si. Lúcia Xavier, em entrevista concedida a Verena Alberti e Amilcar Pereira (2007, p. 443), diz ainda do protagonismo feminino negro nas diferentes lutas do cotidiano.

É que ele [movimento de mulheres negras] incorpora as dimensões do cotidiano. Então, lá tem os problemas da escola, da criança, da mulher, do parto, da saúde, da habitação... Todo esse drama do cotidiano o movimento de mulheres negras traz com muita força. E traz exatamente pensando que isso é amálgama para uma estrutura pesada como o racismo. Hoje quem luta contra o racismo tem que lutar por uma boa educação, por uma saúde digna, pelos

direitos humanos. Não tem como separar as coisas. (ALBERTI, PEREIRA, 2007, p. 443).

Consideramos relevante, de forma a potencializar as primeiras reflexões aqui apontadas, no que tange a luta política de negras e negros em movimentos de esquerda sem viés racial, traçar um diálogo com as entrevistas realizadas por Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira, com lideranças dos Movimentos Negros, de diversas partes do país, publicadas no livro **Histórias do Movimento Negro no Brasil** (2007). Privilegiaremos a parte que trata a “Participação em grupos de esquerda” e a “Repressão e [a] abertura”.

As questões aqui apontadas são com base em parte dos relatos de Júlio Romão, Yedo Ferreira, Justo Evangelista Conceição, João Francisco dos Santos, Zélia Amador, Edna Roland, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Milton Barbosa, Gilberto Leal, Ivair Alves dos Santos, Edson Cardoso e Amauri Mendes Pereira.

Sobre as(os) militantes negras(os), pensamos que podemos dizer com tranquilidade, as(os) intelectuais negras(os) relatam diferentes vínculos com diferentes movimentos, em diferentes momentos da vida. A participação em movimentos de esquerda vinculados à igreja católica e à luta pela terra são os que mais aparecem, como as Pastorais da Terra, Ligas Camponesas, as Comunidades Eclesiais de Base e Juventude Operária Católica. Algumas(ns) declaram que tiveram vínculo com lutas/partidos comunistas. Movimentos estudantis, secundaristas, grupos marxistas e trotskista também são citados. As vivências políticas diante da repressão no período da ditadura civil-militar³³ são ressaltadas pelas(os) militantes negras(os), vinculadas(os) ou não a partidos / projetos comunistas. A própria censura ao debate sobre racismo, que era considerado subversão, foi explicitada.

Um relato, em especial, chama-nos a atenção, em que o entrevistado, ainda jovem, após vivenciar uma situação vexatória por não saber ler, contratou uma mulher para ensiná-lo a ler. Após, ele se mobiliza para ensinar a sua comunidade negra, que era, em sua maioria, também analfabeta. Relato muito potente, que demonstra solidariedade e compromisso com os seus, os laços comunitários e nos aproxima muito da afirmação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011), ao dizer da sua experiência na África do Sul, destaca que uma pessoa educada é aquela que coloca seus conhecimentos a serviço da sua comunidade, visando não apenas seu progresso individual.

³³ Não devemos desconsiderar o pacto realizado com o conjunto de setores da burguesia, de forma a frear os avanços sociais que se anunciavam.

Os relatos também apontam para um despertar para a luta pela questão racial, seja nos movimentos nos quais estavam vinculados, seja em outros espaços, momento em que problematizam os seus movimentos e/ou desvinculam e passam a participar de movimentos comprometidos com a questão racial. Esse tensionamento, muitas vezes, surge efeito, como demonstra Petrônio Domingues (2008), ao afirmar que, nos maiores sindicatos do país, existem comissões específicas voltadas para a dimensão racial. Não entraremos no mérito dessa presença.

Os movimentos sociais aparecem como espaços de formação política das(os) intelectuais negras(os). As aprendizagens e as construções advindas desses percursos não devem ser negligenciadas, saindo de uma perspectiva individual para se pensar como parte de uma coletividade, o que é fundamental para estruturação de perspectivas reivindicatórias e emancipatórias.

Entretanto, não se trata de uma passagem retilínea do mundo da ignorância para o mundo da inteligibilidade. A constituição de uma consciência crítica coletiva não é horizontal e ocorre a partir de uma relação dialética, em que os sujeitos se formam e, ao mesmo tempo, dão vida aos movimentos sociais, configurando-se enquanto formação política e luta pela transformação social. São sujeitos históricos, ativos, insurgentes.

As lutas políticas são muitas, diante das diversas opressões e supressões de acessos em um capitalismo predatório, insaciável, parasitário, afastado de quaisquer valores éticos. O que traz inúmeras possibilidades de engajamentos sociais, em perspectivas micro e macro, e/ou de formas articuladas.

As múltiplas faces da realidade repercutem também nos movimentos sociais, que ora aproximam-se em torno de uma grande causa, ora distanciam-se em lutas específicas. Esse quadro tem nos apresentado uma multiplicidade de movimentos pelo mundo, envolvendo questões de direitos humanos, de classe, de sexo e de gênero, de etnia, de gerações, ambientais, de saúde, agrárias. Essas, por sua vez, subdividem-se em tantos outros movimentos, conforme a geografia, o modelo social e econômico adotado. (PERRELLA, 2012, p. 66).

Aprendizagens são desenvolvidas e potencializadas, tanto internamente quanto para fora. Cileda Perrella (2012, p. 7-8) cita algumas perspectivas de aprendizagem a partir da participação política, destacamos algumas delas: novas relações com o público, construção de um sujeito coletivo, projeção de lutas pela sociedade, “romper com padrões estabelecidos no modo cotidiano de vida, passando a produzir outros significados, valores, comportamentos, ideias”, construção de uma perspectiva emancipatória.

Esses pontos contribuem para pensarmos como a trajetória dos sujeitos vai se formando através tanto da educação formal quanto da não formal. Essa construção, para as intelectuais negras e negros colaboradoras(es), não se restringe ao engajamento nos diferentes Movimentos Negros, a participação em outros movimentos sociais foi constantemente ressaltada.

(...) eu faço parte do movimento dos sociólogos, da luta pela volta da sociologia, do movimento pró participação popular da constituinte, eu tenho contato com diferentes grupos do movimento negro, mas ainda não estou engajado em nenhum deles, e eu só vou me engajar na década de 90(...). (Otair Fernandes de OLIVIEIRA – ENTREVISTA 04).

Trazemos alguns relatos que contribuem para pensarmos como esses sujeitos foram se construindo através da participação em diferentes movimentos sociais. Ainda que, como ironiza Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04), “nesta época, eu era um militonto”, participava de diferentes movimentos, mas sem a construção devida das reflexões necessárias.

A militância nas igrejas católicas, assim como nas entrevistas realizadas por Verena Alberti e Amilcar Araújo Pereira (2007), terá presença na fala das(os) colaboradoras(es) da pesquisa: “Eu tava na igreja, no grupo de jovens e no movimento estudantil. Mas, no ativismo negro ainda não” (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02). Como temos defendido que a dimensão racial se torna parte de tantas outras relações e movimentos, o relato de Siss traz esta interlocução movimento católico e raça.

Naquela época, a igreja católica, a atuação dela era muito forte, eu frequentei algumas paróquias lá, tinha grupo de jovens, e a gente conversava, a gente tinha um grupo jovem preto, chamava grupo jovem negro e tal. (...) Gente olha, eu me lembro que tinha um padre preto que era de São Paulo, que veio nessa paróquia e o pessoal falando “Vamos lá moleque, que tem um padre preto, vamos lá pra ver ele”. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

As entrevistas trazem,0 ainda, o encontro com as mobilizações voltadas para a questão racial.

Eu, na época do meu ensino médio lá na escola técnica, eu já participava de movimento estudantil, cheguei a me filiar a um partido de esquerda numa parte da minha vida, e depois foi, digamos assim, entrando mais para as questões negras, fazendo mais minha trajetória relacionada a isso. (Kassandra da Silva MUNIZ, ENTREVISTA 01).

Aí você começa a entrar em contato com pessoal de esquerda, primeiro contato, foi com pessoal do PCdoB, e abandonei a universidade e fui trabalhar no movimento social, que não era movimento social negro, ainda. Em

Madureira comecei a frequentar um bloco chamado Aguibara Dudu - Força Negra. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

Os percursos apresentados pelas(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) nos levam aos Movimentos Negros, em que Lélia Gonzalez afigura-se como uma referência necessária, na medida em que a autora participou ativamente no processo de constituição do Movimento Negro Unificado e traz reflexões a partir deste lugar. As mobilizações iniciais, as divergências, os encontros, os anseios, as lutas, os documentos produzidos pelo movimento, a riqueza com que a autora apresenta aquele que foi o “mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra brasileira na década de setenta” (GONZALEZ, 1982a, p. 64) e que permanece vivo até os dias atuais, traz para a comunidade negra uma das perspectivas de luta e resistência do povo preto, com muitos ensinamentos para aqueles que chegam.

Sobre os Movimentos Negros, a autora afirma que são muitos e que se estruturam de diferentes formas, desde o período escravocrata, em que os negros se organizavam através de quilombos, movimentos revolucionários (como o de malês), irmandades, sociedades de ajuda, candomblé e outros movimentos populares. O que une esses movimentos é a perspectiva negra, ainda que as divergências sejam muitas. Questões presentes e necessárias nos debates atuais dos Movimentos Negros são levantadas por Gonzalez (1982):

Deve o negro assimilar e reproduzir tudo o que é eurobranco? Ou só transar o que é afro-negro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar para vencer na vida através de seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não negros também oprimidos? Ou não? Por um espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc. etc e tal... (GONZALEZ, 1982a, p. 19).

Diante de tantas possibilidades de ser Movimento Negro, a autora se coloca para tratar sobre o Movimento Negro Unificado, mas não sem antes resgatar outros movimentos centrais do século XX, como a Frente Negra Brasileira (1931-1938), o jornal **O Clarim da Alvorada** (1924-1940) — importante órgão da imprensa negra, a Frente Negra Socialista (anos 1930/40), o Teatro Experimental do Negro (1944-1961), o Teatro Popular de Solano Trindade, criado em 1936, e nos anos 1970, os **Cadernos Negros**, o Centro de Cultura da Arte Negra, o Grupo Palmares e o movimento *soul*.

Sobre a compreensão do que sejam os Movimentos Negros, Nilma Lino Gomes (2017) afirma que:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. (...). (GOMES, 2017, p. 23-24).

No debate realizado por Gomes (2017), interessa-nos, especialmente aqui, dizer das suas contribuições ao demonstrar que o Movimento Negro brasileiro é um educador, um produtor de saberes e ator político central na conquista de políticas públicas afirmativas com recorte racial. Sobre os saberes produzidos pelas(os) negras(os) e sistematizados pelo Movimento Negro, Gomes (2017, p.67) afirma que:

Trata-se de uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça desde o início da sua conformação social. Significa a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada dos negros e negras ao longo da história, na vida em sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência. Ou seja, não se trata de ações intuitivas, mas de criação, recriação, produção e potência. (GOMES, 2017, p. 67).

Essas reflexões são profícuas, na medida em que, as(os) intelectuais negras(os) enquanto parte constituinte desses Movimentos Negros participam diretamente da construção de saberes e da proposição de políticas públicas voltadas para a população negra.

(...) aí a gente passa a participar dos encontros negros, do Sudeste, Encontro Nacional, aí que dá meu engajamento mesmo no movimento negro, no contato com a turma do [Instituto de Pesquisa das Culturas Negras] IPCN [Inaudível], o Amauri Mendes era presidente do IPCN na época, aquela turma com a turma do Ilê Aiê, com a turma do Olodum que está surgindo nos encontros, Flavinho da Fase, então quer dizer, o Batista, que hoje é colega nosso na Universidade do Tocantins, o Batistão, essas figuras para mim são lendárias, fazem parte da minha formação, na verdade a universidade não me dá a formação que eu gostaria, que eu tenho hoje, quem vai me dá essa formação, complementando com a formação da Universidade, é o movimento popular, é o movimento negro”. (Otair Fernandes de OLIVIEIRA – ENTREVISTA 04).

O reconhecimento pela militância nos Movimentos Negros é citado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06), quando ela diz da constituição do NEAB da

UFSCAR a partir do Movimento Negro e da homenagem que recebeu do Núcleo Municipal do Negro pelos anos de colaboração.

Uma outra dimensão assumida pelas(os) intelectuais negras(os) partícipes trata-se da relação militância e a ocupação das academias. “No meu caso, eu faço parte daquele grupo de ativistas negros que entenderam que era preciso ocupar o espaço da universidade pra pautar a luta antirracista” (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02). Essa dimensão aparece de forma direta em duas entrevistas (SANTOS – ENTREVISTA 02 e OLIVEIRA – ENTREVISTA 04), mas é possível perceber esta dimensão em mais duas, a partir do conjunto das considerações (SISS – ENTREVISTA 05 e SILVA – ENTREVISTA 06).

Sobre esta temática, Cláudia Miranda (2018, p. 332) associa diretamente a maior presença de intelectuais-militantes nos Institutos de Ensino Superior como parte de um enfrentamento assumido pelos Movimentos Negros. “Cruzar fronteiras e transgredir. A travessia realizada por homens e mulheres do Movimento Negro definiram os resultados alcançados na atualidade e desaguam, efetivamente, na abertura das portas das universidades públicas do Brasil”.

Chama-nos a atenção o relato de Otair Fernandes de Oliveira, quando ele cita o Primeiro Encontro de Entidades Negras, que ocorreu em 1991, no Pacaembu, em São Paulo, como um movimento que propunha a formação de uma rede de produção de conhecimentos na área das relações étnico-raciais, mas desvinculado às universidades. Uma proposição que se aproxima do que veio a se constituir enquanto Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, mas que se afasta pelo seu lado acadêmico.

No primeiro encontro de entidades negras, no Estádio Pacaembu, se eu não me engano foi em 1992, Florestan Fernandes esteve lá presente, dei uma entrevista, inclusive para TV Manchete, a gente estava em peso, e foi um encontro, que o MNU foi contra, e fez um encontro paralelo, na época, ao lado do Pacaembu, mas foi um encontro fantástico, nesse encontro fizemos uma reunião, só de quem lidava com pesquisa, com estudo, nas relações éticas raciais, independentemente se tivesse a pele preta ou não, mas que a pessoa tivesse compromisso, então fizemos uma reunião pesada, para discutir a ideia sobre uma rede de produção de conhecimento nesse campo, mas não para estar atrelado a universidade.

Quando eu soube do Copene lá na frente, eu penso “caramba, não era isso que a gente queria”, então quem lembra dessa época sou eu, e mais alguns, mas esse material deve estar no CEAMP, no arquivo, não sei como que está hoje, mas o CEAMP tinha um arquivo, o setor era responsável por esse arquivo, um arquivo muito importante que deve servir de fonte para pesquisa. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Para além dos deslocamentos provocados nas universidades, a partir dos vieses epistemológicos, políticos e culturais, a presença negra nas universidades tem nos possibilitado lutar pela construção de outro projeto de país. Movimentos de maior alcance que nos permitam avançarmos politicamente em direção a transformações sociais. “Um ponto de convergência é que a universidade tem sido um espaço de sustentação para outro projeto de país, de proposições que visam a conformação de *locus* pautado na interculturalidade experimentada nas lutas das suas bases sociais” (MIRANDA, 2018, p. 333).

A perspectiva de intervir na construção do país tem se mostrado fecunda quando identificamos a maior presença de intelectuais negras(os), acadêmicas(os) ou não, assumindo cargos políticos e atuando na construção de políticas públicas. São esses sujeitos que têm, especialmente, questionado as políticas ditas “universalistas”, que não foram capazes de reduzir as desigualdades raciais. Esse tensionamento somado a outras problematizações, como a desconstrução do “mito da democracia racial”, têm sido centrais para que deslocamentos sejam possíveis nas estruturas de raça, classe e gênero.

Para que tais questionamentos sejam produzidos, a universidade apresenta-se como um lugar estratégico, na medida em que “a universidade nos dá algumas das condições para formular políticas, para fazer pesquisa, para tentar entender os problemas das populações negras bem como problemas mais amplos da sociedade como um todo” (MIRANDA, 2018, p.336).

Mas não devemos perder de vista os limites da militância no âmbito das universidades e a ausência de diálogos com os movimentos externos. “Porque as transformações que nós vivemos hoje dentro da universidade, elas advêm do ativismo social, não foi a universidade que pautou. Então é preciso continuar, no meu entendimento, estabelecendo este ativismo social, político extra muros da universidade” (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Então, para mim, não é só as atividades da vida acadêmica que importam. Mas, as articulações dos terreiros, as articulações dos movimentos sociais negros continuam fazendo sentido na minha vida. E os Neabs tão restritos a uma militância social acadêmica. E eu acho que pra mim não é o suficiente. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Seja através da presença nas instituições de ensino superior, seja fora delas, é importante ressaltar “a força dos movimentos sociais nas lutas emancipatórias e pela democracia” (GOMES, 2017, p.15). Esse é um ponto de convergência necessário, que tem perpassado a história de lutas das organizações e Movimentos Negros, mas que também se articula a outros sujeitos progressistas, ainda que com convergências e divergências teóricas e de projetos, mas que se somam as conquistas sociais das últimas décadas.

As reflexões trazidas no decorrer deste tópico podem ser sistematizadas e finalizadas com a afirmação de Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04): “aí o mundo pra mim se abre, nessa questão da militância, com esse projeto de luta não só contra o racismo, mas também na luta para a transformação radical da sociedade brasileira, nas estruturas sociais, aí eu me vejo como intelectual orgânico”.

4.5 “ACEITO O DESAFIO”: RAÇA E FORMAÇÃO INTELECTUAL

Beatriz Nascimento, nas suas produções e entrevistas, traz relatos que a mobilizam e a deslocam, sendo fundamentais na sua trajetória. Especialmente, em “Por uma História do Homem Negro”, Beatriz relata uma das piores agressões racistas que sofreu, de um intelectual branco. “Disse-me ele que era mais preto do que eu por ter escrito um trabalho sobre religião afro-brasileira, enquanto que eu não usava cabelo afro e nem frequentava candomblé” (NASCIMENTO, 2018a, p.46). Além de toda a apropriação e violência, querem roubar até mesmo o ser negro, quando os convém. Beatriz segue: “Se um jovem loiro, burguês, intelectual brilhantíssimo, após alguns anos de estudo de uma das nossas manifestações culturais chegar à conclusão que é mais preto que eu, o que é que eu sou?” (p.46).

Beatriz Nascimento diz sobre as diferentes agressões que sofreu e ainda sofria em seu cotidiano por ser uma mulher negra, o impacto subjetivo doloroso a partir dessas experiências, sobre a representação negativada em torno de negras e negros e os complexos gerados. Entendendo toda a manipulação gerada a partir da história contada pelos brancos sobre o povo negro e mobilizada a partir de uma agressão tão dolorosa, Beatriz aceita o desafio de estudar a história do Brasil a partir de uma perspectiva negra. “Este desafio, aceitei-o totalmente a partir do momento em que um intelectual branco me disse que era mais preto do que eu” (NASCIMENTO, 2018a, p.48).

Além da violência contida e a profunda demonstração da sofisticação do racismo brasileiro, chama-nos a atenção a relação entre a experiência do racismo e a constituição da intelectualidade de Beatriz Nascimento, o que, para muitas(os) intelectuais negras(os) que estudam a questão étnico-racial, é algo intrínseco. Nas entrevistas, fica em evidência que ter a questão étnico-racial como principal foco de pesquisa não passa por escolha, mas necessidade de vida e desejo de transformação. “Aí você tem que tomar uma decisão... Ou de assumir a exclusão, a negação, a invisibilidade... Ou de tomar uma outra posição, que é a de compreender e buscar as razões que estão na base dessa exclusão, dessa negação, dessa invisibilidade” (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Nesse sentido, a própria conexão com a temática étnico-racial aponta para uma relação entre trajetória e intelectualidade negra, não como possibilidade única, mas compreendendo que a trajetória diz muito sobre as(os) intelectuais que são hoje. Pensamos que são trajetórias individuais, diversas, plurais, mas, de alguma forma, contribuem para pensarmos o coletivo, especialmente quando consideramos que são negras e negros que vão se constituindo intelectuais, em uma sociedade racista, além de outros marcadores que vão se apresentando, como gênero, sexualidade e classe.

As trajetórias nos mobilizam a pensar o que esses sujeitos trazem para a universidade, quais atravessamentos esses corpos promovem chegando até a universidade, tendo em vista a histórica interdição do corpo negro. Questionar e desnaturalizar a ausência de negras(os) nas universidades são um destes atravessamentos, em um dos países mais desigual do mundo³⁴ e que tem a raça como um fator estruturante de desigualdades e de não acessos.

Ter as relações étnico-raciais como investigação e como inscrição no corpo tem possibilitado a intelectuais negras e negros uma ressignificação das pesquisas, trazendo questionamentos sobre o imperativo da branquitude, a objetificação da população negra, o apagamento e simplificação da sua história, bem como as hierarquizações, as inferiorizações e os alijamentos de negras(os) de espaços de prestígio social e de poder. Essa turbulência provoca mais do que a presença de corpos negros nas universidades.

Essa trajetória, para muitas(os), passa ainda pela relação direta ou indireta, com os Movimentos Negros, o que potencializa, ainda mais, a presença negra na universidade. Recorremos a Nilma Lino Gomes (2017), quando afirma que o Movimento Negro é educador e de luta pelo combate ao racismo.

Importa-nos compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações. (GOMES, 2017, p. 23).

A diversidade é potente, na medida em que ela traz outras perspectivas de conhecimento científico, de produções teóricas, outras temáticas de pesquisa e outros olhares para as pesquisas, como temos comprovado no decorrer desta pesquisa e como nos diz Beatriz

³⁴ Em novembro de 2020, de acordo com o Jornal 247, dados do IBGE afirmam que o Brasil é o nono país em desigualdade. O Índice de Gini, que mede concentração de renda, aumentou pós golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. (IBGE, 2021).

Nascimento, ao questionar a história da branquitude narrada nos documentos escritos sobre a população negra, ao afirmar que nosso corpo também é história.

Não é a quantidade maior ou menor de documentos escritos que fornece uma visão aproximada da realidade histórica. Não é só o que está escrito que nos conta a verdade dos nossos antepassados e nos proporcionam a reflexão sobre nossa identidade nacional. A História também está registrada nos nossos corpos, enquanto corpo físico oriundo de uma cadeia de outros corpos na natureza. (NASCIMENTO, 2018d, p. 267).

As experiências de vida mobilizam outras estratégias, outros comportamentos. Os relatos da trajetória escolar e da descoberta enquanto negras(os) não são suprimidos quando estas(es) intelectuais chegam na universidade. A própria forma como se organizam e se acolhem nos NEABs indicam para comportamentos de solidariedade, de afeto, de coletividade.

Intelectuais negras e negros têm sido importantes no questionamento da meritocracia, pois trazem consigo uma outra noção de mérito e, conseqüentemente, de meritocracia. Ao problematizar a ideia de neutralidade e de objetividade, mensurável através de testes que seguem um determinado padrão e desconsideram os lugares desiguais de onde os sujeitos saem, assim como outros méritos que têm o potencial de somar na produção de conhecimento, como a capacidade criativa e a trajetória dos sujeitos.

As potencialidades e os limites da intelectualidade negra na universidade são/estão em processo. Nesse sentido, não devemos desconsiderar que são sujeitos em luta, mas criar uma expectativa de “salvadores” também pode ser problemática, seja por limites dos próprios sujeitos individuais ou coletivos, seja pelos limites institucionais-estruturais. A presença de intelectuais negras(os) ainda é numericamente pouco expressiva e, muitas vezes, concentrada em cursos das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, assim como ocupando poucos espaços de poder na estrutura universitária.

Diante de uma estrutura que não se mobilizou para questionar sua hegemonia branca, a presença dessa intelectualidade negra acadêmica traz consigo, ainda, uma série de demandas relacionadas à luta antirracista que tendem a significar uma sobrecarga de trabalho para tais sujeitos, pois, ainda temos muito a avançar no que tange a uma compreensão de que a luta antirracista não deve ser apenas de sujeitos negros.

Também é importante dizer para além dos muros das universidades, pois, se não há um controle por parte das elites brasileiras diante dos avanços advindos do âmbito das lutas raciais, e se é cada vez mais difícil publicamente atacar essas políticas, já que, de forma geral, as pessoas não querem ser acusadas de racistas, os incômodos que esses sujeitos provocam geram ataques

indiretos, como as inúmeras tentativas de desqualificar as universidades públicas, os cortes orçamentários e os acenos para a mercadorização/privatização das universidades.

Nesse sentido, ressaltamos trajetórias das(os) intelectuais negras(os) que chegam até as universidades e se inserem em um processo de constantes disputas. São corpos marcados, mas que conseguiram subverter e transformar em lutas, afinal, tornaram-se intelectuais negras(os) e, coletivamente, desenvolvem suas ações em prol da igualdade racial.

No próximo capítulo, refletiremos a partir das produções teóricas das(os) intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa, em diálogo com intelectuais negras(os) de outros tempos históricos, de forma a buscarmos aproximações com a ideia de um pensamento negro brasileiro. Ainda que um capítulo específico da tese esteja sendo destinado para a produção de conhecimento negra, esta temática é constante na pesquisa e está conectada com o ser intelectual negra(o), com as trajetórias, vivências e práticas destes sujeitos.

5 PRODUÇÃO TEÓRICA DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS: PROTAGONISMO HISTÓRICO NEGRO

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Chimamanda Ngozi Adichie³⁵, **O perigo de uma história única**, 2019, p. 32).

Ao refletirmos sobre a produção teórica das(os) intelectuais negras e negros em foco, identificamos em comum a preocupação com o que Adichie (2019) intitula “O perigo de uma história única”. Há um amplo rol de publicações que buscam romper com a “única” história narrada da população negra, ou seja, como negras(os) se inserem no discurso em torno da formação sócio-histórica brasileira. As consequências de uma leitura embranquecida provocam danos simbólicos e materiais à população negra brasileira. Decerto, são as(os) intelectuais negras e negros que têm rompido, de fato, com um ciclo de objetificação da história negra pela ciência brasileira.

Neste capítulo, dialogaremos com as entrevistas e com duas produções teóricas³⁶ de cada intelectual negra e negro partícipe da pesquisa, são elas:

- **Kassandra da Silva Muniz:**
 - “Ainda sobre a possibilidade de uma linguística ‘crítica’: performatividade, política e identificação racial no Brasil” (2016, p. 767-786);
 - “Ações afirmativas no contexto das universidades: a identidade negra como reivindicação linguística e política.” (2015, p. 135-153).
- **Erisvaldo Pereira dos Santos:**
 - “A educação das relações étnico-raciais, as religiões de matrizes africanas e a dupla pertença no episódio ‘O compadre de Ogum’ na literatura de Jorge Amado” (2017, p. 756-768);
 - “Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais” (2016, p. 25-48).
- **Rodrigo Ednilson de Jesus:**
 - “Quem quer (pode) ser negro no Brasil?” (2021, p. 31-52);

³⁵ Chimamanda Ngozi Adichie é mulher negra, escritora nigeriana. Nasceu em 1977, no estado de Anambra. É autora de diversos romances, traduzidos para diversas línguas, como **Meio sol amarelo**, **Hibisco Roxo** e **No seu pescoço**. Recebeu vários prêmios literários.

³⁶ As referências completas das produções teóricas encontram-se na Metodologia e nas Referências.

- “Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização” (2018, p. 37-54).
- Otair Fernandes de Oliveira:
 - “O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABs” (2014, p. 191-204);
 - “Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira” (2016, p. 106-118).
- Ahyas Siss:
 - “Ações afirmativas, educação superior e NEABs: interseções históricas” (2014, p. 181-190);
 - “O Leafro, relações étnico-raciais e a formação de professores: uma experiência de intervenção multicultural” (2008, p.15-40).
- Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:
 - “Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância” (2011, p.141-158);
 - “Crianças negras: entre a assimilação e a negritude” (2015, p.161-187).
- Patrícia Gomes Rufino Andrade:
 - “Territórios quilombolas, regulamentação” (2012, p.83-98);
 - “Reflexões sobre as vivências e perspectivas dos homens e mulheres negros” (2018, p.14-21).

Além das produções supracitadas, tendo em vista a perspectiva de pensar como o questionamento à ciência hegemônica e o protagonismo negro compõem nas produções de intelectuais negras e negros, dialogaremos com as seguintes autoras e autores: Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias do Nascimento. Para além do tempo histórico, área de formação ou filiação a correntes teóricas, a escolha por esses nomes passa pelo posicionamento intelectual e político expresso na presente tese, bem como as possíveis contribuições para as reflexões aqui propostas.

Sem almejar esgotar as discussões, mas considerando necessária esta aproximação com a produção teórica das(os) integrantes da pesquisa, o primeiro tópico do capítulo considerará a existência de um pensamento negro brasileiro a partir das contribuições de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Lucia Maria de Assunção Barbosa, Flávio Gomes, Nilma Lino Gomes e Paulina Alberto. Fica em evidência, o quanto, para a intelectualidade negra, é fundamental buscar desconstruir tempos, espaços e narrativas hegemônicas, dando vida e positividade à experiência de negras(os) na história.

A segunda subseção problematiza como dois dos elementos relativamente constantes na produção da intelectualidade negra brasileira são tratados pelas(os) intelectuais negras(os) partícipes da pesquisa, a saber: o questionamento à ciência hegemônica e o protagonismo negro como forma de reposicionamento da experiência negra brasileira.

Algumas questões nos mobilizam, neste momento, em torno desta produção da intelectualidade negra: Quais as reflexões sobre a concepção de produção de conhecimento preponderante na academia? Com quais autoras(es) e tradições teóricas dialogam? Como compreendem a ação de negras e negros como sujeitos na história? São sujeitos ativos? Quais negras, negros e coletivos são lembrados? Esta é uma preocupação das(os) intelectuais negras(os)? Se sim, como ela aparece nas produções?

5.1 ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA INTELLECTUALIDADE NEGRA BRASILEIRA

O tema intelectualidade negra e a ideia de um pensamento negro brasileiro fazem parte da história do Movimento Negro e das(os) intelectuais negras e negros brasileiras(os). As ciências humanas e sociais são os espaços em que esse debate mais acontece, em função da maior presença de negras e negros, mas isso não descarta a produção negra em outras áreas ao longo da história. Uma presença que precisa cada vez mais ser resgatada e visibilizada.

É importante lembrar, nesse processo, o livro **O pensamento negro em educação no Brasil** (1997), organizado pelas professoras Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Lucia Maria de Assunção Barbosa. De acordo com as autoras:

Desta forma, configurando intelectualmente suas ações, os negros brasileiros, ao longo de sua história iniciada na África, têm elaborado um pensamento que é próprio às suas raízes étnicas, à sua experiência de ser humano promovido a coisa, quando escravo, à sua vivência de ser posto à margem da sociedade da qual faz parte, à sua luta para assumir plenamente seu papel de cidadão. Partindo, pois, das tradições africanas, conforme assinala Mudimbe, citando Ladrière, os sistemas de pensamento são “processos dinâmicos nos quais as experiências concretas são integradas à ordem dos conceitos e discursos”. (GONÇALVES & SILVA, BARBOSA, 1997, p. 10).

Também citamos os trabalhos de Flávio Gomes (2018), ao problematizar a existência de um pensamento negro no Brasil; as reflexões de Nilma Lino Gomes (2018), em diálogo com a ideia de uma perspectiva negra decolonial brasileira e Paulina L. Alberto (2017), que analisa os discursos de intelectuais negras(os) em torno das desigualdades raciais e da harmonia racial,

no século XX. Esses estudos evidenciam que, quando anunciamos a intelectualidade negra brasileira, não estamos nos referindo a um fenômeno recente ou localizado nas últimas décadas, ou mesmo de sujeitos e/ou coletivos que produzem suas reflexões a partir do ingresso na universidade brasileira, como é o foco nesta pesquisa. Ao contrário, desde os finais do século XIX e em diferentes espaços de atuação, a intelectualidade negra está presente.

As trajetórias da produção intelectual das intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa aqui apresentadas são compreendidas como parte da reflexão e dos caminhos epistemológicos³⁷ e políticos por elas e eles construídos.

Trata-se de reflexões iniciais, sem a pretensão de esgotar o debate ou de propor qualquer genealogia, mas, entendendo que esta questão é importante para a intelectualidade negra e merece destaque. Considerando, inclusive, as inúmeras produções no Brasil que ressaltam as correntes decolonial, pós-colonial, interseccional, epistemologias do sul, mas são escassos os estudos que se adentram nas particularidades da produção teórica da intelectualidade negra brasileira.

É importante a afirmação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Maria Lucia de Assunção Barbosa (1997) sobre a não aceitação, por parte de negras e negros, da subordinação que lhes foi imposta.

É conhecido o estereótipo, fundamentado em ideologias racistas, de que o negro não pensa, é apenas força bruta, emoção, tendo muita habilidade para esportes e atividades ligadas à música. Estudos e ponderações como as de Fanon, de Freire, de Nkomo e outros demonstram que a desconsideração aos conhecimentos produzidos pelos grupos oprimidos, as tentativas de fazer-lhes crer na sua falta de capacidade intelectual e assumir a postura de consciências dependentes, embora causem muitos danos, não os mantêm indefinidamente – muito menos completamente – subordinados ao opressor. (GONÇALVES & SILVA, BARBOSA, 1997, p. 13).

Flávio Gomes ressalta a necessidade de se “(...)pensar as inconclusas e interrompidas formas de pensamento e inserção de intelectuais negros/negras. Do passado e do presente” (2018, p. 07), mas, ao mesmo tempo, alerta para os perigos da homogeneização diante da importante diversidade em diversos momentos históricos.

³⁷ De acordo com Oswaldo Giacoia Junior (2010, p.72), epistemologia é o “Ramo da filosofia que se ocupa com o estudo das condições de possibilidade do conhecimento, especialmente do conhecimento científico; teoria da ciência; estudo dos pressupostos e condições lógicas do conhecimento”. Entretanto, este é um conceito móvel, que vem sendo apropriado por diferentes sujeitos, em diferentes contextos. Em “Epistemologia das ciências sociais”, Suzana Salete Raymundo Chinazzo (2013) traz a história do conceito e aponta algumas disputas em torno dele.

Pode ser perigoso pensar em continuidade para pensamentos e reflexões negros/negras que atravessaram o século XIX e depois o XX, refundaram a modernidade e mesmo ofereceram subtextos de projetos de nação nunca rascunhados por formas hegemônicas da sociologia e da história das ideias no Brasil. De qualquer modo, houve muitos sons estrondosos de silêncios de formas de pensar e fazer artes de inúmeros intelectuais negros e negras, para além das repercussões literárias de Carolina de Jesus ou a sociologia de Guerreiro Ramos. Muitos duplamente esquecidos ou mesmo renegados. Tanto pelo fator exclusão posto, nunca terem sido enxergados. Ou pela negação de muitos deles em refletir, pensar, fazer literatura ou arte para além do prisma da raça e/ou dos paradigmas das relações raciais e seus estudiosos. (GOMES, F., 2018, p.07).

As considerações do autor apontam para a necessidade de ponderarmos sobre as múltiplas formas de ação (literatura, artes etc.), e em contraposição, o esquecimento, o apagamento relacionado ao protagonismo de tais sujeitos. Ao evidenciar que, para além de Carolina de Jesus e Guerreiro Ramos, há um rol de intelectuais negras(os) relegadas(os) ao limbo do esquecimento, provoca-nos a problematizar como o racismo foi eficiente em impedir que negras(os) conhecessem sua própria história, exceto pelo viés da objetificação provocado pela escravidão. Através da intelectualidade negra, que esteve ou está dentro e fora da academia, ocorre um reposicionamento de negras e negros na história. Flávio Gomes é categórico ao afirmar que:

Fato é que a produção desses intelectuais tem contribuído para a construção de narrativas alternativas à formação da sociedade brasileira, expandindo possibilidades cognitivas e epistemológicas para o estudo do negro e do racismo pelas ciências humanas (GOMES, F., 2018, p.07).

Em diálogo com os apontamentos de Flavio Gomes (2018), observamos, na produção de Beatriz Nascimento (2018e), que a presença e a ação de negras(os) são condição estrutural para a experiência histórica tanto de África, como na diáspora. O protagonismo negro faz-se presente em diferentes conjunturas e por ações como a constituição de quilombos no contexto colonial brasileiro, a resistência ao escravismo em África, a organização das escolas de samba no tempo presente, as religiões afro-brasileiras, o movimento black-rio etc..

Mesmo com o protagonismo da atuação negra na formação sócio-histórica brasileira, Beatriz Nascimento nos chama a atenção para o olhar reducionista pelo qual a experiência histórica negra é enquadrada, limitando tais vivências à moldura da escravidão. De acordo com Nascimento (2018e):

Durante os quatro séculos de escravidão nós vamos ver a atuação do negro brasileiro como um homem participante de uma sociedade, embora negando

às vezes ele mesmo, a sua origem racial. Quando cheguei na Universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para fazenda e para a mineração. (NASCIMENTO, 2018e, p. 328).

Em contraposição ao entendimento explicitado acima, que compreende a presença negra circunscrita à condição de força de trabalho mercadorizada, Nascimento (2018) encaminha em direção oposta, ao evidenciar o escravizado à condição de um sujeito portador de ação, subjetividade e desejo, que mesmo em condição material e jurídica adversa, busca construir possibilidades e agir no seu tempo, tal como por meio dos quilombos. “O quilombo surge do fato histórico que é a fuga, é o ato primeiro de um homem que não reconhece que é propriedade de outro, daí a importância da migração, da importância da busca do território” (NASCIMENTO, 2018e, p. 329).

Quanto à produção de Paulina Alberto (2017), ao analisar os discursos de intelectuais negros(os) no século XX, em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, ela traz reflexões importantes para pensarmos a perspectiva de um pensamento negro brasileiro. São, em maioria, homens, mas há também mulheres que almejavam representar e influenciar os negros brasileiros nas construções em torno da raça e identidade nacional. Ainda que, em contexto bastante adverso, foram importantes ao reivindicar a inclusão de negros como cidadãos brasileiros. Para Alberto (2017):

Certamente, os discursos dos intelectuais negros nas três cidades convergiam em aspectos importantes. Todos representavam o Brasil como um país mestiço ou multirracial e ninguém defendia uma política separatista. Todos buscavam se identificar fortemente com a negritude ou com a herança cultural africana e, em alguns casos, com uma combinação de ambas. Todos acreditavam na legitimidade e na necessidade de autonomia das organizações políticas, culturais e intelectuais negras. Mas eles também divergiam profundamente sobre o tipo de mistura que imaginavam caracterizar a nação em geral. (ALBERTO, 2017, p. 32).

Ao dizer de intelectuais negros(os) no início do século XX, no Brasil, fica em evidência que esse não é um movimento recente, ainda que muitos desses sujeitos não fossem assim denominados. Em perspectiva de um pensamento negro brasileiro, são importantes os fatores que unem esses sujeitos, conforme nos revela Alberto (2017). Entretanto, sem desconsiderar os desencontros na compreensão da mestiçagem e da democracia racial, seja pelo momento histórico, pela localização territorial e suas configurações em torno da raça e do racismo.

Em aspectos mais gerais, os intelectuais negros, em São Paulo, pensavam o Brasil como uma nação multirracial, de raças separadas, sem imprimir maior força à mestiçagem.

Ressaltavam as diferenças sociais e econômicas, mas não culturais entre as raças branca e negra. Uma vez que, “A identidade negra desses escritores, em outras palavras, existia não a partir da identificação cultural com uma herança africana, mas da sensação de formar uma minoria pequena e denegrada em uma cidade de imigrantes” (ALBERTO, 2017, p. 33).

Já no Rio de Janeiro, cidade com uma maior população negra, a ideia de mistura entre as raças era mais forte. Entre os anos 1920 e 1970, de acordo com Alberto (2017), predomina a ideia de uma identidade nacional brasileira que se constitui a partir da fusão entre raças. Com as tensões políticas geradas a partir da ditadura civil-militar, e os conflitos raciais, esta ideia perde força.

Quanto a Salvador, cidade com maioria de pretos e pardos, Alberto (2017, p. 33) afirma que a raça não era o principal aspecto que movimentava a organização. “No início do século XX, quando as elites baianas tentaram acabar com as culturas e as religiões africanas de Salvador, os líderes dos candomblés mais importantes passaram a preservar e promover ainda mais as práticas culturais definidas como ‘puramente’ africanas”. Para os intelectuais negros baianos, era importante essa relação com a cultura africana e a importância da mesma na formação cultural brasileira. Os anos 1970 trazem uma radicalização maior no discurso, mas mantendo esse vínculo com as origens africanas.

Somente depois do golpe militar de 1964 os pensadores negros abandonaram definitivamente o tom esperançoso do passado em favor de ataques abertos contra a democracia racial como uma ferramenta de dominação ideológica. (...) o fator decisivo para a mudança de estratégia dos intelectuais negros veio de dentro do Brasil. Os sucessivos governos militares nas décadas de 1960 e 1970 transformaram a ideia de democracia racial em uma frase vazia, ou pior, em uma cortina de fumaça, que não chegava a esconder completamente a tentativa, por parte do Estado, de reprimir as políticas em torno de reivindicações raciais. (ALBERTO, 2017, p. 27).

Intelectuais negros e negros seguem, de forma cada vez mais expressiva, quantitativamente e com relevância política, mobilizando-se, em diferentes frentes, no combate ao mito da democracia racial, nas denúncias em torno da forma como o racismo configura-se e se expressa no Brasil, bem como na luta por políticas de ações afirmativas e outras formas de combate ao racismo e à desigualdade racial. A ABPN e os NEABs têm se configurado enquanto espaços forjados por esses sujeitos, nas últimas décadas, que se mobilizam por projetos coletivos.

Nilma Lino Gomes (2018), em “O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos”, desenvolve sobre uma “perspectiva negra decolonial brasileira”,

fundamental na descolonização de currículos e do conhecimento. Assinala que esse debate não é recente, especialmente na Educação, em que já nos anos 1990, pesquisadoras(es) negras(os) discutiam a necessária elevação do pensamento produzido pela população negra, mas faltava estar organizado em produção científica.

A perspectiva negra decolonial está presente no “pensamento emancipatório construído pelos movimentos sociais nas lutas cotidianas e nas instituições educacionais” (GOMES, N. 2018, p. 227), mas fundamentalmente, cabe ressaltar que é uma descolonização em perspectiva negra e brasileira, que pode ser lida a partir da chave da descolonização.

Portanto, a compreensão de que existe uma perspectiva negra decolonial brasileira significa reconhecer negras e negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações. (GOMES, N., 2018, p. 227).

A noção de ciência hegemônica porta em si um amplo grau de abstração e imprecisão, contudo é importante destacar a hegemonia epistêmica construída a partir da modernidade europeia. Nesta tese, a referência à ciência hegemônica trata-se do modelo de produção de conhecimento comprometido com a suposta abstração universalista e asséptica às questões subjetivas e que ainda orienta a produção de reflexões relativamente limitadas e enviesadas sobre as experiências negras em diferentes localidades e temporalidades.

Anibal Quijano (2005) demonstra que a produção de conhecimento na modernidade, conhecida como eurocentrismo, está associada ao “padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (p.126). Ao mesmo tempo que alerta para a necessária não generalização de que toda história cognoscitiva da Europa Ocidental seja representante do que é entendido como eurocentrismo, mas sim, uma perspectiva específica de conhecer que se torna hegemônica mundialmente e dominante em relação a outras formas de conhecimento. Sobre o eurocentrismo, Quijano (2005) afirma:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 126).

Duas dimensões constitutivas dos saberes modernos, que garantem a sua eficácia hegemônica, são colocadas por Edgardo Lander (2005): a imbricação entre a partição do mundo “real” e a produção de conhecimento; e a articulação entre a organização do conhecimento e as relações de poder constitutivas da modernidade.

Lander (2005) cita marcos que são importantes neste processo. A lógica de um conhecimento des-subjetivado e universal a partir da separação “representada pela ruptura ontológica entre corpo e mente, entre a razão e o mundo, tal como formulada na obra de Descartes” (APFFEL-MARGLIN, 1996 apud LANDER, 2005, p. 9). A cisão entre a população e o mundo dos especialistas, proposta por Weber. Segue o autor, citando Locke e Hegel:

Tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia. As obras de Locke e de Hegel – além de extraordinariamente influentes – São neste sentido paradigmáticas. Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente. (LANDER, 2005, p.10)

Essa exclusão a partir de uma enfiada lógica universal tem sido denunciada, também, por intelectuais negros(os). Afinal, como já afirmamos anteriormente, a partir de Mbembe (2014, p. 19), “o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria”.

Em contraposição à perspectiva hegemônica de ciência, Beatriz Nascimento (2018a) chama a atenção para a necessidade de uma compreensão da história do negro de uma forma não fragmentária e que ultrapasse os marcos temporais da modernidade, momento no qual a história se monumentaliza como ciência. No entendimento de Nascimento (2018a):

Como abordar [...] a História do Negro no Brasil? Somente de um enfoque etnográfico, religioso, socioeconômico, ou seja, fragmentariamente, como de um modo geral vem sendo feita brilhantemente? E a História do Homem Negro? Afinal somos homens, indivíduos que devem ser estudados como tal. (NASCIMENTO, 2018a, p. 43).

Embora Beatriz Nascimento reconheça a importância de trabalhos que tenham o negro brasileiro como foco, tal como ela destaca;

A integração do negro na sociedade de classes” de Florestan Fernandes, tais análises privilegiam aspectos de classe e de mobilidade social, mas não evidenciam os aspectos raciais dos fenômenos sócio-históricos que compõem

a história negra-brasileira. A autora assevera que “o aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça (NASCIMENTO, 2018a, p. 45).

A fuga do investimento intelectual e do debate público sobre como a perspectiva de raça é um eixo estruturante da experiência histórica negra no Brasil e da própria história nacional fomenta, para Nascimento (2018), o desenvolvimento de reflexões desconectadas da realidade da população negra brasileira.

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mitificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 2018a, p. 45).

Não por acaso, Nilma Lino Gomes (2018) destaca que a perspectiva negra e emancipatória é marcada por eleger a raça como categoria central na análise das relações de poder na sociedade brasileira, bem como, pela diversidade epistêmica que emanam na história e nas práticas políticas, sociais e culturais.

Os encaminhamentos construídos em diversas áreas do conhecimento, que provocaram o apagamento do protagonismo negro na história, são alvo de crítica também em Clóvis Moura (s/a), que tece duras críticas à parte da historiografia brasileira do século XIX e XX e considera alguns historiadores como “intelectuais orgânicos do sistema escravista”.

De Frei Vicente de Salvador a Oliveira Vianna, os nossos historiadores retiram créditos da grande, senão fundamental, contribuição do negro (social, cultural e economicamente) colocando-o ou como animal de tração, bárbaro ou biologicamente inferior. Toda essa produção serviu e serve para manter essas populações desestruturadas etnicamente, em função da imagem desfigurada que os historiadores apresentam. Desta maneira, a historiografia abandona o seu papel de ciência para transformar-se em um instrumento ideológico das nossas elites racistas dominantes. (MOURA, s/a, p. 216).

Na avaliação de Moura (s/d), o investimento intelectual de reposicionar a experiência histórica negra brasileira fazia-se necessário e estava a caminho, por setores dos movimentos negros e de dentro das universidades.

Uma visão crítica sobre o assunto está surgindo por parte de setores universitários e elementos de diversos movimentos negros ora em atividade no Brasil e que estão procurando desviar a nossa produção historiográfica

desse caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar, resgatando, com isto, o papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e desenvolvimento do Brasil. (MOURA, s/a, p. 216).

Fica em evidência que as ações teórica e política orientadas pelo não apagamento da presença negra é um dos elementos recorrentes na construção de um pensamento negro brasileiro. É uma forma de reorganização da memória social, diante da hierarquização entre os diferentes grupos raciais que compõem a sociedade brasileira, tendo a branquitude como modelo normativo, e o outro inferiorizado, mas dentro de uma falsa idealização de harmonia racial.

Lélia Gonzalez (1987, p.2) chama a atenção para o desenvolvimento de “um refinamento dos mecanismos de dominação” voltado para eclipsar o protagonismo negro, mais assertivamente nas reflexões da autora, a agência da mulher negra na experiência histórica brasileira, transformando-a no principal contingente das camadas espoliadas da população.

As estratégias de dominação se desenvolvem de forma espraiada na sociedade e atingem os diferentes organismos que a compõem, tais como o sistema educacional, os meios de comunicação de massa, a indústria cultural, a produção acadêmica etc.. Como bem observa Gonzalez (2018b):

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles.

E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de: sexismo, racismo e elitismo. (GONZALEZ, 2018b, p.119).

Na análise de Gonzalez (2018b), a presença de negras(os) na história é compreendida a partir de prismas estereotipados, o que produz efeitos simbólicos e materiais. As interpretações da experiência negra organizada a partir da criação de uma suposta inferioridade intelectual e os desvios de ordem comportamental que lhe foram atribuídos, contribuem para empurrá-los às condições sociais e econômicas mais precarizadas, assim, interferindo na base material da sociedade e na distribuição dos bens materiais e simbólicos. A autora destaca que a “falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (‘negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro’, etc., etc.)”, gerando oportunidades de trabalho fortemente orientadas pelo racismo estrutural

que impele e circunscreve às “jovens negras, o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia ou, então, a prostituição aberta e aquela mais sofisticada dos dias atuais: a profissão de ‘mulata’”. (GONZALEZ, 2018d, p. 80).

A preocupação com a ação de lembrar, ressignificar e não deixar cair no limbo do esquecimento o protagonismo negro em diferentes momentos da história como um elemento presente na produção intelectual negra, faz-se urgente em um projeto político e epistemológico que busca “desnaturalizar” a teorização sobre os lugares reservados “harmonicamente” a partir das relações étnico-raciais.

Notamos que a intelectualidade negra não foi omissa diante da abordagem que insere, através de estereótipos negativos, negras e negros na história brasileira. A denúncia, diante de uma ciência marcada pela branquitude, é uma constante nas produções, assim como o movimento de inversão desta lógica, de forma a valorizar e lembrar as contribuições econômicas, políticas, culturais e sociais da população negra na formação brasileira. O próximo tópico traz as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa para o debate.

5.2 REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Através de aproximações, estabeleceremos diálogos a partir de dois marcadores, que comparecem de forma articulada no texto e nas produções teóricas da intelectualidade negra com a qual dialogamos: questionamentos à ciência hegemônica e a perspectiva de protagonismo negro presente nas produções.

5.2.1 Questionamentos à ciência hegemônica

A partir da produção selecionada das(os) intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa, das entrevistas realizadas, e em diálogo com outras(os) intelectuais negras(os), buscaremos pensar como esses sujeitos compreendem se há uma fissura epistemológica a partir do conhecimento produzido pela intelectualidade negra brasileira, também investigaremos indícios de como compreendem o fazer científico na universidade, as críticas à concepção de ciência que se autoproclama universal, assim como operacionalizam com pressupostos do conhecimento acadêmico, tais como, referências teóricas e filiações a correntes teóricas.

O compromisso com uma agenda antirracista e negra na produção intelectual e a busca de um fazer científico que rasure a suposta universalidade abstrata do fazer científico nos

moldes atualmente hegemônicos no ocidente são constantemente mencionados pelas(os) intelectuais negras(os). Nas entrevistas, fica em evidência a presença de uma constante disputa epistemológica em busca de enegrecer o conhecimento científico, ao mesmo tempo, em que questiona a universalidade a partir do norte ocidental.

Ahyas Siss (ENTREVISTA 05) considera que a intelectualidade negra tem tido sucesso nesta empreitada. Ressaltou que, nas salas de aula da graduação e da pós, os alunos sentem a diferença quando o intelectual branco e o intelectual negro socializam o conhecimento e interpretam a realidade. O mesmo acontece em relação à produção acadêmica.

Não é possível você fazer ciência sem deixar suas marcas. Todos nós temos nossas marcas, e nós a imprimimos ao longo de tudo que nós fazemos, eu acredito nisso, e na nossa produção intelectual também. Nós falamos não só do nosso lugar social, mas principalmente do nosso lugar social, de homem, de negro, às vezes pode falar do tal 'lugar do outro', se esse lugar existir(...). Eu não acredito que exista intelectual no abstrato, ele tem raça, religião, ou não tem religião, eu por exemplo sou alguém que não tem religião, mas quando eu falo isso aparece, está na marca do que eu falo. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

A maior presença de intelectuais negras(os) nas universidades, nos últimos trinta, quarenta anos, tem tornado esses tensionamentos teóricos e metodológicos mais gritantes, de acordo com Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01). Afirma as indagações teóricas que esses sujeitos provocam em suas áreas, que é processual, lenta, mas fundamental para que as diferentes áreas do conhecimento sejam interrogadas.

Passamos a olhar o campo a partir das lentes raciais, e isso nos faz interrogar as ausências, nos faz pensar o porquê só aquelas presenças e não outras, isso nos faz procurar outras bibliografias que não as que fomos formados. Nossos convidados, bibliografias, disciplinas, tudo isso vai causando um tensionamento teórico-metodológico, que não se encerra em nós, nos intelectuais negros que estão exercendo função de professores, mas que reverberam. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

A partir dessa disputa epistemológica provocada por intelectuais negras e negros, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06) indaga sobre a necessidade de conhecer, através de pesquisas científicas, o quanto esta produção circula entre não negros que não são aliados da luta antirracista, se esses sujeitos são lidos, citados e/ou referenciados por outros grupos. Uma relativa dificuldade de acessar duas produções teóricas de todas(os) as(os) intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa corrobora a indagação de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Envolve a capacidade de produção e de circulação do conhecimento por elas

e eles produzidos. Entendemos como um questionamento relevante, ainda que não seja o foco desta pesquisa, pois são estudos que tratam de questões estruturais da formação sócio-histórica brasileira e não relativas a interesses de um grupo específico, como, com frequência, a temática étnico-racial é tratada. Portanto, é importante indagar até que ponto essas produções conseguem ser divulgadas nos espaços mais hegemônicos de produção do conhecimento.

Erisvaldo Pereira dos Santos (ENTREVISTA 02) reconhece e valoriza as significativas contribuições de intelectuais negras e negros, mas também problematiza um certo modismo em torno das discussões epistemológicas. “Eu acho importantíssimo que a gente estude a África. Mas eu vou continuar com o Silvio Romero, dizendo que a gente não entende a África brasileira ainda”. Para Erisvaldo, é importante retomar o passado, mas sem querer “jogar tudo fora”. Acrescenta, “É preciso interpretar as ideias que a gente bota fogo, para saber como é que elas funcionam nos nossos corpos, nas nossas almas negras brasileiras.” (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Essa constituição de um pensamento negro brasileiro não ocorre sem divergências e problematizações, como temos apontado. As críticas superficiais aos clássicos, sem de fato se apropriar dos autores e sem contextualizar a produção, aparecem como um modismo que é alvo de críticas, nas entrevistas de Erisvaldo Pereira dos Santos (ENTREVISTA 02), Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) e Rodrigo Ednilson de Jesus (ENTREVISTA 03). Entretanto, em nossa compreensão e pela contextualização das falas, tais críticas não se referem a intelectuais negras(os), mas, principalmente a quem realiza críticas contundentes e tem discursos efusivos, a partir de leituras superficiais de obras e autoras(es), e até mesmo a partir da apropriação de leituras realizadas por terceiros. Essa prática não dialoga com a nossa compreensão de intelectuais negras(os).

Consideramos pertinente a afirmativa de Patrícia Gomes Rufino Andrade (ENTREVISTA 07) de que há um longo caminho a ser trilhado, que vem ocorrendo, mas ainda temos muito que avançar coletivamente no rompimento e construção de outras epistemologias.

Reconhecer essa realidade e os limites que ainda temos na consolidação de uma epistemologia ou das epistemologias negras não lhes retira a importância, a urgência e a insurgência. As leituras e as interpretações negras da realidade social são necessárias para o combate ao racismo presente na ciência e para construção de uma outra ciência. É por meio da produção intelectual negra e a presença negra como intelectual, esse tensionamento acontece. Rodrigo Ednilson de Jesus afirma:

Por mais que na história da ciência mundial e brasileira tenham trabalhos sobre história da África, história das populações negras, elas eram recorrentemente feitas a partir de um lugar branco, e fazer uma leitura a partir de um outro olhar, ao mesmo tempo produz novos olhares, mas tensiona os olhares anteriores. Para mim, é isso que é ciência, a contradição a partir destes lugares de ver o mundo, de fazer a própria ciência, porque a dimensão metodológica, às vezes as pessoas veem só como uma técnica, mas ela é o que sustenta nossas conclusões, e o modo como eu interajo com os sujeitos ou com os objetos, eles fazem a diferença. Eu vejo que não é só emergência de novos temas, mas eu acho que são novas formas de olhar os temas, que produzem novas explicações. (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

É fundamental lembrarmos que, em 1978, Abdias do Nascimento, já na introdução de **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado, faz uma dura crítica ao formato dominante de produção de conhecimentos na academia, prática que promove uma espécie de apagamento programado da importância étnico-racial que se faz presente na experiência individual e coletiva de negras(os) na sociedade brasileira.

O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertencço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. (NASCIMENTO, 1978, p. 41).

A mitologia de origem da ciência moderna aos moldes ocidentais, que pressupõe o completo distanciamento e controle dos aspectos subjetivos daqueles que a produzem, é constantemente objeto de crítica por intelectuais negras e negros. A desaprovação desse mito de origem da cientificidade moderna relaciona-se aos limites da própria ciência como elemento estruturante da colonialidade/modernidade, que se organiza a partir do pressuposto da universalização do humano. Trata-se de uma concepção de universalidade em que cabe apenas o modelo civilizatório de onde advém e seus valores etnocêntricos.

Esses limites partem de uma pressuposta imparcialidade e do desejo da abstração absoluta, o que impossibilita deslocamentos que reconheçam como ciência os conhecimentos de outros sujeitos e outros coletivos sociais e culturais que compõem a diversidade humana, como negros, indígenas, mulheres, asiáticos. Existe uma apropriação desses conhecimentos, os quais muitas vezes são incorporados e usurpados pelo universo científico da branquitude e, a partir de uma linguagem branca, passam a ser tratados como ciência.

Quanto à produção teórica das(os) intelectuais negras e negros colaboradoras(es) da pesquisa, foi possível perceber, de diferentes formas, indagações às ciências hegemônicas e às suas áreas de atuação. Para além do questionamento à perspectiva de ciência, que legitimou a inferioridade negra, no século XIX, com as teorias eugenistas (MUNIZ, 2015), nota-se o questionamento às leituras de análise da realidade da população negra no Brasil, pautadas apenas na dimensão de classe (SANTOS, 2016).

Em Cassandra da Silva Muniz (2016), fica em evidência a necessidade de se problematizar a relação entre os pressupostos do fazer científico, historicamente sancionados como legítimos, a linguagem e a constituição de identidades; assim como, a necessidade de se discutir o lugar ocupado no interior do campo da Linguística das investigações que partem da perspectiva das questões negras. A interpelação entre diferentes campos epistemológicos seria uma necessidade estrutural para a contestação do campo da Linguística, historicamente organizado a partir de pressupostos europeus e supostamente universais.

O caminho desenvolvido por Cassandra Muniz (2016), ao buscar discutir no interior da Linguística a relação entre identidades, língua e racialidade, aponta um conjunto de críticas ao fazer científico. A autora entende que as ciências são marcadas pelo poder colonial de determinados grupos, alijando da concepção hegemônica, as questões negras. De acordo com Muniz (2016):

Dessa forma, faz todo sentido se questionar e questionar o lugar não só de uma produção acadêmica que investigue e tenha como relevante tudo o que fica de fora do paradigma dominante, bem como os sujeitos pesquisadores que pretendem investigar justamente esse “resto” de temas sociais. Mais grave ainda é quando esses sujeitos pesquisadores se encontram no mesmo “não lugar” que suas pesquisas, uma vez que até bem pouco tempo eram apenas objetos de pesquisa. Refiro-me aqui, por exemplo, à produção de conhecimento realizada por intelectuais negras e negros, por intelectuais indígenas e mesmo por mulheres, embora alguns acreditem que estas, principalmente as brancas, ocidentais e de classes mais altas, já se encontrem dentro do paradigma dominante. (MUNIZ, 2016, p. 774).

Ao refletir sobre a produção de conhecimento da intelectualidade negra, Otair Fernandes de Oliveira (2016) manifesta crítica à baixa presença de negros(as) na universidade, especialmente na condição de pesquisadores(as). Reverter esse cenário tem relação direta com o necessário deslocamento da exclusividade na produção do conhecimento, que se sustenta na produção hierárquica das diferenças. Oliveira (2016) ainda ressalta a articulação entre produção de conhecimento e transformação social.

Podemos falar em intelectualidade negra no campo da educação brasileira quando vislumbramos e visualizamos o conjunto de pensamento social antirracista mediante a produção de conhecimentos sistematizados que traduzem não apenas reflexões, mas formas de atuação capazes de reverter a situação dos afrodescendentes no interior da sociedade brasileira marcado por uma lógica perversa de um sistema social estratificado e estruturalmente racializado. (OLIVEIRA, 2016, p. 107).

Ao tratar sobre o dilema vivido por muitas crianças negras, entre a assimilação do “branquear” e a construção e a exibição de sua negritude, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2015) faz um resgate importante que envolve a constituição da inferiorização de negras, negros e seus valores, crenças, atitudes, comportamentos, religiosidades, o que tem reflexos diretos nas representações em torno das pessoas negras ainda hoje. Essa não é uma relação monolítica, e como bem afirma Silva (2015, p. 165), utilizando de Cone (1973), “a experiência dos negros não se restringe ao seu encontro com o mundo dos brancos, no qual não encontram lugar. O povo negro sabe que, em sua existência, o branco não tem última palavra”.

Silva (2015) indaga diferentes atores envolvidos neste processo complexo para crianças negras, de expressarem sua negritude, como o Estado, a escola, professoras(es), a família e amigos. Interpela, ainda, a produção de conhecimento, a escrita da história do Brasil a partir da visão eurocêntrica.

Passo importante, nesse sentido, é deixar de admitir que a história do Brasil continue sendo escrita no singular, ou a partir unicamente de uma visão eurocêntrica. As histórias e culturas que constituem o povo brasileiro têm de ser igualmente valorizadas, estudadas do ponto de vista de suas raízes indígenas, africanas, asiáticas, europeias. E certamente esse é um esforço complexo, exige desconstruir ideias preconcebidas, abolir atitudes desrespeitosas, aprender a respeitar, compreender e articular distintos pontos de vista, visões de mundo, experiências de vida, construções de espiritualidade, de pertencimentos étnico-raciais. (SILVA, 2015, p. 170).

Outro aspecto identificado na produção das(os) intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa refere-se a uma ampla diversidade de correntes teóricas que orientam a produção acadêmica e política. Apesar da evidente diversidade, há um diálogo importante com outras(os) intelectuais negras(os), bem como a presença de leituras progressistas no que tange a questão racial e social.

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva destaca a influência dos movimentos multiculturalistas na sua prática intelectual, assim como na concepção de educação que defende. Afirma que tais movimentos “nascem nas artes, em protestos nas ruas e vão expandindo ideias,

estratégias, até se introduzirem nos meios acadêmicos e escolares, com a presença e a pressão de representantes dos ditos marginalizados” (SILVA, 2011, p. 128).

O não-alinhamento a uma corrente teórica é evidente na produção das(os) colaboradoras(es) da pesquisa. Podemos observar em Rodrigo Ednilson de Jesus (2021; 2018), Patrícia Gomes Rufino Andrade (2012), Erisvaldo Pereira dos Santos (2017), Kassandra Muniz (2016; 2015) Otair Fernandes de Oliveira (2016; 2014), Ahyas Siss (2014) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2015), que o caminho é o de não se alinharem a uma única corrente teórica, mas a busca de diálogo com diversos campos, com o objetivo de problematizar questões relacionadas às demandas da comunidade negra.

Passagem que evidencia essa perspectiva encontra-se em Santos (2017), ao dialogar com os estudos de Michel Foucault, ao problematizar a literatura de Jorge Amado para a compreensão das religiões afro-brasileiras em contexto escolar. A análise do episódio “O compadre de Ogum”, de autoria de Jorge Amado, busca dialogar com a teorização foucaultiana ao considerar a prática discursiva como um campo de luta constante envolta nas relações de poder e nas disputas de poder.

Erisvaldo Pereira dos Santos (2017) compreende a literatura de Jorge Amado como um discurso que ultrapassa o entendimento das religiões afro-brasileiras como manifestação do sincretismo, a exemplar mescla da dupla inscrição religiosa entre o Catolicismo e o Candomblé. Em contraposição a essa leitura da experiência negra de natureza religiosa, o discurso literário investigado é abordado “como um tipo de discurso que contribui para o conhecimento da religião de matriz africana como uma visão de mundo, uma forma de relacionar-se com o sagrado em busca da força vital” (SANTOS, 2017, p. 756).

Movimento epistemológico similar pode ser observado em Patrícia Gomes Rufino Andrade (2012), ao dialogar com autorias como Zigmunt Bauman, Walter Benjamin, Nestor Canclini, Michel de Certeau, Stuart Hall, Nilma Lino Gomes e Maria Nilza da Silva, na busca de compreender os entrelaçamentos entre o currículo vivido por meio das práticas culturais partilhadas em uma comunidade de remanescentes de quilombo e a escola local onde ocorreram. Dessa forma, Andrade (2012) apropria-se de perspectivas teóricas, metodológicas e políticas de autores da teoria pós-colonial afro-britânica — Hall; dos Estudos Culturais hispano-americanos — Canclini, 2006; da primeira geração da Escola de Frankfurt — Benjamin; da teorização de fronteira — Certeau; o pensamento crítico acerca das sociedades do final do século XX e da primeira década do século XXI — Bauman; e de intelectuais negras brasileiras que teorizam sobre questão racial no tempo presente — Nilma Lino Gomes e Maria Nilza da Silva.

Nesse sentido, mesmo que autoras e autores negras(os) sejam as referências centrais no desenvolvimento do trabalho, mantém-se o diálogo com tradições acadêmicas diversas. Em Otair Fernandes (2018), há a escolha de categorias do pensador e militante comunista italiano Antonio Gramsci, em especial, o conceito de hegemonia para a reflexão sobre a intelectualidade negra dos NEABs como agentes comprometidos com a luta antirracista. A centralidade de elementos do pensamento gramsciano ocorre junto com o diálogo teórico com intelectuais negras(os), como Nilma Lino Gomes, Stuart Hall e Ahyas Siss.

De modo aproximado, Kassandra Muniz, nas duas produções em foco (2016; 2015), dialoga com John Austin e Kanavillil Rajagopalan, originários da Linguística Crítica, mas apropria-se também de elementos de correntes epistêmicas que sugerem a descolonização do campo científico, como Anibal Quijano, Walter Mignolo; as epistemologias do sul, com Boaventura de Souza Santos; a feminista Judith Butler; e a incorporação de perspectivas negras nas ciências humanas e sociais, através de bell hooks, Stuart Hall, Homi Bhaba e Kabengele Munanga.

O caminho desenvolvido por Rodrigo Ednilson de Jesus (2021; 2018), ainda que não descarte matrizes epistemológicas do norte, dialoga com a produção de intelectuais negros tais como Virgínia Bicudo, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves. Fica em evidência o objetivo de enegrecer a teoria da educação brasileira, o que pode ser considerado como uma estratégia política e uma escolha epistemológica na luta contra o epistemicídio.

Segundo Petronilha Gonçalves e Silva (2011), a produção científica é construída de forma coletiva e partilhada, a partir de um amplo conjunto de contatos com sujeitos diversos que compartilham afetos, experiências, saberes, e não a partir de uma concepção de produção científica desenvolvida isoladamente por pesquisadoras(es) ilhadas(os). Essa concepção de ciência, muito presente na trajetória das(os) intelectuais negras e negros partícipes da pesquisa, tensiona a ideia de conhecimento individualizado e neutro, ainda tão comum nos meios acadêmicos. De acordo com Silva (2011):

Como se pode mais uma vez constatar ao longo deste relato de trajetória profissional, o que tenho aprendido e realizado é fruto do convívio com meus alunos, da companhia da comunidade negra, dos parentes, amigos, professores – tanto dos que foram meus mestres, como dos que são meus colegas. Também da proximidade de pesquisadores, com quem compartilho dúvidas e achados ou de quem convivo intensa ou acidentalmente no dia a dia. (SILVA, 2011, p. 135-136).

Outra proposição sobre a produção científica defendida por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva relaciona-se ao lugar reservado aos movimentos sociais, especialmente ao Movimento Negro. Silva (2011) destaca que o protagonismo desses coletivos é fundamental na elaboração teórica e prática de ações antirracistas voltada para a escolarização.

Mas ainda, os movimentos sociais, particularmente o Movimento Negro, reconhecem que a sociedade, em rede de relações objetivas, envolve e conforma a todos enquanto pessoas e cidadãos, buscando manter estrutura hierárquica de poder e de influências que tenta garantir privilégios para uns em detrimento dos direitos de outros. Diante disso, os movimentos sociais propõem, à academia, que busque superar relações desumanas, discriminatórias, produzindo e divulgando conhecimentos no sentido de criticá-las e torná-las justas para todos. E que não se diga que isso é tarefa unicamente das Ciências Humanas, há que lembrar que todas as ciências são criações humanas e devem dignificar cada ser humano. (SILVA, 2011, p. 130-132).

Esse diálogo com os movimentos sociais é fundamentalmente ressaltado por Lélia Gonzalez, a partir do protagonismo dos Movimentos Negros. “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o fenômeno do racismo e do sexismo” (GONZALEZ, 1984, p. 191). Ou seja, para a autora, a produção de conhecimento da(o) intelectual negra(o) não ocorre envolta em uma aura de suspensão da realidade, ao contrário, é marcada pela sua trajetória de vida e profissional e construída de forma interconectada com as lutas sociais e com a sua participação nos movimentos sociais, neste caso, o Movimento Negro.

Vale ressaltar que a militância política no Movimento Negro Unificado constituía-se como fator determinante de nossa compreensão da questão racial. Por outro lado, a experiência vivida enquanto membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo permitiu-nos a percepção de várias facetas que se constituiriam em elementos muito importantes para a concretização deste trabalho. (GONZALEZ, 1984, p. 191).

Nesse papel de indagar suas áreas do conhecimento, Patrícia Gomes Rufino Andrade (2012) tensiona a compreensão do conceito de território como limitado apenas aos seus aspectos físicos e geográficos. Tendo como foco uma comunidade rural negra, entende que considerar somente a dimensão da territorialidade material é insuficiente para compreender a especificidade em questão, sendo fundamental trazer para discussão a dimensão subjetiva relativa à tal espaço.

Ao ressemantizar o território rural negro, Patrícia Andrade, assim como outras(os) autoras(es) negras e negros têm feito, busca dialogar com Osvaldo Martins de Oliveira (2005)

que, ao investigar uma comunidade de remanescentes de quilombos no interior do Estado do Espírito Santo, percebe que a ressemantização do território ocorre considerando-se a apropriação subjetiva dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela posse pela terra. De acordo com Oliveira (2005) citado por Andrade (2012):

[...] o território negro é um campo de relações sociais e políticas, no qual se elabora uma forma específica de identidade étnica: a do negro do meio rural. A terra é considerada como lugar próprio e diferenciado, na qual surge o território como uma realidade indivisa marcada por uma forma de organização política própria, investida de uma história (negra) e de um universo simbólico particular. (OLIVEIRA, 2005 apud ANDRADE, 2012, p. 83).

Uma presença constante nas produções teóricas da intelectualidade negra em foco trata-se da finalidade das ações intelectuais, que se mantêm conectadas com questões relacionadas à realidade da comunidade negra, tais como, acesso e permanência na educação superior, políticas públicas, deslocamentos em campos acadêmicos, almejando a incorporação de demandas negras, educação para as relações étnico-raciais. O que indica um evidente compromisso com uma agenda antirracista, conforme já havíamos pontuado nos capítulos dois e três desta tese.

A presença de uma orientação ético-política comprometida com uma agenda antirracista e negra na produção intelectual, geralmente, comum entre intelectuais negras e negros, comparece como uma das características nos trabalhos analisados. Esse é um marco das duas publicações aqui analisadas de Rodrigo Ednilson de Jesus, seja através da denúncia em torno da “produção do fracasso escolar de jovens negros” (2018), seja através da defesa das ações afirmativas e dos procedimentos de heteroidentificação racial (2021).

Especialmente, em Jesus (2021), duas direções ético-políticas nos chamam a atenção. A primeira, para a busca de ampliação do debate público sobre assuntos relacionados, de forma mais imediata, à realidade de negras(os) no Brasil. A veiculação da produção intelectual em formatos não acadêmicos é um indício nesse sentido. Em Jesus (2021), o autor nos lembra de uma de suas publicações, um artigo de opinião publicado no Boletim UFMG voltado para apresentar uma reflexão crítica aos encaminhamentos realizados pela UFMG diante da questão das cotas na graduação. Percebe-se que há o objetivo de alargar o debate público acerca de tema vital e sensível, de forma a ampliar a entrada de negras(os) na universidade pública.

Outra direção sobre a perspectiva ético-política faz-se por meio da articulação entre investimento teórico e compromisso político organizados e voltados para a compreensão de aspectos da realidade brasileira e a intervenção na mesma. Na obra **Quem quer (pode) ser**

negro no Brasil?, Jesus (2021) apresenta e problematiza diferentes perspectivas de procedimento de heteroidentificação racial ocorridos na UFMG, nas bancas com essa finalidade, assim como, os processos de averiguação de pertencimento racial motivados por denúncias de possíveis fraudes ao sistema de cotas. Em sua argumentação, Jesus (2021) busca articular perspectivas da teorização sociológica, os estudos sobre as relações étnico-raciais, dados estatísticos, relatórios públicos, dentre outros, com o objetivo de promover uma reflexão que sustente a compreensão e a execução de ações afirmativas no interior das universidades públicas.

Notamos também em *Kassandra da Silva Muniz (2015)*, a conexão entre sua prática política na universidade e a produção teórica, ao denunciar o sistema discriminatório e excludente ao qual negras(os) são submetidas(os) na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, reafirma a história de resistência protagonizada por esses sujeitos, bem como pelos Movimentos Negros. A autora problematiza a tardia maior presença de negras(os) nas universidades e faz uma contundente defesa das ações afirmativas, das cotas e de uma diversidade efetiva.

É necessário que toda vez que formos levantar a questão da inserção dessa “ditas” minorias dentro do espaço da Universidade, que o façamos tendo em vista sempre a construção de um espaço acadêmico no qual todos possamos nos sentir bem-vindos, e isso só poderá se dar se pensarmos numa alteridade que seja construída/constituída por meio da ética. Acredito que é necessário que se estabeleça um “tempo de subjetividade” (BIRULÉS, 1996) baseado na ética e no bem coletivo para que quando tivermos que introduzir o Outro no nosso discurso, não tenha que ser sempre através de simulacros, através de nossa visão estereotipada desse Outro, que não é Outro além de nós mesmos. (MUNIZ, 2015, p. 151).

Esse compromisso ético-político com as questões étnico-raciais fica em evidência em *Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva*, em diferentes momentos. De acordo com *Silva (2011, p. 127)*, “sendo nós, professores universitários, a produção acadêmica representa um dos instrumentos de luta com que contamos contra as desigualdades e o racismo”. Segue:

A dimensão de nossa responsabilidade de mulheres e homens negros e dos não negros, particularmente de professores e pesquisadores, para com o combate ao racismo, sem dúvida alguma, é demarcada pelos sofrimentos impingidos aos negros – crianças, adolescentes, jovens e adultos – em todos os âmbitos da sociedade, inclusive nos estabelecimentos de ensino. Também o é por nosso desejo de afrodescendentes, de ver a história e a cultura de nosso povo incluídas nos currículos escolares, assim como é marcada pela urgência e pertinência da implantação de políticas reparatórias e de ações afirmativas. (SILVA, 2011, p. 121).

Além do exposto, as reflexões elencadas trazem apontamentos para entendermos a continuidade e o diálogo com a produção intelectual negra brasileira antecedente. A prática de tensionar e provocar fissuras na compreensão da ciência hegemônica na necessária busca de enegrecer as ciências segue de forma coletiva, conforme temos buscado dialogar.

A produção da intelectualidade negra selecionada e apresentada demonstra que, para além de vinculações a correntes teóricas específicas, há uma forte perspectiva de protagonizar a dimensão racial em debates hegemônicos que a silenciam. O compromisso ético-político com uma agenda antirracista, para além das produções teóricas também se destaca, na medida em que são intelectuais conectadas(os) com a realidade das comunidades negras.

5.2.2 Protagonismo e reposicionamento da experiência negra brasileira

A ação de evidenciar a agência e o protagonismo de negras e negros em diferentes espaços e tempos na sociedade brasileira, além de referir-se à denúncia e à crítica radical à forma hegemônica pela qual são tratadas(os) por meio dos sofisticados mecanismos de (re)atualização do racismo na sociedade brasileira, faz-se também enquanto uma prática epistêmica e política emancipatória negra.

Através do resgate da memória, da contraposição ao apagamento, intelectuais negras e negros buscam criar e possibilitar a justiça da memória, através da reconstrução imaginária social da experiência histórica negra brasileira, promovendo entendimentos mais amplos sobre tal experiência que intervenham no presente e nas expectativas de futuro.

Clóvis Moura (1983a) afirma que há no Brasil uma longa tradição de organização negra. Apesar de momentos de descontinuidades, desde o contexto escravista, a população negra vem promovendo mobilizações e se organizando de formas diversas. “A organização de quilombos, de confrarias religiosas, irmandades, dos cantos, na Bahia, de grupos religiosos afro-brasileiros como o candomblé, terreiros de xangô e mesmo umbanda, mais recentemente, são exemplos significativos” (MOURA, 1983a, p. 47), ainda que haja um apagamento acadêmico destas mobilizações.

As organizações negras são justamente devido ao racismo presente na sociedade brasileira, segundo Moura (1983a), que compreende o impedimento imposto aos negros de participarem em diversas instituições da sociedade civil, como clubes recreativos, espaços culturais, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outros, como o elemento agregador de membros da comunidade negra.

O protagonismo negro é evidenciado também por Lélia Gonzalez (1982). Em **Lugar de negro**, a autora destaca a participação política de múltiplos expoentes dos Movimentos Negros no contexto republicano e, simultaneamente, denuncia como os movimentos culturais e religiosos negros foram objeto de controle das autoridades, como é o caso das escolas de samba e das religiões afro-brasileiras.

O trabalho de rememorar a Frente Negra Brasileira, o jornal **Clarim da Alvorada**, o Teatro Experimental do Negro, entre outros, em Gonzalez (1982), bem como faz Moura (1983a) ao apontar o papel da imprensa negra independente como “fator de aglutinação e polo que elaborava uma ideologia grupal” e também como espaço de construção comunitária de afetos ao noticiar o “(...) que acontecia na comunidade negra, festas religiosas, atos de lazer, competições esportivas, bailes, aniversários, concursos de beleza, casamentos e outros eventos” (MOURA, 1983, p.48), contribui diretamente para reconstrução da memória negra, a partir da luta, do afeto, da solidariedade e da resistência do povo negro.

A tentativa de ressignificar a visão estereotipada produzida acerca da população negra e o reposicionamento desses sujeitos na narrativa da formação sócio-histórica brasileira são uma contra narrativa à neurose brasileira, denunciada por Lélia Gonzalez (2018).

Na produção da intelectualidade negra dos NEABs partícipe da pesquisa, notamos que ocorre uma preocupação e investimento intelectual neste mesmo sentido, em algumas produções analisadas. Erisvaldo Pereira dos Santos (2016) tem como foco exatamente tratar sobre a reexistência negra como parte de um esforço de rememorar o protagonismo negro no período escravocrata, mas com os devidos cuidados para não incorrer em uma interpretação romantizada do período colonial. As fugas, os suicídios, os assassinatos, os roubos, as rebeliões, bem como outras estratégias de sobrevivência dentro do sistema, indicam formas de reexistência, ao mesmo tempo que operam mudanças profundas na organização do sistema. Esses movimentos “permitiam a preservação e a reapropriação de valores, saberes, crenças, ritos, expressões linguísticas, ritmos, danças, instrumentos, sabores e culinárias presentes em estilos de vida que demarcam, ainda hoje, a forma de reexistência dos africanos e seus descendentes no Brasil” (SANTOS, 2016, p. 38).

Há uma preocupação, expressa no decorrer da publicação, de Erisvaldo Pereira dos Santos (2016), em torno de uma simplificação da experiência negra no período escravocrata, o que irá desembocar na formação escolar, que ocorre com muitos equívocos. Trata-se de ressignificar a educação das relações étnico-raciais, também a partir do que herdamos de África.

A ideia de um protagonismo negro é abordada por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) através da atuação do Movimento Negro, uma vez que destaca, nesse grupo, sua diversidade de perspectivas de ação.

[...] refutamos afirmativas de que a diversidade dos grupos do Movimento Negro seria fruto de desentendimentos, de falta de perspectivas comuns. Julgamentos nesse sentido, em nosso entender, demonstram falta de compreensão da variabilidade de ações de atores informados por escolhas ideológicas e raízes africanas distintas. Atores que em sua diversidade, no interior do Movimento Negro, reformulam o conceito de resistência, de luta política, levando este importante movimento social a adquirir conotações distintas, em contextos sócio-históricos diversos. (SILVA, 2011, p. 127-28).

A atuação organizada de e por negras(os) é também evidenciada por Ahyas Siss (2014) e por Otair Fernandes (2014). Siss (2014) aponta para os processos de luta empreendidos por tais sujeitos na problematização das desigualdades existentes na sociedade brasileira entre brancas(os) e negras(os). Registra a proposição de ações na tentativa de superação dessas desigualdades ocorridas a partir dos seguintes marcos — a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida e a participação do Brasil na Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Para Siss (2014), a atuação negra na luta por ações afirmativas não ocorre de forma isolada ou desconectada de outros processos de luta. De acordo com o autor (2014, p.182):

As discussões sobre as necessidades, constitucionalidade e eficácia, ou não, da implantação, pelo Estado, das políticas de ação afirmativa racialmente definidas, no Brasil, datam das últimas décadas do século XX. Elas vinham ocorrendo, quase sempre, no âmbito das organizações do Movimento Negro Nacional, do movimento operário, de mulheres e outros, bem como em alguns restritos espaços acadêmicos. Essas discussões encontravam seu suporte empírico, quase sempre, em experiências internacionais de políticas de ação afirmativa, bem como naquelas existentes no âmbito da sociedade brasileira, principalmente na modalidade de cotas, beneficiando diferentes segmentos específicos da população nacional, embora nem sempre fossem etnicamente orientados. (SISS, 2014, p. 182).

Em direção convergente, Otair Fernandes (2014, p. 198) afirma que há, na conjuntura de reabertura democrática e de mobilização e participação política e social ocorrida a partir da década de 1980, o “florescer uma geração de intelectuais negros”. Esse grupo originário da militância do Movimento Negro ingressa na ambiência acadêmica, sobretudo pública, como pesquisadores e professores. Na compreensão do autor, ainda que numericamente pouco expressiva, “(...) a presença de negros pesquisadores passa a ser sentida nos círculos intelectuais

brasileiros e no campo do conhecimento acadêmico ao longo dos anos de 1990” (FERNANDES, 2014, p. 198).

O ingresso de negras e negros trouxe, para o interior da universidade, a possibilidade de compreensão das relações étnico-raciais entre nós brasileiras(os) a partir de perspectivas deslocadas e divergentes da compreensão, até então, hegemônica sobre como se desenvolveram historicamente as relações entre a diversidade humana no Brasil, simplificada, distorcida e politicamente comprometida com a ilusão do branqueamento e a hierarquização da humanidade a partir de preceitos raciais centrados no eurocentrismo.

Além disso, Otair Fernandes evidencia que a atuação da intelectualidade negra foi fundamental para além da universidade, ao alcançarem destaque “na formação de professores e em órgãos de gestão governamental (federal, estaduais e municipais)” (FERNANDES, 2014, p.198). Podemos considerar que tal destaque tem sido fundamental à formulação e à implementação de práticas docentes e de políticas públicas responsáveis pela resignificação das questões relacionadas à população negra, como elemento central na escolarização e na gestão pública comprometida com o antirracismo.

Nas produções aqui evidenciadas, o protagonismo negro a partir da atuação nos NEABs é destacado por Ahyas Siss (2014; 2008), Otair Fernandes (2016; 2014), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011) e Patrícia Gomes Rufino Andrade (2018). Assim demonstram, mais uma vez, que a teoria não aparece desarticulada da vivência desses intelectuais. Siss (2014), sem desconsiderar a luta histórica dos movimentos e da intelectualidade negra no processo de democratização do ensino superior aos negros brasileiros e negras brasileiras, amplia e atualiza o escopo de sujeitos envolvidos nesta questão ao apontar que:

Essas discussões e ações podem ser observadas desde meados do século passado, tendo no movimento negro e intelectuais negros, ou não, seus atores históricos privilegiados. Mais contemporaneamente, a produção acadêmica sobre esse tema vem ganhando crescente visibilidade no campo das relações étnico-raciais brasileiras e oferecendo suporte teórico às ações governamentais no campo das ações afirmativas étnico-racialmente orientadas, cujas mais recentes realizações dizem respeito, sem dúvidas, à sanção da Lei 10.639/2003, atualizada pela Lei 11.645/2008, ao lado das suas diretrizes curriculares nacionais, e da Lei 12.711/2012, popularmente conhecida como a Lei de Cotas. (SISS, 2014, p. 182).

Os NEABs são referenciados como espaços importantes que contribuem para a implementação das Leis nº 10639/2003 e nº 11645/2008, diante do protagonismo na formação de professoras(es) na área das relações étnico-raciais. Uma série de ações desenvolvidas pelo Leafro/UFRRJ, tendo como eixo a formação de professoras(es) para a educação das relações

étnico-raciais, são descritas por Siss (2008), como a oferta de curso de pós-graduação *lato sensu*, o desenvolvimento de estudos e pesquisas de impacto no campo educacional da Baixada Fluminense, onde o campus se localiza, bem como a realização de curso de extensão.

Compreende o protagonismo negro no interior das universidades brasileiras no cumprimento da legislação antirracista no contexto do ensino superior, evidencia os NEABs como agente coletivo central na recomposição de percepções e entendimentos sobre a história e cultura negra em África e em diáspora, e sobre as relações étnico-raciais no Brasil como elementos da luta antirracista, por meio de ações que:

(...) vêm favorecendo o ensino da cultura afro-brasileira e africana, atuando nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, divulgando e apoiando a produção e a difusão de conhecimentos localizados na confluência dos campos das desigualdades e diversidades étnico-raciais e da educação, em consonância com o que é preconizado pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (SISS, 2014, p. 184).

Também é comum a Otair Fernandes (2014) a compreensão dos NEABs como “sujeito coletivo capaz de exercer, por excelência, a função educativa sobre a problemática étnico-racial e difundi-la para toda a sociedade a partir do ambiente educacional, sobretudo das universidades” (FERNANDES, 2014, p. 202).

O esforço de rememorar a história dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros dos quais participam é realizado também por Patrícia Gomes Rufino Andrade. Sobre o NEAB da UFES, a autora (2018, p. 14-15) afirma que “o Núcleo surge com a vocação de atender internamente a Universidade e a refletir toda uma grade de aspectos que não eram discutidos (...) a produção das desigualdades à educação, mas também a saúde, a questão ambiental, os territórios”. Se em diferentes momentos nesta pesquisa, ressaltamos o apagamento, a seletividade, a objetificação e a simplificação da história afro-brasileira, entendemos que estes registros caminham em direção oposta e ressaltam o protagonismo negro na luta antirracista.

A agência negra é majoritariamente abordada nas produções considerando a ação de um sujeito coletivo. Os movimentos negros e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros estão no centro das abordagens. Especificamente nas produções das(os) intelectuais negras e negros colaboradoras(es) da pesquisa, não estão presentes leituras interseccionais da realidade, a partir da tríade de raça, gênero e classe, ainda que haja referências às especificidades das mulheres e/ou das mulheres negras em alguns momentos específicos das produções.

Não deixemos de referenciar Lélia Gonzalez, que aponta para a existência de um *continuum* no que tange a compreensão do protagonismo das mulheres negras na história: “somos Aqualtune, Dandára, Luiza Mahin, Tia Ciata, Mãe Aninha, Mãe Senhora, Dona Zica da Mangueira, Dona Ivone Lara, Maria Beatriz Nascimento, Benedita da Silva” (GONZALEZ, 2018e, p.368), e tantas outras mulheres anônimas.

A perspectiva de o dever rememorar as ações, as lutas, as expectativas de sujeitos e coletividades negras, imprimida por intelectuais negras e negros, é parte constitutiva de um rol de ações que se mobilizam contra os estereótipos que definem negros como passivos e de relevância inexpressiva na produção intelectual brasileira. Conforme já afirmado, é a intelectualidade negra que tem sido protagonista neste movimento e ainda há um longo caminho a percorrer de publicização e popularização desta produção.

Por fim, cabe ressaltar o quanto a análise das produções teóricas aponta para uma conexão com as práticas das(os) intelectuais negras e negros. Nota-se que seguimos um mesmo direcionamento, nos diferentes capítulos da tese, de reafirmar a luta antirracista a partir da teoria e da prática intelectual negra, bem como a preocupação com as questões que envolvem as comunidades negras. Importante que os NEABs tenham sido referenciados enquanto espaços coletivos que potencializam a luta antirracista, em especial, na universidade e na produção de um conhecimento científico engajado.

6 “QUANTO MAIS CRESPOS(S) SOMOS, MAIS INCÔMODOS CAUSAMOS”: REFLEXÕES SOBRE INTELLECTUALIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Experimentar
 o experimental
 Experimentar
 o experimental
 A fala da favela
 O nódulo decisivo
 Nunca deixou de ser
 O ânimo de plasmar
 Uma linguagem convite
 Para uma viagem
 E agora?
 Quer dizer, o que é que eu sou?
 Meu nome é Waly Salomão, um nome árabe:
 Waly Dias Salomão! Nasci numa pequena cidade da caatinga baiana, do sertão
 baiano, filho de pai árabe e uma sertaneja baiana.
 A memória é uma ilha de edição, a memória é uma ilha de edição.
 (Waly Salomão³⁸, bérro sucinto, 2010).

Waly Salomão (1943-2003), poeta baiano, ao refletir sobre suas origens, motivações poéticas, assim como o findar existencial, traz apontamentos que podem ser deslocados do contexto enunciativo original e apropriados na discussão desenvolvida nesta tese. O lugar ocupado pela ancestralidade é o primeiro deles. Um dos elementos recorrente na atuação da intelectualidade negra é a evocação dos antecessores, o que explicita que o presente não se faz desencarnado da ação dos que nos precederam. Outra perspectiva é a centralidade da construção de uma forma de expressão que questione e ultrapasse os cânones e limites da linguagem autorizada. Por fim, a assertiva da seletividade da memória, o que possibilita a construção de uma política de visibilidade e não-esquecimento acerca das negras e negros intelectuais.

Neste capítulo, indagamos sobre questões que envolvem a constituição e a experiência de serem intelectuais negras(os) acadêmicas(os). Não tendo como alicerce os referenciais teóricos, tratamos o tornar-se intelectual negra(o) como um caminho não planejado, sobre os

³⁸ Waly Dias Salomão (1943-2003) foi um artista baiano, envolvido em diversas manifestações culturais. Poeta e compositor, ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura pelo livro **Algaravias**. Escreveu canções de sucesso, interpretadas por nomes expressivos da música brasileira, como Gal Costa, Adriana Calcanhoto, Maria Bethânia e Caetano Veloso.

enfrentamentos nas universidades, as contradições e as possibilidades que ocupar esse espaço trazem.

Seguimos a partir da questão de gênero que perpassa as relações nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e nas universidades. As diferentes formas como colaboradoras e colaboradores da pesquisa reagiram à indagação nos chamou a atenção, diante dos constrangimentos gerados por esses. Em contrapartida, o reconhecimento das lutas das mulheres negras e a manifestação da necessidade de avançarmos nesta pauta foram lidos como aspectos positivos.

As entrevistas apontaram para a necessidade de a intelectualidade negra avançar na construção de um projeto de nação e de transformação sócio racial — ponto nevrálgico no que tange a construção de uma sociedade sem opressões de raça, gênero e classe, o que trabalhamos no último tópico. Destacamos o reconhecimento das diferentes lutas antirracistas e as potencialidades que emanam desta diversidade, bem como a necessidade de voltar a atenção para outras formas de fazer política e de vida periféricas existentes.

6.1 VIVÊNCIAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS E NEGROS

Dialogamos, neste momento, com os relatos das(os) intelectuais negras e negros em torno da experiência de ser intelectual negra(o) acadêmica(o), o tornar-se intelectual, os desafios enfrentados, as contradições que este lugar trás, os racismos enfrentados, os cansaços, mas também uma relativa ascensão social, as possibilidades de fazer a diferença, de impactar a universidade, de avançar coletivamente, o reconhecimento social por fazer parte dos grupos progressistas que dialogam com a questão étnico-racial. Este é um momento da pesquisa menos interessado com os referenciais teóricos e mais voltado para ouvir as narrativas.

Uma das coisas que talvez tenha a ver com essa nossa intelectualidade negra, é que quanto mais negro na mente nós ficamos, mais incômodo causamos, quanto mais crespos nós somos, mais incômodo a gente causa (...) porque o incômodo é muito, somos poucos, mas não interessa, como se a gente fosse maioria nesses espaços. (Kassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

Kassandra da Silva Muniz (ENTREVISTA 01) entende que ela não decidiu, de forma consciente, tornar-se uma intelectual, mas essa aproximação ocorre a partir do conhecimento mais formalizado em livros, a paixão pela leitura, o refúgio da realidade que os livros proporcionavam e os lugares institucionalizados de conhecimento que a levaram à academia, ainda que toda a sua família seja marcada pela ausência dessa intelectualidade. Mesmo tendo

participado de movimento estudantil, ela compreende que sua intelectualidade está muito relacionada à academia.

Ao dizer da sua experiência enquanto intelectual negra, Cassandra (ENTREVISTA 01) relata as dificuldades de se discutir temas que não sejam o *mainstream* da academia, como negritude, gênero e etnias, o que imprime a estes sujeitos uma visibilidade negativada. Para além disso, o corpo negro na universidade, por si só, já faz com que as pessoas queiram desqualificar.

Por serem poucos na universidade, há ainda um acúmulo de demandas. Cassandra relata que, em um determinado momento, acumulava aulas, demandas diversas de estudantes e outras pessoas, orientações da graduação, coordenação do NEABI, projeto de extensão, o PIBID Afro – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, e depois o UNIAFRO – Programa federal de assistência financeira às instituições de ensino superior federais e estaduais para fomento de ações de formação continuada a professores da educação básica e elaboração de material didático no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra.

São bônus e ônus que assumir esse lugar traz, pois, torna-se um nome respeitado e odiado. “Você não é mais só a afrodescendente que entrou, mas você realmente se torna uma intelectual negra, a da subversão, a da coletividade, a do comprometimento, e a das multitarefas, multidisciplinaridade, aí você passa a ser uma pessoa que incomoda muito” (Cassandra da Silva MUNIZ – ENTREVISTA 01).

Uma situação de muita agressividade que viveu na universidade fez com que Cassandra perdesse o prazer pelo trabalho, o gozo de ler, de dar aula, de orientar... e se tornou um lugar de sofrimento. Entretanto, agora, está retomando, “reaprendendo a me apaixonar pelo que eu sempre fui apaixonada”, entendendo que é importante focar suas energias nesse lugar dos conhecimentos, das possibilidades, dos florescimentos, e reivindicar que seja um lugar de felicidade também.

Erisvaldo Pereira dos Santos (ENTREVISTA 02) diz que não decide se tornar um intelectual, isso não é uma decisão, mas vai se construindo a partir das relações políticas, acadêmicas, teóricas que estabelece. Erisvaldo entende que essa é uma trincheira importante de ser ocupada e foi descobrindo este compromisso aos poucos.

Ela [a intelectualidade] vai chegando a partir da minha experiência. Quer dizer, se você nasce numa família de negros, com predominância negra, você convive em tradições genuinamente negras e você vai percebendo como é que essas tradições são alijadas. Elas são invisibilizadas. Elas são negadas. Aí você tem que tomar uma decisão. Ou de assumir a exclusão, a negação, a invisibilidade, ou de tomar uma outra posição, que é a de compreender e

buscar as razões que estão na base desta exclusão, desta negação, desta invisibilidade. E eu fui tomando a questão racial como foco nesta perspectiva. (Erisvaldo Pereira dos SANTOS – ENTREVISTA 02).

Erisvaldo ressalta um não lugar no qual ele se encontra. Acadêmico demais para os movimentos sociais e ativista social demais para o mundo acadêmico. No entanto, isso não o incomoda e tem relação com as escolhas que fez. Para Erisvaldo, há ainda, um prejuízo acadêmico para intelectuais negros militantes, que não se dedicam apenas à vida familiar e à produção de conhecimento acadêmico. “Eu sou professor universitário, babalorixá, ativista do Movimento Negro. E de outros movimentos sociais. E ativista político também. Eu não acho que a universidade dê conta de tudo, nem que ela tenha que dar conta de tudo.”

Estando inserido em lógicas de disputas de poder, o intelectual negro tem de se colocar nessa trincheira de luta contra lógicas eurocêntricas de pensar o conhecimento e, até mesmo, a intelectualidade, ainda muito centrada na razão iluminista, e que suprime mulheres, negras(os), indígenas.

Rodrigo (ENTREVISTA 03) pensa a sua trajetória profissional como algo que vai ocorrendo naturalmente, e de forma bem encaixada. Em determinado período, veio à tona o fato de ter entrado na universidade e seus amigos não, momento em que esta relação entre dimensão racial, universidade e desigualdades ficou mais forte. “O resto foi uma derivação”.

Como eu estudei expectativas no mestrado, eu descobri que na medida que a gente é bem sucedido numa atividade, a gente tende a aumentar nossa expectativa, então a medida em que eu estava gostando das ciências sociais na graduação, eu comecei a projetar possibilidade de mestrado, depois eu comecei a pensar a possibilidade do doutorado, comecei a dar aula, no ensino superior privado, comecei a projetar possibilidade de estar numa universidade, comecei a projetar possibilidade de fazer um pós doutorado, então as coisas vão sendo acumulativas. (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

Rodrigo ressalta uma satisfação que ele tem diante de um reconhecimento interno e externo à universidade. Ele nota que o fato de ser professor universitário da UFMG traz uma deferência em torno da sua pessoa por parte de amigos, familiares, pessoas mais velhas.

Não obstante, relata que as manifestações do racismo na universidade não são das piadas, o recreativo, mas, a ascensão social que vive o faz perceber o quanto a universidade é um lugar muito branco e asséptico. Diante de um racismo mais sutil, é preciso ser militante a todo o momento e ficar constrangendo e atualizando os “amigos” sobre o quanto falas e ações são racistas. Circulando em espaços que antes não circulava, percebe que esses espaços são hegemonicamente brancos, seja a equipe de gestão da universidade, sejam as comitativas de

professores de outros lugares, sejam as mesas de debates nos seminários, sejam os restaurantes que tem possibilidade de ir, o que lhe gera agonia e tensão.

Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) nos diz que tornar-se parte desta intelectualidade negra foi um processo, não houve uma decisão de tornar-se intelectual. Foi importante estar aberto ao aprendizado, às relações, às possibilidades que foram surgindo.

Sou apaixonado pela minha trajetória, toda contraditória, mas quando hoje eu vejo que sou um professor associado, nunca me pensei nesse lugar, uma das questões do negro é a seguinte, que eu falo com meus alunos: ‘não pensa muito não, vai, avance, vai em frente, avança’, porque eu não pensava muito, ‘ah, eu vou ser professor’, não, nada, ‘eu gosto de fazer, vamos nessa’, as oportunidades vão surgir. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Otair fala que a situação atual do país traz um cansaço muito grande, pensando em toda a luta das décadas de 1980/1990, e ainda hoje, precisar matar uma manada de leões por dia para fazer valer a força e a voz da população negra, ainda, ter que provar a capacidade é algo que o deixa mal.

Ele vê também uma fortaleza, ser um professor doutor, um professor associado, mas pensando que não é só ele, mas parte de um coletivo, pensando os fundamentos da matriz africana. É uma carreira de sucesso, mas ainda dentro do próprio sistema. Ao mesmo tempo, a sua condição de reprodução social sendo um professor doutor, tendo a possibilidade de colocar os filhos em boas escolas é bastante satisfatória. Otair diz da filha que se formou dentista, a primeira da geração, e ele vê com orgulho a possibilidade de oferecer aos filhos o que seus pais não tiveram possibilidade de lhe oferecer.

O contexto atual exige, como Otair ressalta com frequência no decorrer da entrevista, a união numa luta perversa, ideológica. A intelectualidade negra precisa se unir para combater o inimigo ideológico que está no poder e que prega o racismo, a homofobia, e se retroalimenta pelas fake news. Precisa ganhar a sociedade, e mostrar porque a questão não é só de um grupo, é uma questão do país, do Brasil, da nação.

Ahyas Siss (ENTREVISTA 05) relata sua relação com a intelectualidade e com o foco no estudo da questão racial — “Razão de vida, ou eu discuto isso, ou morro”. Sua trajetória profissional está associada a uma necessidade e a possibilidade de transformação da realidade. A existência dos NEABs e da ABPN, os diálogos com colegas do Brasil inteiro, vieram a potencializar este lugar.

Ahyas faz uma análise compreendendo que é necessário avançar, mas reconhece que há muitos aspectos positivos, inclusive a possibilidade de exercer o seu trabalho, por ser um campus novo. Conseguiram construir o NEAB, serem reconhecidos como intelectuais negros (talvez, como de segunda categoria, já que a primeira seria destinada aos marxistas), e criaram espaços de diálogo que têm impactado a vida institucional. Inclusive nas eleições, quando tem assuntos ligados às relações étnico-raciais, são chamados a opinar e são respeitados. Assim, Ahyas considera relevantes e positivas todas essas conquistas, entendendo como um educar a própria universidade.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (ENTREVISTA 06) afirma que não decidiu tornar-se intelectual, mas que foi conduzida pela educação, tanto familiar quanto escolar. A mãe sempre lembrava: “Eu já te disse que moça pobre primeiro tem que ser professora, depois pode ser o que quiser”.

O estudo mais sistemático das relações étnico-raciais ocorre no doutorado, mas sempre esteve presente na trajetória de Petronilha. Nos estudos livres, no ginásio, em História, Geografia, Português, a mãe já a conduzia a fazer estudos sobre a questão racial. Petronilha relata que a mãe, que era professora, marcava as partes dos livros que ela podia ler e utilizar nos trabalhos, também a protegendo contra o que a mãe julgava inapropriado para a idade dela.

No que tange a experiência de ser uma intelectual negra, Petronilha provoca que avaliar exige comparações, mas como nunca foi uma intelectual branca, é difícil estabelecer comparações. Seguindo, diferente das outras entrevistas, ela opta por dizer do lugar de mulher, especialmente quando ingressou na universidade como professora.

Naquele período, havia um número significativo maior de homens, independente de Departamentos, e era comum a prepotência, talvez pela formação anterior, talvez por serem homens, ou os dois. Logo quando chegou na UFSCAR, na sua primeira semana, teve uma avaliação da CAPES, que era também presencial, e, em uma reunião, um professor disse: “Nós [ele e seu grupo de pesquisa] trabalhamos com ideias, com coisas consistentes, já elas [apontando para o grupo do qual Petronilha participava] tratam estas coisas de aprendizagem”. Outra situação relatada por Petronilha foi de quando assumiu a coordenação, em que um professor foi, até a sala dela, dizer coisas complicadas e finalizar dizendo que tudo que ela quisesse fazer, teria de consultá-lo. O que ela não aceitou, através da resposta e das práticas.

Atualmente, Petronilha acredita que essas relações tenham mudado, diante da maior presença de mulheres e as críticas que elas exercem e os próprios homens são mais críticos. O que não quer dizer que o machismo desapareça, mas há avanços significativos neste sentido,

mais cordialidade e menos prepotência. Ela ressalta que já a construção do NEAB não ocorreu nestes termos.

Sobre ser negra, Petronilha (ENTREVISTA 06) afirma: “Pelo fato de ser negra, de não ser negra, eu acho que, não quero dizer que não houvesse, mas as pessoas sabiam que a gente era de faca na bota, como se diz no Rio Grande do Sul, gaúcho de faca na bota, como eu dizia para os meus alunos, do Movimento Negro aqui”.

Patrícia Gomes Rufino Andrade (ENTREVISTA 07) afirma que não decidiu ser intelectual, foi um processo. “Foi algo que eu descobri no próprio contexto na minha vida e não foi assim - eu vou estudar isso, eu fui estudando, eu acho que a CEAFFRO foi decisiva para isso, mas antes de eu ir para CEAFFRO eu já estava pensando isso em escola.”

Patrícia relata sobre os desafios de ser uma intelectual negra. Coordenar o Núcleo, despontar como pesquisadora (criou, com outros colegas, uma linha de pesquisa no mestrado), estar na extensão junto da comunidade externa, cargo de chefia..., gerando uma sobrecarga de trabalho, mas que ela entende como importante neste momento — “Eu preciso deixar esse legado”. É frequente, para intelectuais negras, serem testadas e terem de provar capazes o tempo todo.

Eu sinto isso, eu vejo isso, mas tem vez que eu ligo, sabe Isis? Tem vez que eu não ligo não, mas quando, às vezes, eu vejo que a sobrecarga tá grande, que eu penso — “Nossa gente, tem gente que chega de uma forma tão leve ao poder, porque foi colocado lá, e a gente não, a gente tem que construir, tem que lutar, tem que batalhar, tem que carregar o peso de tudo isso para dar conta, para falar que você consegue”. Na verdade, não é bem um ativismo só, é uma sobrecarga, é um teste, teste muito sério, de como você se equilibra nessa corda bamba toda, como você se dá conta de que você está ali, seguindo todo aquele ritual. (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

Os relatos acima demonstram que todas(os) as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa não decidiram tornarem intelectuais. Foram processos, relações, encontros, afinidades que os levaram a esse lugar, além de inúmeras barreiras que precisaram ser ultrapassadas.

Kassandra diz de uma intelectualidade que se forja em lugares institucionalizados de ensino. Já Erisvaldo e Otair dizem de uma formação nos movimentos sociais e a necessidade de ocupar a universidade enquanto uma trincheira de luta. Entretanto, em todas as falas, ainda que em diferentes graus, há uma relação direta entre estudar sobre raça, racismo e negritudes e os processos de subjugação a que negros são submetidos e o desejo de fazer disso, resistência.

O racismo na universidade gera tensão, incômodo, sofrimento, dor. São muitos os desafios daqueles que se colocam para temas periféricos, em uma universidade branca e que expressa a branquitude, e pelos posicionamentos críticos diante da organização elitista da universidade e suas formas de se fazer ciências.

Há também orgulho de tornar-se uma(um) professora(or) universitária(o), fazer parte de um coletivo de intelectuais negras(os), com tantas adversidades, ter conseguido chegar neste lugar, ter uma relativa ascensão social, e ser reconhecida(o) por parte de aliadas(os) na luta antirracista, de familiares e amigos. Dentro da universidade, são importantes as conquistas voltadas para a população negra e ser referência para as(os) que chegam.

Esse momento da entrevista da Petronilha se diferencia pela educação familiar que foi fundamental no decorrer de toda sua trajetória. Com frequência, ela cita as influências familiares positivadas, os ensinamentos que a fortalecem. Ter uma mãe professora, que estimula e acompanha sua formação, além de uma família que tem consciência e trata positivamente o ser negra(o), foi fundamental nos caminhos que seguiu.

Além disso, sua fala sobre a experiência de ser intelectual negra está mais focada no fato de ser mulher. Notamos a forte presença da necessidade de ter de provar ser capaz, também nos relatos de Kassandra e Patrícia, diferente das falas dos homens entrevistados. Questionar a capacidade de mulheres negras de ocupar espaços de prestígio social é uma das formas perversas de expressão do sexismo. É um teste de resistência, cansativo e, por vezes, doloroso, visto que, o que está sendo colocado à prova é a capacidade de uma mulher e negra, não habilidades objetivas para assumir determinadas profissões, como a de professora universitária.

Para bell hooks (2019), mudar a forma com as relações sexistas se configuram, exige união e sororidade entre as mulheres, para juntas, avançarem.

Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (hooks, 2019, p. 35).

O acúmulo de demandas é ressaltado, com frequência, por Kassandra e Patrícia, que dizem também da necessidade de terem tempo para cuidarem de si e da família, com referência direta a filha e aos filhos. A maternagem e a paternagem ocupam dimensões muito diferentes na forma como o sexismo se configura, em que, o cuidado com a família recai, também, de

forma preponderante, nas mulheres, que têm a responsabilidade de cuidar das(os) filhas(os) e, por vezes, do próprio marido. O peso que carregam quando não conseguem exercer este papel da forma que entendem como adequada gera transtornos. Erisvaldo também faz referência ao tempo, mas em outro sentido, que é do ativismo político que exerce para além dos muros da universidade.

Já trazendo uma perspectiva mais coletiva, as(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa foram indagadas(os) sobre “em que precisam avançar enquanto intelectuais negras e negros”.

O professor Rodrigo diz sobre a necessidade de construir um novo rigor acadêmico, aliando responsabilidade política. A sua crítica é, principalmente, voltada para a necessidade de dominar os autores clássicos e a ciência hegemônica para que seja possível fazer a contraposição com rigor acadêmico, mas com responsabilidade política.

Erisvaldo ressalta a necessidade de afinamento dos instrumentos de análise e de maior diálogo, não com os mesmos, pois tende a tornar-se monólogo, mas o diálogo com o diferente, em cima de projetos. Ele também considera importante retomar os clássicos e não “jogar fora a criança com a água do banho”.

Esta é uma problematização importante para intelectuais negras e negros, mas complexa. Ocupar um espaço hegemonicamente branco teoricamente exige daquelas(es) que chegam, o domínio do *mainstream* de cada área acadêmica, além de uma possível contraposição a esse pensamento exigir conhecimento. Entretanto, cabe ressaltar o quanto se exige mais da(o) intelectual negra(o), visto que as(os) brancas(os) precisam dominar os seus clássicos para seguirem com suas pesquisas, já a(o) intelectual negra(o) precisa dominar os clássicos, para obter reconhecimento, e, somente assim, ter a possibilidade de falar a partir de outras referências teóricas de forma legitimada. Além disso, precisam lidar com a luta antirracista, como fica em evidência na pesquisa.

Patrícia compreende que precisam avançar na análise do racismo estrutural e nas estratégias de combate. Ela ressalta que é preciso seguir na estratégia de ir para as ruas, mas também avançar na construção de estratégias políticas:

Estratégia política de eleger pessoas negras, de fazer com que pessoas negras tenham influência nas decisões dos estados e municípios, de fazer com que essas pessoas possam modificar as vivências nos espaços, nos territórios das minorias, principalmente os mais violentos que são de base negra, fazer com que esta população jovem tenha recurso para se investir, para buscar, como os meninos dizem, para ter o trampo deles com uma garantia de que eles não

precisam serem mortos para isso. (Patrícia Gomes Rufino ANDRADE – ENTREVISTA 07).

As contradições são muitas para intelectuais negras(os). Otair ressalta o quanto são limitantes, para a atuação, as amarras institucionais.

Temos um duplo desafio de ser intelectual, pela causa da transformação social e compromisso com as questões étnicas raciais, que congregam todas as outras questões; e ao mesmo tempo, temos que ser este intelectual tradicional da universidade produtivista, ligado a pós-graduação, fazendo o que a CAPES quer. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Para além das contradições, Otair assinala que é preciso aprender com o nosso povo, com as diferentes formas de expressões culturais que sobreviveram, resistiram ao racismo e reexistiram, e que produzem também conhecimento. O papel do intelectual negro é de aprender, com o povo de terreiro, com a capoeira, com o caxambu, com as comunidades negras, beber esse elixir, e buscar nos fundamentos destes grupos, pistas epistemológicas, numa perspectiva contra hegemônica. É trazer para a universidade a matriz africana, que foi invisibilizada, silenciada, mas que resiste, não para enquadrá-los ou trazê-los como entretenimento, mas como interlocutores, produtores de conhecimento.

Otair destaca, ainda, a necessidade de intelectuais negras(os) chegarem a uma certa unidade plural em termos de projeto político de universidade, de nação. É preciso estar atento diante das armadilhas do pensamento liberal, capitalista, diante do individualismo. Romper com o individualismo, com o produtivismo individual, “trazendo as autorias coletivas, firmando o povo, metendo o pé na porta, assumindo espaço de poder, que é uma outra coisa a gente precisa fazer. (...) então a gente tem que realmente exercer essa questão da coletividade no seu mais alto extremo”.

O professor evidencia, ainda, que cada um já faz a sua luta dentro da sala de aula, do projeto que desenvolve, mas, dentro da lógica do sistema. É preciso avançar no sentido de forjar a luta coletiva. Neste sentido, Otair Fernandes de Oliveira (ENTREVISTA 04) vai citando uma série de aspectos autocríticos coletivos relevantes para o debate que envolve a teoria e prática de intelectuais negras(os), de certa forma, parte de uma agenda de lutas.

Temos que pensar enquanto corpo coletivo essa intelectualidade negra, essa relação entre o eu individual egocêntrico e o nós intelectualidade negra, qual é a função desse coletivo e como trabalhamos para diminuir essas tensões. É preciso repensar os NEABs, no sentido do melhor que estão fazendo e como podemos potencializar isso. Pensar esses NEABs num projeto de posse de

poder coletivo dentro da universidade, disputas de poder nas estruturas acadêmicas. Agora, não é poder pelo poder, tem que ter um projeto coletivo, estrategicamente falando, para assumirmos reitorias.

Pensar em relações horizontais entre nossos pares e essa juventude negra, um desafio.

Fazer um balanço desta produção acadêmica, do ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico, nas diferentes áreas do conhecimento.

Estabelecer estratégias nas outras áreas do conhecimento, para além das humanas e sociais, ocupar espaços.

Entender: em qual espaço não estamos? Quem é que está pensando nisso? Onde estão as lideranças coletivas? Estamos ultrapassando as barreiras disciplinares? (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

Kassandra afirma que é preciso compreender mais o lugar político da intelectualidade negra dentro das universidades. Gingar, como uma forma de epistemologia negra, de um conhecimento ancestral que temos, mas que é pouco utilizado. Ela compreende que, até mesmo pela necessidade de se autopreservar, algumas e alguns têm diminuído a potência que existe quando estão em coletivo. Assim, existe pouca aderência a algumas questões que seriam fundamentais para intelectuais negras e negros. O que é até compreensível, pelo excesso de trabalho, entretanto, se estiverem mais juntos, é mais possível lidar com tantas demandas. Assim, é complicado se fechar em si mesmo, porque parece que você fazendo o seu, as coisas vão estar ali garantidas, e não estão — “a coletividade, a possibilidade da subversão, as gingas, as mandingas, as manhas para lidar com o sistema, o comprometimento, a possibilidade de passear por diversos lugares epistemológicos”.

Siss diz sobre a necessidade de construírem redes de apoio, para além das formais, como a ABPN e o CONNEABs. Todavia, como algo mais orgânico, ainda falta. Ele cita a pesquisadora e ex-ministra, Nilma Lino Gomes, como uma referência importante, como outros pesquisadores, que são referência e dão suporte. Porém falta uma ação mais coordenada e direta, pois, em certos momentos parece que cada pesquisador está por conta própria, o que fragiliza as ações enquanto pesquisadores e a própria ação política mesmo.

Petronilha afirma que é preciso compreender quem é o intelectual negro, que é aquele cuja ação e direção é para fortalecer o seu povo. Ser intelectual exige saber pensar sobre a realidade que vive seu povo. E isso todo o mundo pensa, não é só quem está dentro das universidades, mas é preciso saber ouvir muito, e tem que voltar, o compromisso com o teu povo, com tua comunidade, então intelectual é aquele que não vai embora, pelo menos para sua comunidade, só será reconhecido enquanto intelectual se não virar as costas.

Por fim, cabe ressaltar que as entrevistas de Petronilha, Otair e Rodrigo trouxeram a necessidade de construção de um projeto de nação enquanto desafio para a intelectualidade

negra. Dada a relevância da questão posta, o último ponto deste capítulo será destinado para tal reflexão. No momento, seguimos com as reflexões em torno das relações de gênero e os NEABs.

6.2 PRESENCAS E AUSÊNCIAS EM TORNO DO GÊNERO NOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Este ponto da pesquisa trata das relações de gênero nos NEABs, a partir das leituras das(os) intelectuais negras(os) partícipes da pesquisa. A dimensão de gênero, neste momento, aparece de forma imbricada com a raça. Contextualizar, ainda que brevemente, a presença da mulher negra na sociedade capitalista é um movimento necessário, para que avancemos nas pautas que este grupo traz, que são pautas coletivas, afinal, como bem disse Angela Davis, “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Ainda que a experiência histórica da mulher negra na sociedade brasileira seja repleta de fertilidade, potência e diversidade, com histórias como a de Aqualtune, Dandara, Tia Ciata, Luisa Mahin, Antonieta de Barros, Laudelina de Campos, Carolina de Jesus e tantas outras conhecidas e anônimas nos revele, o lugar da mulher negra no imaginário social é repleto de estereótipos subalternizantes.

No decorrer do século XX, persiste essa visão que limita a mulher negra a ser destinada ao sexo, ao prazer, às relações extraconjugais. Para as mulheres negras, consideradas como destituídas destes atrativos, reserva-se a condição de “burro de carga”: “Preta pra trabalhar, branca para casar e mulatas pra fornicar”. Esta é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição cultural patriarcal colonial, para as mulheres brasileiras, que, além de estigmatizar as mulheres em geral ao hierarquizá-las do ponto de vista do ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino. (CARNEIRO, 2019a, p. 156).

Lélia Gonzalez (2018), em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, relata sobre os processos de integração e rejeição da mulher negra na sociedade, através das noções de mulata, doméstica e mãe preta. “O engendramento da mulata e da doméstica [que são atribuições de um mesmo sujeito] se fez a partir da figura da mucama” (p. 198). A mesma mulata, endeusada e sexualizada durante o carnaval, é a empregada doméstica, que sofre com toda agressividade que lhe é cabida pela culpabilidade do seu endeusamento. Ironicamente, Gonzalez questiona: “Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito?” (p. 197). A autora denuncia a reprodução, de forma ressignificada, dos papéis sociais

destinados à mulher negra. Se a mucama era a escrava negra, que estava na casa-grande, responsável pelos serviços caseiros, e muitas vezes, objeto sexual dos senhores; “quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (p. 198-199), e “continua sendo a mucama com todas as letras” (p. 202).

Sobre a mãe preta, Gonzalez (2018, p. 204) afirma que “ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento”. Ela foi a verdadeira mãe das crianças, aquela que exercia as funções maternas, e foi aí que ela passou os seus valores e sua linguagem para as crianças brancas e, assim, ela entra na ordem da cultura.

Dispondo de analogia entre as empregadas domésticas e a formação identitária do estado nacional norte-americano, Patrícia Hill Collins (2008) afirma que a integração dos negros no EUA ocorre de forma subalterna, uma incorporação marginalizada, como se fossem alguém da família. Este “como se fosse”, comumente utilizado no Brasil por mulheres brancas da classe média e da elite, para se referirem às suas empregadas domésticas negras, diz muito do lugar social destinado pela elite branca para as mulheres negras. O “como se fosse” não passa de uma retórica, pois as práticas reais mantêm as mulheres negras em lugares de subordinação e muito distantes da realidade das famílias brancas que dizem ter consideração por suas empregadas domésticas.

Ainda que não seja mais tão forte a presença de mulheres negras trabalhando como empregadas domésticas em residências particulares, nos EUA, Collins (2019) ressalta que as mulheres negras continuam exercendo os trabalhos subalternizados e mal remunerados, como “cuidadoras, auxiliares de creches, funcionárias de lavanderias e de lojas de *fast-food*” (p. 101), o que podemos considerar uma reatualização do trabalho doméstico.

Nesse sentido, para além do sexismo, que desqualifica e enquadra as mulheres em lugares subalternizados na sociedade, quando comparadas com os espaços ocupados pelos homens brancos e mulheres brancas, é fundamental não perder de vista que às mulheres negras são impostos lugares considerados ainda mais desqualificados no mercado de trabalho por serem negras. Sexismo, racismo e capitalismo operam conjuntamente. Essa tríade impõe às mulheres negras um lugar de inferioridade construído no contexto do racismo e que se expressa no trabalho, na questão estética, afetiva, sexual, social e econômica.

A partir de uma leitura decolonial, María Lugones (2020) reforça as diferenças da construção do gênero no capitalismo no que tange às mulheres brancas e as não brancas

colonizadas, processo que se consolida na modernidade tardia, em que há um lado “visível/iluminado” e outro lado “oculto/obscuro” na construção do gênero. Sendo o primeiro voltado para mulheres e homens brancos e burgueses e o segundo para as mulheres de cor.

Historicamente, a caracterização das mulheres europeias brancas como sexualmente passivas e física e intelectualmente frágeis as colocou em oposição às mulheres colonizadas, não brancas, inclusive as mulheres escravizadas, que, ao contrário, foram caracterizadas ao longo de uma vasta gama de perversão e agressão sexuais e, também, consideradas suficientemente fortes para aguentar qualquer tipo de trabalho. (LUGONES, 2020, p.75).

As reflexões de Lugones (2020) não negam a subalternização vivida pelas mulheres brancas no que tange ao âmbito de gênero, a quem cabia o lugar da pureza, da passividade sexual, do lar e da subserviência aos homens, distante das esferas de poder, de tomada de decisões, da produção de conhecimento. Entretanto, a autora ressalta o silenciamento histórico em relação às opressões específicas sofridas pelas mulheres colonizadas. Para a autora, é fundamental seguirmos avançando no detalhamento do que ela denomina de sistema de gênero colonial/moderno.

A dimensão de classe também é um aspecto que distancia mulheres negras de muitas mulheres brancas, revelando uma feminilização da pobreza em articulação perversa com a raça. Entretanto, são as mulheres negras que ocupam as funções mais indesejadas, precárias e insalubres na divisão sócio/racial do trabalho.

Por um feminismo que seja antipatriarcal, anticolonial, anticapitalista e antirracista, Françoise Vergès (2020) denuncia a superexploração dos corpos racializados femininos na França, corpos invisibilizados que trabalham em situação de risco e de super desgaste, para garantir o conforto e as condições de trabalho dos corpos brancos.

Há toda uma humanidade se dedicando a fazer um trabalho invisível e superexplorado para criar um mundo adequado ao consumo e à vida institucional. Cabe a essas pessoas lidar com o sujo, o contaminado, a água não potável, o lixo que não é recolhido, os plásticos que invadem tudo, os jardins nos quais as plantas morrem por falta de manutenção, os esgotos que não funcionam, o ar poluído. As outras, então, podem desfrutar a cidade limpa, os jardins, as flores, os passeios tranquilos. A segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia. Essa divisão também existe nos países do Sul. Dentre essas pessoas racializadas condenadas à limpeza do mundo burguês (...), elas revelam o caráter estrutural e desigual da própria indústria da limpeza, bastante feminizada e racializadas, e sua relação com o passado da escravidão e do colonialismo. (VERGÈS, 2020, p. 127-128).

Se o lugar da mulher negra na sociedade brasileira sempre esteve associado à subalternização, em enfrentamento, as mulheres negras lutam, organizam-se, acolhem-se e resistem. A organização política da mulher negra tem sido fundamental na ressignificação desse cenário de opressões.

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980³⁹, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizam; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero. (CARNEIRO, 2019a, p. 167).

Um evento que merece destaque nesse cenário de organização política e, até mesmo, de protagonismo nas lutas sociais nas últimas décadas, trata-se da Marcha das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília, em novembro de 2015. Segundo Figueiredo (2018), cerca de 50.000 mulheres marcharam contra o racismo, contra a violência, por educação, saúde e trabalho, por um novo projeto civilizatório, pelo Bem-Viver. Nas palavras de Fernanda Martins (2015):

Durante séculos, décadas, na semana passada, amanhã e hoje, marchamos porque sabemos que as transformações não virão como presentes. Marchamos porque sabemos da invisibilidade em torno de nossas imagens, representação e representatividade. Marchamos porque não dá mais para esperar pelo filho, marido, sobrinho ou pai que não voltarão após um dia de trabalho. Marchamos porque reverenciamos a força de nossas ancestrais. Marchamos na tentativa de interromper o extermínio da juventude negra. Marchamos porque nosso corpo é violentado cotidianamente, nossa alma dilacerada e, por mais que trabalhemos, nos instrumentalizamos, ainda assim, teremos reconhecimento e remuneração menores. Marchamos porque a tentativa de genocídio da população negra não parou em 1888. Marchamos porque as feridas custam a fechar. Marchamos porque temos muitas coisas para contar, netos para embalar, filhos para criar, bocas para beijar, profissões para descobrir e corpos para amar. Marchamos pelo direito ao nosso corpo e a escolha de nossa identidade de gênero, assim como, para quem devemos direcionar o nosso desejo. Marchamos porque ter liberdade de culto não é um favor, é um direito. Marchamos porque terreiros de Umbanda e Candomblé têm sido incendiados, crianças têm sido agredidas e identidade racial, destruída. Marchamos. Marchamos. Marchamos porque não dá mais para levar a pirâmide nas costas, está pesada, está injusta, está desumana. (MARTINS, 2015, s/p).

³⁹ Não desconsiderando as outras formas de organização política das mulheres negras anteriores à década de 1980, “como as irmandades femininas negras dos séculos XVII, XVIII e XIX, como é o caso da Irmandade da Boa Morte, e da participação social e política das mães de santo como um contraponto emancipatório importante em uma sociedade patriarcal que atribui um papel de subordinação às mulheres” (FIGUEIREDO, 2018, p. 213).

Retomando os dados apresentados por Moreno (2018), através de microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP de 2017, fica em evidência o quanto a presença da mulher negra na sociedade é subalternizada e conquistada, tanto do Movimento Negro quanto do movimento feminista, ainda não são capazes de abarcar as particularidades da mulher negra. Quanto aos dados, é alarmante que tenham sido identificadas 682 mulheres negras professoras universitárias doutoras, em tempo integral, com dedicação exclusiva em universidade pública, um número irrisório, em todo o Brasil. Esse número é um retrato da nossa sociedade, racista, machista, elitista, que subjuga a capacidade intelectual das mulheres negras, ao mesmo tempo, que ainda as veem como objeto sexual e destinadas ao trabalho doméstico.

Ao tratar sobre mulheres negras e poder, Sueli Carneiro (2019b) diz do retrato da ausência, mas também dos quanto determinados tratamentos são admissíveis socialmente, por serem direcionados a mulheres negras, especialmente quando estas cometem possíveis erros. Em situações semelhantes de falhas, o tratamento dispensado ao homem branco é bem mais aceitável, além de sua raça e gênero não ser associada ao erro, e não ser elevada ao seu grupo social.

O retrato de uma quase “ausência”, apresentado por Moreno (2018), tem relação direta com o que afirma Sueli Carneiro (2019b, p.281): “as representações consolidadas acerca das mulheres negras determinam tanto a sua ínfima presença nas instâncias de poder como as dificuldades adicionais que as espreitam quando ousam romper portas e adentrar lugares para os quais não foram destinadas”.

Patrícia Hill Collins (2019) traz uma outra série de desafios para as mulheres negras que ascendem socialmente, que vão desde a relação que serão chamadas a estabelecerem com os donos do capital e com os trabalhadores (de onde são originárias); até a dificuldade de encontrar homens negros para constituição de laços afetivos. Entretanto, a autora se posiciona e defende que é preciso questionar, também, as possibilidades e/ou disponibilidades das mulheres negras que ascendem socialmente de manterem viva a solidariedade com as irmãs negras da classe trabalhadora.

Ao direcionarmos às entrevistas, destacamos que este momento da pesquisa apresenta particularidades muito específicas, diferente de todos os outros da tese. Até então, todas as questões levantadas eram sobre questão racial, sendo as(os) colaboradoras(es), pessoas que se autodeclararam negras, reconhecidas socialmente enquanto tal e estudiosas(os) das relações étnico-raciais. Questionar sobre gênero fez com que, especialmente os entrevistados, fossem deslocados de um relativo lugar de conforto até então estabelecido, trazendo, em certos

momentos, constrangimentos que foram superados nas perguntas seguintes. Não se deve desconsiderar que se tratava de uma mulher negra, perguntando para homens negros, sobre relações de gênero, ainda que estes sejam parceiros no campo das lutas progressistas, e ainda que concordemos integralmente com a afirmação de bell hooks (2019, p. 10) sobre o papel dos homens na luta feminista:

Em momento algum acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo. (hooks, 2019, p. 10).

Começamos com os relatos das intelectuais negras partícipes. De acordo com Kassandra, tanto o racismo quanto o machismo são estruturais, e o fato de sujeitos se articularem em torno de questões negras não significa estarem envolvidos com questões de gênero. Entretanto, no NEABI da UFOP, as mulheres têm tido uma atuação mais preponderante, com equilíbrio quando se pensa nas coordenações. Kassandra se considera bem atenta à forma como as relações de gênero se configuram e entende que são bem pontuais os episódios de machismo, e que logo há intervenção das mulheres. O fato das mulheres que participam do Núcleo serem envolvidas também com questões de gênero e de desigualdades sociais faz com que as relações sejam equilibradas.

Patrícia afirma que o NEAB da UFES sempre foi muito feminino, desde o nascedouro, tanto de professoras quanto de estudantes, e as relações de trabalho são bem positivas. Entretanto, ela afirma que nunca pensou muito sobre isso, mas que o NEAB tem trabalhado a afirmação feminina.

Petronilha já havia dito sobre o fato de ser mulher quando iniciou sua carreira de professora na universidade, mas quanto ao NEAB, ela afirma que “evidentemente que as relações que estão na sociedade elas não desaparecem no NEAB porque nós somos muito bem-intencionados, ou que nós procuramos lutar sobre isso, é claro que tem recaídas, quer dizer, da mesma forma de relações que podem ser machistas”, mas de forma geral, avalia as relações como bem democráticas.

Quanto aos relatos dos intelectuais negros colaboradores da pesquisa, reafirmamos que “um homem despojado de privilégios masculinos, que aderiu às políticas feministas, é um companheiro valioso de luta, e de maneira alguma é ameaça ao feminismo” (hooks, 2019, p. 31).

Rodrigo, assim como Kassandra Muniz e Patrícia Andrade, afirma que é um Núcleo majoritariamente composto por mulheres, desde a fundadora até a composição geral. Entretanto, a presença do machismo não é desconsiderada. Mas Rodrigo afirma ter tentado aprender com os trabalhos que avalia e com as intervenções das “meninas” do Ações.

Eu acho que tem algumas tensões, que eu acho que tem a ver com o machismo, não apenas em termos do lugar de fala, mas na quantidade de fala. As mulheres é que têm trazido para o interior do Ações discussões de gênero com a intercessão de raça, principalmente a partir das feministas negras, mas eu acho que a gente ainda não teve tempo, não é só tempo, a agente não conseguiu colocar numa pauta de organização da discussão no grupo, e na sociedade como um todo. (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03).

Por um lado, é importante quando Rodrigo se coloca para o aprendizado e faz a autocrítica sobre as relações de gênero no Núcleo que ele próprio coordenava já há algum tempo. Por outro, quando se refere às pesquisadoras e estudantes da Pós-graduação como “meninas”, nota-se uma fala machista, que desqualifica as mulheres negras pesquisadoras, que não é acompanhada de uma autorreflexão do próprio pesquisador.

Erisvaldo também reafirma que tem mais mulheres do que homens no NEABI da UFOP. Mas, ele não tem uma avaliação sobre as relações de gênero no Núcleo. Pensa que as relações sejam relativamente tranquilas, mas também nunca pensou sobre isso, talvez porque tenha assumido outras preocupações. As relações de gênero, mais uma vez, aparecem de forma marginalizada na sua argumentação, o que também pode ser entendido como a presença do machismo. Como assim, “nunca pensou sobre isso” se o próprio intelectual afirma que o Núcleo é composto por uma maioria feminina?

As inúmeras denúncias de que as demandas das mulheres negras têm sido negligenciadas pelo Movimento Negro, feitas pelas feministas negras, também comparece nos depoimentos dos homens negros entrevistados. Como pensar espaços acadêmicos compostos por mulheres e homens negros, sabendo de todo o histórico negativo que pesa sobre as mulheres negras sem que as questões de gênero compareçam no cotidiano, nas disputas, nos debates? As afirmações dos intelectuais negros entrevistados nos levam a pensar que houve uma recusa da parte deles em problematizar essas questões.

Considerando que o LEAFRO da UFRRJ é composto apenas por homens, Otair e Ahyas foram perguntados sobre a ausência de mulheres. Otair afirma que, para ele, essa é uma questão mais ampla, para além da dimensão numérica, de ter mulheres no LEAFRO. Ele reconhece o protagonismo do feminismo negro e afirma que as mulheres negras sofreram tanto nas mãos

das mulheres brancas e dos homens brancos quanto dos homens negros. O professor Otair segue:

Eu acho que a gente tem uma dificuldade de lidar, dificuldade dos homens, homens negros têm dificuldade de discutir sobre questões de gênero, até porque muitas mulheres negras acham que não tem que discutir, porque isso é uma questão das mulheres, o que é um equívoco. A mesma coisa sou eu achar que a discussão racial é só dos negros. Não, eu estou numa sociedade, temos que tratar de um projeto de nação, você não vai fazer uma nação só de mulheres, mas vai ter que ter uma nação que trate sobre feminismo, e aí vamos ter que discutir sobre o feminismo, e isso é interessante. (Otair Fernandes de OLIVEIRA – ENTREVISTA 04).

É muito importante o movimento que o Otair faz de reconhecer a histórica subordinação das mulheres negras, em que ele cita diferentes formas de violência e o próprio feminicídio. Reconhece a luta das mulheres negras e cita a luta de sua mãe para que ele saísse doutor, a luta de tia Ciata e tantas outras mulheres que tinham de sustentar a casa quando os homens não tinham emprego, trabalhar como domésticas, vender quitutes e cuidar da casa. “Então, temos que reconhecer que existe essa dívida, e que para isso os homens têm que baixar a bola, é difícil o cara ouvir isso. Falta ao homem negro essa abertura para aprender com as mulheres, descer a bola, mas eu acho que a arrogância não deixa a gente aprender”.

Entretanto, há responsabilização da mulher na fala de Otair, pois, ele faz presente o posicionamento de algumas mulheres negras que não se abrem para dialogar com homens sobre gênero / feminismo. O que pode se apresentar como uma estratégia de dividir responsabilidades. Além disso, afirmar que não é só uma questão numérica é correto, mas também se apresenta como um subterfúgio machista.

Otair, assim como os outros intelectuais negros entrevistados, coloca-se para o aprendizado. “Homens e mulheres negras(os) são parceiros na mesma luta, mas como é que a gente estabelece essa parceria sem verticalizar as relações de poder? Então eu penso que as mulheres ainda estão brigando para serem ouvidas, e temos que reconhecer isso”.

Contudo, por mais que tenha argumentado, Otair não conseguiu explicar o motivo de ter somente homens no LEAFRO, mesmo que existam pesquisadoras negras nas humanidades da UFRRJ. A nossa impressão é de que pode existir algum tipo de conflito no histórico de constituição do grupo, que passa por tensões nas relações de gênero e que não foi revelado durante a entrevista.

Considerando a ausência de mulheres no LEAFRO, Siss afirma que essa é uma questão importante, mas coloca que as mulheres precisam querer participar, assim como Otair, dividindo as responsabilidades.

Teve uma pessoa que conversando conosco, disse: “Eu gostaria de ver o LEAFRO agora, não como clube do Joãozinho, mas também como clube da Luluzinha, gostaria de ver mais mulher aí, só tem homem aí.” Tudo bem, eu acho que nesse ponto precisamos avançar muito, mas não depende só da gente, depende daquelas pessoas que recebem convite quererem estar juntas, tem algumas pessoas, mulheres que usam a sala do LEAFRO para trabalhar com PET étnico-racial, estão lá com a gente trabalhando, são parceiras de palestras e tal, mas ser assim institucionalizado ainda não, estamos precisando disso, deficiência mesmo. (Ahyas SISS – ENTREVISTA 05).

Ao mesmo tempo em que os entrevistados se colocam, nos seus discursos, abertos e desejosos da presença de mulheres no LEAFRO, fica uma questão importante para a pesquisa, o motivo pelo qual as mulheres não estão no Núcleo, considerando, inclusive, que as mulheres são maioria nos outros NEABs aqui pesquisados.

Também fica evidente a culpabilização das próprias mulheres por não se fazerem presentes no Núcleo. Durante a entrevista, não se notou uma autorreflexão sobre o que e como os intelectuais negros do Núcleo agem, que relações estabelecem na instituição, com as mulheres, a ponto delas não se interessarem por fazer parte da equipe. Ou até mesmo não serem aceitas pelo grupo.

Fica em evidência que todas(os) as(os) partícipes da pesquisa têm consciência e demonstram conhecimento sobre as relações de dominação masculinas, históricas na constituição da sociedade. As intelectuais colaboradoras demonstram estar mais atentas à indagação sobre as relações de gênero nos NEABs. Já entre os homens entrevistados, notamos uma atitude de negligência em relação ao tema. Também percebemos um certo desconforto e/ou um silêncio inicial, por parte de alguns entrevistados, apontando a necessidade de uma reflexão maior para responder.

Por fim, é importante ressaltar a afirmativa de bell hooks (2019) de que “o feminismo é para todo mundo”. Como a autora afirma, fomos educados, mulheres e homens, por pensamentos sexistas, o que não é justificativa para a dominação masculina. Também não se deve desconsiderar que são os homens que mais se beneficiam do patriarcado. Mas, “precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas” (p.13).

6.3 INTELLECTUALIDADE NEGRA E PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA

As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. (Audre Lorde⁴⁰, 2019, p.135).

As diferentes reflexões realizadas no decorrer desta tese nos remetem a uma dimensão essencial constante, que marca a história da população negra brasileira, em diferentes tempos históricos, em diferentes espaços, com diferentes estratégias — teóricas e práticas —, por diferentes sujeitos, negras e negros, são a resistência e a luta. Essa foi e ainda é a possibilidade de existência coletiva do povo negro, submetida a tantas formas de massacre e violências materiais e simbólicas. Para muitas(os) negras e negros, a luta não foi e não é opcional, é a única forma de existência coletiva possível.

O que Audre Lorde nos chama a atenção é sobre as lutas de negras(os) em diáspora, é sobre as nossas armas de luta e seus possíveis limites. “*Pois as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande*. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (2019, p.137).

Sentimo-nos questionadas a pensar se a universidade pode ser entendida como uma “ferramenta do senhor”. A universidade e a ciência são espaços em constantes disputas, pensá-los como uma “ferramenta da casa-grande” pode colocá-los em um lugar absoluto, ainda que tenham servido, e ainda sirvam, para este fim de dominação. Se é um espaço limitado, como as(os) próprias(os) intelectuais negras e negros anunciam, quanto mais crespa(o) se torna, mais incomoda. Pensamos os projetos societários como projetos em disputas, parte de lutas inconclusas, que estão em movimento. A universidade deixa de ser uma “ferramenta da casa-grande” quando estabelece uma relação mais orgânica com os movimentos sociais, quando se vê deslocada da sua organização vertical e hierarquizante, e tem que se abrir para aquelas(es) historicamente suprimidas(os) deste espaço.

Tensionar um projeto de nação, tendo em mente uma perspectiva de transformação social e a sua construção coletiva efetiva, que não desconsidere a raça e o racismo, é uma preocupação para a intelectualidade negra partícipe. A intelectual negra Petronilha afirma:

Eu acho que nós devemos nos preocupar em ter as nossas, os nossos propósitos, objetivos, temos que nos preocupar sobre que sociedade nós

⁴⁰ Audrey Geraldine Lorde (1934-1992) foi uma mulher negra, feminista, lésbica, escritora e ativista. Nascida no EUA, era filha de imigrantes caribenhos. Entre suas produções, **Irmã Outsider**, **A unicórnio preta**, e **The Cancer Journals**, o último, descrevia sua luta contra o câncer.

queremos construir. Que sociedade nós queremos deixar para os mais jovens? E queremos que eles continuem construindo ou venham a reconstruir? (...). (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA –ENTREVISTA 06)

Rodrigo também ressalta em sua entrevista a necessidade de a intelectualidade negra avançar em torno da estratégia de transformação da sociedade. “Se vai ser uma estratégia revolucionária, direta, imposição e guilhotina; se vai ser uma estratégia de tomada de poder, por dentro das estruturas” (Rodrigo Ednilson de JESUS – ENTREVISTA 03). Ele destaca as tensões criadas a partir da ocupação de cargos políticos e que gera desgastes, mas considera que é necessário ser vidraça, ocupar os espaços, mas, sem desconsiderar as outras estratégias políticas.

De forma muito enfática, no decorrer da sua entrevista, o intelectual negro Otair afirma sobre a relevância da intelectualidade negra avançar na proposição de construção de um projeto político de país. Também é enfático ao afirmar que as questões raciais não devem ser pensadas somente pelos negros e, neste mesmo sentido, esse projeto de nação não deve incluir apenas os negros. Ainda que a intelectualidade negra seja um grupo muito diverso, é preciso aprender com a diversidade e pensar como construir um projeto político contemplando esta complexidade.

A busca pela elaboração de um projeto societário como uma preocupação de intelectuais negros(os) aponta para uma inserção desses sujeitos na busca por intervir em questões estruturantes da sociedade, voltados para a construção de arranjos políticos, econômicos, sociais e culturais que garantam a reprodução e a qualidade da vida de uma coletividade.

Parece-nos que a defesa política de um projeto societário defendido por intelectuais negros e negros busca construir saídas ao conjunto de processos históricos que articuladamente reproduzem opressões de raça, classe e gênero, que são elementos estruturais do capitalismo. Nesse sentido, a supressão da organização que sustenta o mundo contemporâneo faz-se necessária, tendo como norte a ética da restituição, da reparação, da igualdade e liberdade plenas.

Conforme Mbembe (2014), em uma conjuntura marcada pela ampliação em proporção planetária, muito embora, de forma assimétrica, de dinâmicas da vida coletiva organizadas pela violência e desigualdades estruturalmente sobre determinadas; por políticas administradas para estancar ou suprimir o estado de bem estar social e deslocar recursos públicos para a sucção insaciável de frações de agentes econômicos nada ou pouco interessados na produtividade do capital; pela debilidade da organização da vida produtiva; pelo esgotamento de recursos naturais

não-renováveis; pelos riscos de eliminação física de parte da humanidade decorrente de epidemias que fugazmente alcançam todo o globo terrestre; assim como pelo reavivamento de propostas políticas fundamentadas na fantasia dos exclusivismos e absolutismos raciais, étnicos, religiosos, nacionais, agora gestados para difusão rápida e sem compromisso, por meio das redes de informação on-line e full time. Mbembe (2014) advoga a necessidade da constituição de “um pensamento em circulação, *um pensamento em movimento, um pensamento-mundo*” (p. 299-300) comprometido com um projeto coletivo orientado por uma ética de restituição, de reparação e de justiça e voltado para a reserva de vida. De acordo com o autor:

O mundo não vai durar, a não ser que a Humanidade se empenhe na tarefa de constituição daquilo que é preciso chamar de *reserva de vida*. Se a recusa a perecer faz de nós seres da história e autoriza que o mundo seja mundo, então a nossa vocação para durar só pode realizar-se quando o desejo de vida for a pedra de toque de um novo pensamento, da política e da cultura. (MBEMBE, 2014, p. 302-303).

No Brasil, conforme nos lembra Otair, há uma diversidade complexa de intelectuais negras e negros pensando projetos de nação. Sem o objetivo de enquadrar, limitar ou reduzir, trazemos alguns desses movimentos emancipatórios negros para diálogo, considerando o quanto este debate é potente, e vai para além dos quadrantes universitários, mas como parte da articulação negra militante e com compromisso étnico-racial, acadêmica ou não.

Reflexões em torno do marxismo e da questão racial têm crescido nos últimos anos no Brasil, o que se expressa na ampliação das publicações que tratam sobre a temática. Dada a própria tradição marxiana, que tem como fim a superação do modo de produção capitalista e a construção de uma nova ordem societária, identificamos que as diferentes produções trazem essa dimensão.

Referenciamos o livro **Marxismo e questão racial**, dossiê Margem Esquerda, organizado por Silvio Almeida (2021), especialmente os artigos “Estado, racismo e materialismo” de Alessandra Devulsky; e “Dilemas da luta contra o racismo no Brasil” de Dennis de Oliveira.

A produção de Alessandra Devulsky (2021) trata especialmente da relação do racismo com o mundo do trabalho, bem como, pensa perspectivas que superem as explorações do mundo do trabalho, associadas à raça e ao gênero. Para a autora, a organização do capitalismo é perpassada pela dimensão racial que, embora não seja um elemento fundador, é essencial para

reprodução do capitalismo. A autora ressalta a diferenciação criada pelo racismo no processo produtivo, que cria hierarquias com base na raça.

A superação das explorações voltadas para o mundo do trabalho e o racismo compõem uma relação intrínseca, segundo Alessandra Devulsky (2021, p. 12), que afirma: “Se o movimento trabalhador não é capaz de atingir o centro nevrálgico da forma-valor carregando consigo as estruturas sexistas e raciais, o racismo também não pode ser eliminado sem que haja *pari passo* outra forma de sociabilidade sendo gerada”.

Notamos uma preocupação constante no texto de Devulsky (2021), em afirmar a necessidade de articulação das lutas de raça e classe, apontando que o fim deve ser o mesmo. “Juntas são mais fortes, separadas opõem-se, eclipsando a construção do horizonte em comum” (p. 14).

A autora cita as cobranças de determinados setores da esquerda para que haja “consciência de classe” nas lutas antirracistas, mas aponta que essa cobrança deve ser invertida por uma busca de construção de saberes emancipatórios que integrem racismo e sexismo como parte estruturante das análises. Para Alessandra Devulsky (2021):

A falsa oposição entre a luta antirracista e a luta anticapitalista promove o enfraquecimento teórico em sua medida epistemológica e política, bloqueando a convergência de seus potenciais de mobilização que não precisam estar vinculados à homogeneização da classe trabalhadora. Por isso, o enfrentamento das contradições do desenvolvimento do capital enseja uma reabilitação da comunicação daquelas instâncias em termos de complementariedade, em um processo cujas diferenças não são lançadas para fora do sistema para lhe dar uma coerência falseada. O racismo e o sexismo, enquanto forem expulsos da problemática marxiana como fenômenos de ordem menor, continuarão a existir como impeditivos do exercício político voltado à emancipação total. (DEVULSKY, 2021, p. 20).

Tanto em Alessandra Devulsky (2021) quanto em Dennis de Oliveira (2021), a dimensão dos limites institucionais no combate ao racismo está presente. A primeira faz referência a um “sequestro” por parte do Estado em relação às reivindicações dos movimentos sociais, limitando as pautas, já uma perspectiva mais revolucionária da dimensão racial da luta de classes encontra-se no movimento negro periférico. Ressalta, ainda, que a luta emancipatória não deve se encerrar no âmbito da legalização.

Já Dennis de Oliveira (2021) utiliza dados que demonstram o quanto a questão racial ainda é periférica no âmbito da intervenção estatal para apontar os limites do combate ao racismo através da estrutura do Estado brasileiro. O autor reconhece a importância das políticas de combate ao racismo, mas afirma que “a ação direta do capital pressiona para que o

movimento negro se limite a ações contra os *preconceitos* nos comportamentos individuais e na transformação das políticas públicas em *compensatórias* ou de *promoção social*” (OLIVEIRA, 2021, p.31-32). Segue o autor:

Não se trata de mera retórica. A concepção de ‘promoção’ significa instituir mecanismos para elevar um setor ou um segmento social a um patamar superior sem, necessariamente, levar em conta que tal processo exigiria uma ‘redistribuição de riquezas, bens materiais e imateriais’ e que, portanto, sinaliza mudanças estruturais. (OLIVEIRA, 2021, p.32).

Se por um lado, a presença de pessoas do movimento negro possibilitou dar uma visibilidade a temática do racismo, por outro, afirma Oliveira (2021), traz uma armadilha de guetificar políticas específicas, bem como, responsabilizar os atingidos pela ‘violência racial estruturante’ por uma eventual superação desta. Nesse sentido, conclui Oliveira (2021):

Com isso, a luta contra o racismo sinaliza para uma ação *contra o capital* que remete tanto a uma reconstrução da esfera política, esvaziada pela ação direta do capital, como por sua apropriação no sentido de uma profunda reforma do Estado nas perspectivas contrárias a sua formação histórica: desconcentração de renda e patrimônio, universalização plena da cidadania e desmonte dos aparatos de violência sistêmica. O racismo deve ser enfrentado não apenas na dimensão comportamental e relacional, mas fundamentalmente como mecanismo estruturante do autoritarismo social que sustenta as várias lógicas do capital. (OLIVEIRA, 2021, p. 34).

Sobre as produções supracitadas, que também dialogam com outras produções que envolvem a temática, como em Rosenverck Estrela Santos (2015), notamos uma disposição relevante para pensar a articulação das lutas de raça e classe (e gênero em Devulsky). Entretanto, a leitura marxista da realidade social prevalece até mesmo em detrimento da questão racial, que está no centro da discussão. Incomoda-nos que as lutas contra o racismo, imprimidas pelos Movimentos Negros e intelectualidade negra, não tenham a devida importância, ainda que sejam consideradas. Leituras que apontam para uma infantilização dos Movimentos Negros, tanto ao dizer do “sequestro” por parte do Estado em relação às pautas dos movimentos sociais (DEVULSKY, 2021) quanto ao pronunciar uma “armadilha de guetificar políticas específicas” (OLIVEIRA, 2021).

Já a partir de outras perspectivas teóricas e práticas, referenciamos Abdias Nascimento e sua proposta de transformação da realidade brasileira a partir do quilombismo. No texto “Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira”, Nascimento (2009) é crítico referente ao apagamento das origens africanas, às

inúmeras formas de afastamento do negro de suas raízes étnicas, históricas e culturais, por parte das classes dominantes, mas, considera a persistência das lembranças da Mãe África, através do esforço de irmãos africanos, que lutam contra as negações das “realizações dos povos de origem negro-africana” (p.198).

Sobre o quilombismo, Abdias Nascimento (2009) faz referência aos quilombos criados pelos africanos escravizados, como estratégia de sobrevivência, de liberdade e de recusa à violência imposta pela escravização, e às diferentes formas de se organizar em quilombos pela comunidade negra, como os terreiros, escolas de samba, associações, irmandades e assim por diante.

Porém, tanto os permitidos quanto os ‘ilegais’ foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A esse complexo de significações, a essa práxis afro-brasileira, eu denomino quilombismo. (NASCIMENTO, 2009, p. 203).

A sociedade quilombola, para Abdias (2009), representa o progresso humano e sociopolítico. A partir dessa perspectiva, ele traça o ABC do quilombismo, o que representa uma perspectiva de organização societária, tendo como norte a organização de um Estado Nacional Quilombista. O autor afirma sobre a necessidade de pensar interesses imediatos e mais distantes, de transformação radical das estruturas da sociedade brasileira. Destacamos alguns pontos listados por Nascimento (2009):

- *Cuidar* de organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo de nossa sobrevivência como povo. Devemos, por isso, ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, sejam as reformistas, radicais, progressistas ou liberais. (...)
- *Formar* os quadros do quilombismo é tão importante quanto mobilizar e organizar a comunidade negra.
- *Garantir* ao povo trabalhador negro seu lugar na hierarquia de poder e decisão (...).
- *Livrar* o Brasil da industrialização artificial, tipo “milagre econômico”, está nas metas do quilombismo. (...) O quilombismo advoga para o Brasil um conhecimento científico e técnico que possibilite a genuína industrialização que represente um novo avanço de autonomia nacional. (...)
- *Poder* quilombista quer dizer: a raça negra no poder. Os descendentes de africanos somam a maioria de nossa população. Portanto, o poder negro será um poder democrático. (...). (NASCIMENTO, 2009, p. 208-209-210).

Além do ABC do quilombismo, Nascimento (2009) afirma que o quilombismo é um movimento político coletivo de negros pela criação do Estado Nacional Quilombista, tendo como alguns de seus princípios e propósitos, uma sociedade “livre, justa, igualitária e soberana”

(p.212), em que a igualdade se refere a “sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica” (p. 212). A felicidade do ser humano não é desprezada nessa forma de pensar a sociedade, sendo uma finalidade básica. A ideia de uma economia comunitária e cooperativista e que respeite o meio ambiente também é forte no texto. Enfim, “A revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e anti-neocolonialista” (p. 214).

O esforço realizado por Abdias Nascimento é importante, pois nos oferece pistas, caminhos para que negras e negros pensem aonde queremos chegar. Muitas questões ficam em aberto, também não nos parece objetivo de o autor finalizar a questão, mas os princípios do quilombismo, na nossa compreensão, apontam para caminhos importantes para além das ideias de socialismo e comunismo.

A partir da perspectiva de criação de uma nação preta, de um Estado preto-africano, dialogamos com Abisogun Odùduwa (2019). O livro **O Pan-Africanismo**, escrito por Odùduwa, é fruto de encontros do Curso de Formação Pan-Africanista, a partir da União dos Coletivos Pan-Africanistas, fundada em agosto de 2000, em São Paulo.

Entendemos o *pan-africanismo* por essência como sendo um tipo de comportamento fundamentado no sentimento de amor, responsabilidade, comprometimento, solidariedade, cooperação, cuidado e acima de tudo integridade e honestidade na busca por melhores condições de vida para as pessoas pretas, seja como indivíduos ou no coletivo; além do reconhecimento, entendimento, apreensão e resgate de um *ethos comum* entre as pessoas pretas espalhadas por todas as partes do mundo — na África e na diáspora africana. (ODÛDUWA, 2019, p. 12).

O que une as pessoas ao pan-africanismo é a cor da pele das pessoas pretas e a honestidade nas ações, de acordo com Abisogun Odùduwa (2019), independente de questões geográficas, de gênero, orientação sexual, religiosidade, políticas ou econômicas. Para o pan-africanismo, a micro e a macro-história são importantes. Entretanto, as micro transformações, ocorridas na vida dos indivíduos, devem estar conectadas com a busca pela transformação coletiva do povo preto. Busca-se a união pelo amor das pessoas pretas em busca da construção de um Estado africano, tendo como preceitos as estruturas do pan-africanismo e do comunitarismo africano. Abisogun Odùduwa (2019) convoca o povo preto à luta:

Povo preto: abra o olho! Erga a cabeça! Levante! Se organize! Lute! Entenda que o pan-africanismo (a união dos pretos de todo o mundo) é o caminho para a construção do nacionalismo preto na prática, no mundo real, isto é, o caminho para a construção de uma nação e de um território próprio, em bases

comunais, onde os pretos possam viver e desenvolver todo o seu potencial humano livres das amarras e condicionantes raciais. (ODÛDUWA, 2019, p. 70).

O pan-africanismo deve ser referenciado, seja pela luta contra a supremacia branca, seja por resgatar princípios importantes de amor ao povo preto, respeito ao protagonismo e à vontade coletiva, o orgulho preto, reconhecimento da humanidade, da ancestralidade e da espiritualidade preta, bem como a autodeterminação do povo preto. Ainda que não se trate, necessariamente, de um projeto de nação para o Brasil, mas considera a criação de nações pretas independentes na diáspora, trata-se um projeto revolucionário, contra hegemônico e com muitos ensinamentos.

O “Bem Viver” é outro projeto em disputa, com o qual, negras e negros têm dialogado no Brasil. Pelo “Bem Viver”, cerca de 50 mil mulheres negras marcharam em 2015, na cidade de Brasília (FIGUEIREDO, 2018; SILVA, C. 2015). Na Carta das Mulheres Negras (2015), documento entregue à presidência da república e à sociedade brasileira nesse contexto, fica em evidência a defesa de um projeto societário que preze pelo Bem Viver, por parte de, tantas formas de serem, mulheres negras.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais. (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p. 16).

Em defesa do Bem Viver, a Carta das Mulheres Negras propõe um novo pacto civilizatório, “em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade” (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015, p.17). Assim, fazem uma série de reivindicações que têm como base o direito à vida, à humanidade, o direito a ter direitos e a alteridade.

Sobre o Bem Viver, Célio Turino (2016, p.14-15) afirma que:

Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte” dela e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos demais seres do planeta. A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos. (TURINO, 2016, p. 14-15).

Alberto Acosta (2016) afirma que não se trata de uma proposta finalizada, indiscutível, ou que se refere à experiência apenas de um determinado grupo, mas “apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida” (p.69), a partir da experiência de grupos invisibilizados que lutam contra o imperialismo e o colonialismo. Trata-se de algo a ser construído, mas que já é a realidade como modo de vida para várias comunidades indígenas e outros grupos espalhados pelo planeta, que não foram sequestrados pela modernidade capitalista.

Célio Turino (2016) afirma o Bem Viver como um processo em construção e que não se restringe ao mundo ameríndio, mas está presente, de diferentes formas, em outras culturas, como através do *Ubuntu*, da filosofia africana, uma forma de existência que só se realiza com o outro, em comunidade.

Ubuntu pode ser traduzido como “o que é comum a todas as pessoas”. A máxima zulu e xhosa, umuntu ngumuntu ngabantu (uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas) indica que um ser humano só se realiza quando humaniza outros seres humanos. A desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas. O que significa que uma pessoa precisa estar inserida numa comunidade, trabalhando em prol de si e de outras pessoas. A ideia de ubuntu atravessa, constitui e regula inúmeras comunidades africanas bantufonas. (NOGUERA, 2011, p. 148).

O momento atual exige mudanças radicais. A deterioração da humanidade, da natureza, da vida em comunidade nos coloca a necessidade de transformações profundas, que superem as ideias de bem-estar social capitalista, que ocorre para uns em detrimento da exploração e do mal-estar de outros. Também não considera os humanos como parte da natureza e, assim, não possibilita a vida no âmbito comunitário e na natureza. O Bem Viver apresenta-se como uma possibilidade.

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de

preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida. (ACOSTA, 2016, p. 33).

Além da integração homem e natureza e da vida comunitária, dois aspectos colocados por Alberto Acosta (2016), no que tange ao Bem Viver, merecem destaque — o Estado plurinacional e a economia sustentável. Sobre a plurinacionalidade, não se trata de negar a nação, mas resgatar “a pluralidade de visões étnicas e culturais para repensar o Estado” (p.146), ou seja, o Estado incorpora, celebra e se organiza na diversidade, democraticamente na sua plenitude e em harmonia com a natureza. A economia de bases sustentáveis, comunitárias, coletivas e em harmonia com a natureza passa primordialmente por alguns princípios, como a solidariedade, a reciprocidade, a integralidade (entre os seres vivos), a diversidade, a equidade e a democracia, a superação das lógicas do consumismo e acumulação.

O Bem Viver é incompatível com o capitalismo e suas formas excludentes, exploratórias, violentas e predatórias de organização. A afirmação de Cidinha Silva (2015) dialoga com Alberto Acosta (2016), no sentido de que, se a plenitude do Bem Viver não é possível neste momento, práticas do Bem Viver devem ser impulsionadas.

Para alcançar o bem viver proposto pela Marcha, a superação do racismo e da violência dos quais as mulheres negras são alvo, são condições essenciais. Mas, enquanto isso não acontece integralmente, vão sendo estabelecidas conexões entre a natureza, a política, a cultura, a economia e a espiritualidade, das formas possíveis e de maneira holística. Recupera-se assim, o sentido de utopia para a construção de um mundo no qual todas as pessoas possam viver com saúde, alegria e dignidade. (SILVA, C. 2015, s/p.).

Para além da filiação a essas correntes e tantas outras que propõem mudanças profundas na nossa organização social, é importante dizer da luta de intelectuais negras e negros, que se faz no cotidiano, e, estando filiadas(os) ou não a alguma destas correntes, expressam o anseio de justiça social e cognitiva, o que, no Brasil, não pode ser desvinculada da questão de raça e gênero.

Acreditar na transformação social exige coragem, em tempos que o medo impera. A falência da objetividade e do racionalismo deslocados do sujeito, a falência da tecnologização da vida, a falência do individualismo, da competição em detrimento do coletivo, na medida em que não foram capazes de garantir qualidade de vida para a maioria da população humana, coloca a necessidade de pensar organizações que vão além do capitalismo.

Não se trata de pensar o impensável, pois, outros modelos de organização societária existiram, e ainda resistem, em comunidades que não foram dominadas pelo projeto da

modernidade. Entretanto, como fugir desta amnésia social e dessa apatia que nos assola? Como mobilizar para destruir o que nos oprime?

A monocultura do fazer político pode ser uma ferramenta do senhor, que freia o espírito radical de mudança. Considerar apenas uma possibilidade de fazer luta política; enquadrar o que é legitimamente considerado “manifestação” e o que é “baderna”; considerar as negociações políticas como única via possível; condenar a diversidade que justamente potencializa a luta antirracista; acaba por limitar os caminhos a serem trilhados.

Os próprios Movimentos Negros têm apontado para outras formas de fazer política, para outros mundos possíveis, para outros valores éticos, comunitários, sem opressões, e em harmonia com a natureza. A transformação societária passa, necessariamente, pela organização e mobilização coletivas. É preciso experimentar o experimental (SALOMÃO, 2010), quebrar o indivisível, viver o invivível.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouçã meu grito
 Invadindo os teus ouvidos
 Tomando a sua casa e tocando lá no seu radin'
 Se o que eu digo-lhe fizer algum sentido
 É porque o sangue de rainha ginga ainda corre em mim

Simples assim, os meios irão justificar os fins
 E as manas e minas que colam comigo também tão afim
 Vim dessa voz ouvida e não mais oprimida
 Equalizada por todos cafundós e confins

Eu fui até o Pelorin' pra entender
 O que eu já nasci sabendo, mas preciso comprovar pra crer
 Que todo axé que faz minha pele tremer
 É a força que me fará transcender pra acender

Uma fagulha ou um pavio
 Que transforma em uma revolução um lacre primaveril
 É engraçado, mas não é brincadeira, viu?
 Não toleramos mais o seu xiu
 Ouça-me
 (Tássia Reis⁴¹, 2016).

Chegado o momento das considerações finais, ao percorrer um longo caminho de muitas reflexões, nas orientações, nas leituras, nas disciplinas, nos corredores, nas músicas, nas lives, podcasts, nos encontros e nos desencontros, posso dizer que carrego comigo a compreensão do lugar que ocupo neste trânsito das relações étnico-raciais, o que está expresso no decorrer de desta tese, ainda que esta compreensão e este lugar não sejam fixos e se mantenham em constante transformação.

Guiamos esta pesquisa orientadas pela compreensão das trajetórias, práticas e produções de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de Instituições Públicas Federais do Ensino Superior na região sudeste do Brasil. A partir do protagonismo negro, em que negras e negros dizem de si, é que utilizamos como recursos metodológicos a entrevista semiestruturada e as reflexões em torno das produções teóricas, tendo como norte as falas e escritos das(os) intelectuais negras e negros partícipes.

⁴¹ Tássia dos Reis Santos é uma mulher negra, cantora e compositora, nascida no interior de São Paulo em 1989. Faz uma música negra contemporânea, passando por vários estilos, como rap, trap e r&b, e por vários temas, com uma forte perspectiva de denúncia voltada para as questões de raça, gênero e social.

É preciso nomear as(os) intelectuais negras(os) e os NEABs colaboradoras(es) diretas(os) da presente tese: Kassandra da Silva Muniz e Erisvaldo Pereira dos Santos — Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto; Rodrigo Ednilson de Jesus — Programa Ações Afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais; Otair Fernandes de Oliveira e Ahyas Siss — Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva — Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos; e Patrícia Gomes Rufino Andrade — Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo.

A ideia hegemônica de intelectual, forjada na modernidade ocidental e alastrada de forma violenta, a partir da Europa, para outras partes do planeta, e que ainda se mantém fortemente presente no imaginário social está associada ao homem branco, culto, letrado e afastado da realidade social. As indagações em torno desse conceito não são fenômenos recentes, como demonstramos a partir de autores como Antonio Gramsci, Noam Chomsky e Edward Said, entretanto, o marcador racial não comparece nessas produções. A inscrição negra na categoria intelectual ocorre a partir de intelectuais negras e negros, como bell hooks, Patrícia Hill Collins, Sales Augusto dos Santos, Nilma Lino Gomes e Evaldo Ribeiro Oliveira.

A concepção de intelectual negra(o) que guia esta pesquisa é de negras e negros que atuando em diferentes espaços, como nas universidades, nas artes, na cultura, na política, apresentam posicionamentos críticos e emancipatórios, concepções teóricas e de vida, que indagam poderes instaurados e contribuem para emancipação de raça, gênero e classe. São sujeitos cuja história passa por apagamentos e, ao se posicionarem criticamente, dão visibilidade as suas histórias e se tornam corporeidades presentes e insurgentes.

Em diálogo com as produções teóricas e com a intelectualidade negra partícipe da pesquisa, identificamos cinco aspectos que marcam a intelectualidade negra acadêmica, nas últimas décadas, foco desta pesquisa, que são: experiência da negritude, descolonização da produção de conhecimento, articulação entre produção de conhecimento e luta antirracista, retorno para as suas comunidades e compromisso de transformação social.

Os NEABs são fruto da organização e da mobilização de uma parcela significativa de intelectuais negras e negros nas universidades. Os Núcleos têm potencializado o enegrecer da produção de conhecimento, são espaços de referência política para intelectuais negras(os) e não negras(os) que aderem à luta antirracista, e são espaços de encontro político e afetivo.

Os NEABs compõem uma complexa rede institucional que é marcada, especialmente, pela polissemia, o que fica em evidência nas diferentes denominações que possuem, vide os NEABs partícipes da pesquisa, nas diferentes formas de institucionalização, no lugar que

ocupam, ou não, na estrutura organizacional. Ainda que nosso foco esteja voltado para os Núcleos das universidades federais de ensino superior, cada vez mais, estão presentes em outras instituições de ensino e outros espaços.

A diversidade tem potencializado a presença insubmissa e contestatória dos Núcleos, que têm tensionado a dinâmica universitária, seja no diálogo com as comunidades externas, com os movimentos sociais, no questionamento da dinâmica vertical universitária, da meritocracia, das produções teóricas eurocêntricas, além da própria presença de corpos negros na universidade ser uma forma de deslocamento.

A mobilização de negras e negros nos NEABs transcendem a dimensão regional e se articulam através da ABPN, do Consórcio de NEABs e dos Copenes, que são organizações que se mobilizam para questões que envolvem a dimensão racial, dentro e fora das universidades.

A intelectualidade negra partícipe destes Núcleos, da ABPN, assim como os diferentes Movimentos Negros, tem sido protagonista na luta pela formulação e implementação de políticas de ações afirmativas nas últimas décadas. Merece destaque a aprovação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, da Lei de Cotas nº 12.711/2012 e da Lei de Cotas em Concursos Públicos nº 12.990/2014, em que esses sujeitos têm sido ativos tanto na proposição, na formulação, quanto na implementação.

Em movimento de contraposição, vivemos um período de conservadorismo político-ideológico, que se expressa na tentativa de desqualificação das pautas raciais, na radicalização de ideais neoliberais, com desresponsabilização do estado em relação às pautas sociais e destinação da maior fatia do fundo público para os interesses ligados à financeirização e, no âmbito específico das universidades, à precarização das instituições, das carreiras, cortes de bolsas da pós-graduação e ataques de cunho político-ideológico. Esse contexto fortalece a importância da mobilização política dos/nos diferentes Movimentos Negros e de instituições como ABPN e os NEABs.

As intelectuais negras e negros dizem, também, das suas trajetórias. Sobre a descoberta do “ser negra(o)” em uma sociedade racista, da trajetória escolar, e da formação nos movimentos sociais, nos marca os episódios racistas que vivenciaram e as estratégias que foram criando, o que passa pela resignificação e politização da raça, passa pela compreensão de que “amar a negritude é um ato de resistência política” (hooks, 2019).

A formação nos/com os movimentos sociais comparece em seis das sete entrevistas, ainda que não tenham sido indagadas(os) sobre esta temática, sendo essa relação levada para as universidades, o que potencializa a atuação destes sujeitos.

São trajetórias individuais, diversas e plurais, mas que coadunam em torno de um pensamento coletivo e chegam nas universidades através destas(es) intelectuais negras e negros, o que tem relação direta com os atravessamentos que estes sujeitos promovem, inclusive ao desnaturalizarem a ausência de corpos negros nesses espaços.

Quanto à produção teórica das(os) intelectuais negras(os), buscamos aproximações com a ideia de um pensamento negro brasileiro, a partir do rompimento de um ciclo que objetifica, simplifica e nega a pluralidade e o protagonismo negro na formação sócio-histórica brasileira. Dialogamos com a produção teórica das(os) intelectuais negras(os) colaboradoras(es) da pesquisa e com intelectuais negras(os) de outros tempos históricos para pensarmos dois aspectos — questionamento às ciências hegemônicas e o protagonismo negro, como forma de reposicionarem a experiência negra e rememorarem sujeitos individuais e coletivos negros. A perspectiva de denúncia de uma ciência marcada pela branquitude é constante nas produções, assim, como um movimento de inversão desta lógica, ao trazer em foco, as contribuições políticas, econômicas, sociais e culturais negras na história brasileira. O compromisso ético-político com uma agenda antirracista também se destaca nas produções.

Sobre a experiência das(os) intelectuais negras(os) nos NEABs e na universidade, percebemos que o processo de se tornar intelectual foi um caminho não planejado, pré-estabelecido e que se constitui com muitos enfrentamentos. Estudar raça e racismo tem relação direta com a subjugação de negras(os) na sociedade e o desejo de fazer das pesquisas um ato político. Ser professora(r) universitária(o) negra(o) traz uma série de desafios. Para as mulheres negras colaboradoras, percebemos as tentativas de desqualificação da sua capacidade intelectual para ocuparem este espaço, bem como, dificuldades de conciliar as inúmeras demandas da universidade, as questões políticas institucionais que assumem, a vida pessoal e o cuidado com as(os) filhas(os), em que racismo e sexismo ficam mais em evidência. Para os entrevistados, nota-se uma negligência diante das relações de gênero, ao mesmo tempo em que se colocam, no discurso, dispostos a somarem à luta das mulheres negras. As entrevistas indicam, ainda, o orgulho de serem professoras(es) universitárias(os), de fazerem parte de um coletivo de intelectuais negras e negros, de uma relativa ascensão social, de somarem à luta antirracista.

Finalizamos a tese trazendo um debate sobre as perspectivas de transformação social que estão conectadas com a população negra, mas ao mesmo tempo, transcendem a esta coletividade. Ressaltamos a luta de intelectuais negras e negros, acadêmicas(os) ou não, que expressam nas suas práticas o anseio de justiça social e cognitiva. Entendemos que a potência da transformação social está na diversidade das lutas, nos movimentos sociais e em outros

modelos de organização comunitária que resistiram e resistem à modernidade capitalista ocidental. Acreditar e defender que “A revolução será crespa e não na TV” (REIS, 2016) significa ter coragem, força, luta e resistência.

Como as pesquisas não finalizam, três questões ficam em aberto para estudos futuros: a presença de pessoas não negras nos NEABs; a religiosidade de intelectuais negros e negras e de que forma esta religiosidade atravessa suas práticas profissionais; e a presença da ancestralidade na formação e prática destes sujeitos.

Por algum tempo, pensei que fosse importante finalizar esta tese com uma mulher negra cuja fala e prática me representassem e que estivessem conectadas com os caminhos trilhados nesta tese. A escolha é por Tássia Reis (2016) — “Ouça-me”.

Ouça-me, ouça-me, ouça-me
Vai presta atenção
Ouça-me, ouça-me, ouça-me

A revolução será crespa e não na TV
A revolução será crespa doa a quem doer
A revolução será crespa e você pode crer
Não podem conter, não podem conter

A revolução será crespa e não na TV
A revolução será crespa doa a quem doer
A revolução será crespa, quem vai pagar pra ver?
Não podem conter, não podem conter.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (Org.). **História do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBERTO, Paulina L. **Termos de inclusão**: intelectuais negros brasileiros no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Apresentação. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (Org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021. p.11-21.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018a.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. “Os negros no Brasil ganham duas certidões de nascimento”. (7m28s), set. 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rKzkFt15fe4&list=LLSXCO0bVdrXbkcq-3pdh3kw&index=1>. Acesso em: 26 out. 2020.
- ALVES, José Augusto Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, n. 2. Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília, 2002. p. 198-223. Disponível em: v45n2a09.pmd (scielo.br). Acesso em: 05 out. 2019.
- ALVES, Marta Mariano. **Negros (as) e a luta por reconhecimento na universidade**: O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS. 165f. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017.
- ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 03 set. 2021. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.
- ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Reflexões sobre as vivências e perspectivas dos homens e mulheres negros. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 2018. p. 14-21.
- ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Territórios quilombolas, regulamentação. **A educação no quilombo e os saberes do quilombo na escola**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 83-98.
- ARROYO, Miguel González. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

ARROYO, Miguel González. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Normativa – Resolução filiação de NEABs, NEABIs e grupos correlatos. 2017. Disponível em: 45f7dd_f6892b0377e043d69fb49698fe283524.pdf (filesusr.com). Acesso em: 11 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS. Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/>. Acesso em: 09 jul. 2021

ATHAYDE, Rogério. MODUPÉ, meu amigo. Disponível em: MODUPÉ, meu amigo (rogerioathayde.com.br). Acesso em: 24 nov. 2021.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Língua de Branco, Língua de Negro**. 1982. Disponível em: Língua de branco língua de negro.pdf (google.com). Acesso em: 14 mai. 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 11 out. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao>. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?>. Acesso em: 04 de ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014. Dispõe sobre a reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 09 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 04 dez. 2018.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 14. Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO). Brasília, 28 de abril de 2008. Disponível em: Resolução/CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008 - Portal do FNDE. Acesso em: 04 dez. 2018.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia Mara; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade racial branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 33-52.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Escritos de uma vida**. Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019a. p. 185-194.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. [Tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005. 339p.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019c. p. 150-184.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019b. p. 274-286.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR 28**, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/isiss/Downloads/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Ellis Cashmore; Michael Bonton [et. al.]. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CFCH aprova concessão de título doutora honoris causa a Carolina de Jesus. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 10/11/2020. Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1388-cfch-aprova-concessao-de-titulo-doutora-honoris-causa-a-carolina-de-jesus>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa (Portugal): Difel, 1990.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: Homero Santiago (Org.). **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 182-199.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHINAZZO, Suzana Salete Raymundo. **Epistemologia das ciências sociais**. Série Por Dentro das Ciências Sociais. Curitiba: InterSaber, 2013.

CHOMSKY, Noam. **A responsabilidade dos intelectuais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1968.

COLLINS, Patrícia Hill. Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana. **Revista Gênero**, Niterói, vol. 8, n. 1, p. 27-52, 2007. Disponível em: Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana | Revista Gênero (uff.br). Acesso em: 22 nov. 2018.

COLLINS, Patrícia Hill. **On intellectual activism**. Temple University Press: Philadelphia, United States of America, 2013.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Sidney. Consuni aprova título de Doutora Honoris Causa a Carolina Maria de Jesus. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 25/02/2021. Disponível em <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/biblioteca/27-noticias/1415-consuni-aprova-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CUNHA Jr., Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio cultural histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XI, n. 129, p. 158-167, fev. 2012.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. JESUS, Rodrigo Ednilson de. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 37, n. 135, p. 407-423, abr.-jun., 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. In: ALMEIDA, Silvio (Org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 11-21.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**. Programa de Pós-Graduação em História. UFES, vol. 21, p. 101-124, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/isiss/Downloads/2485-Texto%20do%20artigo-3905-1-10-20120307.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

DUARTE, Vera. Lins Popular. **A palavra e os dias**. Organização e prefácio: Christina Ramalho. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

EMICIDA. Passarinhos. (ft Vanessa da Mata) Composição de Leandro Roque de Oliveira (Emicida) e Xuxa Levy. Laboratorio Fantasma Producoes Ltda Me, Xlevy Produções Artísticas Ltda, 2015. Disponível em: passarinho emicida - Pesquisa Google. Acesso em: 08 jun. 2021.

EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC News Brasil**. Júlia Dias Carneiro. Rio de Janeiro, mar 2018. Disponível em: É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora - BBC News Brasil. Acesso em: 10 abr. 2018.

EVARISTO, Conceição. Todas as manhãs. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Otair. O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABs. **[SYN]THESIS**, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol.7, n. 2, p. 191-204, 2014.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 63, p. 103-120, Abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000100103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES,

Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 203-222.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu de Silva. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. **Estratégia, poder-saber**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 37-47.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. **Pequeno dicionário de filosofia contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 34.ed. Rio de Janeiro: Ucam, 2001.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos de 1916-1935** / Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Flávio. Reflexões e projetos: para um pensamento negro nos séculos XIX-XXI. **Revista da ABPN**, vol.. 10, n. 25, p. 04-07, mar-jun, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-110.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SOUZA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-246.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n47/03.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva de; RAIMUNDO, Shirley Pereira. Programa Ações Afirmativas: a Permanência Bem-sucedida de Alunos/as Negros/as na UFMG. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte** – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: Programa Ações UFMG.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

GONÇALVES & SILVA, Petronilha Beatriz; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **O pensamento negro em educação no Brasil**. São Carlos: Edufscar, 1997.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a. p. 363-366.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b. p. 77-81.

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí! In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018d. p. 119-121.

GONZALEZ, Lélia. Iyalodê Egbè Eleyè. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018e. p. 367-368.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra: subversão silenciosa. **Jornal Raça e classe**. Comissão do negro do PT/DF, Brasília, ano 1, n. 2, p. 2, ago/set. 1987.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018c. p. 190-214.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 276-316.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016b.

HALL, Stuart. **O Ocidente e o resto**: Discurso e poder. Projeto História, São Paulo, n. 56, pp. 314-361, Maio-Ago. 2016a.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2.ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, ano 3, p. 464-478, 2/1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 de maio. 2017.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE: Brasil é o nono país mais desigual do mundo. Editora Brasil247. 12/11/2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/ibge-brasil-e-o-nono-pais-mais-desigual-do-mundo>. Acesso em: 24 ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. Saudades de Mãe. **Antologia pessoal**. Carolina Maria de Jesus. Organização de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. Quadros. **Antologia pessoal**. Carolina Maria de Jesus. Organização de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 31 jan. 2022. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista** / Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: FaE/UFMG, vol. 34, n. 1, p. 37-54, mar. 2018.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Morre mais um neguinho. In: GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (Org.). **Afirmando direitos**: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 267-271.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Quem quer(pode) ser negro no Brasil? **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 31-52. (Coleção Cultura negra e identidades)

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Reafirmando direitos**: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior, 2019.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude em foco**: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. [Tese de doutorado]. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014, 156p.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p.8-23.

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.33, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2017001305004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALOMALO, Bas'llele. Retrato dos brancos/as antirracistas feito do ponto de vista de uma educação macumbista. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade racial branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 259-275.

MARCHA Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Documento Analítico e Declaração. Brasília Novembro/2015. Disponível em: Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf (fopir.org.br). Acesso em: 20 nov. 2021.

MARTINS, Fernanda. Marchamos porque sabemos que as transformações não virão como presentes. Portal Geledés. 2015. Disponível em: Marchamos porque sabemos que as transformações não virão como presentes - Geledés (geledes.org.br)>. Acesso em: 20 out. 2021.

MATA-MACHADO, Marília Novais da. **Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

MATTOS, Wilson. MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. Apresentação. In: MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; SILVA, Wilker Solidade da (Org.) **Educação, relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas no Brasil**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa, Portugal: Antígona Editores Refractários, 2014.

MIRANDA, Cláudia. Das insurgências e deslocamentos intelectuais negros e negras: movimentos sociais, universidade e pensamento social brasileiro, século XX e XXI. **Revista da ABPN**, vol. 10, n. 25, mar – jun. 2018, p. 329-345. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/619/547>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MIRANDA, Shirley et al. Justiça cognitiva: a produção bibliográfica dos NEABs e grupos correlatos. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; REGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Org.). **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

MOORE, Carlos. Prefácio. “NEGRO SOU, NEGRO FICAREI”. In: CÉSAIRE, Aimé; MOORE; Carlos (Org.). **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 7-38.

MORAES, Geórgia. Negros têm dificuldades para progredir nas forças armadas. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, nov. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/92271-negros-tem-dificuldades-para-progredir-nas-forcas-armadas/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **G1**, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**. O negro na historiografia brasileira. São Paulo: Nossa Terra, s/d. p. 213-217.

MOURA, Clóvis. Dois universos negros e sua dinâmica divergente em São Paulo. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994. p. 218-228.

MOURA, Clóvis. Organizações negras em São Paulo. **Brasil: raízes do protesto negro**. Clóvis Moura. São Paulo: Global Ed., 1983a. p. 47-75.

MOURA, Clóvis. Os dilemas da negritude. **Brasil: raízes do protesto negro**. Clóvis Moura. São Paulo: Global Ed., 1983b. p. 100-105.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 7-13.

MUNANGA, Kabengele. Carta do Ilustríssimo Professor Kabengele Munanga às/aos Colegas, companheiras e companheiros do CNPIR. **Geledes**. 06 dez. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carta-ilustrissimo-prof-kabengele-munanga-asaos-colegas-companheiras-e-companheiros-cnpir/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Mudar as coisas. Entrevista concedida a Gabriel Rocha Gaspar. **ECO A uol**. Maio 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/intelectual-deve-influenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/#page1>. Acesso em: 19 mai. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Ações afirmativas no contexto das universidades: a identidade negra como reivindicação linguística e política. In: Kassandra da Silva Muniz; Clézio Roberto Gonçalves; Janaína Damaceno Gomes (Org.). **Pensando Áfricas e suas Diásporas: aportes teóricos para a discussão negro-brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015. P.135-153.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, vol. 32, n. 03, p. 767-786, 2016.

MUNIZ, Kassandra da Silva. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 06 abr. 2021. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. Introdução. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. p.41-47.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro [1974]. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**. Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a. p. 42-49.

NASCIMENTO, Beatriz. Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**. Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b. p. 189-194.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento: Pesquisadora [1982]. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**. Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018c. p. 247-252.

NASCIMENTO, Beatriz. Etnias Bantos na Formação do Povo Brasileiro e do Hemisfério Sul [1984]. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**. Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018d. p. 266-272.

NASCIMENTO, Beatriz. Transcrição do documentário *Orí*. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**. Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018e. p. 326-340.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**, vol. 3, n. 6, p. 147-150, nov. 2011-fev. 2012. Disponível em: Microsoft Word - 11. Ubuntu como Modo de Existir.doc (weebly.com). Acesso em: 10 nov. 2021.

ODÛDUWÀ, Abisogun Olátúnjí. O Pan-Africanismo: apontamentos e reflexões. **Diáspora Africana**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. Marxismo e questão racial. ALMEIDA, Silvio (Org.). **Dossiê Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 23-35.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Negro intelectual, intelectual negro ou negro-intelectual**: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual. São Carlos: UFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Felipe Alves de. **Nosso imperativo histórico é a luta**: intelectuais negros/as insurgentes e a questão da democracia racial em São Paulo (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Malê, 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. **Pensar a educação em revista**, ano 1, vol. 1, n. 1, abr./jun. 2015.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Intelectualidade negra e produção do conhecimento na educação brasileira. **Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**. 2016. p. 106-118.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 08 set. 2021. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 171-181. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

PEREIRA, Aline. PEREIRA, Vantuil. Miradas sobre o poder: A nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 41, n. 88, p. 33-56, 2021.

PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna. Movimentos sociais e contribuições à formação política. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio sociopolítico. Brasília, vol. 17, n.1, p. 63-73, jun, 2012.

PIEADADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PIRES, Mara Fernanda Chiari. **Docentes negros na universidade pública brasileira: docência e pesquisa como resistência e luta**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2014. 200 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. P. 117-142.

QUIJANO, Anibal. **"Raza", Étnia" y "Nación" en Mariategui: cuestiones abiertas**. JCM y EUROPA: la outra cara del descubrimiento. Amauta, Lima, Peru, 1992.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 1-19. Disponível em: https://www.academia.edu/20054607/Encruzilhadas_por_todo_percurso_individualidade_e_coletividade_no_movimento_negro_de_base_acad%C3%AAmica. Acesso em: 20 maio 2021.

REIS, Tássia. Ouça-me. Compositores: Renan Samam, Casp e Tássia Reis Dos Santos. Outra esfera. Produção Independente, 2016. Disponível em: Ouça-Me - Tássia Reis - VAGALUME. Acesso em: 10 ago. 2021.

RIZZOLI, Álvaro. **A escravidão em São Carlos/SP: inventário analítico**. São Carlos: EdUFSCAR, 2018.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2019.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALOMÃO, Waly. **bèrro sucinto**. Mar. 2010. Disponível em: bèrro sucinto: Waly Salomão (berrosucinto.blogspot.com). Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTANA, Moisés. COELHO, Wilma. Apresentação: Consórcio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABs). In: SANTANA, Moisés; COELHO, Wilma de Nazaré Baía, CARDOSO, Paulino (Org.). **O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEABs.**– Itajaí, SC: Casa Aberta, 2014.

SANTOS, Adilson Pereira. MUNIZ, Kassandra. NEAB/UFOP: memória, inserção institucional e perspectivas. In: SANTANA, Moisés; COELHO, Wilma de Nazaré Baía, CARDOSO, Paulino (Org.). **O enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil: a experiência dos NEABs.** Itajaí, SC: Casa Aberta, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUZA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. A educação das relações étnico-raciais, as religiões de matrizes africanas e a dupla pertença no episódio ‘O compadre de Ogum’ na literatura de Jorge Amado. **Currículo sem Fronteiras**, vol. 17, n. 3, p. 756-768, set./dez. 2017.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 22 fev. 2022. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In: GONÇALVES, Clézio Roberto; MUNIZ, Kassandra da Silva (Org.). **Educação como prática da igualdade racial na escola.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016. p. 25-48.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente. Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, vol. 4, n. 42, p. 200-224, dez. 2020.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Lutas sociais.** Dossiê Marxismo e questão racial, vol. 19, n. 34, São Paulo, 2015. Disponível em: [Marxismo e questão racial | Lutas Sociais \(pucsp.br\)](http://Marxismo%20e%20quest%C3%A3o%20racial%20|%20Lutas%20Sociais%20(pucsp.br)). Acesso em: 02 nov. 2021.

SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a negros intelectuais. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa, p. 1-13, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/71.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Associação Brasileira de Psicologia Social, vol. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

- SILVA, Cidinha da. Para onde caminha a marcha das mulheres negras. **Portal Geledés**. 21/11/2015. Disponível em: Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras. Por Cidinha da Silva - Geledés (geledes.org.br). Acesso em: 07 out. 2021.
- SILVA, Luiz Gustavo Santos da. A Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS): produções antirracistas. **Revista Prelúdios**, vol. 8, n. 8, p. 21-34, ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/25341/25341>. Acesso em: 01 Jun. 2021.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras: entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica da Educação**. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. p.161-187.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 10 mar. 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre o Brasil e África: construindo conhecimentos e militância**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: In: MÜLLER, Tânia Mara; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
- SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de mano Brown**. 302p. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.
- SISS, Ahyas. Ações afirmativas, educação superior e NEABs: interseções históricas. **[SYN]THESIS**. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vol. 7, Nº2 – Rio de Janeiro, 2014. P. 181-190.
- SISS, Ahyas. Currículo do sistema currículo Lattes. [Brasília], 10 fev. 2022. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> Acesso em: 01 mar. 2022.
- SISS, Ahyas. O Leafro, relações étnico-raciais e a formação de professores: uma experiência de intervenção multicultural. In: SISS, Ahyas (Org.). **Diversidade Étnico Racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção**. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação Ltda, 2008. p.15-40.
- SISS, Ahyas; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa; OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Processos formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da UFES e da UFRJ. **Revista Teias**, vol. 14, n. 34, p. 6-20, 2013.
- SOVIC, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Cleber Santos. Resenhas. Letrados e Plebeus. **SER Social**, Brasília, v.19, n.41, p.537-542, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14955>. Acesso em: 03 Jun. 2021.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origens e abordagens. **Tempos históricos**, vol. 19, p. 63-79, 1º semestre de 2015. Disponível em: file:///C:/Users/isiss/Downloads/12762-46136-1-PB.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

WEBER, Max. **A ciência como vocação**. www.lusosofia.net. 2005. Disponível em:

<https://marxists.architexturez.net/portugues/weber/1917/mes/ciencia.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. 464p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os

dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.


Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas**” na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

Mariana, 05 de novembro de 2019.


Karandira da S. Luz
Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**”

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os

dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.

Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas”** na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

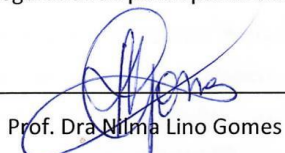
Mariana, 15 de outubro de 2019.




Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos


de seus eventuais gastos, se houverem. Os dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

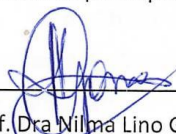
Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.


Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas**” na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2019.


Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas**”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.


 Prof. Dra Nilma Lino Gomes


 Isis Silva Roza

(Pesquisadora Responsável)

(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
 Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
 Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
 Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
 Email: isisroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
 Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
 Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os

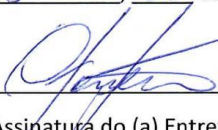
dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.


Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas**” na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

Wilson ES, 26 de setembro de 2019.



Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os

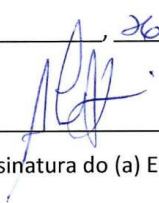
dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.

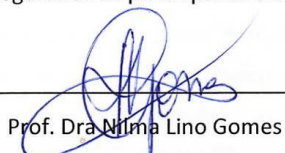
Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas teóricas e políticas”** na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

Vitória/ES, 26 de setembro de 2019.



Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os

dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.

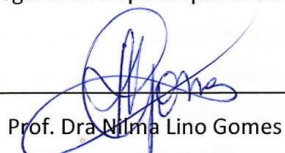
Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**” na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

 São Carlos , 11 de março de 2020.


 Isis Silva Roza
Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo “**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INDIVIDUAL

Este é um convite para você participar da pesquisa "**Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas**", que tem como pesquisadora responsável a Professora Doutora Nilma Lino Gomes. Este trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE/UFMG e objetiva compreender as perspectivas teóricas e a atuação de intelectuais negros brasileiros vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros das Instituições Públicas Federais do Ensino Superior em Minas Gerais. Caso decida conceder seu depoimento, as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações em áudio serão posteriormente transcritas integralmente e comporão o material de análise da pesquisa. Será garantido a você o acesso ao material transcrito do áudio, assim como o direito ao veto de parte, ou de toda a transcrição do áudio e de revisão ou complementação a qualquer momento da pesquisa. Os locais e horários para a coleta de depoimentos serão combinados, respeitando sua disponibilidade e preferência de horário e local. Gostaríamos de esclarecer ainda que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa, e será arquivado pelo prazo legal de cinco anos. Se acontecer algum desconforto durante a realização das entrevistas, constrangimento e/ou incômodo de qualquer natureza, você tem o direito de se recusar a responder as perguntas ou de interromper a entrevista. Nos comprometemos a respeitar sua fala, seu tempo e ambiente, lhe deixando à vontade para se desligar da pesquisa a qualquer momento. Durante todo o período da pesquisa, você poderá tirar dúvidas ou solicitar qualquer informação acerca dela. Se assim julgar necessário, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG pode ser contatado pelo endereço eletrônico coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone 31 3409-4592. Você também tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase, sem que isso lhe acarrete quaisquer tipos de prejuízo a sua vida pessoal ou profissional. Contudo, ainda que diante de todas as garantias apresentadas, caso você tenha qualquer custo ou prejuízo decorrente da pesquisa, lhe será garantido o ressarcimento ou ajuda de custos de seus eventuais gastos, se houverem. Os


dados que você irá nos conceder serão divulgados em congressos ou publicações ligadas à pesquisa.

DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Embora esta pesquisa trabalhe com seres humanos e, por isto envolva eventuais riscos de constrangimentos - tais como o constrangimento diante de alguma questão, ou o tempo disponibilizado para a entrevista -, todas as medidas necessárias estão sendo adotadas para minimizá-los, incluindo a possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, a disponibilização dos contatos dos pesquisadores e a possibilidade de revisão dos depoimentos por parte dos entrevistados. Garantimos, ainda, o sigilo das respostas, através da identificação dos sujeitos por letras, números ou pseudônimos, exceto caso o entrevistado deseje ser identificado. Entendemos que os benefícios proporcionados pela pesquisa, tais como, a compreensão da trajetória de intelectuais negros vinculados aos NEABs, das potencialidades da produção teórica e das ações políticas de tais sujeitos, serão maiores do que os eventuais riscos.

Este documento foi impresso em duas vias, com espaço destinado para rubricas, sendo que uma ficará com você e a outra com a doutoranda Isis Silva Roza.

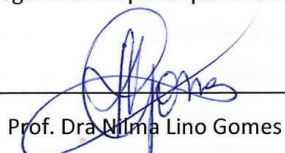
Diante dos esclarecimentos prestados e da garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, e ciente de que autorizo a publicação dos dados de identificação e outros dados pessoais relacionados à pesquisa, aceito participar da pesquisa intitulada **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas”** na condição de voluntário (a), ou seja, sem remuneração.

 Vitória , 05 de dezembro de 2019.



 Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Como pesquisadora responsável e pesquisadora doutoranda do estudo **“Intelectuais Negros e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em Minas Gerais: perspectivas**

teóricas e políticas”, declaramos que assumimos a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodológicos e objetivos que foram acordados e assegurados ao participante deste estudo.



Prof. Dra Nilma Lino Gomes
(Pesquisadora Responsável)



Isis Silva Roza
(Pesquisadora Doutoranda)

Contatos

Prof. Dra Nilma Lino Gomes

Departamento de Administração Escolar – DAE/ Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE/FAE/UFMG) , Setor: não há.
Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: nilmagomes@uol.com.br Tel: (61) 8376-9900.
Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>

Isis Silva Roza

Av. Antônio Carlos, 6627, Faculdade de Educação, Campus Pampulha, Sala 1521, DECAE/ FAE. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Email: isissroza@gmail.com Tel: 31 98616-5254

Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.
Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP.: 31270-901.
Telefax: (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A pesquisa "Intelectualidade Negra e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros: perspectivas teóricas e políticas", que tem como pesquisadora responsável a professora doutora Nilma Lino Gomes e pesquisadora doutoranda Isis Silva Roza, utilizará a entrevista semiestruturada como método de pesquisa, considerando-se que a entrevista semiestruturada segue um roteiro de perguntas, mas também possibilita a discussão livre de outras questões não previstas, mas que se apresentem relevantes para a pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: _____ Cor/raça: _____

Titulação: _____ Carreira / professor: _____

Departamento: _____

Universidade: _____ Tempo de docência na universidade: _____

Tempo de atuação como membro do NEAB: _____

Atuação como coordenador(a): () sim () não Se sim, período: _____

Você gostaria de ter o nome identificado na tese? () sim () não

Você se considera um(a) Intelectual Negro(a)? () sim () não

TRAJETÓRIA

1. Para você, o que é “intelectual negro(a)”?
2. Quando e como você se descobriu enquanto negro(a)?
3. Pensando na sua formação enquanto intelectual negro(a), fale sobre sua trajetória escolar.
4. Fale sobre sua trajetória profissional, até chegar à Universidade.

NEABs E UNIVERSIDADE

5. Qual é a sua compreensão do que sejam os NEABs?
6. Como você avalia a contribuição do NEAB do qual você participa para a vida intelectual/acadêmica dos(as) discentes envolvidos(as) no Núcleo?
7. Qual é o lugar do NEAB na universidade onde você trabalha?
8. Na sua avaliação, quais são os principais limites internos dos NEABs?

INTELECTUAIS NEGROS E MOVIMENTOS SOCIAIS

9. Têm sido contruídas relações entre o NEAB que você participa e os movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro? Se sim, de que forma?

DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA

10. Você compreende que há uma disputa epistemológica a partir do conhecimento construído pelos(as) intelectuais negros(as)? Discorra sobre.
11. Os(As) intelectuais negros(as) têm incorporado os saberes populares no âmbito universitário? Se “sim”, a relação com os saberes populares tem transformado os(as) intelectuais negros(as)? E a prática destes sujeitos? E a universidade?

RAÇA, GÊNERO E CLASSE

12. Como você avalia as relações de gênero no âmbito interno do NEAB?
13. A interseccionalidade raça, gênero e classe tem sido pensada no NEAB? Se sim, de que forma?

SER INTELECTUAL NEGRO(A)

14. Como você avalia a sua experiência no seu campo de trabalho sendo um(a) intelectual negro(a)?
15. Por quê você decide se tornar intelectual? Por quê ter como foco de estudo a questão racial?
16. Para você, como é ser intelectual negro(a) vinculado(a) a um NEAB no contexto político atual?
17. Na sua opinião, em quê precisamos avançar enquanto intelectuais negros(as)?
18. Socialmente, o(a) intelectual negro(a) é um(a) intelectual?